



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

LUTA DAS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST:
2017 a 2022

MARÍLIA
2023

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

LUTA DAS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST:
2017 a 2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador (a): Prof. Dr. Jair Pinheiro

MARÍLIA
2023

S729l Souza, Taynara Freitas Batista de
Luta das mulheres negras sem-teto do MTST : 2017 a 2022 /
Taynara Freitas Batista de Souza. -- Marília, 2023
232 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jair Pinheiro

1. Movimentos sociais. 2. Classes sociais. 3. Gênero. 4. Raça. 5.
MTST. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

LUTA DAS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST:
2017 a 2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais
Linha de pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair Pinheiro (**Orientador**)

Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP – Campus de Marília

Profa. Dra. Joana Coutinho

Universidade Federal do Maranhão/UFMA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Universidade Estadual de Londrina/ UEL

Profa. Dra. Angélica Lovatto

Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP – Campus de Marília

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP – Campus de Marília

Marília, 26 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a todos, todas e todes que participam e constroem a luta por moradia no combate à exploração e às opressões.

Ao professor e orientador Jair Pinheiro, por toda a paciência e a orientação no desenvolvimento desta tese. Além disso, por sua dedicação em não deixar eu me abalar no dia da defesa, que humanamente me ajudou a chegar para a banca de defesa. Serei eternamente grata por esse gesto de solidariedade e parceria. Muito obrigada!

Aos amigos queridos Jamile Baptista e Eduardo Borghi, pelo incentivo e apoio na realização do doutorado.

À amiga e irmã do coração Mariana Lemes, pelo apoio emocional de sempre, principalmente no final da escritura da tese. No momento em que mais precisei de apoio, você estava lá.

Aos meus familiares, que direta ou indiretamente torcem pelas minhas conquistas.

Ao meu companheiro Thiago C. Mattos, pelo apoio e parceria na saúde, na doença, na tristeza e na alegria. Amo-te, Nem.

Ao Grupo de Estudos Althusser, aos estudantes e aos pesquisadores que colaboraram com discussões teóricas e políticas.

Ao Moyses, coordenador do MTST, que foi o interlocutor na realização da pesquisa de campo.

À Bruna Morato, em especial, pelo apoio e pela ajuda na realização da pesquisa de campo. Sem ela, seria muito mais difícil todo o processo. Espero retribuir todo esse suporte.

À Fátima e seus filhos João e Antônio, que me acolheram de forma tão prestativa e carinhosa que esse simples agradecimento não é suficiente. Espero retribuir também o que fizeram por mim.

Ao amigo Murillo van der Laan pela ajuda no abstract da tese.

À Karolyne pela ajuda na entrega da tese ao Programa de Pós-graduação da Unesp-Marília.

Aos funcionários e aos professores da pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília e da UEL, pela ajuda no entendimento dos trâmites burocráticos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*“[...] Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só*

*Sou uma, mas não sou só
Sou uma, mas não sou só
Sou uma, mas não sou só*

*Sou uma, mas não sou só, ‘mermo’!”
(Sued Nunes)*

RESUMO

A pesquisa investigou a participação das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O principal objetivo foi analisar o impacto na dinâmica entre classe, raça e gênero em relação à sua organização e à sua principal bandeira de luta, a conquista da moradia. Além disso, analisamos as possíveis alterações no posicionamento político-ideológico do MTST. Na composição social do movimento, identificamos a presença significativa de mulheres negras sem-teto. Nesse sentido, quais seriam as consequências para a organização e o posicionamento político-ideológico do MTST quanto à articulação de classe, raça e gênero no seu projeto político de mudança social? Por quais motivos elas se engajam politicamente? A hipótese é a de que as transformações no mundo do trabalho afetaram o comportamento político e social de “novos” sujeitos-agentes, não oriundos do “chão de fábrica”, mas participantes de movimentos populares urbanos não diretamente procedentes da relação capital x trabalho. Chegamos, então, à tese de que elas representam a possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, somada à crítica da produção capitalista da cidade pelo MTST. Quanto aos procedimentos metodológicos, lançamos mão de pesquisa bibliográfica sobre as principais questões teóricas que embasam a análise reflexiva, de pesquisa documental dos materiais produzidos e das redes sociais do movimento, para nos aproximar dos processos reais de sua atuação, e da pesquisa de campo por meio da observação participante e de entrevistas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Classes Sociais; Gênero; Raça; MTST.

ABSTRACT

This research investigated the action of homeless black women from Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) [Homeless Workers' Movement], at Maria da Penha squatter settlement. The main objective was to analyze the impact on the dynamics of class, race and gender in relation to the Movements' organization and their main struggle: the demand for housing. Furthermore, we analyze the possible changes in the political-ideological positioning of MTST. In the social composition of the movement, we identified the significant presence of homeless black women. We asked, therefore, what are the consequences for the organization and the political-ideological positioning of the MTST regarding the articulation of class, race and gender in its political project for social change? What are the reasons for black homeless women to engage politically? The hypothesis is that the transformations in the world of work have affected the political and social behavior of "new" subject-agents, not originating from the "factory floor", but participants of urban popular movements not directly derived from the capital vs. labor relationship. We put forward, then, the thesis that they represent a structural possibility of collective action for social transformation against capitalism, racism and patriarchy, which adds to MTST's critique of the capitalist production of the city. As for the methodological procedures, we resorted to bibliographic research on the main theoretical issues that underpin the reflexive analysis; documentary research of the materials produced and the movement's social networks; and field research, using participant observation and interviews; all this in order to get closer to the real processes of the black women's actions.

Keywords: Social Movements; Social Classes; Gender; Race; MTST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIS	Habitação de Interesse Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queers</i> , <i>Intersex</i> , Assexuados, Pansexuais e mais
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OMS	Organização Mundial de Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PLANHAB	Plano Nacional Habitacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL.....	18
1.1 AS CATEGORIAS MARXISTAS	23
1.2 RAÇA E GÊNERO NA ANÁLISE MARXISTA	29
1.3 MARXISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS	33
2 LUTAS E CONFLITOS: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST	44
2.1 A HISTÓRIA DO MTST	44
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO MARIA DA PENHA	50
2.3 QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST E POR QUE LUTAM?	53
2.3.1 Opressão de raça e gênero	59
2.3.2 Trabalho, raça e gênero	64
2.3.3 Mulher negra e sem-teto	70
2.3.4 O engajamento na luta e na ocupação Maria da Penha.....	75
2.3.5 O significado da luta do MTST para as mulheres negras sem-teto	82
2.3.6 Posicionamento político-ideológico	85
2.4 A REVOLUÇÃO DAS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS	87
3 CLASSE, RAÇA E GÊNERO: A DIALÉTICA DA EXPLORAÇÃO E DAS OPRESSÕES .97	
3.1 RAÇA, GÊNERO E FEMINISMO NEGRO	97
3.2 SUPEREXPLORAÇÃO E CLASSES SOCIAIS	120
3.3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO CAPITAL E O ESTADO BURGUEÊS	142
4 RESISTIR E EXISTIR: A LUTA CONTRA O CAPITALISMO, O RACISMO E O PATRIARCADO DO MTST.....	165
4.1 A MULTIPLICIDADE DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS	165
4.2 CULTURA E POLÍTICA: O DILEMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS “CLASSISTAS” E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS “IDENTITÁRIOS”	178
4.3 A POLÍTICA CULTURAL DO MTST	186
CONCLUSÕES.....	207
REFERÊNCIAS.....	210
ANEXO A	223
ANEXO B	225
ANEXO C	226

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo no Brasil, a partir de 1990, causou, entre os principais efeitos, uma intensa redução dos direitos sociais aos trabalhadores. A política adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com base na ideologia do “Estado mínimo”, alinhada com a política internacional imperialista, implementou privatizações e reduziu gastos públicos destinados à saúde, à educação, ao transporte público, à habitação e à segurança. O resultado foi o aumento substancial da instabilidade do trabalho e do desemprego, conseqüentemente, da desigualdade social, o que configurou uma condição desfavorável à classe trabalhadora.

Em relação ao processo de urbanização, encontramos duas situações nesse período: de um lado, o aumento da segregação socioespacial, com as periferias e favelas circundando as cidades, e, de outro, o aumento da especulação imobiliária condicionando o processo anterior, tornando-se mais um meio de rentabilidade dos proprietários de imóveis e uma forma de espoliação material dos trabalhadores.

Nesse contexto, surgem os movimentos sem-teto a reivindicar moradia, o que revela a falta de políticas sociais: “são populações que tiveram suas vidas transformadas pelo neoliberalismo. Perderam a terra, o emprego, a renda ou a moradia. Lançadas numa situação crítica, partiram para a ação direta” (BOITO JR., 2002, p. 38). São, portanto, movimentos populares urbanos¹ com pautas específicas de luta, cujos membros, em sua maioria, encontram-se num mesmo local de convivência (bairro) e identificam-se com uma causa em comum. Desse processo, iniciaram-se as primeiras ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que, há 26 anos, considerando o seu surgimento oficial em 1997, organiza sua luta anticapitalista.

Assim, relacionando o surgimento do MTST com a retração das políticas sociais e o não acesso a direitos básicos, oriundos da implementação de políticas neoliberais, pode-se concluir, apressadamente, que o motivo de os sem-teto se organizarem politicamente é a falta de um bem material ou as péssimas condições em que se encontram. Embora esses sejam motivos mais que suficientes para se engajarem na luta, não são todos os trabalhadores sem-teto que fazem parte do MTST.

¹ Movimentos populares urbanos ou somente movimentos populares são entendidos como categorias de análise (o concreto pensado) da organização política das classes trabalhadoras a partir da luta de classes (PINHEIRO, 2011), o que difere do conceito de movimentos sociais mobilizado nesta tese, para refletir sobre seus avanços e limites no debate teórico das Ciências Sociais.

Diante disso, os estudos sobre os movimentos sociais, em grande parte, a partir de 1970, observaram que as transformações econômicas, políticas e sociais do capitalismo contemporâneo remodelaram as relações de classes e as formas de luta dos movimentos populares. A alteração nas relações de trabalho no processo produtivo reduziu a massa de trabalhadores assalariados e aumentou a massa de trabalhadores informais, sem estabilidade no emprego ou desempregados. No Brasil, o processo de redemocratização, pós-ditadura militar-empresarial, ampliou a relação entre movimentos sociais e Estado, colocando novas pautas oriundas do plano cultural/simbólico e material. Nesse momento, a ênfase na presença de sujeitos-agentes provenientes de diversas culturas, origens, experiências políticas e visões de mundo possibilitou o avanço na reflexão sobre os movimentos populares.

Desse modo, a hipótese é a de que essas transformações afetaram o comportamento político e social de “novos” sujeitos-agentes, não oriundos do “chão de fábrica”, mas participantes de movimentos populares não diretamente procedentes da relação capital x trabalho. Nesse sentido, qual é o papel político-ideológico da atuação dos sujeitos-agentes nos movimentos populares? Quais são os agentes capazes de conduzir o processo de transformação social? Dentro do mesmo aspecto, de carência material ou desrespeito identitário, por que não são todos que se organizam coletivamente contra as violências que sofrem?

Esta pesquisa pretende responder a essas questões. O interesse pelo tema surgiu na graduação. Em 2009, comecei a participar do Grupo de Estudo de Política da América Latina (GEPAL) na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Esse interesse me levou ao desafio de estudar as lutas sociais no Brasil, principalmente os movimentos sem-teto, devido ao aumento de suas ocupações. Meus primeiros estudos sobre o MTST tiveram o objetivo de analisar o surgimento do movimento e suas motivações, de um modo mais amplo. Já no mestrado, a dissertação buscou desvendar o posicionamento político-ideológico do MTST na luta por moradia.

Paralelamente a esse processo, a questão racial sempre esteve presente na minha trajetória porque sou uma mulher negra, mas também pelo envolvimento com debates sobre a temática na universidade e a participação no coletivo Pró-Cotas UEL, que promoveu atividades e discussões sobre a permanência e ampliação das cotas raciais e sociais, marcando em definitivo meu posicionamento em favor de questões raciais e de gênero. Além disso, a participação nos espaços políticos do Movimento Estudantil foi de suma importância para minha formação intelectual e política. Assim, o contato com o movimento negro e militantes negros importantes desse segmento, como Dona Vilma – Yá-Mukumby, aguçou meu olhar sobre a situação das mulheres negras no Brasil.

Desse modo, o objeto empírico desta pesquisa são as mulheres negras² sem-teto do MTST, da ocupação Maria da Penha, localizada em Guarulhos, no estado de São Paulo. O estudo sobre a organização e o posicionamento político-ideológico do movimento, em pesquisas anteriores, focou a composição social do movimento e destacou a correspondência entre a determinação de classe dos sem-teto e o posicionamento político-ideológico do MTST. Nesta tese, indagamos se ainda é possível estabelecer essa correspondência com a presença significativa das mulheres negras sem-teto.

De início, as evidências da expressão significativa dos(as) negros(as) sem-teto revelaram-se em três momentos: em 2017, quando as mulheres negras do MTST lançaram um manifesto, do qual destacamos o seguinte trecho: “[...] nós, mulheres do MTST, negras, pobres e da periferia, levantamos hoje nossas vozes e nossos punhos para dizer BASTA! Não suportaremos um dia mais de violência contra as mulheres [...]”³. O prefácio “Mulheres da Coordenação Nacional do MTST”, do recente livro *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*, também destaca o papel das mulheres no movimento e a proposta do feminismo popular.⁴ Por fim, a realização da ocupação Tereza de Benguela, em 2017, por meio da organização das mulheres do MTST, criou um espaço que acolhe vítimas de violência doméstica e luta contra o patriarcado e o racismo⁵.

Por essa razão, nesta pesquisa, destacamos o seguinte problema de investigação: na composição social do movimento, identificamos a presença significativa de mulheres negras sem-teto. Nesse sentido, quais seriam as consequências para a organização e o posicionamento político-ideológico do MTST da articulação de classe, raça e gênero no seu projeto político de mudança social? Além disso, por quais motivos elas se engajam politicamente?

Defendemos a tese de que as mulheres negras sem-teto do MTST representam a possibilidade estrutural da ação coletiva de classe para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Por ocuparem um lugar de maior exploração e opressão na sociedade capitalista brasileira, elas vivem em condições comuns à população mobilizada pelo MTST. Em outros termos, a combinação da determinação de classe, raça e gênero na formação social desses sujeitos potencializa a sua organização política no movimento em um duplo sentido: por um lado, precisa dar respostas aos problemas ligados ao trabalho e à falta de

² Ao utilizar a categoria ‘mulheres negras’, referimo-nos à soma de mulheres pretas e pardas em relação à autodeclaração de cor/raça do IBGE.

³ Disponível em: <http://www.mtst.org/mtst/mulheres-do-mtst-a-luta-e-pra-valer/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁴ Disponível em:

<https://outraspalavras.net/brasil/a-origem-do-mtst-uma-historia-das-mulheres-na-periferia/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁵ Disponível em: <https://mtst.org/tag/ocupacao-de-mulheres-tereza-de-benguela/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

moradia; por outro, no mesmo movimento, ressignificam positivamente as identidades de serem mulheres e negras.

O recorte temporal delimitado para esta pesquisa foi o período de 2017, a partir do manifesto das mulheres do MTST, a 2022. Não é por acaso que esse recorte esteja inserido no contexto de consolidação do bolsonarismo no Brasil. Em 2013, o conservadorismo mostra sua cara com outras roupagens, com base social, principalmente nas classes médias. Esse ano foi marcado por inúmeras manifestações nas principais cidades do país. Inicialmente, essas manifestações pautaram questões sociais legítimas das classes trabalhadoras. No entanto, as classes médias e as frações burguesas se alinharam nesse momento de crise econômica e política para questionar os pequenos ganhos sociais obtidos pela classe trabalhadora nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e encabeçaram um movimento “fora PT”.

Assim, o segundo mandato do governo Dilma se iniciou imerso nessa grave crise política e econômica. Em 2015, o governo adotou uma série de medidas, como o ajuste fiscal e a alteração nas leis trabalhistas que aumentaram a insatisfação com sua gestão. O agravamento da crise culminou no golpe em 2016, que levou ao impeachment da presidenta. O vice de Dilma, Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu interinamente como presidente, iniciando o processo de retiradas e alterações de políticas sociais implementadas nos governos Lula e Dilma. A principal medida foi a Lei da Reforma Trabalhista – Lei n.º 13.467, aprovada em 13 de julho de 2017.

Nas eleições de 2018, o terreno estava pronto para a consolidação do conservadorismo, mesmo com a mobilização de setores da esquerda, principalmente das mulheres, com o movimento “Ele Não!”. O movimento surgiu, na campanha eleitoral, contra a eleição do candidato do Partido Social Liberal (PSL) à presidência da República, Jair Bolsonaro. Devido ao posicionamento político contrário aos direitos das mulheres, da população negra, dos LGBTQIAP+, dos indígenas e quilombolas, o repúdio a esse candidato aumentou no processo eleitoral, tomando as ruas, ocasionando, em 29 de setembro de 2018, a maior manifestação liderada por mulheres, de acordo com Pinto (2018). Além disso, a campanha teve muita adesão nas redes sociais com a *hashtag* (#) Elenão.

Uma vez eleito, o governo Bolsonaro, porém, continuou e aumentou o retrocesso de políticas públicas sociais, o que não foi surpresa. Mesmo antes de assumir o cargo de presidente da República, ele era conhecido por seu vasto histórico de falas racistas, misóginas e homofóbicas e, talvez justamente por isso, ganhou muitos votos. Por exemplo, em 2017, em uma palestra, Bolsonaro descreveu uma visita que fez a um quilombo e constatou que “o

afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”⁶. Além de ser racista e gordofóbico, ele disse que o povo daquela comunidade atrapalhava a economia.

Em relação às políticas sociais, de acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o orçamento utilizado pelo governo Bolsonaro no combate à violência contra mulheres foi menor que o dos governos anteriores⁷. A discrepância entre o orçamento autorizado e o executado demonstra o descaso do governo quanto a essa questão. Por exemplo, em 2020, dos recursos liberados, apenas 29% foram utilizados e isso envolve as áreas da saúde, da educação, da proteção social, da moradia, do transporte, da cultura e da economia. São recursos que preveem a garantia de direitos como medicamentos, acompanhamento pré-natal, bolsas de estudos, salário para gestantes, descontos em eventos culturais etc.

Diante desse contexto, o interesse em propor esta investigação vem de duas preocupações: qual papel político cumpririam as mulheres negras sem-teto do MTST em uma organização que proclama seu caráter anticapitalista e de que maneira é possível, no campo do marxismo, articular questões de classe, raça e gênero na análise dos movimentos sociais.

Por essa razão, nosso objetivo foi investigar o MTST após a data em que o manifesto marcou a presença de raça e gênero no movimento, a fim de analisar o impacto da dinâmica entre classe, raça e gênero em relação à sua organização, bandeiras de luta e ações políticas, com foco no papel das mulheres negras sem-teto. Além disso, buscamos compreender o posicionamento político-ideológico das mulheres negras sem-teto organizadas no MTST e a influência do feminismo negro em sua atuação. Ainda que as questões de raça e gênero não sejam centrais em suas mobilizações, a organização política, por meio da luta pela moradia, contribui para a discussão das relações raciais e de gênero no movimento.

Quanto à metodologia, optamos pela pesquisa qualitativa por meio da pesquisa de campo, com observações e realização de entrevistas semiestruturadas. Em relação ao quadro teórico, desenvolvemos uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados na tese, com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Para tanto, selecionamos trabalhos teóricos que embasaram a reflexão sobre raça e gênero, transformações do mundo do trabalho, processo de urbanização, classes sociais, Estado e movimentos sociais. Já o resgate histórico do MTST foi realizado a partir de dissertações, teses, livros e meios eletrônicos. Faz parte também desse tipo de pesquisa o levantamento de dados em órgãos públicos: Instituto de Pesquisa Econômica

⁶ Informações disponíveis em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contranegros-e-quilombolas-tu-pesamais-de-7-arrobas-ne/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

⁷ Informações disponíveis em: <https://www.inesc.org.br/orcamento-para-combater-violencia-contra-mulheres-piorou-ano-a-ano-com-pior-cenario-para-2023/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação João Pinheiro.

Além disso, realizamos uma pesquisa documental em fontes primárias: materiais digitais, revistas e livros produzidos pelo MTST, e fontes secundárias, como reportagens de jornais e revistas, notas públicas, entrevistas dadas por lideranças às mídias tradicional e alternativa; páginas eletrônicas das redes sociais; relatórios estatísticos dos órgãos governamentais sobre os índices do déficit habitacional, do aumento do desemprego, do aumento da violência contra a população negra e contra a mulher.

A pesquisa de campo, a fim de estabelecer contato com o movimento estudado, possibilitou a realização de entrevistas na ocupação Maria da Penha, organizada pelo MTST. A pesquisa qualitativa jogou luz no processo de interpretação, por isso, realizamos entrevistas semiestruturadas com base em histórias de vida de lideranças, coordenadores, militantes, acampados e, em especial, das mulheres negras dessa organização, com o intuito de analisar os posicionamentos políticos e ideológicos que as levaram a se organizar. Também foi possível participar de diferentes espaços dentro da ocupação: funcionamento das cozinhas, assembleia, reunião de coordenação, ronda diária, atividades com as crianças e reunião com a coordenadora.

O recurso das entrevistas se justifica por acreditarmos que a coleta de dados, por esse meio, colabora para enriquecer a pesquisa qualitativa aqui proposta. No desenvolvimento desta tese, elas foram fundamentais para identificar as possibilidades da luta coletiva das mulheres negras sem-teto, dando voz aos sujeitos da pesquisa. Desse modo, foi possível estabelecer uma relação entre a percepção individual, a realidade e as condições objetivas dadas pela conjuntura social.

A partir disso, definiu-se como critério realizar as entrevistas com mulheres negras sem-teto da ocupação. A escolha das entrevistadas, então, aconteceu por indicação da coordenadora e de forma voluntária, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido. No total, foram realizadas oito entrevistas; sete foram feitas na ocupação e uma via *Google Meet*, porque a coordenadora estava em viagem no período da pesquisa de campo. A identidade dos sujeitos foi preservada, sendo utilizados nomes fictícios na transcrição das entrevistas e, para estruturar as perguntas, utilizamos um roteiro (Anexo A). Foram feitos registros gerais sobre a forma de atuação das entrevistadas no movimento; também utilizamos o recurso da gravação das falas como registro documental e o registro fotográfico. Por fim, após esses procedimentos, transcrevemos as entrevistas e realizamos as análises do material coletado, de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp-Marília.

Em nosso primeiro capítulo, realizamos uma síntese bibliográfica que fundamenta os principais debates teóricos, a partir dos objetivos propostos. Acreditamos que o debate sobre raça e gênero no marxismo ainda é pouco explorado e, em certa medida, buscamos contribuir, com o debate, mesmo com todos os limites e dificuldades. Nesse sentido, dividimos a exposição em três tópicos. No primeiro, o objetivo foi delimitar as categorias marxistas utilizadas em nossa tese, pois o campo do marxismo é vasto e, às vezes, controverso. No segundo tópico, destacamos os autores alinhados ao debate de raça e gênero, no sentido de articular as questões de classe, raça e gênero. No último tópico, a proposta foi aproximar o debate do campo do marxismo e refletir sobre as principais categorias que contribuem para a análise dos movimentos sociais.

Em relação ao segundo capítulo, expomos as questões relativas à pesquisa de campo realizada na ocupação Maria da Penha. Dividimos o capítulo em quatro tópicos. No primeiro, realizamos uma reflexão sobre os principais componentes da trajetória do MTST. Para isso, foi necessário resgatar: sua origem, bandeiras de luta e ações, desde seu início até a atualidade. No segundo, detalhamos o contexto histórico da ocupação Maria da Penha. No terceiro, mostramos o resultado da pesquisa de campo e a análise das entrevistas acerca das determinações que expliquem a presença significativa de mulheres negras sem-teto no MTST. No último tópico, encerramos com um debate sobre a potencialidade da transformação estrutural das mulheres negras sem-teto. O objetivo foi propor uma possível análise, no campo marxista e interseccional, da revolução das mulheres negras trabalhadoras.

Em nosso terceiro capítulo, realizamos uma análise sobre as determinações de classe, raça e gênero das mulheres negras sem-teto. O capítulo foi dividido em três tópicos. No primeiro, tratamos do debate sobre raça e racismo, assim como a questão de gênero e o debate do feminismo negro sobre as condições das mulheres negras na sociedade capitalista. O segundo tópico tratou das transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo em relação à superexploração da base social do MTST. Destacamos os tipos de relações de trabalho aos quais os sem-teto estão submetidos, com ênfase na situação das mulheres negras sem-teto na divisão sexual do trabalho e no lugar que ocupam nas relações sociais de produção. No último tópico, tratamos do processo de urbanização da cidade do capital e o papel do Estado burguês, que estabelecem uma relação estrita para atender aos interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que impõe um padrão urbano para os trabalhadores. Identificamos de que forma essa lógica atende às necessidades do modo de produção capitalista e os efeitos desse processo sobre as condições de vida dos trabalhadores, principalmente das mulheres negras sem-teto do MTST.

No último capítulo, analisamos a luta do MTST contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Para alcançar esse objetivo, o capítulo foi dividido em três tópicos: no primeiro, realizamos um mapeamento das principais teorias sobre os movimentos sociais, apontando seus avanços e limites em relação às motivações do engajamento coletivo. No segundo, a intenção foi refletir sobre os aspectos políticos e culturais, a fim de compreender o dilema dos “novos” movimentos sociais classistas e dos movimentos sociais “identitários” na contemporaneidade e de que maneira é possível analisá-los do ponto de vista da luta de classes. Por último, a partir das redes sociais e dos documentos oficiais do movimento, analisamos a política cultural da luta do MTST para identificar se as mulheres negras sem-teto do MTST representam a possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

1 SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

“O que deve fazer o intelectual negro? Possuir uma ‘consciência crítica’ refinada e dolorosa e calar-se, para ‘não agravar os problemas’? Ou impor-se o dever de dar combate tenaz ao nosso modo de ser, ambíguo e covarde, de afirmar uma democracia racial que não existe, de tolerar o preconceito de não ter preconceito, de silenciar ‘para não piorar as coisas’? O intelectual ‘branco’, por sua vez, deve ficar surdo e mudo, submetendo-se a um código racial hipócrita e dilacerante?”

(FLORESTAN, 2017, p. 44)

Antes de iniciar a exposição dos debates travados nos capítulos desta tese, expomos uma reflexão acerca dos questionamentos sobre a temática desenvolvida e de que forma isso nos ajudou a trilhar o caminho para a análise empírica. A princípio, nossa principal questão foi se o marxismo falhou na análise dos fenômenos sociais em relação à articulação de classe, raça e gênero. Devido à dificuldade de encontrar um debate sólido sobre o assunto, a resposta que encontramos, até o momento, é sim e não. No entanto, o ponto de partida para introduzir esse debate não serão as classes sociais, mas a questão de raça e gênero.

A ideia de raça⁸, conforme Aníbal Quijano (2000) define, é o “mais eficaz instrumento de dominação social dos últimos 500 anos”. Estamos falando do início da formação da América e do capitalismo na transição do século XV para o XVI, com a expansão da dominação colonial europeia. Nesse sentido, foi imposto um critério de classificação social que valesse para todos os povos do mundo, que forjou novas “identidades” e espaços geográficos. Essa ordem de classificação colocou, de um lado, brancos na Europa e, do outro, índios, negros, mestiços, asiáticos na América, África e Ásia.

A ideia de raça, então, é fruto da dominação colonial moderna sobre os povos “recém-descobertos” fora da Europa. Os limites das diferenças raciais e distribuição de poder, sob o ponto de vista do critério da raça, causaram efeitos nas formações sociais que viveram esse processo e na formação do Estado-nação e das democracias no Brasil e nos países do Sul. Iniciar o debate enfatizando o critério de raça não tem a pretensão de colocar o racismo como a mais importante manifestação da dominação do poder colonial – até porque o racismo persiste na

⁸ A utilização do termo raça é controversa, na medida em que é um consenso para as Ciências Biológicas a inexistência de diferenças raciais entre os indivíduos, sendo os seres sociais oriundos apenas de uma raça, a raça humana. Nas Ciências Sociais, principalmente nos estudos sobre as relações raciais, o termo raça diz respeito a uma categoria analítica que se refere à construção social, ideológica, política e econômica das diferenças entre brancos e negros. Negro, no Brasil, de acordo com os estudos das relações raciais e da classificação do IBGE, é o indivíduo que se autodeclara preto(a) ou pardo(a).

contemporaneidade, só que com outras roupagens –, mas delimitar o debate em escala temporal e geográfica.

Um dos fatores importantes, nessa escala, foi o processo de transição para o capitalismo e a formação do Estado burguês no Brasil, em relação à questão racial. De acordo com Décio Saes (2001), crítico da análise de Florestan Fernandes, na obra *A revolução burguesa no Brasil*, cuja tese afirma que os protagonistas da revolução burguesa no Brasil foram os fazendeiros de café e os imigrantes. Somente aqueles que sofreram um processo de aburguesamento, ou seja, uma mudança de mentalidade (racionalidade), colocaram-se no papel de destruir a velha ordem escravocrata e construir a economia capitalista.

A crítica de Saes sobre essa análise recai no aspecto evolutivo do esquema teórico e no apagamento do protagonismo dos setores antiescravistas nesse processo, pois os cafeicultores não opunham trabalho escravo e trabalho imigrante, estabelecendo até um sistema híbrido de trabalho. Portanto, o caráter progressista dessa mudança de comportamento não é a chave de uma política revolucionária, apenas teve um caráter reformista. O que aconteceu, então, foi a adaptação desses setores ao processo de revolução política para impedir uma revolução agrária.

[...] ocorre uma *ruptura qualitativa*. Essa ruptura descaracteriza a existência de um *processo puramente evolutivo* que relacionaria uma fase à outra. Tal ruptura corresponde à *revolução política antiescravista*, que transforma a “natureza de classe” do direito e do aparelho do Estado, e instaura as condições políticas e ideológicas indispensáveis à implementação de uma economia capitalista no Brasil (SAES, 2001, p. 27).

Saes (2001) destaca três acontecimentos políticos importantes para a transição de uma estrutura jurídico-política escravista moderna (XVI a 1888) para uma estrutura jurídico-política burguesa ou capitalista (1888 aos dias atuais): a Abolição (1888), a Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte de 1891. Esses acontecimentos iniciaram a derrubada do direito e do aparelho de Estado escravista. Além disso, os escravos rurais e a classe média urbana, duas classes trabalhadoras distintas, desempenharam um papel central como protagonistas na revolução burguesa no Brasil.

A tese de Saes sobre a participação das massas na revolução burguesa no Brasil nos ajuda a pensar o papel das lutas dos escravizados (revoltas e a fuga para os quilombos) na constituição do capitalismo no Brasil, o que, para nossa reflexão, historicamente, reflete-se nas lutas atuais das mulheres negras e na problemática do acesso a determinados direitos que até hoje são negados à população negra.

A massa escrava rural se rebela, por meio das fugas e da constituição de quilombos, contra o sistema de trabalho compulsório, levando a ordem social escravista ao colapso. Configura-se como uma *força principal* da revolução política antiescravista, na medida em que, sem a sua ação violenta, seria impossível curvar as classes dominantes escravistas e a burocracia imperial; vale dizer, seria impossível destruir o conjunto das instituições escravistas [...] a classe média urbana passa à luta contra as instituições jurídicas e políticas escravistas, que bloqueiam a concretização da condição de cidadania e difusão social do princípio da meritocracia (SAES, 2001, p. 30).

Entretanto, Saes concorda com Florestan quanto às limitações da revolução burguesa brasileira, caracterizada como uma “revolução dentro da ordem”, que preservou os elementos de dominação da estrutura racista e patriarcal da sociedade do período colonial, no novo regime econômico da sociedade brasileira.

Ela abole a escravidão, mas deixa intocado o “problema do negro”, resolvendo apenas o “problema do branco”. Ela não se desdobra numa revolução agrária, capaz de promover a repartição do latifúndio. Ela difunde o trabalho assalariado, mas preserva o patriarcalismo nas relações de trabalho. Enfim, ela bloqueia a irrupção das massas no cenário político da sociedade capitalista. Além do mais, essa revolução não rompe as relações de dependência que a economia brasileira mantém com os centros do capitalismo mundial [...] (SAES, 2001, p. 32).

Na prática, a ideologia racista foi instrumentalizada nos países periféricos com o objetivo de legitimar as intenções das classes dominantes. A discriminação racial e a dominação de gênero, sob a égide da cidadania rebaixada, do mérito e da ascensão social, é velada nas relações cotidianas brasileiras e o preconceito racial é negado sob o manto da ideologia da “democracia racial”.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), em 1930, Gilberto Freyre foi o principal articulador dessa ideologia ao afirmar que, devido à miscigenação, brancos e negros viviam harmonicamente no Brasil, por isso, a colonização por aqui teria sido mais branda. No entanto, Gonzalez destaca que essa falsa convivência harmoniosa e a miscigenação foram frutos do estupro/violência sexual das mulheres negras. Além disso, a ideia de o brasileiro ser “cordial” criou estereótipos sobre a população negra de passividade e aceitação das condições impostas pela escravidão.

De acordo com Holanda (1995), a partir das consequências da colonização, da família patriarcal e da religião no Brasil, estabeleceu-se o “homem cordial”, uma característica de grupos sociais que agem de forma irracional. A dubiedade desse comportamento implica que, na aparência, esse temperamento é uma defesa ante a sociedade, como uma forma de resistência

para manter certos privilégios. Ao mesmo tempo, a necessidade da convivência e de estabelecer afetos na formação do povo brasileiro tem, nesse artifício do “homem cordial”, uma forma de civilidade emocional. Nesses termos, seria uma “falsa” cordialidade, na qual a sensibilidade e as emoções são predominantes na convivência social diante da defesa de alguns privilégios. Assim, “o homem cordial” representava um senso de obediência e um comportamento apolítico em relação às decisões do estado.

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil, assim como esta tese, buscam refutar essas ideias a partir da investigação sobre as origens do racismo e seus efeitos, que se perpetuam até hoje. O ponto aqui não é negar as diferenças, pois são inegáveis as diferenças biológicas entre as pessoas; existem, sim, diferenças fenotípicas e culturais. O ponto em questão, porém, é que esse raciocínio da diferença foi usado para justificar a escravidão, os genocídios, extermínios, *apartheid*, discriminações e todas as formas de dominação e violência, com base no critério de raça, fixando o problema racial. Trata-se, desse modo, de uma construção ideológica que dá instrumento à dominação de certos grupos e as “relações de poder no capitalismo global, colonial/moderno, eurocêntrico” (QUIJANO, 2000, p. 194).

Seguindo o raciocínio de Quijano, o gênero também é um instrumento eficaz de dominação. O autor, inclusive, menciona a ideia de gênero e raça como base do sistema de poder. No entanto, é necessário cautela nessa simplificação de igualar raça e gênero, pois ambos possuem especificidades, conforme destacamos acima em relação à raça. As relações sociais baseadas na divisão dos sexos se desdobram em relações de gênero, e a dominação baseada nas diferenças de gênero se diferencia da dominação de raça. Então, onde se localizam as relações de gênero? Conforme Connell e Pearse (2015), “perceber a existência da ordem de gênero é fácil; compreendê-la, não” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 36).

Por isso, as questões de gênero são mais complexas do que podem parecer. Em primeiro lugar, a diferença biológica do sexo (macho e fêmea) não necessariamente implica comportamentos desiguais. Em segundo lugar, a existência de normas e regras exteriores é que impõe padrões de comportamentos de gêneros, ser mulher ou ser homem. No entanto, não é possível determinar que as experiências de gênero são fixadas pela natureza nem somente reguladas pelas normas sociais.

O que defendemos, como caminho possível da interpretação de gênero na ordem social, é que “as pessoas constroem a si mesmas como masculinas e femininas [...] a grande maioria de nós combina características masculinas e femininas, em proporções variadas, em vez de concentrarmo-nos em um ou outro polo” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39). Portanto, a polaridade de gênero como padrão (masculino e feminino) esbarra nas ambiguidades de gênero,

pois a construção não ocorre de modo aleatório nem somente determinado, mas reivindicando um lugar ou questionando esse lugar na ordem do gênero.

Nesse sentido, a categoria gênero, utilizada nesta tese, é entendida como estrutura social multidimensional, determinada pelos aspectos culturais, econômicos e políticos. Além disso, os padrões de gênero vão variar dependendo do contexto social. Desse modo, as práticas políticas alteram os arranjos de gênero, criando situações e tendências. Então, gênero é a forma como as relações sociais utilizam os corpos humanos em relação à reprodução e às práticas sexuais.

Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão. O gênero é uma estrutura social de um tipo particular - envolve uma relação específica com os corpos. Esse aspecto é reconhecido no senso comum que define gênero como uma expressão de diferenças naturais entre homens e mulheres (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 47).

A definição de gênero de Scott (1995), por sua vez, complementa a anterior. Trata-se de “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primeira de ressignificar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Isso significa que as relações sociais correspondem a relações de poder mediadas pelas representações de gênero e raça.

Os elementos constituintes da noção de gênero são os simbólicos, que culturalmente dão sentido, em diferentes contextos, às representações, às ideias, às ideologias sobre aspectos femininos e masculinos: os conceitos normativos. Também pela lógica binária, determinam as diferenças entre masculino e feminino; o âmbito político da permanência/reprodução da representação de gênero e o último aspecto está relacionado à identidade subjetiva e sua construção histórica (SCOTT, 1995).

Nesse sentido, a necessidade de uma delimitação de gênero implica uma forma de identificação e do modo como vamos analisar a experiência das mulheres negras sem-teto do MTST. Entretanto, advertimos que gênero não se refere a mulheres, mas a uma forma de organização social das relações de sexo. Nesse universo, nossa pesquisa se restringe às mulheres socialmente determinadas e representadas pela noção binária e não binária de gênero (mulheres cis e trans) na organização social da relação entre os sexos. Portanto, o que importa não são as relações sexuais em si, mas a forma de dominação mediada pelo sexo, que subordina as mulheres a determinadas violências.

A partir dessa definição, importa saber os efeitos de gênero na ordem social, ou seja, seus desdobramentos em privilégios, desigualdades e opressões. Conforme a história nos revelou, a partir de 1960, as lutas feministas causaram um impacto político e cultural sobre a condição das mulheres na sociedade. A compreensão das lutas sociais sob a lógica do gênero, com o compromisso da transformação social, ocorre não somente em relação à representação (masculino e feminino), mas também à organização social da dominação das relações de gênero e seus efeitos.

A questão, portanto, é entender como operam o gênero e raça no modo de produção capitalista para refletir sobre seu processo de mudança. As relações de classe, raça e gênero se combinam em diversas formas de dominação e exploração. Assim, questionamos: quais são os efeitos da dominação de gênero e raça para as mulheres negras sem-teto do MTST? Como elas lutam contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado?

Diante dessas questões, é importante ressaltar que gênero e raça são construções sociais no nível ideológico, que impõem efeitos no campo das relações sociais, incluindo o ideológico, o econômico e o jurídico-político. Nesse sentido, o capitalismo aprofundou essas formas de dominação. O critério de classificação racial e as distinções de gênero são mecanismos eficientes de manutenção da dominação e exploração, nos termos do modo de produção capitalista.

Conforme expôs Quijano (2000), o capitalismo, por seu histórico e estrutura, é heterogêneo e as relações e processos que estabelecem nem sempre possuem as mesmas formas e direções. Assim, a raça e o gênero como marcadores das desigualdades, aliados à herança da escravidão, que durou mais de 300 anos, estruturaram o capitalismo brasileiro sob os pilares do racismo e do patriarcado.

1.1 AS CATEGORIAS MARXISTAS

Definir o objeto por ele mesmo não ultrapassa a névoa que o encobre. As representações do senso comum levam a caracterizações genéricas e óbvias. Então, o caminho necessário de nossa análise parte do real-concreto para o abstrato e se realiza de volta ao real-concreto: “o pensamento é parte integrante da vida social, e graças ao exercício da definição procura explicar as estruturas históricas do conhecimento e iluminar a própria gênese do objeto” (MOURIAUX; BEROUD, 2005, p. 160).

A análise dos resultados da pesquisa teve como referencial teórico-metodológico a relação entre o real-concreto. Dessa forma, o ponto de partida da pesquisa foram as noções

abstratos-formais (conceitos e teorias) pré-estabelecidas de forma crítica (POULANTZAS, 1986). Assim, a pretensão foi entrelaçar sujeito e objeto sob a perspectiva da totalidade social, a fim de apreender o real-concreto enquanto síntese de múltiplas determinações (MARX, 2011).

Para analisar as categorias de raça e gênero combinadas na teoria marxista, lançamos mão da corrente althusseriana, que se propôs a tarefa de repensar o materialismo histórico. Essa empreitada rompeu com as interpretações idealistas e economicistas sobre a análise do funcionamento das sociedades. Desse modo, reformulou conceitos de modo de produção, Estado, ideologia, política e classes sociais.

O conceito fundamental que ancora nossa tese é o de modo de produção ampliado, formado pelas instâncias econômica, política e ideológica, sendo o econômico a estrutura que determina, em última instância, o funcionamento do todo social, portanto sempre operante. Por outro lado, a dominância de uma instância sobre as outras particulariza os modos de produção, por exemplo, a dominância do econômico no modo de produção capitalista, a dominância do ideológico no modo de produção feudal e a dominância política no modo de produção escravista (antiguidade).

Além disso, é preciso destacar a eficácia própria das superestruturas, em relação a sua autonomia relativa. Assim, há uma diferença em se pensar a determinação em última instância e a dominância de uma instância. Nesses termos, no modo de produção capitalista, há uma sobredeterminação da instância econômica porque ela determina, em última instância e ao mesmo tempo, o que é dominante.

Essa reformulação teve o objetivo de se afastar da simples definição da “superestrutura” (direito, ideologia, política, Estado) como mero reflexo da “infraestrutura” (relações de produção e forças produtivas). Com isso, é possível distinguir os diversos modos de produção e suas particularidades (modo de produção feudal, escravista, capitalista). O modo de produção capitalista tem como particularidade a determinação em última instância do econômico e a dominância do econômico, ao mesmo tempo em que as outras instâncias (político e ideológico) possuem autonomia relativa com eficácia própria. Por isso, é possível analisar o papel contraditório do Estado, das suas instituições, da ideologia, em relação aos movimentos populares.

Para enfrentar essa discussão, é preciso trabalhar com o conceito de classe social para compreender a composição social do MTST em perspectiva classista. Nesse sentido, as análises foram feitas do ponto de vista da teoria marxista, principalmente do referencial teórico-metodológico de Nicos Poulantzas, em *Poder Político e Classes Sociais (PPCS)*, de 1968, e em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, de 1975.

É preciso abrir um parêntese aqui: na análise dos movimentos sociais, há um problema quando se fala no campo do marxismo sem considerar as diversas correntes (Lenin, Trotsky, Althusser, Lukács, Gramsci) que o compõem, a qual cada autor se filia, pois isso altera as conclusões a que se chega. Poulantzas renovou a teoria política marxista, uma vez que elaborou a teoria do político no modo de produção capitalista, no campo do marxismo. Essa teoria não está descolada de uma análise econômica e social, mas tem especificidades, porque desenvolve teses que se encontram em Marx em estado prático.

Voltando ao assunto, o modo de produção capitalista possui duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.⁹ Porém, como em nenhuma formação social concreta, não existe apenas um modo de produção. Encontramos diversas classes ligadas a outros modos de produção, além de o processo produtivo capitalista engendrar diferentes frações de classes e camadas entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista.

Do ponto de vista mais abstrato, entretanto, compreendemos que as classes não se constituem apenas na esfera econômica, mas também nas esferas política e ideológica (POULANTZAS, 1986). Segundo Poulantzas (1986), o lugar ocupado pelos agentes nas relações de produção desempenha o papel principal na definição das classes sociais, mas ele não é exclusivo para a sua conceituação. Ou seja, as instâncias do político e do ideológico também são fundamentais na constituição das classes sociais.

O MTST é um exemplo de correspondência entre situação de classe e posicionamento de classe, pois o que dá unidade a esse movimento é a condição objetiva (serem trabalhadores que não possuem casa). Entretanto, as identificações subjetivas de gênero e raça também condicionam a definição das características sociais de trabalhadores que compõem o movimento. Dessa forma, entendemos essa distinção entre a situação objetiva (não ter casa) e a subjetivas (particularidades dos indivíduos como raça e gênero) de modo relacional, já que ambas possuem dimensões objetivas e subjetivas, uma relação não determinada univocamente, já que há formas de consciência que tanto podem dar unidade ao movimento quanto dissolvê-lo. Portanto, o lugar ocupado pelos sem-teto nas relações econômicas de produção¹⁰ importa, mas, além dessa determinação, também apreendemos os níveis do político e do ideológico.

⁹ Por “burgueses” entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado, enquanto “proletários” são a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. [Observação de Engels incluída na edição inglesa de 1888] (MARX; ENGELS, 2008, p. 66).

¹⁰ Partimos do pressuposto de que as classes sociais não se constituem apenas nas relações econômicas de produção, mas também nas relações políticas e ideológicas (POULANTZAS, 1986). Em uma análise distinta, Miliband (1999) contribui para a compreensão das complexas relações de classe ao considerar que a dominação é fator fundamental para a realização da exploração capitalista.

Dessa maneira, entendemos que os movimentos populares não são homogêneos, como se fossem compostos apenas por um segmento das classes sociais. Na verdade, eles são, fundamentalmente, policlassistas (GALVÃO, 2011), considerando as classes médias e camponesas na composição social dos movimentos, além das diversas camadas dos trabalhadores urbanos.

É necessária, então, a articulação de classe, raça e gênero na análise da formação do proletariado brasileiro. Desde a escravidão até a consolidação do capitalismo, raça e gênero são elementos que determinavam quem seria escravizado, em que posição ficaria nas relações de produção ou se seria trabalhador imigrante, quem seria explorado ou superexplorado. A racialização e a generificação compõem a massa de trabalhadores brasileiros. Se, na escravidão, as mulheres negras se dividiam nas lavouras e na casa grande, no pós-abolição, elas continuaram a se dividir entre a casa grande e a rua, como empregada doméstica ou prestadora de serviços, porém, livres formalmente.

Em seu livro *A mulher na sociedade classe*, de 1976¹¹, Saffioti destaca posições as quais as mulheres exerceram em modos de produção anteriores e no capitalismo, como na agricultura, na manufatura ou no âmbito do lar. Em específico, no Brasil, a condição de trabalhadores livres não se efetiva, no modo de produção capitalista, para todos os membros da sociedade. Outros fatores da própria contradição da ordem capitalista, de acordo com Saffioti (1976), são sexo e etnia – para nós, raça e gênero como construção sociais estruturantes em uma base material incidem nesse processo. Segundo a autora, não são elementos autônomos que operam no sentido de aumentar a exploração, mas categorias que agem de acordo com as necessidades e conveniências das relações de produção.

A mulher sempre atuou diretamente na produção de bens e serviços, em todos os modos de produção, e sempre contribuiu para a subsistência da família e da produção da riqueza social.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 35).

¹¹ É importante destacar que essa obra foi escrita e defendida em 1969 e publicada apenas em 1976. Isso demonstra o pioneirismo de Saffioti em refletir sobre a tríade capitalismo, racismo e patriarcado.

As barreiras impostas para as mulheres são, então, reguladas pelas necessidades da ordem capitalista. Enquanto pode utilizar as massas femininas na indústria, o capitalismo o faz em seu interesse, para arrancar o máximo de mais-valia absoluta: intensificação do trabalho, extensão da jornada e baixos salários. Dessa forma, a marginalização do trabalho feminino é a posição que a mulher ocupa na sociedade de classe (SAFFIOTI, 1976). A autora não diz a qual grupo racial ela se refere quando diz trabalho feminino, mas fica claro que as mulheres negras, devido às violências da escravidão, principalmente sexual, como ela destaca, ocupam uma posição social inferior. Nos próximos capítulos, isso será aprofundado.

Como grande parte da base social do MTST é constituída por mulheres e pessoas negras, estas, em grande parte, são trabalhadoras formais ou informais, “incluídos trabalhadores subcontratados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, aqueles que atuam na área informal e os desempregados” (OLIVEIRA, 2010, p. 143). As principais ocupações dos trabalhadores autônomos ou que fazem “bicos” são: pedreiros, ajudante/servente, empregadas domésticas ou diaristas, assalariados sem registro em carteira de trabalho, donas de casa, motoristas, entregadores, balconistas, caixas, auxiliares de serviços gerais, operários etc.

Logo, a definição que embasa esta tese é a de que os sem-teto organizados no MTST pertencem, majoritariamente, à massa marginal, uma camada da classe trabalhadora que estabelece relações marginais no nível das relações de produção, ou seja, relações informais de empregabilidade. Nesse contexto, às mulheres negras sem-teto, sobra o trabalho doméstico, que, como legado da escravidão, é socialmente desvalorizado e, em grande parte, ocorre sem regulamentação, de forma precária e mal remunerada. Geralmente, as trabalhadoras domésticas recebem por diária - o que equivale a limpar uma ou mais casas por dia - e o valor da diária varia bastante. Isso implica a intensificação do trabalho - limpar mais casas para receber mais -, o que precariza ainda mais a condição de trabalho dessas mulheres.

A noção da possibilidade estrutural, conforme Mouriaux e Beroud (2005) e Galvão (2011), destaca a diferença entre situação de classe e posição de classe, no sentido de não ser possível prever o comportamento político dos sujeitos pela sua condição de classe, mas indicar a possibilidade da ação coletiva. A atuação autônoma do MTST e a forma como constrói a identidade coletiva determinam a diferença da prática política das mulheres negras sem-teto do MTST de mulheres negras sem-teto de outros movimentos populares. Nesse sentido, a prática política, por meio da organização e do posicionamento político-ideológico do movimento, faz com que as mulheres negras sem-teto do MTST representem o potencial estrutural da ação coletiva para a transformação social, a luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

No entanto, advertimos quanto ao possível erro de interpretação que nossa tese pode desencadear. Ao dizer que as mulheres negras sem-teto do MTST, em específico, da ocupação Maria da Penha, representam a possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, não significa que elas seriam os sujeitos da história (concepção ideológica e messiânica sobre a transformação social), que definem certos grupos sociais como autores/responsáveis em essência pelo processo histórico da mudança social.

Isso significa uma crítica ao humanismo teórico nos termos de Althusser (2015). Em *Por Marx*, a crítica aos teóricos do humanismo está relacionada a uma suposta essência universal do homem e como ela se apresenta nos sujeitos reais, ou seja, a defesa de que o homem ou as pessoas teriam determinado tipo de comportamento. Essa elaboração teórica parte da tese de que existe um corte epistemológico nas obras de Marx. A revolução teórica em Marx tem como fundamento a crítica à produção filosófica anterior à obra *O Capital*, ao colocar, de um lado, o jovem Marx alinhado com o humanismo, utilizando conceitos indivíduo-essência, e, de outro, as obras da maturidade de Marx, consolidando a crítica ao humanismo e, para o autor, o caráter científico nas obras após o corte epistemológico.

Ao dizer que o conceito de humanismo é ideológico (e não científico), afirmamos ao mesmo tempo que ele designa um conjunto de realidades existentes, mas que, diferentemente de um conceito científico, não dá os meios de conhecê-las. Ele designa, de um modo particular (ideológico), existências, mas não dá a essência delas. Confundir esses dois domínios seria interditar todo conhecimento, alimentar uma confusão e arriscar-se a cair em erros (ALTHUSSER, 2015, p. 185).

Contrariando, então, a concepção segundo a qual a luta das mulheres negras sem-teto do MTST, em essência, seria revolucionária, fundamentamos a análise com base na reflexão de Althusser (2015) de que a história “é um processo sem sujeito e sem fim”. A partir da compreensão do processo histórico e de suas contradições oriundas de rupturas e descontinuidades, o entendimento é do sujeito na história, compondo esse processo contraditório. Por isso, seria incoerente definir o sujeito essencialmente revolucionário, pois há várias possibilidades, como os operários urbanos – ou a massa marginal superexplorada, no nosso entendimento –, os camponeses ou as classes médias.

De acordo com Pinheiro (2014), os sujeitos da ação – os agentes com algum grau de organização que visam à reprodução ou transformação das estruturas da sociedade – fazem sua própria história, porém, não ao seu bel prazer, pois são portadores dos efeitos das estruturas

sociais (econômico, político e ideológico). Por conseguinte, na observação empírica, foi preciso levar em consideração que os sujeitos são socialmente determinados materialmente e subjetivamente. Entre outros elementos, cabe aprofundar a reflexão da articulação dos aspectos político-ideológicos e sua correspondência com a luta de classes.

Assim, o processo de formação dos sujeitos da ação é complexo. Ser mulher, negra, trabalhadora e sem-teto em um contexto de retrocessos de direitos, por um lado, impõe limites à organização política de uns; por outro, incentiva os sujeitos da ação à luta política. Em outros termos, a compreensão da relação entre o pertencimento de classe e o posicionamento político-ideológico desses sujeitos organizados, em uma dada conjuntura, é um caminho possível para entender a dinâmica das classes em luta (POULANTZAS, 1986). É essencial observar, contudo, que não podemos apenas identificar os sujeitos nas relações de produções; é preciso também analisar outros mecanismos de dominação (raça e gênero) (MILIBAND, 1999).

No campo da luta de classes, esta investigação desvendou como as contradições sociais, sob a perspectiva da produção capitalista da cidade, afetam a condição de moradia da base social do MTST, por meio de minuciosa análise política para identificar os interesses e conflitos de classes, sem perder de vista o recorte de raça e gênero. Desse modo, a pesquisa buscou apreender o caráter histórico e concreto das relações sociais analisadas, bem como as possibilidades de superação das contradições enfrentadas pelos sujeitos em ação.

Embora a proposta desta tese seja ampliar a percepção das determinações estruturais das mulheres negras sem-teto do MTST, para não cairmos em um economicismo essencialista, não podemos minimizar os impactos de elementos do âmbito da identidade na análise da potencialidade das transformações sociais. Dessa forma, a realização da pesquisa de campo levou em conta a correspondência entre a prática política das mulheres negras sem-teto do MTST e seu posicionamento político.

1.2 RAÇA E GÊNERO NA ANÁLISE MARXISTA

A investigação proposta primou pela articulação da teoria social marxiana e marxista, articulada à produção do feminismo negro sobre a perspectiva de classe, raça e gênero, para os estudos das mulheres negras sem-teto. Além disso, a ampliação do entendimento das categorias raça e gênero tem o objetivo de analisar a construção simbólica que articula esses dois marcadores e seus efeitos na luta política, ao estabelecer uma subjetividade de resistência, por meio da cultura, religião ou na política – no nosso estudo, nos movimentos populares como meio de resistência e existência.

Para aprofundar a discussão, recorreremos ao feminismo negro que, na década de 1970, preocupou-se em articular as questões de classe, raça e gênero. Ao estudar a sociedade norte-americana, Collins (2016) e Davis (2016) constroem análises que nos ajudam a pensar a realidade brasileira. Por exemplo, a racialização das relações sociais, com base na supremacia branca em detrimento dos grupos não-brancos, acarretou a exploração do trabalho escravo da população de cor, tratada como meio de produção (uma mercadoria em si), tendo negada a sua identidade/existência. Mesmo com o fim da escravidão, a lógica da dominação racial permaneceu de forma estrutural na sociedade.

A principal contribuição dessas feministas negras americanas é evidenciar a contradição com o modelo de sociedade racista, sexista e homofóbica atrelada à intensa exploração da classe trabalhadora com a ideologia do “sonho americano” (*american dream*). Cada uma à sua maneira identificou elementos na história americana que resultaram na segregação racial, a separação entre brancos e negros por meios legais e o encarceramento em massa de negros e negras.

Nesse sentido, podemos relacioná-las com a produção teórica das feministas negras brasileiras. As contribuições de Lélia Gonzalez e Luiza Bairros também identificam a contradição do legado da escravidão, que estruturou a sociedade brasileira em pilares patriarcais e racistas, com a ideologia de que vivemos em uma democracia racial e seríamos um país harmônico racialmente.

Carneiro (2005), por sua vez, destaca o processo de negação das vivências e experiências dos povos afrodescendentes como sujeitos de conhecimento, o que ela chamou de epistemicídio. Isso significa a desvalorização da produção do conhecimento sobre influência do continente africano e da diáspora dos povos africanos. Ou seja, a produção científica, a depender da dominação ocidental, até recentemente invisibilizou a luta das mulheres negras. Por isso, a produção epistemológica do feminismo negro é tão importante para nossa pesquisa.

No entanto, é importante destacar que a luta das mulheres negras é anterior à produção do feminismo como conhecemos:

Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precedem a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e por considerado (WERNECK, 2010, p. 14).

A luta das mulheres negras ajudou a repensar essa divisão, pautando raça e gênero como elementos importantes na superação das desigualdades, pois somente uma luta unificada traria

resultados significativos. Assim, um dos focos de nossa investigação foi o protagonismo das mulheres negras sem-teto na organização do MTST.

No Brasil, as lutas feministas e antirracistas, por meio da transformação na organização política e nas reivindicações, buscaram articular o combate contra a herança patriarcal e escravocrata. O feminismo negro brasileiro deu início a uma nova perspectiva:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003, p. 50).

A interseccionalidade de classe, raça e gênero engendrou a luta do feminismo negro, denunciando a condição da mulher negra. Nesta tese, a interseccionalidade, entretanto, não será tomada como categoria universal para explicar a condição das mulheres negras sem-teto do MTST. Em nossa pesquisa, apontamos as contribuições e limites dessa perspectiva, da mesma forma que Kerner (2012) fez ao questionar: se tudo é interseccional, na relação entre racismo e sexismo (termo utilizado pela autora), como identificar os limites dessa abordagem? A autora propõe ampliar a percepção na busca por semelhanças, diferenças e intersecções, em vez de focar apenas uma dimensão entre essas relações.

Contudo, é factual que o surgimento de “novos” movimentos sociais, na década de 1960 e 1970, evidenciou questões de raça e gênero que antes não apareciam como elementos predominantes no entendimento da exploração e dominação das classes dominadas. Diante disso, de acordo com Gohn (2008), surgem explicações para compreender esses aspectos, no entanto, isso levou a um afastamento da centralidade de classe pelas teorias pós-modernas.

Concluimos que essa perda da centralidade das classes sociais (ou seja, a mudança da agenda de pesquisa), nessas análises, fragmentou as teorias sociais e não fez avançar, principalmente na teoria marxista, uma análise que leve em consideração a totalidade das questões de classe, raça e gênero. Nossa preocupação, no campo das Ciências Sociais, é aprofundar esse debate e seus efeitos na organização e no posicionamento político-ideológico dos movimentos populares.

Desse modo, devemos enfrentar o debate entre classe, raça e gênero na constituição dos sujeitos sociais. Em outros termos, a condição dos negros e das mulheres na sociedade capitalista seria um problema de raça/gênero ou de classe? Assim, “assumir o debate sobre o conceito de raça pressupõe determinada abertura para reconhecer o sistema de desigualdade estrutural da sociedade brasileira” (SILVA, 2000, p. 101), da mesma forma que a situação de gênero está nessa condição.

Essa ausência da discussão sobre raça e gênero não permite o aprofundamento da totalidade de relações sociais em uma dada formação, reforçando a ideologia de que as distâncias sociais são motivadas apenas pela questão econômica e contribuindo para a sustentação da bandeira da democracia racial¹² (SILVA, 2000). Por isso, há a necessidade de refutar a hipótese de que raça e gênero seriam apenas elementos subjetivos na constituição dos sujeitos sociais.

Diante disso, a atual conjuntura política brasileira desenha um cenário desfavorável às mulheres negras sem-teto: de um lado, o recrudescimento do conservadorismo/racismo acompanhado do aumento da violência doméstica e do feminicídio. De acordo com o Mapa da Violência, em 2018, o número de mulheres assassinadas foi de 4.519; desse total, 68% eram mulheres negras. Neste ano, a cada duas horas, uma mulher foi vítima de feminicídio no Brasil.¹³ Além da violência doméstica, elas são afetadas pela falta de creches e escolas, desemprego, limitação do acesso ao ensino superior, moradias precárias e abandono parental.

Paralelamente, desde 2013, ascende um conservadorismo, principalmente com base nas classes médias, que questiona pequenos ganhos sociais obtidos pela classe trabalhadora nos governos do PT. Um resultado disso é a vitória, nas eleições de 2018, de uma candidatura com discurso neofacista, que efetivou o retrocesso com a retaliação de políticas públicas essenciais. As consequências dessa retaliação serão analisadas concretamente em relação à organização do MTST, principalmente seus efeitos sobre as mulheres negras sem-teto.

Nesse contexto, como pensar a luta antcapitalista¹⁴ do MTST e seu projeto de transformação social sem colocar em pauta os valores que sustentam a sociedade capitalista

¹² A ideologia da democracia racial criou, no imaginário social, a ideia de que brancos, negros e índios convivem harmonicamente. Além disso, a “Ideologia do embranquecimento retira do cenário nacional a discussão da questão racial, visto que defende a ideia de ausência de raças e faz apologia da existência da cordialidade entre brancos e negros, excluindo a possibilidade de conflitos” (SILVA, 2000, p. 104).

¹³ Dados disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/7/2018>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁴ Segundo Goulart (2011), os sem-teto do MTST realizam as suas ações numa perspectiva classista e antcapitalista. Para a autora, o surgimento desse movimento possui estreita relação com os movimentos populares dos anos 1970 e 1980, principalmente com o MST. Mesmo com o PT assumindo o governo federal, em 2003, o MTST permaneceu com uma orientação político-ideológico que corresponde à determinação de classe dos sem-

brasileira? Entendemos que as diferenças de classe, raça e gênero se interseccionam dialeticamente na produção das desigualdades sociais, pois a desigualdade racial e de gênero não é determinada exclusivamente pela condição de classe ou de identidade. Dessa forma, embora a luta por redistribuição não esteja de acordo com a perspectiva marxista adotada nesta tese, entendemos que o MTST, em certo ponto, trava uma luta por justiça que exige tanto redistribuição (bens materiais) quanto reconhecimento (diferença social), conforme Fraser (2006). Em vez de negar os aspectos da identidade nas organizações políticas, é necessário desenvolver uma análise crítica dessa relação.

Isso significa, em parte, pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem (pois há muitas concepções concorrentes de ambos!). Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente. Exige também, portanto, esclarecer os dilemas políticos que surgem quando tentamos combater as duas injustiças ao mesmo tempo (FRASER, 2006, p. 231).

Por isso, foi necessária a reflexão sobre a totalidade das relações sociais em relação às condições materiais dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-teto, que resultam na forma como o capitalismo aqui se desenvolveu historicamente. Além disso, atualmente, as mulheres negras sem-teto se deparam com diversas formas de opressão quando se organizam no MTST.

Se, por um lado, existe, por parte da academia, um afastamento da centralidade da luta de classes em suas análises, por outro, também há problemas quando as análises centralizam a luta de classes, realizando uma abordagem economicista, sem fazer a articulação entre as estruturas (econômico, político e ideológico) e, muito menos, com as determinações de raça e gênero. Contudo, se a maioria dos sem-teto do MTST é de mulheres negras, a análise deve ser mais aprofundada, sobretudo à luz das discussões da teoria marxista e do feminismo negro, articulando a dinâmica entre classe, raça e gênero, sem perder a perspectiva da luta de classes.

1.3 MARXISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A proposta, neste tópico, é fazer uma aproximação entre marxismo e movimentos sociais, ou seja, utilizar a contribuição do marxismo para a análise das lutas sociais de um modo geral e específico. É comum a noção de que essa corrente teórica não consegue esgotar a

teto. Buscou superar a perspectiva da luta por cidadania, que marcou os movimentos populares dos anos 1990, e organiza sua luta sob a perspectiva da luta de classe.

compreensão de fenômenos que estariam “fora” do escopo das classes sociais – como se fosse possível algum fenômeno social contemporâneo fora dessa lógica. Além de demonstrar as bases da necessária articulação entre marxismo e movimentos sociais, apresentaremos as diferenças das abordagens teóricas marxistas que auxiliam nossa análise.

Como podemos observar, a partir de 1970, tornou-se problemática a vinculação entre classes sociais e movimentos sociais, conforme a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Alguns elementos explicam essa tendência: as novas formas de relação de trabalho, a redução da massa de trabalhadores industriais e a ascensão social das classes médias. Ademais, a autonomia relativa do Estado promove novas formas de luta, distantes do caráter conflitivo de classe, além do advento de lutas que não reduzem suas pautas à relação capital x trabalho. Assim, podemos dizer que a empreitada de aliar luta de classes e questões políticas/ideológicas ainda é complexa.

A primeira pergunta que orienta nossa crítica é: por que os sujeitos se organizam nos movimentos sociais? Em outras palavras, o que leva mulheres negras sem-teto a entrar no MTST para reivindicar moradia? A resposta parte do pressuposto de que não há uma relação mecânica entre a situação objetiva de classe, o lugar que ocupam nas relações de produção e o posicionamento político-ideológico de classe, pois não são todos os sujeitos nessa situação que se organizam politicamente. Então, não é o fato de não ter moradia que as faz se mobilizar, mesmo que esse seja um motivo legítimo.

Nossa tese responde, em certo ponto, à questão acima: a condição das mulheres negras sem-teto do MTST representa a possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Nesse sentido, a possibilidade estrutural se refere à determinação de classe, raça e gênero articulada à ação coletiva, que mobiliza as contradições da insatisfação material e da dominação simbólica junto ao repertório político e o processo político na conjuntura. Portanto, a noção da potencialidade estrutural corresponde à determinação de classe dos sem-teto e o posicionamento político do MTST. No último capítulo, a forma como o movimento mobiliza a luta política para a mudança social ficará mais evidente.

A respeito da relação marxismo e movimentos sociais, Galvão (2011) aponta duas hipóteses: a primeira é a de que não existe uma teoria marxista sobre a temática plenamente desenvolvida; a segunda, embora a primeira represente uma lacuna em torno dessa questão, considera que o marxismo possui elementos suficientes para que seja possível elaborar uma teoria dos movimentos sociais. Nesse sentido, concordamos com as proposições da autora, por isso, nosso objetivo é contribuir para o desenvolvimento da análise sobre os movimentos sociais fundamentada nos conceitos do marxismo.

Complementando o debate, Poulantzas (1975) afirma que as classes sociais não são meros reflexos da determinação econômica e, por conseguinte, não as identifica com base na renda obtida nas relações de trabalho. Logo, afastamo-nos da leitura economicista de classe por ser limitadora. Destacar a diferença entre situação de classe e posição de classe não significa que não é possível prever o comportamento político dos sujeitos pela sua condição de classe, mas indica a possibilidade da ação coletiva. Por essa razão, conforme Galvão (2011), também utilizando como base a definição de Poulantzas, as classes sociais são multideterminadas, simultaneamente, pelos níveis econômico, político e ideológico:

A exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classe na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalista (GALVÃO, 2011, p. 111).

Dessa forma, as classes sociais não são um bloco homogêneo, impossibilitando a divisão, os conflitos e interesses entre burguesia e proletariado. Em vez de se pensar a divisão das classes sociais somente em dois campos opostos, a opção é refletir sobre a fragmentação das classes dominantes (devido aos diversos interesses conforme o modo de produção) e da classe dos trabalhadores em camadas (campesinato, operários, massa marginal, classe média), ou seja, a emergência de classes intermediárias nos processos políticos. Assim, os movimentos sociais são policlassistas (GALVÃO, 2011); por exemplo, as classes médias vão cumprir um papel decisivo para limitar o avanço do combate ao “mito da democracia racial” no movimento negro.

Em reflexão anterior, Galvão (2008) já indicava que as classes sociais não tinham desaparecido e ainda importavam na análise dos movimentos sociais. É fato que os movimentos sociais contemporâneos diferem das lutas dos operários do século XIX e XX. No entanto, a incorporação acrítica das teorias dos movimentos sociais, tanto do paradigma norte-americano quanto do paradigma europeu, foge da análise marxista porque negam, em certo ponto, os conflitos de classe na dimensão do trabalho. Portanto, é preciso resgatar o elemento fundamental desse tipo de análise: a luta de classe.

Dessa forma, Galvão (2008), a partir da reflexão de Castells (1972/73), Lojkin (1977), Laclau e Mouffe (1985), Vakaloulis (2003) e Mouriaux e Bérout (2005), considera que a perspectiva marxista busca relacionar interesses de classes aos valores universais (direitos humanos, meio ambiente, liberdade, paz, igualdade), às demandas econômicas e políticas. Por

isso não é possível desvincular interesses materiais da ação política, já que as contradições partem de ambos os aspectos. Assim, não é necessário dividir questões culturais e políticas na análise sobre os movimentos sociais no campo do marxismo.

Trabalhar com as contradições de classe ajuda a compreender os conflitos, as resistências dos dominantes à ação das classes dominadas, sobretudo quando elas são capazes de desvelar e apontar para as causas da desigualdade e da exploração. A abordagem marxista também permite ao analista se interrogar sobre a diversidade dos movimentos e, ao mesmo tempo, buscar seus elementos comuns. Ainda possibilita compreender os movimentos de modo não linear, uma vez que a conflituosidade é feita de avanços e retrocessos. Isso requer examinar as contradições que o movimento encerra, seus limites (GALVÃO, 2008, p. 15).

Vakaloulis (2005) levanta uma questão importante para se pensar o antagonismo social na atualidade, em que há mais dificuldades e empecilhos (obstáculos estruturais) para a organização política do que facilidades. As limitações externas, em relação à “precarização da vida cotidiana, à degradação das situações de trabalho e à perda das garantias coletivas, a duradoura crise das relações políticas e o enfraquecimento dos grandes relatos de emancipação social” (VAKALOULIS, 2005, p. 126) se fortaleceram.

Nesse sentido, há o eterno dilema entre o descontentamento das condições materiais e a tentação de “se refugiar na fortaleza do individualismo”, além da efemeridade das lutas que caracterizam as conquistas imediatas das reivindicações e, conseqüentemente, leva ao não questionamento das relações de poder dominantes.

O interessante, na reflexão de Vakaloulis (2005), é a crítica às controversas perspectivas analíticas sobre os movimentos sociais baseadas no paradigma da “exclusão social”, que tendem a homogeneizá-los como se fossem um “ator social integral”, colocado fora do campo da política, o porta-voz da “multidão”. No entanto, as lutas recentes, como as greves de 1995 na França, são heterogêneas em relação aos motivos para adesão à luta, pois a diversidade das motivações e as particularidades de cada um constituem essas ações.

Sob esse prisma, se isso não é levado em consideração, a definição de movimento social “não é capaz de designar aquilo que é chamado a representar, pois sua verdade teórica transcende a singularidade empírica das formas de mobilização observadas” (VAKALOULIS, 2005, p. 130). Por isso, há a necessidade de ampliar a abrangência na análise das lutas sociais. O termo movimento social, segundo o autor, não seria adequado para a análise das ações de protesto, porque não valoriza o processo político de mobilização e a dinamicidade das relações sociais do antagonismo social.

[...] o movimento social que se opõem à modernização liberal das relações de exploração e dominação. A noção de movimento social indica a persistência de uma interação antagônica prolongada que vai além do momento crítico de conflitos isolados. Refere-se, portanto, a efeitos de expansão e contágio, de repercussão intra e intersetorial, de deslocamento de escala de difusão desordenada das disposições de protesto (VAKALOULIS, 2005, p. 129).

A análise dos movimentos sociais, por essa linha da “exclusão social”, representaria um processo linear relacionado diretamente à exploração e à dominação capitalista, próximo da tese da determinação estrutural. Por outro caminho, o autor advoga pela noção da “dialética histórica” que compreende os fatos em si, as ações de protesto em seus limites diante do processo político, portanto, a possibilidade da construção autônoma das lutas e as dificuldades de transpor as barreiras estruturais e simbólicas (VAKALOULIS, 2005). Assim, a saída é não supervalorizar a determinação estrutural nem reduzir a subjetivação dos sujeitos providos de identidades e desprovidos de objetividade histórica.

Dessa análise, é possível perceber que o antagonismo social, no contexto neoliberal, possui algumas características: multiplicidade de formas de luta e as contradições estruturais ainda são pauta, embora a construção de um projeto histórico seja mais difícil diante da primeira condição. Vakaloulis (2005) realiza, desse modo, uma crítica às ações coletivas, que simplesmente articulam os interesses “individuais” com os interesses do coletivo, um tipo de participação “à la carte”, em que os sujeitos escolhem as pautas/reivindicações das quais fariam parte. A partir dessa delimitação sobre o antagonismo social, com base nas contradições sociais, é possível identificar as análises fora do eixo da luta de classes.

Destacamos a contribuição de Machado (2017) para avançar na reflexão. A partir das contribuições de Poulantzas, Machado propõe uma teoria política marxista dos movimentos sociais, baseada em dois elementos relacionados à organização política das classes: “de um lado, a autonomia específica do Estado capitalista em relação às classes e à luta de classes e, de outro, as defasagens entre as práticas políticas de classe e a cena política como lugar privilegiado de ação aberta das forças sociais por meio da representação política de classe” (MACHADO, 2017, p. 40).

O primeiro elemento é uma característica do Estado capitalista que possibilita às classes exploradas obterem determinados ganhos, sem alterar as estruturas de dominação de classe. Então, para o autor, as classes dominantes se organizam politicamente, por intermédio do Estado capitalista, para manter a dominação e frear qualquer ameaça à ordem. O segundo elemento, por sua vez, deriva do primeiro, pois a organização política, mediante os movimentos

sociais, vai depender dos limites impostos pela organização da classe dominante via Estado capitalista na “cena política”¹⁵.

Em outras palavras, existe uma representação defasada dos interesses políticos do Estado e do bloco no poder, por exemplo, a redução do acesso a direitos sociais básicos e a alteração de lei trabalhistas que desfavorecem os trabalhadores. Dessa forma, a autonomia específica do Estado capitalista e a defasagem na representação dos interesses políticos na “cena política” permitem às classes dominadas se organizarem em movimentos sociais (MACHADO, 2017).

Logo, há diferenças entre a luta política das classes dominantes e a das dominadas. De modo geral, o único interesse das classes dominantes garantido pelo Estado são as condições gerais de dominação; os demais são objeto de luta entre as frações dominantes. Elas não precisariam se organizar em movimentos sociais; a depender da conjuntura, sua organização se expressa de forma específica¹⁶.

Já no caso dos dominados, em suas lutas, evidenciam-se defasagens da representação dos seus interesses de classe, ao reivindicarem melhores condições de trabalho, moradia, transporte coletivo, terra, acesso a direitos básicos, reconhecimento das diferenças sociais etc. Por essa razão, quando certas demandas são atendidas, o Estado “cumprir o papel de dissolver o caráter classista inicial, transformando-o em interesses de “todos” (“povo-nação”). Opera, assim, uma defasagem em sentido inverso – de “baixo” para “cima” – ao “universalizar” uma demanda inicialmente classista, situando-a, ao final, no âmbito da cidadania” (MACHADO, 2017, p. 46).

O interessante, nessa contribuição, é perceber a defasagem em relação à determinação de classe e ao posicionamento de classe na “cena política”. Nesse sentido, não são todos os movimentos sociais que correspondem a essa relação na medida em que, geralmente, as organizações políticas das classes dominantes encobrem seu pertencimento de classe com discursos que ocultam os seus interesses, como se fosse beneficiar todos. Mas isso também pode acontecer com os movimentos sociais dos dominados, que, dependendo da conjuntura política, podem tomar posições que não favoreçam os interesses da classe à qual pertencem.

Conforme Boito Jr. (2002) analisa, a alta classe média, como classe aliada ao bloco no poder, apoiou o projeto político e econômico neoliberal na tentativa de defender seus interesses.

¹⁵ “a ‘cena política’ se remete às práticas políticas de classe nas formações sociais capitalistas” (MACHADO, 2017, p. 44).

¹⁶ Diego Batista Rodrigues de Oliveira, em sua dissertação *Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos movimentos de classe média sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018)*, de 2018, analisou a organização política das classes dominantes.

Essa aliança se deu pela defesa de uma política que separou os serviços destinados aos “pobres” e os destinados aos grupos “emergentes”, uma espécie de “cidadania dual”: “confina a massa trabalhadora nos serviços sociais públicos decadentes e reserva os serviços sociais privados para os setores de renda elevada” (BOITO JR., 2002, p. 26). No entanto, essa mentalidade “elitista” atingiu os trabalhadores de baixa renda, que se colocaram como classe de apoio desse mesmo projeto pela ideologia da cidadania, que, para o autor, é restrita e hierarquizada. No próximo tópico, isso será aprofundado.

Por outro lado, é importante considerar que as análises dos movimentos sociais da América Latina de 1990 a 2000, no contexto de implementação das políticas neoliberais, evidenciam que essa conjuntura possibilitou a emergência dos movimentos sociais¹⁷ declaradamente oriundos das classes populares: “o paradoxo da hegemonia neoliberal é, justamente, que ela provoca a deterioração das condições de vida das classes populares” (BOITO JR., 2002, p. 32). Por essa razão, o crescimento do desemprego altera a força da luta sindical e “novos” movimentos sociais classistas emergem desses setores:

Os desempregados e subempregados engrossaram também os movimentos dos sem-teto. Os trabalhadores sem-teto são pessoas empregadas com baixo salário ou desempregadas. No que respeita à situação de moradia, são inquiridos ameaçados de despejo, moradores de cortiços, moradores de favelas e moradores de rua (BOITO JR., 2002, p. 36).

No entanto, os movimentos sem-teto são diversos. Embora tenham uma situação comum em relação ao pertencimento de classe, não existe uma unidade quanto ao posicionamento político-ideológico. Em grande parte, são despolitizados, visando, exclusivamente, a conquista da moradia, o que não é menos importante. Por isso, essa perspectiva impõe limites às organizações mais pontuais do que aquelas com ações mais radicais com ocupações, pois “os inimigos dos movimentos de sem-teto são os grandes proprietários e rentistas do solo urbano e a reivindicação pela qual lutam aponta para a necessidade de uma ampla reforma urbana que mexeria com grandes interesses do capitalismo brasileiro” (BOITO JR., 2002, p. 37).

Para compreender essas diferentes formas de luta, de acordo com Mouriaux e Beroud (2005), a definição de movimentos sociais deve captar a sua dinamicidade, seu carácter multidimensional e conflitivo. Como, então, qualificar os diversos tipos de conflitos sociais? Primeiramente, é preciso reexaminar as teorias existentes e construir uma leitura própria desse objeto. A caracterização dos movimentos sociais impõe a não generalização ou a redução a

¹⁷ Mouriaux (2002) define os conflitos sociais oriundos desse contexto de “movimentos de urgência” porque a insatisfação popular foi o combustível para lutar por questões básicas de sobrevivência.

determinado elemento. A indicação possível perpassa três tendências: 1) a conjuntura que influencia na direção, organização e demandas das lutas sociais, 2) a possibilidade de novas formas de ação para a contestação e 3) existem níveis de luta que impõem avanços e limites à ação. Essas indicações, em meio às fragmentações das lutas sociais, auxiliam a identificação das tendências dos movimentos sociais.

No mesmo caminho, é possível distinguir diferentes formas de lutas e níveis de ação política. De acordo com Galvão (2011), temos: 1) demandas pontuais ao Estado; 2) lutas por reformas; 3) mudanças das práticas e valores sociais; 4) luta antissistêmica. Essas tendências ajudam, na análise, a identificar o impacto político que produzem. Assim, não se exclui nenhuma forma de luta dos movimentos sociais como menos importante, uma vez que é possível combinar vários níveis de luta numa mesma organização, por exemplo, a luta anticapitalista. Desse modo, essas características apenas indicam a dimensão do nível de luta numa dada conjuntura.

Da condição objetiva (não ter casa) à condição subjetiva (posição de classe), entendemos como uma relação dinâmica e não determinada. Nessa relação, há diferença quanto ao posicionamento político-ideológico, que pode dar unidade ao movimento ou dissolvê-lo. Compreende-se que o conjunto das relações sociais de produção estabelece uma superestrutura política e jurídica que determina as formas como as pessoas ou as organizações se posicionam numa dada conjuntura.

Assim, essa noção do posicionamento na luta de classe se contrapõe à noção de consciência de classe que, de modo geral, entende a consciência como algo dado a partir das condições materiais. Por isso, a opção, nesta pesquisa, foi perceber as mudanças quanto ao posicionamento do MTST na luta de classe. Se, em seu início, o movimento fazia um enfrentamento mais radical aos governos, reivindicando moradia, após 2003, com a ascensão do governo PT, estabeleceu uma relação mais estreita e de apoio ao governo Lula.

Ainda sobre a análise dos movimentos sociais, para Souza (2008), as ações coletivas englobam toda e qualquer contestação ou não, das quais resultam os ativismos sociais, que se desdobram em movimentos sociais. Esses movimentos, enquanto um tipo particular de ativismo social, têm como característica atuação mais duradoura e senso-crítico à situação estabelecida. Embasado nessa definição, é possível diferenciar os diversos tipos de ações coletivas e especificar seus níveis e formas de luta.

No capitalismo contemporâneo, em meio às crises de representação, os movimentos sociais estabelecem novas formas de participação política e, entre tais formas, concluímos que o MTST preenche uma lacuna organizando as mulheres negras sem-teto. É importante expor,

nesse momento, o problema das classes intermediárias e seu papel na luta política. Existe um amplo debate em torno dessa definição no campo do marxismo, porém, não conseguiremos esgotar a reflexão para não fugir à nossa análise.

Continuando a discussão, destacamos a contribuição de Poulantzas (1975), que trabalha o conceito ampliado de proletariado, alterando a reflexão sobre o crescente papel dos trabalhadores não manuais, devido às alterações das relações de produção. Para ele, a “nova pequena burguesia” não poderia ser examinada somente em seu aspecto econômico; a determinação de classe ocorre pelos efeitos das estruturas do econômico, político e ideológico. Nesse sentido, as relações políticas e ideológicas são fundamentais na análise. Assim, a adoção da ideologia do individualismo burguês caracteriza as classes médias, por exemplo, na defesa da ascensão social, da meritocracia e defesa do Estado de direito.

De acordo com Trópia (2004), a “nova” classe média surge da reconfiguração de setores da economia, principalmente de serviços. É um conjunto heterogêneo de trabalhadores, logo, o “nova” não é no sentido de novidade, mas de mudança nas relações de trabalho, com o aumento do número de trabalhadores não manuais assalariados. Um destaque é a diferença salarial desses setores em relação aos trabalhadores manuais. Assim, a identificação pelo esquema da estratificação pode ocultar os conflitos de classe e o papel das classes médias. Para a autora, portanto, as classes médias são frações da classe trabalhadora que, geralmente, executam trabalhos não manuais e aderem à ideologia meritocrática.

Boito Jr. (2002), ao analisar as mudanças nas relações de classe e do poder na implementação do modelo capitalista neoliberal, identifica a “nova burguesia de serviços”, que cumpriu um importante papel no apoio ao bloco no poder, representando a posição mais reacionária da burguesia brasileira:

[...] que cresce explorando comercialmente atividades e serviços sociais antes assegurados pelo Estado. Essa fração está ligada, principalmente, à exploração dos serviços de saúde e de educação e, mais recentemente, à previdência privada. Crescimento da nova burguesia de serviços é um subproduto necessário da redução dos gastos e dos direitos sociais (BOITO JR., 2002, p. 23).

Sallum (2005), ao debater sobre as classes intermediárias, expõe a reflexão de alguns autores. Goudner (1979) identifica, nos movimentos sociais, o papel da “Nova Classe” (espécie de “*intelligentia técnica*”), a nova classe média. São assalariados que detêm o controle do processo de trabalho, disputam o poder e possuem um capital cultural em termos qualitativos, por isso, possui a “cultura do discurso crítico”. Dessa forma, o interesse dessa “nova” classe

seria valorizar seu capital cultural. Na mesma linha, Melucci (1980) e Offe (1985) reconheceram o papel da “nova classe média” nos “novos” movimentos sociais, no entanto, concluíram que suas lutas não eram em favor de uma classe.

A contribuição, para nossa tese, é compreender o papel das classes médias em sua heterogeneidade, pois há setores que se aliam à luta dos movimentos populares, auxiliando no processo político de organização da classe trabalhadora. Esses setores fazem o papel de mediação política necessária de trabalho de base, assim como a articulação com sindicatos e partidos na construção de um projeto político contrário à dominação e à exploração capitalista. Assim, não defendemos a tese da “essencialidade” revolucionária, que atribui à classe trabalhadora o papel único da transformação social. Conforme demonstraremos, o MTST busca articular sua luta com outros setores políticos.

Embora nem todo conflito se reduza à determinação de classe, não é possível separar os efeitos econômicos, políticos e ideológicos, pois estão inseridos na formação social capitalista determinada pela relação capital x trabalho. Logo, todo movimento social inserido nessa condição não pode ser compreendido fora desses termos. Por isso, é possível pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva porque, por mais que se evidenciem marcadores culturais na constituição dos sujeitos, eles são sobredeterminados pelas estruturas econômica, política e ideológica.

Como propôs Davis (2017), em seu discurso para jovens recém-formados, como um sonho, imaginem um mundo sem racismo, sem sexismo, sem homofobia e sem exploração do trabalho. Um mundo onde a mulher negra não tenha como destino único ser empregada doméstica, não tenha que perder sua infância para sobreviver, não seja tratada como escrava, não tenha que perder um filho para passear com o cachorro da patroa.¹⁸

Imaginemos o fim das desigualdades salariais, em que a mulher não tenha que receber menos por causa da sua condição de gênero e raça. O fim da guerra contra o tráfico de entorpecentes, que mata inúmeros jovens negros. O fim do encarceramento em massa da população negra, muitas vezes, sem julgamento e condenados sem provas, apenas por ter as características físicas “padrão” de suspeitos.

¹⁸ Em 2020, Mirtes Souza, empregada doméstica, levou o filho Miguel, uma criança negra de cinco anos, ao trabalho no apartamento da família Corte Real (o sobrenome ilustra bem a relação escravocrata que ainda persiste no Brasil) por causa do isolamento social, as creches estavam fechadas. Mirtes, ao descer para passear com o animal de estimação da patroa, em poucos minutos, Miguel, ao chorar pela mãe e não ser impedido de procurá-la, caiu do 9º andar do prédio em que sua mãe trabalhava. Dados coletados do jornal eletrônico BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110>. Acesso em: 03 out. 2022.

Imaginem um mundo onde mulheres podem decidir sobre seu corpo, mulheres negras não sejam objeto de desejos sexuais e violentadas. Que elas possam escolher o maternar, que sejam respeitadas em seu parto, viver em um lar onde as tarefas domésticas e a criação dos filhos são divididas com seus parceiros. Um mundo onde nós, mulheres negras, não somos abandonadas, excluídas e maltratadas. O exercício da imaginação é importante no processo de posicionamento político, mas, para que isso não seja somente um sonho, é preciso “se levantar, unir-se e lutar pela paz, por empregos, pela igualdade e por liberdade!” (DAVIS, 2017, p. 150).

Com esses apontamentos, enfatizamos a centralidade da oposição capital *versus* trabalho na análise dos movimentos populares recentes, assim como a necessidade de correlacionar as determinações estruturais e o posicionamento de classe na conjuntura. Essas relações dão base para a compreensão dos avanços e limites do antagonismo social em relação ao posicionamento político-ideológico na luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

Portanto, a análise dos movimentos populares pelo seu dinamismo, considerando os avanços e os retrocessos, coloca-nos o desafio de analisar as mulheres negras sem-teto com base na luta de classe e nas suas especificidades de raça e gênero, sem reduzir um ou outro à questão simbólica ou de classe.

2 LUTAS E CONFLITOS: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST

Este capítulo trata da pesquisa de campo realizada na ocupação Maria da Penha¹⁹, localizada em Guarulhos, no estado de São Paulo. A escolha pela pesquisa qualitativa visa a jogar luz sobre os fenômenos sociais, na busca por demonstrar possíveis respostas aos problemas levantados no desenvolvimento da tese. A observação participante e as entrevistas foram os recursos escolhidos para identificar práticas, valores, trajetórias e conflitos em relação à luta das mulheres negras sem-teto do MTST.

Com base nas discussões teóricas sobre questões de classe, raça e gênero, levantadas nos capítulos anteriores, optamos por evidenciar a trajetória de vida desses sujeitos afetados pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, como sujeitos da transformação social.

Em seguida, destacamos a história de luta do MTST, o processo de construção e composição social, o contexto social e político da ocupação Maria da Penha, suas motivações e objetivos. Ademais, traçamos o perfil das mulheres negras sem-teto dessa ocupação e o posicionamento político-ideológico adotado por elas. Por fim, demarcamos a potencialidade da luta por moradia em relação à mudança social nas questões de classe, raça e gênero.

2.1 A HISTÓRIA DO MTST

Baseado na delimitação teórica para a construção desta tese, obrigatoriamente, precisa-se resgatar a trajetória do MTST: sua origem, bandeiras de luta e ações ao longo da história do movimento até a atualidade. Pesquisas recentes já realizaram essa tarefa, o que auxiliará em nossa pesquisa²⁰. O diferencial, aqui, será analisar os trabalhadores sem-teto do ponto de vista da classe social a que pertencem e refletir sobre a posição de classe das mulheres negras sem-teto do MTST.

O título “A história do MTST é a história da mulher na periferia”, do prefácio do livro *MTST: 20 anos de história*, resume o cerne de nossa tese. A primeira linha já demonstra o perfil

¹⁹ Maria da Penha, farmacêutica, em 1983, foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte do seu esposo. No entanto, somente após 19 anos conseguiu justiça. Em 2006, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Instituto Maria da Penha). Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁰ Ao buscarmos referências sobre esse histórico, identificamos uma vasta bibliografia sobre o surgimento desses movimentos, por isso não faremos uma nova sistematização desse histórico. Indicamos as pesquisas de Rodrigues (2002), Oliveira (2010), Goulart (2011) e Martins (2015).

dos sujeitos que compõem esse movimento: “a história do MTST é a história de mulheres e homens, rebeldes e radicais”. Ainda assim, questionamos por que esses sujeitos se organizam num movimento popular para lutar por moradia e denunciar problemas relacionados à condição de vida material e social. Ao longo desse tópico, vamos buscar essa resposta na história do MTST.

O problema da imensa desigualdade social, fruto da concentração de riquezas que afeta grande parte dos trabalhadores urbanos, é a base da história de um dos maiores movimentos populares do Brasil, que se constrói há mais de 20 anos. O MTST acolhe aqueles que vivem e lutam contra o cotidiano periférico, segregador e excludente das cidades brasileiras, com escassez dos serviços básicos de educação e saúde, desemprego, trabalho precário, falta de infraestrutura de transporte público, violência policial e violência doméstica. Assim, no movimento, “os calados gritam” e “os escravizados quebram as correntes” (SIMÕES, 2017), ao dar voz aos invisibilizados para que possam transformar a ordem social.

O Brasil, em 1970, tornou-se oficialmente urbano, no entanto, isso não significou igualdade no acesso e ocupação do espaço urbano. Um século depois, reproduziu a lógica da concentração de terras, que, desde a colonização, expulsou os povos nativos de seus territórios com a Lei de Terras de 1850, que determinava a aquisição de terras a quem já tivesse a posse ou pudesse comprar. Por esse motivo, a falta de acesso à terra é estrutural e, para a maioria da população, é um problema até hoje. Não é por acaso que o MTST tem como bandeira de luta a reforma urbana. Isso significa que a história do movimento está entranhada na luta pela terra: nasce, então, o MTST, filho da necessidade.

O contexto de surgimento do MTST, na década de 1990, é marcado pelo período de recessão e instabilidade econômica. Por essa razão, é importante abrir um parêntese e marcar o contexto neoliberal nesse processo de crise. O neoliberalismo, no Brasil, adotado pelo governo FHC, do PSDB, implementou uma política de privatizações, alinhada à política internacional imperialista, de redução dos gastos públicos destinados a saúde, educação, transporte público, habitação, emprego, segurança, entre outras ações.

Em decorrência disso, em 1996, de acordo com Gonçalves (1998), em relatório para o IPEA, o déficit habitacional era de mais de 5 milhões. O custo de vida se elevou e a moradia se tornou mais um desafio para o trabalhador, atingindo especialmente os trabalhadores das camadas mais pobres. Assim, o resultado foi o aumento substantivo da instabilidade do trabalho e do desemprego, ou seja, uma condição de total desfavorecimento aos trabalhadores.

Diante desse contexto de instabilidade econômica, uma das regiões de maior crescimento do estado de São Paulo se tornou palco dessa situação. A região metropolitana de

Campinas, em 1990, teve um crescimento urbano significativo somado ao aumento da pobreza. Segundo Goulart (2011), “16,76% da população de Campinas vivia oficialmente em moradias precárias”. Além disso, a região era palco de intensas lutas sindicais e do Movimento Sem Terra (MST).

Nessa época, já aconteciam ocupações urbanas na periferia, de forma espontânea, tanto que os militantes do MST viram, nesse contexto, a importância de construir um movimento social urbano de luta por moradia e, em paralelo, contribuiu com as ocupações espontâneas. Algumas ocupações foram importantes para o início da organização do MTST e marcariam sua história:

Destacavam-se a ocupação San Martin, com cerca de 3.500 famílias, o Jardim Campo Belo, com mais de 3.500 famílias, a Eldorado dos Carajás, com 650 famílias, à ocupação Carlos Marighella, com cerca de 200 famílias, e a maior de todas, o Parque Oziel, que hoje é um bairro consolidado e abriga mais de 15.000 pessoas. Isso sem contar o Jardim Monte Cristo e a Gleba B, que com o Parque Oziel, forma uma espécie de ‘complexo’, abrigando mais de 10 mil famílias (SIMÕES, 2017, p. 25).

De Campinas, a luta por moradia do MTST foi para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Norte. Mas foi na Grande São Paulo, em 2000, na cidade de Guarulhos, que ocorreu uma ocupação com 2.000 famílias, a ocupação Anita Garibaldi, a maior em dimensões e em organização, no início do MTST. O movimento começou sua organização política pautado em algumas estratégias que, para eles, impactariam a lógica de reprodução da exploração capitalista: “Atuar com ocupações próximas a grandes e importantes rodovias passou a ser um dos objetivos táticos da luta, para tornar visível o problema de moradia a partir da ameaça à circulação e à reprodução do capital (força de trabalho e mercadorias)” (SIMÕES, 2017, p. 27).

Ao longo dos anos, o movimento tomou como estratégia a ocupação de terrenos nas periferias das grandes cidades e a nomeação dessas ocupações sempre fez referência a figuras importantes da luta popular: Anita Garibaldi, em 2001, na cidade de São Paulo em Guarulhos; Carlos Lamarca, em 2002, na cidade de Osasco; Santo Dias, em 2003, na cidade de São Bernardo do Campo; Chico Mendes, em 2005, na região de Taboão da Serra; João Candido, em 2007, na cidade de Itapecerica da Serra; Silvério de Jesus, em 2008, Embu das Artes, na região metropolitana da cidade de São Paulo; Zumbi dos Palmares, em 2009, e Vila Soma, em 2011, na cidade de Sumaré; Copa do Povo, em 2013, na região de Itaquera, Zona Leste da cidade de São Paulo.

Além disso, os atos políticos também fizeram parte do cotidiano dos sem-teto: em 2006, a Marcha dos cinco mil (da ocupação João Candido até o Palácio dos Bandeirantes); em 2010, Campanha Nacional Minha Casa, Minha Luta, com travamento de rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e Regis Bittencourt; em 2012, ocupação Ministérios das Cidades; em 2017, acorrentamento em frente ao Palácio do Governo do Estado de São Paulo, entre outros (GOULART, 2011).

Foi, também, um início marcado pela criminalização, discriminação e despejos violentos. A gestão do governador Geraldo Alckmin, do PSDB, no estado de São Paulo, contribuiu para que a história do MTST fosse lembrada por esses episódios de criminalização da luta por moradia.

Ademais, é importante destacar que essas ações se alinham à defesa do Estado democrático de direito, o que, para nós, é uma contradição na medida em que os sem-teto já vivem num contexto de violência e o Estado, que deveria atender às suas demandas, não o faz²¹. Portanto, “a defesa da ordem pública suplantou o da defesa de direitos e de justiça social” (PINHEIRO, 2005, p. 160), e as ações violentas nas reintegrações de posse tornaram-se um padrão na relação do movimento com o governo.

No contexto macro, a ascensão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT,²² à presidência da República abriu um diálogo com as reivindicações dos movimentos populares e, por consequência, do MTST. Nesse período, o movimento obteve ganhos significativos pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV): em 2014, 800 apartamentos na construção do condomínio João Cândido, no município de Taboão da Serra/SP e, em 2018, mais de 900 unidades de moradia com os condomínios Santo Dias e Novo Pinheirinho, na cidade de Santo André, no ABC paulista.

Cresceu, então, o número de ocupações, mas também os desafios. O MTST trava um embate direto com a lógica urbana da especulação imobiliária, que conta com aval do poder

²¹ Essas medidas estão de acordo com uma interpretação liberal sobre o Estado democrático de direito, mas há uma interpretação social-democrata que defende a função social da propriedade. Silva (2020), ao examinar a resposta do ramo judiciário aos recursos de ordem de despejo das ocupações do MTST, destacou, por um lado, que o judiciário se manteve, em grande parte, unânime na defesa de que as ocupações são contrárias à ordem pública, desvinculando posse e propriedade em relação à função social da terra; por outro, identifica o ativismo judicial com a ação de membros da instituição que defendem a função social da propriedade, no entendimento de que a decisão política em favor das demandas do movimento poderiam ser atendidas desde que subordinadas a certos critérios. A autora defende a hipótese de que o ramo judiciário não é um bloco homogêneo em relação às tomadas de decisões.

²² A campanha eleitoral de Lula em 2002 foi marcada pela carta denominada “Carta ao povo Brasileiro”, em que ele apresenta algumas diretrizes do programa de governo, a fim de tranquilizar as classes dominantes e assegurar a continuação dos contratos já estabelecidos, o que mais tarde revelaria o caráter aliancista de seu governo. Portanto, o conteúdo da carta marcou, em definitivo, a mudança político-ideológica de Lula e do PT para o que ficou conhecido como “lulismo”, de acordo com Singer (2010).

judiciário, das prefeituras e dos governos dos Estados²³. Dessa forma, inúmeros despejos e a crescente criminalização das ocupações são problemas constantes.

Assim, o movimento desenvolveu uma forma de enfrentar os despejos, que resultavam em recomeçar do zero. Eles articularam os núcleos territoriais para manter a organização de base fora das ocupações e construíram a Associação Periferia Ativa, com objetivo de agregar lideranças dos bairros e militantes do MTST para promover discussões e mobilizações além da pauta da conquista da moradia.

O movimento se organizou internamente em coordenação nacional, coordenações estaduais, coletivos organizativos e coletivos territoriais. Dessa forma, o MTST, como um dos protagonistas da luta urbana, possibilita novas experiências para os sem-teto nas ocupações, com formação de novos militantes, cozinhas comunitárias, assembleias e cursos de formação política. Dadas essas características, consideramos, então, o MTST um representante que aglutina e articula a luta por moradia para denunciar as contradições do espaço urbano.

Nesse sentido, a construção nacional tem o objetivo de ampliar a luta pela moradia, como o próprio movimento coloca: a luta não tem fronteiras, mesmo que cada território tenha suas particularidades, por isso, a importância da articulação nacional. Desde 2006, compõe a Resistência Urbana, uma Frente Nacional de Movimentos com mais de 20 movimentos populares. Assim, essa é uma tentativa de construir um projeto de unidade no campo popular.

O ano de 2013 foi marcante para o MTST porque, nesse período, houve um aumento significativo de ocupações e mobilizações. Devido às condições precárias de moradia na região periférica da cidade de São Paulo, milhares de famílias viram as ocupações como única forma de superar aquela situação. Em 2014, ano da Copa do Mundo sediada no Brasil, a Frente de Resistência Urbana organizou uma ampla mobilização contra os gastos públicos para subsidiar o evento. Nesse ano, realizaram a ocupação Copa do Povo, em um terreno ao lado da Arena Corinthians, localizado no distrito de Itaquera, na Zona Leste do município de São Paulo.

Com a crise do governo Dilma, o MTST integrou a criação da Frente Povo Sem Medo, uma organização nacional de mobilizações nascida dos movimentos populares e partidos políticos de esquerda. A frente tinha como principal pauta o enfrentamento ao conservadorismo, que colocava contrarreformas como redução da maioria penal, ampliação da terceirização,

²³ A relação conflituosa entre o MTST e o poder político do Estado requer o entendimento do funcionamento da estrutura jurídica e a estrutura política em relação à aplicação da lei e às tomadas de decisões. De acordo com SILVA (2020), esse funcionamento vai depender das justificativas ideológicas articuladas nesses conflitos; a ideologia dominante burguesa prevalece nesse sentido. Por exemplo, em 2012, a Polícia Militar de São Paulo realizou uma ação violenta na ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos. No total, 1600 famílias ficaram desabrigadas, e a ação ocorreu a partir da ordem judicial em defesa da propriedade pertencente à empresa Selecta, de Naji Nahas, envolvido em crimes de colarinho branco e de grilagem de terrenos (BOULOS, 2014, p. 71-72).

lei antiterrorismo e privatizações. A luta contra as políticas de austeridade do governo pretendia barrar o retrocesso dos direitos trabalhistas, contra as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2015, que restringiram o acesso ao seguro-desemprego, abono salarial, auxílio-doença e pensões. Por meio de soluções populares, convocou atos contra a política do governo que retirava direitos, mesmo após o processo de impeachment em 2016.

- Contra a ofensiva conservadora e as saídas à direita para a crise. Não aceitaremos a pauta que este Congresso impõe ao Brasil. Defenderemos a radicalização da nossa democracia, a tolerância e as liberdades contra o racismo, a intolerância religiosa, o machismo, a LGBTfobia e a criminalização das lutas sociais.
- Contra as políticas de austeridade aplicadas pelo governo, em nome de ajustar as contas públicas. Não aceitamos pagar a conta da crise. Defenderemos que a crise seja combatida com taxaço de grandes fortunas, lucros e dividendos, auditoria da dívida e suspensão dos compromissos com os banqueiros.
- A saída será nas ruas, com o povo, por Reformas Populares. Defenderemos a democratização do sistema político, do judiciário e das comunicações e reformas estruturais, como a tributária, a urbana e a agrária (FRENTE POVO SEM MEDO, 2015, s/p.).

Após mais de 20 anos de história, observa-se que o MTST é um movimento de resistência que, em certa medida, obteve ganhos significativos aos sem-teto participantes da organização. Além disso, não restringiu sua luta à conquista da moradia, pois, ao longo de sua trajetória, outras pautas foram incorporadas: a questão racial, machismo, meio ambiente, democracia, entre outras. Portanto, a construção de um movimento popular que ampliou suas pautas, com mulheres à frente da organização, foi fundamental para o posicionamento político-ideológico²⁴ do MTST em sintonia com a classe social à qual os sem-teto pertencem.

A história do MTST também é a história de milhões de mulheres espalhadas pelo Brasil-periferia. Mulheres negras, pardas, brancas, jovens, mais velhas, mães, avós, tias, irmãs, filhas, esposas, amentes, amadas, companheiras e trabalhadoras pobres, oprimidas, violentadas, violadas, exploradas. Aliás, excessiva e continuamente exploradas (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2017, p. 8).

Nas teses e dissertações sobre os movimentos populares dos sem-teto, chama a atenção a presença significativa de mulheres negras nessas organizações. Diante desse elemento,

²⁴ Em nossa pesquisa de mestrado (2016), concluímos que o posicionamento político-ideológico do MTST corresponde à classe social dos trabalhadores sem-teto na luta por moradia. No entanto, a pesquisa atual entende que essa correspondência também abarca as questões de raça e gênero pelo fato de a composição social do movimento ser, majoritariamente, de mulheres negras e das ações do movimento se voltarem para essas questões.

questionamos: quais são as consequências, para o posicionamento político-ideológico do MTST, da articulação entre classe, raça e gênero devido à presença significativa desses sujeitos no movimento? Por que elas se engajam nessas organizações? O que há em comum em serem mulheres, trabalhadoras, negras, periféricas e sem-teto?

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO MARIA DA PENHA

Como destacamos no primeiro tópico, o MTST é um movimento popular que tem como objetivo a luta por moradia. A partir dos anos 2000, intensificou e ampliou sua organização, destacando-se como um dos principais movimentos populares do Brasil, realizando ações territoriais contra a falta de moradia.

Uma das estratégias de luta utilizada pelo movimento são as ocupações de terrenos urbanos que não cumprem a função social, de acordo com o Art. 5, no inciso XXII da Constituição Federal: “a propriedade atenderá a sua função social” (CF/88, 2002, p. 16). Assim, como disposto na Constituição, a política urbana deve garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social. Além disso, grande parte dos terrenos urbanos sem função social serve à especulação imobiliária:

[...] o especulador, o grande proprietário. Ele herdou terras, muitas vezes terras que eram públicas e foram griladas por sua família. Ou ele próprio foi quem grilou. Ele entra em acordo com os governos, muitas vezes nem imposto paga. Deixa suas terras vazias, esperando a ocasião para vendê-las por preços exorbitantes. Em geral, ele nem sabe o que é trabalho e muitas vezes nunca nem foi nos terrenos que tem (BOULOS, 2014, p. 44).

A ocupação Maria da Penha surgiu como resposta a esses problemas. Localizado no Jardim São João, região periférica de Guarulhos, o terreno particular com mais de 200 mil metros quadrados está abandonado há mais de 70 anos. O valor do IPTU atrasado é maior do que o próprio terreno: mais de 7 milhões de reais, de acordo com a coordenadora Tatiana. Esse espaço, que poderia ser destinado à construção de moradia popular, foi ocupado, no dia 23 de setembro de 2021, por mais de 1000 famílias sem-teto.

A escolha do terreno a ser ocupado não ocorre pela extensão, como pode parecer inicialmente. Antes da ocupação, o MTST realiza um estudo dos terrenos que estão dentro das Zonas de Interesses Social e poderiam ser destinados à moradia. O levantamento é realizado para verificar as falhas, por parte da prefeitura ou do governo estadual, no cumprimento da lei. O movimento justifica que, se o terreno pode ser destinado à moradia, não há o porquê ficar

abandonado, cheio de mato, sem utilização, servindo como depósito de lixo. A partir dessa avaliação, identificou-se que o terreno da ocupação Maria da Penha, antes, não cumpria sua função social e estava servindo à especulação imobiliária.

O trabalho de base, no bairro, foi feito para que os sem-teto ficassem sabendo da ocupação. A coordenação foi às associações de bairro e comunitárias para explicar o sentido da estratégia de ocupar um terreno e desconstruir a ideia de invasão, muito difundida no senso comum contra sem-teto. O trabalho de “boca a boca” acontece antes, durante e depois do levantamento dos barracos, entregando panfletos e abrindo a possibilidade de mais sem-teto aderir à luta do MTST e à ocupação.

O primeiro dia da ocupação, como a coordenadora Daniele relatou, é a “esperança nascendo”. De sexta para sábado, choveu muito e o terreno, além de ser irregular, ficou muito úmido e cheio de lama. Então, quando os sem-teto chegaram para levantar os barracos, era só barranco, morro sem forma de ocupação. O processo de levantar os barracos e orientar os sem-teto sobre o sentido da luta ocorre ao mesmo tempo, durante meses.

A reação do poder público em relação à ocupação Maria da penha, de acordo com os relatos na pesquisa de campo, não gerou tantos conflitos. No primeiro dia, uma viatura da polícia foi ao terreno, entretanto, o movimento já deixara preparada a documentação jurídica, apontando a legitimidade da ocupação, e não houve enfrentamento. Em novembro de 2021, os sem-teto da ocupação realizaram uma manifestação na região central de Guarulhos, reivindicando um plano habitacional popular que atendesse às famílias com renda de até dois salários-mínimos. O ato denunciou o déficit habitacional da região, que se agravou com o contexto da pandemia.²⁵

Uma característica forte da ocupação Maria da Penha é o trabalho coletivo. A todo momento, os sem-teto, tanto os coordenadores quanto os acampados, realizam juntos as atividades diárias. Mesmo que grande parte fique fora durante o dia para trabalhar, os que ficam estão sempre na função de manter as tarefas em dia. Uma frase que foi repetida mais de uma vez durante a pesquisa de campo é: “sem participação, não há luta”.

Nessa ocupação, isso se representa na construção da horta comunitária, que se tornou símbolo da ocupação pela extensão e por abastecer 14 cozinhas solidárias do MTST, uma ação importante do movimento no combate à fome das famílias sem-teto. A cozinha solidária da

²⁵ Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgiu um novo coronavírus (SARS-CoV-2) e vários casos de pneumonia relacionados ao novo vírus. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial da COVID-19, uma doença ainda desconhecida e sem cura, devido ao aumento do número de mortes pelo mundo.

ocupação serve café da manhã, almoço e janta, o que ajuda os sem-teto que estão desempregados. Atualmente, a ocupação possui 158 famílias.

Outra ação que ganhou visibilidade internacionalmente foi a construção de cisternas na ocupação. A ideia de captar água da chuva faz parte do projeto “Quebrada Agroecológica”, que disponibiliza água para as hortas e para os barracos dos sem-teto. De acordo com o setor de arquitetura do MTST, isso gerou uma economia para as famílias devido à escassez hídrica da região, além de contribuir com o meio ambiente com soluções populares e de baixo custo para a captação de água. Essa iniciativa recebeu o prêmio da COP27²⁶ no valor de R\$ 60 mil reais, que levará cisternas para as Cozinhas Solidárias do MTST.

Para conseguir manter a organização da ocupação Maria da Penha, as tarefas são divididas. Para isso, há três setores de atuação: setor de autodefesa, responsável pela segurança; setor de organização, que controla toda a ocupação, e setor de coordenação, com a função de dar assistência a todos os acampados e coordenadores.

Em cada setor, existem os coordenadores responsáveis. Além disso, os barracos dos sem-teto são divididos em grupos: G1, G2, G3, G4, G5, com, no máximo, 60 barracos por grupo, para que cada coordenador consiga realizar suas atividades e distribuir as tarefas. Por exemplo, os coordenadores são responsáveis por organizar os mutirões, as assembleias (nas noites de quinta-feira e aos domingos, à tarde) e os atos, além de fazer as escalas entre os acampados das trilhas (ronda de segurança noturna) e das cozinhas. Outras funções são: verificar os barracos para identificar quais devem ficar ou ser derrubados; organizar a limpeza da ocupação e arrecadar mantimentos para as cozinhas. É importante destacar a estrutura organizacional do MTST, conforme resumiu Carvalho-Silva (2018):

[...] i) os coletivos políticos - instâncias deliberativas de decisão representadas pelas lideranças políticas do movimento nos quais estão alocados a coordenação nacional e as coordenações estaduais; ii) os coletivos organizativos/setoriais - que têm a função de tomar decisões e executar tarefas em relação às diversas demandas dos coletivos políticos na direção da construção do movimento e iii) os coletivos territoriais - nos quais estão alocados as coordenações regionais e a coordenação de acampamento, sendo responsáveis pelas bases do movimento, formação de militantes e funcionamento dos acampamentos de sem teto (CARVALHO-SILVA, 2018, p. 22).

Algumas regras são inquestionáveis, como não usar drogas e não consumir bebida alcoólica dentro da ocupação; não arranjar brigas com os acampados; não roubar, não sair nem

²⁶ O prêmio ImaGen Ventures, da *Generation UnLimited*, vinculada à Unicef.

entrar após as 22h, com exceção dos sem-teto que trabalham à noite. Essas regras são aprovadas em assembleia para a criação do regimento interno da ocupação e a exigência de respeitá-las é reforçada em todas as assembleias.

A permanência na luta tem como base a esperança de conseguir uma moradia. Por isso, o MTST realiza o cadastro de todos os sem-teto organizados na ocupação para que a Prefeitura de Guarulhos priorize os que estão na luta. Afinal, a moradia é conquistada por meio de políticas públicas do governo; quem já possui, não consegue novamente. Por isso é importante manter a lista atualizada, que se torna uma forma de controle do engajamento dos sem-teto na ocupação. Além disso, existe o controle pela pontuação dos sem-teto, uma forma de incentivar a participação nas tarefas: assembleias, reuniões, atos, atividades internas. Quanto mais o sem-teto participar de assembleias e atividades, mais pontos ele tem.

Ainda sobre a organização da ocupação, o MTST realiza a formação política com os coordenadores, inclusive apoio psicológico quando necessário, para ajudá-los no processo. Ademais, realiza formação política com todos os sem-teto para esclarecer as dúvidas em relação à ocupação e a temas pontuais, como a questão do racismo e do machismo na sociedade. De acordo com os relatos, são feitas oficinas cujas atividades visam à desconstrução dos estereótipos de gêneros e raça, destacando, assim, a importância da participação política das mulheres negras no movimento.

Grande parte da ocupação é composta por mulheres negras, muitas delas com histórico de violência doméstica, mães solo e desempregadas. São acampadas e ocupam a maior parte dos cargos de liderança. São responsáveis por mostrar a importância do trabalho coletivo, orientar para o caráter temporário da ocupação, não liberando a construção de banheiros e cozinhas nos barracos, ficando esses espaços de uso coletivo, além dos espaços de lazer. O incentivo a doações também se mostrou presente, desde arrecadação para a compra do gás até um balde de água para fazer a alimentação. Portanto, a coletividade ocorre na prática e no dia a dia pelo trabalho das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha.

2.3 QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS SEM-TETO DO MTST E POR QUE LUTAM?

Neste tópico, analisaremos a trajetória de vida das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST, a partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. O foco foi identificar as motivações do engajamento no movimento e os elementos de classe,

raça e gênero nesse processo e como eles se articulam. Dessa maneira, traçamos o perfil das entrevistadas com base na articulação entre classe, raça e gênero na luta pela moradia.

Antes de analisarmos as entrevistas de fato, vale destacar o embasamento teórico que nos guiou nessa empreitada. Primeiramente, “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergido na particularidade de uma realidade empírica historicamente situada e datada” (BOURDIEU, 1996, p. 15). Dessa forma, a partir da teoria da ação de Bourdieu sobre as dinâmicas das práticas dos agentes sociais, os sujeitos das entrevistas ocupam diferentes espaços sociais que determinam diferentes tomadas de decisões em suas trajetórias de vida.

Esses espaços não são fixos, mas relacionais e se diferenciam em campos políticos, jurídicos, burocrático etc. Existem, então, muitas possibilidades de ação. Nesse sentido, as variáveis desses lugares e práticas sociais se explicam pelo *habitus*, que se refere à disposição para ação sob efeito das estruturas (condições materiais), ou seja, a reprodução de práticas que dão unidade ao grupo social se insere nessa relação (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Buscamos, nas particularidades das histórias coletivas, as diferenças de disposições (*habitus*), pois, mesmo inseridas em contextos semelhantes materialmente, as práticas individuais e coletivas podem ser distintas. Conforme o roteiro das entrevistas, as perguntas foram elaboradas com este objetivo: captar as experiências vividas pelos sujeitos para estabelecer as relações das determinações estruturais com o cotidiano das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha.

Com base nos dados coletados na pesquisa de campo e nas entrevistas, detectamos o predomínio de pessoas negras no MTST, sendo a maioria mulheres. Não há um censo oficial do movimento sobre esse dado, mas a Coordenadora Nacional do MTST confirma essa constatação:

A gente já fez um censo que 70% são mulheres (nas ocupações do MTST) e a gente sabe quem são essas mulheres? Mulheres da periferia, e a gente sabe que infelizmente a periferia tem cor, raça. Então, sem sombra de dúvidas são mulheres negras (Denise, 35, 2023).²⁷

Nas observações, destaca-se o papel das mulheres no processo de organização, seja na liderança, seja na base da organização, o que comprova a potencialidade da luta das mulheres

²⁷ Na transcrição das entrevistas respeitou-se as falas das entrevistadas, não seguindo a norma padrão da Língua Portuguesa, preservando os vícios de linguagem e variações linguísticas.

negras sem-teto como fato empírico da manifestação da possibilidade da transformação social e da condição de vida desses sujeitos.

Os espaços políticos, historicamente, constituíram-se como ambientes predominantemente ocupados por homens brancos de classe média²⁸. Embora seja possível observar uma maior presença de mulheres compondo os movimentos populares urbanos, nem sempre elas estão à frente na liderança dessas organizações, mas na base desses movimentos. No entanto, essa dominância significativa na base do MTST é uma questão que se diferencia na ocupação Maria da Penha, pois as mulheres negras são maioria nas posições de liderança. Assim, de acordo com a coordenação nacional do MTST, a organização das mulheres negras sem-teto do MTST:

[...] pretende apontar não para o ‘empoderamento’, que tende a ser uma descoberta individual para aumentar a autoestima, mas para a libertação, que é um descobrimento coletivo, a percepção de si no outro e na outra, com a compreensão de que mudanças só se perpetuam no tempo se forem estruturais, a partir dos nossos interesses enquanto classe, e tendo clareza de quem são realmente nossos inimigos (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2017, p. 10).

Então, elas encontram no movimento outros significados/explicações para suas experiências de vida. Por isso, a luta por moradia no MTST acaba sendo a única forma de conseguir uma vida mais digna.

Para nós, trabalhadoras sem-teto, a felicidade é prover e usufruir de um espaço agradável, digno, com a família que estabelecemos na vida, que pode ser com homem ou com mulher, com filhos ou com cachorros e gatos, ou simplesmente com nossa alma [...]. Nós, mulheres sem-teto, encontramos em nossas ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2017, p. 11).

É importante destacar que as conclusões aqui colocadas podem representar o todo social das ocupações do MTST, no entanto, pela limitação da própria pesquisa, fazemos apenas um recorte que nos possibilita a ilustração do debate proposto. Portanto, a pesquisa identificou as potencialidades e limites na luta contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo das mulheres negras sem-teto do MTST na ocupação Maria da Penha.

²⁸ De acordo com Saffioti (1997) o macho, rico e branco representa a condição de classe, gênero e etnia no sistema de dominação/exploração do capitalismo-patriarcado-racismo.

O pressuposto que nos guia nesta análise do engajamento das mulheres negras sem-teto do MTST da ocupação Maria da penha está relacionado com a luta das mulheres negras do passado. Conforme a reflexão de Werneck (2010), o movimento das mulheres negras contra o sexismo e o racismo não é de hoje: “nossos passos vêm de longe”. Isso quer dizer que o protagonismo das mulheres negras sem-teto do MTST é histórico.

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida e das necessidades de transformação social profunda, ou ainda da nossa não adesão às demandas burguesas da manutenção do *status quo* econômico e político que nos aniquila. Reconhecemos os perigos desta trajetória e o que pode representar de cooptação, de adesão aos modelos eurocêtricos que nos desqualificam, de abdicação ou retardamento da nossa afirmação a partir do princípio da autonomia (WERNECK, 2010, p. 16).

A partir dessa referência das lutas históricas das mulheres negras, as quais aprofundaremos nos próximos capítulos, vamos situar a luta das mulheres negras sem-teto do MTST no presente. Para tanto, elaboramos o perfil das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST, com base na noção de que elas são heterogêneas em relação à idade, raça/cor, escolaridade, classe, cultura, origem, religião, orientação sexual, ocupação etc.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas da ocupação Maria da Penha do MTST

Nome	Neiva	Vanda	Daniele	Mirela	Jenifer	Tatiana	Elke	Denise
Origem	São Paulo/SP	Camacan/BA	Guarulhos/SP	Guarulhos/SP	Guarulhos/SP	Osasco/SP	Jequié/BA	São Paulo/SP
Idade	58	61	35	28	31	27	46	35
Estado civil	Casada	Divorciada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Filhos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Identidade de gênero	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Cor/raça autodeclarada	Negra	Negra	Negra	Parda	Negra	Parda	Negra	Negra
Nível de escolaridade	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Fundamental incompleto	Superior completo
Profissão/ocupação	Diarista	Desempregada	Desempregada	Auxiliar de limpeza	Ajudante geral	Desempregada	Doméstica	Presidente do Psol/SP
Religião	Umbandista	Evangélica	Espírita	Nenhuma	Católica	Nenhuma	Evangélica	Nenhuma
Função na ocupação	Coord. de grupo	Base	Coord. de ocupação	Base	Base	Coord. de organização	Coord. de grupo	Coord. Nacional do MTST

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Muitas delas vivenciam ciclos de violências, em casa e/ou no trabalho (violência doméstica, sexual, trabalho análogo à escravidão). Além disso, a falta de direitos básicos, como moradia, emprego, creche, acesso a serviços de saúde, conjugados com salários reduzidos e falta de representatividade nos cargos públicos, piora ainda mais a situação. Essas mulheres são diversas em sentimentos, personalidades, fenótipos, mesmo assim, quase todas são vítimas dessa violência fruto de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista²⁹. Logo, a solução que encontram, para enfrentar essa realidade, é a organização política.

Além da delimitação do perfil das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha, conforme mostra o quadro, foi possível identificar, em cada uma, na análise das entrevistas, traços marcantes de suas trajetórias.

Neiva, 58 anos, coordenadora de grupo, nossa primeira entrevistada, mostrou-se muito aberta para dar a entrevista. Talvez por isso foi a mais longa. Seu entusiasmo se explica pela forma como encarou as batalhas da vida: ela, como uma guerreira, não iniciou sua luta no MTST, mas desde que se viu sozinha, após dez anos sofrendo violência doméstica. Por isso, Neiva se coloca na luta por moradia como mais uma batalha de sua vida. Ela entrou para o MTST, na ocupação Anita Garibaldi³⁰.

Neiva relatou que sempre foi de esquerda e até brinca dizendo que, na sua família, é a única que vota na esquerda. Disse, orgulhosa, que sempre votou no Lula. A forma como entrou no MTST foi simples: ficou sabendo que haveria a ocupação, perguntou o que precisava levar e, no outro dia, já estava como “líder” da ocupação, que hoje é chamado de coordenador de grupo. Após conflitos internos no Anita Garibaldi, Neiva se afastou do MTST, mas sempre defendeu a importância do movimento. Só foi fazer parte da ocupação Maria da Penha quando soube que era organizada pelo MTST e hoje, como ela mesma diz, “está livre, linda e negra”³¹.

Vanda, 61 anos, acampada, aceitou realizar a entrevista um pouco desconfiada, mas, de início, já demonstrou uma habilidade para se comunicar. Sua trajetória de vida evidenciou que as oportunidades nem sempre surgem no momento desejado. Como mulher negra baiana, sofreu inúmeras violências desde a infância, com um pai agressivo; na vida adulta, com o esposo e

²⁹ Uma das bases teóricas de nossa tese é o entendimento de que a sociedade é estruturada por instâncias que determinam as relações sociais. Segundo essa lógica, as estruturas econômica, política e ideológica condicionam lugares e posições que os sujeitos ocupam na trama social. Assim, uma sociedade patriarcal, capitalista e racista estabelece níveis de dominação e exploração a partir dos papéis de gênero, do racismo estrutural e da luta de classe (ao longo da tese, as referências teóricas vão ajudar nesse sentido).

³⁰ Em 2001, a ocupação Anita Garibaldi, localizada em Guarulhos, São Paulo, foi uma das primeiras do MTST. Na época, foi considerada a maior ocupação urbana do país com aproximadamente 12 mil famílias (LIMA, 2004).

³¹ A descrição das entrevistas segue o rigor das falas das entrevistadas, respeitando as interrupções no momento das entrevistas por conta da pausa para recuperar as lembranças ou das pausas no ato da fala por terceiros. Portanto, os parênteses e as reticências representam essas pausas.

pelas instituições prisionais, ao visitar os filhos na cadeia, durante muitos anos. Hoje, a sem-teto se mostra resiliente diante das dificuldades e se diz ousada por participar de sua primeira ocupação, na luta por moradia junto com o MTST.

Daniele, 35 anos, em sua trajetória de vida, preocupada com as questões sociais, sempre foi ativa em atividades sociais e voluntárias. Com experiências de luta pela terra, sua entrada no MTST teve como causa a conquista da moradia não para si própria, mas para ajudar aqueles com maior dificuldade. Para ajudar os idosos e as crianças, ela continuou na ocupação Maria da Penha e hoje, em decisão por assembleia, é coordenadora de organização dos grupos. Quando a principal liderança da ocupação (Tatiana) está ausente, ela assume a responsabilidade à frente do movimento.

Mirela, 28 anos, fugiu de casa aos 15 anos e conta que a experiência foi horrível; morava de favor na casa de amigas. Muito cedo teve de aprender que era preciso trabalhar para pagar aluguel, sempre vivendo as dificuldades por ser mulher e negra. Recém-chegada na ocupação, com apenas um mês, ela já executa a tarefa de cozinhar para os sem-teto e está com uma filha recém-nascida nos braços, como ela mesmo diz: “filha da ocupação”. Para ela, o MTST se preocupa muito com eles e oferece todo o suporte para a sua permanência na ocupação.

Jenifer, 31 anos, compõe a base do MTST e não teve uma infância ruim. Morava com os pais e a irmã, mas desde cedo descobriu a “ignorância” sobre a cor da pele porque sofreu racismo por seu cabelo afro. Mesmo no trabalho, o preconceito não a deixou esquecer de quem era, mulher negra e trabalhadora. As dificuldades se intensificaram com a criação dos filhos; mãe solo, ela luta por um lar para seus seis filhos. Por mais que o serviço público atenda as crianças na parte educacional, em relação à habitação, não encontrou alternativa que não fosse se engajar na luta por moradia. Como ela diz: “aqui é o começo pra cada um ter seu cantinho”.

Tatiana, 27 anos, coordenadora geral da ocupação Maria da Penha, chegou na ocupação porque enfrentava problemas financeiros e não conseguia pagar aluguel. Mas sua luta não se iniciou no MTST. Desde os 13 anos de idade precisou trabalhar para ajudar a sustentar a família. Mesmo rebelde, por não aceitar as regras impostas pela família, descobriu somente adulta o peso de ser mulher negra sem-teto. Após ser despejada por falta de pagamento dos aluguéis, encontrou, na luta pela moradia, a força e a base de se organizar coletivamente. Por isso, como ela mesma diz: sua vida é o MTST.

Elke, 46 anos, tem boas lembranças da sua infância. Mesmo com dificuldades, os pais faziam de tudo para ela e as irmãs não passarem fome; moravam em casa própria de pau a pique. No entanto, com 15 anos, começou a sofrer violência doméstica do esposo. Seu relato de mais de dez anos sofrendo violência extrema, simplesmente por ser mulher, é revoltante. Sua força

de resistência, hoje, se concretiza na função de coordenadora e pela possibilidade de ser o que quiser. Como ela mesma diz: “ser mulher negra sem-teto, hoje, é ser livre”.

Denise, 35 anos, professora de matemática, relembra seu passado como uma fase, que a fez chegar aonde está. Passou por dificuldades semelhantes às das outras mulheres negras sem-teto: racismo na escola, opressão de gênero na família, abandono pelos pais de seus filhos e exploração no trabalho. Serena e consciente dos problemas sociais, seu objetivo é ajudar outras e outros sem-teto a conseguir uma moradia, mas também se libertar das correntes que os prendem. Como presidente do PSOL no município de São Paulo, ser mulher negra sem-teto significa que a luta vale a pena e transforma a vida das pessoas. Por isso, para ela, o MTST é uma família.

A seguir, analisaremos as entrevistas de forma detalhada. Dividimos a análise em tópicos temáticos, baseados nas perguntas realizadas, para facilitar a identificação dos marcadores de classe, raça e gênero na trajetória de vida das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST.

2.3.1 Opressão de raça e gênero

O período da infância e a relação com a família, em geral, sempre é lembrado como uma época boa, embora pagando aluguel ou morando em área rural (o que representa um período de escassez e convivência com um número extenso de familiares). Para elas, esse período significou uma fase de proximidade com a família, conforme relatam Elke e Denise:

A minha infância, graças a Deus, foi boa. Meus pais era aquele pessoal que o que podia fazer pelos filhos, eles faziam. Passei necessidade, passei muita! Mas, graças a Deus, era aqueles que o que eles podiam fazer, pra gente não passar em falta, eles corria atrás, carpia mato pros outros. Meu pai fazia casas nas fazendas e era raro ver meu pai porque ele estava sempre nos interiores trabalhando é... morávamos em casa própria de pau a pique (Elke, 46, 2023).

Na minha infância, sempre moramos em casa pequena, casa de um ou dois cômodos. Na época, minha mãe pagava aluguel e... era bastante conturbado essa questão de pagar aluguel porque eu acho que, ainda até hoje, tem um preconceito para alugar casa com crianças... então, eu me lembro, a gente acabava chegar num bairro, ficava um pouquinho, estava começando a fazer amizade, tinha que mudar porque os donos da casa não gostava muito de crianças, tinha conflitos e problemas. Tinha acesso a saneamento básico, tinha acesso a tudo, mas era em casa alugada (Denise, 35, 2023).

Neiva, na infância, morava no centro da cidade de São Paulo, em casas de aluguéis. Mas, para ela, era muito bom por ser acessível, em relação aos serviços públicos, mesmo com

todas as limitações financeiras. A casa de alvenaria que morava abrigava seis pessoas da sua família. Quando ela chegou em Guarulhos, perto de completar seis anos de idade, foi morar na região do São João Batista, no Santa Emília, entre o Taboão e o Bela Vista (região periférica de São Paulo). Neiva relata que as escolas ficavam muito longe. Se não fosse a mãe querer que o filho estudasse, ele não estudava.

Vanda, diferentemente de Neiva, relata que não tinha acesso a hospital na infância, porque era muito difícil o acesso a serviços básicos de saúde. Muito parecida com a situação relatada por Daniele em relação ao acesso ao transporte público: “O transporte [...] na região de Guarulhos é meio que um caos na questão de transporte, porque nem no horário que você vê marcando no negócio deles ali, para verificar o horário, o ônibus não passa” (Daniele, 35, 2023).

Desde cedo, as mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha precisaram trabalhar para ajudar no sustento da família. Tatiana relata que começou a trabalhar com 13 anos de idade. Nesse período, a família enfrentou dificuldades financeiras; a maior parte da renda era para o aluguel. Para ajudar o pai, a mãe e os quatro irmãos, começou a fazer faxina. Da mesma forma, aconteceu com Elke:

No trabalho, quando eu me entendi por gente, eu comecei a trabalhar com 13 anos de doméstica. Eu cuidava de duas moças mais velha do que eu e tinha que levantar seis horas da manhã, fazer café, levar elas na escola, uma pessoa mais velha do que eu, e eu tinha que ir, porque estava lá para isso. Então, eu era a primeira a acordar e a última a dormir, sempre era desse jeito. Então, no intervalo, à noite, era que eu estudava um pouco [...], tinha só dois quartos, um dos patrão e outro dos filhos dele. Eu dormia em cima de dois travesseiros, tipo almofadas de sofá grande, era onde eu dormia (Elke, 46, 2023).

Além da pouca idade para trabalhar, como relata Elke, as condições de trabalho eram precárias. Embora sejam contextos diferentes que levassem essas mulheres a ingressar no mundo do trabalho tão cedo, o que coincide nessas histórias é a superexploração do trabalho dessas mulheres. Nesse sentido, as mulheres negras sem-teto, na esfera produtiva, exercem os trabalhos não qualificados.

Em junho de 2020, em nota técnica, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que elas representam 41,5% da população ocupada no setor informal. Nesse mesmo período, 62% das trabalhadoras domésticas eram negras. Desse modo, a inserção da mulher no mundo do trabalho se dá em condições precárias e de insegurança, má remuneração e perda da proteção oferecida pela legislação (GONÇALVES, 2003, p. 7). Essa condição é um reflexo da divisão sexual e racial do trabalho no Brasil.

Conforme relata Mirela, em sua primeira experiência como trabalhadora na função de babá, o que reforça o recorte racial e de gênero por exercer um trabalho mal remunerado e relacionado ao serviço de cuidado.

Com 16 anos eu saí completamente de casa... e fui morar com três primas minha, aí a gente dividia o aluguel, já trabalhava de cuidar de criança, cuidava de quatro crianças lá no Carmelo (bairro) aqui mesmo (Guarulhos) e... aí nós pagava aluguel, dividia o aluguel... era difícil, porque trabalhar nas casas dos outros e pra pagar aluguel [...]. (Mirela, 28, 2023).

Ainda que relatem um certo saudosismo pela infância, é nessa época que as entrevistadas se lembram dos primeiros casos de racismo, tanto na família quanto na escola, e de opressão de gênero pelos pais. Vanda conta que, na infância, sofreu racismo na sua própria família:

Eu sofri isso (racismo) com as minhas irmãs (brancas de outro casamento da mãe). Quando a gente era chamada de negrinha, de cabelo de bombril. Só que isso nunca me afetou, a minha outra irmã sim [...] sempre fui cabeça aberta, nunca me esquentei. Quando a minha mãe falava alguma coisa com elas, referente a nossa defesa, elas ficavam chamando a gente de negrinha, “a senhora faz muito gosto essas negrinha”. Então, esse tipo de preconceito, eu já sofri dentro da minha própria casa (Vanda, 61, 2023).

Isso demonstra que, desde cedo, as mulheres negras precisam lidar com as diferenças fenotípicas sob forte discriminação racial, por causa de um padrão de “beleza” das características da população branca e de “fealdade” da população negra. O que mais se evidencia é a questão da cor da pele e do cabelo como elementos marcadores do racismo. Isso se reforça nos relatos, quase unânimes, do preconceito e discriminação sofridos no ambiente escolar.

Na época da escola, eu tinha uma professora que ela era preconceituosa. Então, nas aulas dela, eu não poderia assistir e... negrinho era só eu e um outro companheiro meu. Então, nós dois praticamente saía fora da aula dela para evitar confusão com ela e até mesmo com a direção da escola [...] chegava na escola, porque eu tinha aquela questão, a cada horário, entrava um professor diferente. Tinha uma professora que ela já estava na época de se aposentar, então, tipo o pessoal estava mantendo ela na escola só para dar o tempo dela sair e ela não aceitava dar aula para negros. A diretora já tinha conhecimento, ela falava “eu sei que você é meio da pá virada, que você vai querer bater de frente”, então, faz assim “chegou a aula dela você se retira, as matérias que você tem com ela, você vai ter com outro professor, aí você fica um pouquinho mais”. Então, tipo eu não tive praticamente aquela aula com aquela professora para evitar conflitos, até a época que ela chegou a vir a ficar muito doente e acabou se retirando totalmente da escola (Daniele, 35, 2023).

Na escola, minha mãe tinha mania de fazer aquelas tranças, colocar umas tranças, depois enrolava o cabelo, era muito grande e muito cacheado, muito mesmo. Então, ou ela penteava daquele jeito e na escola quando a gente chegava daquele jeito, era risada e... é muita vergonha, eu ficava com vergonha [...] era escola que a gente ganhou bolsa da minha tia, minha tia trabalhava lá de limpeza, então ela conseguiu bolsa para a gente estudar lá, então, era escola de rico [...] então, a gente, que era sobrinha de faxineira, era muito humilhada, era muito difícil (Elke, 46, 2023).

Teve uma professora de Artes que ela queria dois alunos pra ser modelos para os alunos desenharem e eu me lembro que eu me coloquei na figura pra ser desenhada e tinha uma menina que era mais branquinha é... todo mundo queria desenhar só a branquinha, não queria me desenhar. Ela (professora) viu que aquilo tipo mexeu comigo, eu fiquei triste, ela do nada na mesa dela começou a me desenhar e... ela me chama até a mesa dela e começou a falar “nossa olha que traços lindos, olha seu nariz, olha que linda sua testa”. Ela conseguiu de certa forma desconstruir o preconceito dentro da sala (Denise, 35, 2023).

Foi difícil (racismo) é... de certa forma ele é estrutural aí... hoje, eu tenho essa concepção, mas, desde a escola, pessoas como eu e uma amiga, a gente sofria muito preconceito. Só que na época, eu não me identificava como negra, eu achava que era mulata, que eu era morena, eu não queria dizer que eu era negra. Então, como o preconceito era muito forte e essa minha amiga era mais escura que eu, o preconceito mais forte ia pra ela [...] eu dando graças a Deus que eu era mais clara que ela, ela que era negra para mim (Denise, 34, 2023).

Esses relatos reforçam a noção de Gomes (2008) sobre a escola como um dos primeiros ambientes em que a população negra terá contato com formas de discriminação e inferiorização das características do corpo negro (nariz, boca, cabelo e cor da pele). Em sua pesquisa sobre beleza e identidade negra nos salões de beleza de Belo Horizonte, ela detectou que: “A trajetória escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético” (GOMES, 2008, p. 41).

Além disso, numa sociedade miscigenada como a brasileira e que exalta a branquidão como padrão de “beleza”, a ideologia do embranquecimento surge, nas entrevistas, como representação do mecanismo de negação das características fenotípicas da população negra.

Foi numa viagem que eu fui pra Bahia, isso eu estava na quinta série, aí minha mãe foi operar pra não ter mais filhos porque minha avó conseguiu por lá... eu fui acompanhando ela (mãe) pra operar. E uma prima minha, até mais clara que eu, é negra com certeza, virou pra mim e falou assim “você é negra”, conversa de criança...eu disse eu não sou negra, ela falou você é negra sim. Eu falei não, eu não sou negra, eu sou morena. E fui pro lado da minha mãe, falando mãe, por favor, eu estou com raiva da minha prima, ela está falando que eu sou negra. Foi quando minha mãe, tipo, me contou realmente que de fato eu era negra... eu chorei muito, não queria aceitar, não aceitei logo de cara [...]. (Denise, 34, 2023).

Esse relato representa as consequências do discurso e das práticas eugenistas desenvolvidos no Brasil, no século XIX. O eugenismo influenciou políticas e a criação do imaginário de pureza da raça, pois o problema de desenvolvimento era relacionado à miscigenação, a mistura da raça que resultava na degeneração do povo e impedia o desenvolvimento econômico do país. Desse modo, a pesquisa científica da época se empenhou em associar características físicas negras ao problema da nação.

No entanto, a mistura de raça, ou seja, a miscigenação brasileira, ao contrário do que afirmam os estudos eugenistas, formou uma população diversa racialmente. Nesse sentido, o relato de Neiva, exemplifica as consequências do discurso eugenista no imaginário social e da impossibilidade de uma mulher negra ser mãe de uma criança branca.

Eu sou uma negra, que atualmente sou casada com um branco dos olhos claros, né. Então, assim, eu quando a minha terceira filha nasceu, ela era tão clarinha e os cabelos dela era meio alourado, aí fui ao posto de saúde na região da ocupação Anita Garibaldi do MTST. Fui levar ela ao posto, porque eu sempre gostei de manter as carteiras dos meus filhos como troféu, sabe, tudo em dia. Aí cheguei com aquela menina no carrinho, branca dos cabelos meia alourada e ela tem branquinha mesmo, aí me sentei, conversando e, eu gosto de conversar, né... Aí chegou uma senhora, aí a mulher olhou para mim e falou: “assim, nossa, mas como ela é linda”. Aí simplesmente a mulher virou para mim e perguntou se eu era babá, “aí você que cuida dela”. Só olhei para ela e falei assim: cuido dela desde o dia que ela nasceu, ela é minha filha (Neiva, 58, 2023).

De acordo com Diwan (2014), o eugenismo foi utilizado como mecanismo de eliminação da população negra, principalmente no Brasil, após a abolição da escravatura, no período de intenso crescimento populacional e econômico. O embranquecimento como ideologia, então, opera no imaginário social como eliminação das características físicas por meio do clareamento da pele, alisamento capilar, plásticas e o encarceramento em massa da população negra com a retirada do elemento de “perigo” da sociedade.

Conforme Borghi (2018) explica em sua análise sobre o papel das teorias eugenistas e as relações raciais:

A noção de fardo social que precisa ser eliminado empregada pela eugenia se faz presente nas interpretações em torno de corpos negros. Como a ideia “bandido bom é bandido morto” desde que o indivíduo em questão seja negro e/ou pobre, que ao desumanizar o corpo negro parte do princípio de que esses corpos não têm importância e merecem ser eliminados em prol da sociedade (BORGHI, 2018, p. 25).

No entanto, é importante destacar que a escola pode ter um duplo papel: tanto o de reforçar os estereótipos sobre a cultura e identidade da população negra quanto o de superar a reprodução do racismo, por exemplo, por intermédio da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nos currículos, e da formação de professores voltada à temática antirracista.

Foi no processo da escola, com envolvimento de matérias de história, principalmente, da história do povo negro é... foram guerreiros, sempre tentaram, na medida do possível, resistir ao processo de escravidão e... foi quando eu descobri a história [...] eu fui me encantando pela nossa cultura negra e... tipo, sou isso mesmo, sou negra (Denise, 35, 2023).

Da mesma forma, no período da infância, as representações de gênero também apareceram nos relatos. A socialização infantil, devido às relações patriarcais que se estruturam na sociedade (no próximo capítulo, isso será aprofundado), reforça ideias binárias de como se comportam homens e mulheres na sociedade:

Eu fui criada pelo meu finado avô, então, tinha muita aquela questão do machismo, do filho homem é o filho melhor, a mulher só presta pra lavar, passar, cozinhar e fazer filhos [...] igual, calça a mulher não podia usar, maquiagem também não porque se considerava uma mulher da vida. Então, é uma questão de ideologia que o pessoal mais antigo tinha, mais do que hoje (Daniele, 35, 2023).

Eu nasci numa família muito conservadora e evangélica. Então, quando minha mãe descobriu que eu tinha me deitado com um cara, ela me obrigou a casar... Naquela época também eu tinha uma concepção de casamento desses antigos mesmo... que a mulher tinha que lavar, passar, cozinhar, que a mulher tinha que fazer a comida, dava o prato de comida pro meu marido, porque era o exemplo que eu tinha dentro de casa (Denise, 35, 2023).

A maior parte dos relatos indica que, na fase adulta, as dificuldades ficaram mais evidentes: “Era um tempo bom (infância), depois da fase adulta que ficou difícil. Minha mãe morava com meu pai, meu pai era bom na profissão dele, que era serralheiro e... ele criava a gente, a gente não passava dificuldade” (Mirela, 28, 2023).

2.3.2 Trabalho, raça e gênero

As entrevistadas relatam situações marcantes com relação ao racismo e à discriminação de gênero por ser mulher e negra, principalmente nas relações de trabalho. Nessas relações, o racismo e o machismo se manifestam, demonstrando que, mesmo em diferentes contextos

sociais, geracionais e econômicos, essas práticas se perpetuam na trajetória de vida das mulheres negras sem-teto. Em relação à exploração do trabalho, a escravidão e a colonização estabeleceram a ideia de que as mulheres negras são passivas, incapazes e inferiores.

O que foi mais forte foi o que eu sofri no meu primeiro serviço é... tinha uma patroa que era chinesa e, por eu ser negra, achar que negra, é isso, tem que fazer trabalhos escravo, coisa do tipo. Ela, de certa forma, me humilhava muito, não valorizava o que eu fazia. Enquanto uma funcionária fazia uma função, eu tinha que sempre dar conta de duas, três, quatro, mais funções. Foi na época que eu trabalhei, só pra você ver o quanto o trabalho era escravo, o serviço que eu comecei como auxiliar de cozinha, pra mim foi importante pra eu conhecer outras profissões. Mas eu ia subindo de cargo, mas o salário nunca subia, passei de auxiliar de serviços gerais, para garçoneiro, pra saladeira, para cozinheira, mas ainda com registro de auxiliar de serviços gerais na carteira e desempenhando um outro papel que ganhava mais dinheiro e pra mim foi muito difícil entender isso é... porque infelizmente a sociedade que a gente vive, ela coloca a gente pro subemprego, para o trabalho escravo [...] as pessoas que têm poder acha, por conta do nosso gênero e por conta da nossa raça, a gente tem que ser submetido aos piores tipos preconceito que existe (Denise, 35, 2023).

Neiva relata uma situação de assédio sexual que enfrentou no trabalho, acarretando sua demissão.

Eu trabalhava no Aeroporto Internacional de Guarulhos como operadora de caixa, eu trabalhava no período noturno. Então eu sou uma mulher que eu acredito na minha inteligência, veja bem, não discrimino ninguém, pelo contrário, respeito todo mundo. Mas eu não acredito que eu preciso usar o meu corpo pra poder subir de cargo e nem me sujeitar a homem nenhum para ter privilégios. E por causa de uma outra garota que sim era belíssima, eu acabei perdendo meu emprego. Então, foi um ponto da minha vida, que até hoje me marca muito sabe e me entristece [...] (Neiva, 58, 2023).

A tomada de consciência e a resistência dessas mulheres contra as opressões que vivem ganham destaque em nossa pesquisa pela possibilidade de alterar as estruturas sociais.

Verificar praticamente pelo salário é... porque o do homem é sempre maior do que o da mulher, indiferente da cor, ele é sempre maior. Isso me deixa um pouco revoltante, porque querendo ou não, a gente é maioria, entendeu?... a gente cuida da casa, a gente cuida do filho, a gente trabalha fora e a maioria dos homens só trabalha e ainda tem um salário a mais. Então, tipo, eu não sei onde que está essa matemática no Brasil, entendeu? (Daniele, 35, 2023).

De acordo com Helene (2019), há um intenso processo de feminização da pobreza, ou seja, a acentuação das desigualdades sociais sobre as mulheres em relação à média salarial e às condições precárias de trabalho. É importante, neste ponto, fazer um recorte racial, porque, no

contexto atual, as mais afetadas são as mulheres negras, indicando, assim, que o processo seria de feminização e racialização da pobreza.

Uma crítica pertinente que fazemos à ideia de feminização da pobreza diz respeito à ênfase dada à condição das mulheres trabalhadoras sem fazer o recorte racial, porque a reflexão é feita de forma genérica. Fazem o resgate desde as primeiras lutas feministas, reivindicando direitos até chegar às condições das mulheres sem-teto atualmente, como se isso esgotasse as especificidades que afetam as mulheres negras. Dessa forma, ocorre um apagamento da situação das mulheres negras no Brasil, indicando que a questão racial não foi priorizada nessas análises.

Assim, constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da história política brasileira e mundial, e da história do feminismo, deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de inviabilização e subordinação desses grupos, ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mulheres brancas. Isso permite apontar o quanto tal inviabilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do status quo (WERNECK, 2010, p. 16).

A trajetória das mulheres negras brasileiras no período pós-escravidão, com o *status* de cidadãs livres, não resultou na sua inserção na vida social, política e econômica igualitariamente. O Estado brasileiro também não se preocupou em criar estratégias para integrar a população negra na sociedade. Então, qual seria o lugar do negro na sociedade de classe brasileira?

De acordo com Nogueira, em sua tese de doutorado de 1998, devido ao passado da escravidão, marcado pela desumanização da população negra, a construção da sua cidadania foi comprometida. Consequentemente, os negros, identificados como “inferiores” (sub-humanos) por diferenças biológicas (características fenotípicas) de seu corpo/ser na escravidão, eram tratados como “coisa”/“mercadoria”. Após esse período, ainda com a marca da inferioridade, são vistos como não qualificados como força de trabalho; para o trabalho produtivo, eles ficaram à margem no processo de produção.

[...] ser mulher e negra você tem que se reinventar todos os dias, né? Você tem que chorar, crescer, morrer e acordar todos os dias, né? Porque tem classe social que acha que a negra só serve para duas coisas: lavar e passar, cozinhar e faxinar, né? Então, tem pessoas que não acredita que uma mulher negra, independente da sua escolaridade, ela tem raciocínio, né? Nós não estamos mais na época em que os brancos escolhia gente por causa da arcaria dentária, né? Então, eu acho assim, sabe? Todo dia era dia de eu aprender o que é ser mulher, o que é ser negra. O que é viver numa sociedade aonde uma mulher, por ser mãe solo é discriminada, uma mulher porque não terminou seu estudo é discriminada, uma mulher porque é bissexual é discriminada, uma mulher por causa da sua religião é discriminada. Então, eu, desde quando eu me entendi por gente, eu aprendi a me reinventar (Neiva, 58, 2023).

Nogueira (1998), na perspectiva psicanalítica, destaca que esse processo é fruto da construção do “não lugar” dos negros na escravidão para a não identificação deles como cidadãos na sociedade de classe. Dessa forma, a discriminação racial se impõe como um acréscimo para a inferiorização das mulheres negras, pois, na sociedade capitalista, o racismo e o sexismo operam na dominação de certos grupos.

O negro, conseqüentemente, veio a ocupar o que, modernamente, se convencionou como lumpemproletariado (marginais, mendigos, prostitutas, etc.), grupo formado por marginais ao sistema produtivo, mesmo atualmente, grande parte da população negra se encaixa nessa categoria: ou, pelo menos, é assim que, nas representações sociais, se constitui a imagem da população negra (NOGUEIRA, 1998, p. 36).

Além disso, o direito burguês³² limita o acesso ou a posse de bens indispensáveis à sobrevivência. No entanto, é preciso diferenciar a ideologia do direito, que prevê a igualdade de todos, da prática jurídica que nem sempre ocorre de acordo com o princípio do direito. Encontramos essa distinção no capítulo quatro d’*O Capital*, no qual Marx (1985) evidencia a contradição da esfera da circulação, em que o capitalista e o trabalhador assinam um contrato

³² É importante destacar a diferença na operacionalização do direito em diferentes contextos. De acordo com SAES (1998), de modo geral, cada sociedade estabelece um tipo de direito que torna possível a reprodução das relações sociais de produção, ou seja, cria as condições ideológicas necessária para isso. O direito burguês se diferencia dos outros tipos de direito (feudal ou escravista) porque confere tratamento igual aos desiguais. Assim, cria-se uma ideologia igualitária com o efeito de que todos os sujeitos receberiam condições iguais de tratamento no ordenamento jurídico burguês. No entanto, o caráter formal e abstrato do direito, que oculta o interesse da classe dominante, também cria a possibilidade de ganhos significativos aos trabalhadores, por exemplo, ao conceder moradias populares, porém, isso é feito sem que se altere as estruturas que sustentam a reprodução das relações sociais de produção. Desse modo, o direito não é classista e racista da mesma forma, enquanto o direito classista é igualitário, pois abstrai as diferentes estruturas que o determina operando legalmente. Já a prática jurídica é racista, pois se fundamenta na ideologia racista que determina a diferenciação entre os sujeitos a partir de características fenotípicas. Por exemplo, em recente pesquisa, Borges (2019) evidenciou que o encarceramento em massa da população negra provoca o aumento do número de presos sem julgamentos, sendo maior entre os negros que o de brancos, além disso, 67% das mulheres presas são negras. Isso ocorre devido ao racismo estrutural do sistema judiciário brasileiro (BORGES, 2019).

de igualdade formal e, na esfera da produção, essa igualdade não se concretiza. Assim, há uma distinção entre o princípio de igualdade do direito e a realidade concreta, desigual na sociedade capitalista.

Para Isaías (2017), o direito, vinculado aos interesses particulares, sustenta a manutenção dos privilégios dos grupos dominantes. Desse modo, as normativas, aparentemente neutras, legitimam a manutenção da exploração e dominação dos trabalhadores. Não é por acaso que as mulheres sem-teto são as mais atingidas. Por exemplo, a regulamentação tardia do trabalho doméstico, ocorrida somente em 2013, com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 72/2013, que se tornou a Lei Complementar n.º 150 de 2015, estabelecendo os direitos e deveres das empregadas domésticas brasileiras. Assim, o direito cumpre um papel fundamental na determinação das relações de classe, raça e gênero, pois orienta quem pode ou não ter acesso a bens, alinhado à lógica de proteção à propriedade privada³³.

Tem muito racismo, tem muita ignorância, com espanto pela nossa cor, pra arrumar emprego também é meio difícil, que tem muita gente que não aceita, mas pelo menos eu, muito pouco eu sofri com isso [...] por a gente ser cabelinho duro, essas coisinhas (Jenifer, 31, 2023).

Segundo Bento (1995), a situação da população negra, com a expansão do capitalismo industrial, revelou que a mulher negra assumiu o papel do sustento da família ao trabalhar no comércio, como quituteiras, ou de empregada doméstica. O discurso racista da época condenou os ex-escravizados justificando que eles não estavam “preparados” para se tornarem trabalhadores livres, devido às condições de trabalho a que eram submetidos. No entanto, mesmo com o reconhecimento das desigualdades raciais, a conclusão a que chegaram era que o desenvolvimento do capitalismo eliminaria o “problema” da raça, e a população negra seria inserida no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os primeiros estudos contrários a essa tese já colocavam o problema da baixa remuneração e da concentração do trabalho das mulheres negras em certos setores do mercado. Esse grupo é o primeiro a entrar no mercado de trabalho e o que mais tempo fica, além de ser o que mais investe em estudos e menos retorno obtém por isso. Tal situação é ilustrada pelos depoimentos de Vanda e Mirela:

³³ A retórica dos direitos é uma das contradições da ideologia burguesa. Desse modo, “se os marxistas desistirem da ideia relativa aos direitos, perderão o poder de apontar sua contradição” (HARVEY, 2005, p. 34). Para aprofundar o debate sobre direito e movimentos de moradia, consultar a tese de Simone da Conceição Silva, de 2020, *Judicialização da política e movimentos populares: estudo de caso sobre o movimento dos trabalhadores sem teto*.

[...] quando eu comecei a receber meu salário, eu sempre procurava comprar minhas coisas, porque eu sempre fui vaidosa, em lojas de grife, na época é loja de etiqueta, essas coisas assim... hoje é diferente. Então, eu chegava, eu percebia alguns olhares, tipo assim “que que essa neguinha está fazendo aqui nessa loja de madame”, mas eu estava lá com meu dinheiro e comprava. Não importava o valor, porque eu sabia que aquela loja ali, as roupas eram caras, mas aí eu não estava nem aí, eu trabalhei para isso. Então, eu sentia algumas funcionárias, assim, que achava que eu só ia olhar e não ia comprar nada [...] (Vanda, 61, 2023).

Eu sou auxiliar de limpeza, eu trabalho na escola, tem pais que não quer nem encostar, chegar perto da gente, é muito difícil sim. Antes mesmo desse Covid, entendeu? A desculpa agora é o Covid, que não pode encostar, mas antes disso tem muitos pais que não gostam de encostar, chegar perto da gente, pede uma informação de longe [...] acho muito ruim, eu acho preconceito por ser auxiliar de limpeza e eles sentirem nojo (Mirela, 28, 2023).

A pesquisa de Bento (1995) constatou que há diferença de cor nas ocupações do mercado de trabalho e, em segmentos cujo salários são mais elevados, as mulheres negras ficam de fora:

[...] em funções para as quais são exigidos determinados atributos estéticos como naquelas de vendedora recepcionista e secretária, as brancas e amarelas estão representadas de quatro a cinco vezes mais do que as negras, que são, respectivamente: 89%, 11% e 22%.

A segmentação racial também pode ser traduzida pelo fato de um grupo de mulheres negras apresentar as menores taxas de participação tanto em ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas (53%), como nas administrativas (47%) [...] nos serviços domésticos, por exemplo, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas (32,5% contra 12,7%) e em atividades tais como serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras, o percentual para negras é o dobro do das brancas (16% contra 7,6%) (BENTO, 1995, p. 482).

A conclusão da autora é a de que, independentemente do desenvolvimento econômico do país ou da ascensão social de certos grupos inferiorizados, a marca da desigualdade de raça e gênero permanece: “a hierarquia social baseada na raça e igualmente no gênero, estabelece que há uma posição inferior na relação ampla entre brancos/negros, homens/mulheres, deve corresponder uma posição inferior no trabalho, onde o lugar de um jamais seja ocupado pelo outro” (BENTO, 1995, p. 484). Por essa razão, a população negra é sub-representada em cargos de maior prestígio.

[...] (a sociedade) vê a mulher como sexo frágil... na maioria das vezes que a mulher não tem capacidade de exercer determinada profissão, que acha que só os homens são capazes. Então, elas são julgadas por isso, mas hoje, nós estamos no século 21 e nós provamos... de A a Z que nós somos capazes de exercer qualquer tipo de profissão, desde que a gente foque naquilo que a gente quer [...] Nós temos várias mulheres em vários cargos importantes na nossa sociedade e... alguns anos atrás, a mulher não poderia nem ter o direito a votar e hoje nós já conquistamos isso aí, várias conquistas foram realizadas pelas mulheres (Vanda, 61, 2023).

Assim, concluímos que, dentro dos limites do modo de produção capitalista, a ascensão de alguns indivíduos negros em cargos de maior remuneração e valor social agregado não altera o mecanismo da exploração da força de trabalho em relação à raça e ao gênero, por mais que isso signifique um alto valor simbólico. A exploração do trabalho na sociedade capitalista se apoia na discriminação racial e de gênero para selecionar o grau de extorsão da força de trabalho. Assim, a centralidade do trabalho doméstico como principal ocupação das mulheres negras sem-teto refere-se à estrutura racista e patriarcal da sociedade capitalista.

2.3.3 Mulher negra e sem-teto

A trajetória das mulheres negras no Brasil é marcada pela exploração da sua força de trabalho pelo critério de raça e gênero, com base nas representações de inferioridade, o que as torna discriminadas e exploradas. Dessa forma, em sua maioria, as mulheres negras sem-teto realizam serviços manuais de baixo prestígio social, principalmente os trabalhos de cuidados. Ademais, recebem menos, possuem baixa escolaridade, sofrem violência doméstica e moram nas periferias ou favelas das cidades. No relato a seguir, essa situação se expressa nas inúmeras dificuldades enfrentadas por Denise e se agrava devido ao abandono sofrido pelas mulheres negras nas suas relações afetivas.

O processo de indignação, de questionamento que isso estava errado e... porque que tive que começar a trabalhar com dez anos de faxineira pra ajudar, de diarista pra ajudar minha mãe no sustento da família, o porquê a gente tem dificuldade a acessar o ensino superior de qualidade. Eu vinha com essas angústias dentro de mim e... o porquê que é muito difícil. Outra coisa que eu percebi, que eu vinha questionando “caraca, tipo, eu sou eu sou linda, eu sou bela”. Só que também com uma questão que nós mulheres pretas sofremos, que a questão da sensualização, ou seja, nós somos boa para ficar escondido pro cara ter relação, mas não somos o suficiente para andar de mão dada e... eu senti isso na pele (Denise, 35, 2023).

Esse relato representa o que Pacheco (2008) desenvolveu, em sua tese, sobre a solidão das mulheres negras. A autora demonstra, a partir das histórias de vidas, que raça, gênero e classe operam como determinantes nas escolhas afetivas. Dessa forma, a reprodução social das relações afetivas determina que mulheres negras são boas para limpar, trabalhar e cuidar, e seus corpos são vistos como objetos sexuais, mas não para serem amadas ou cuidadas. Conforme relato da sem-teto: “Tem uns que não aceita que a mulher não pode fazer isso, tem que ficar em casa, no fogão. Mas eu acho assim, já foi do tempo disso é... eu acho que as mulheres tá dando de dez em cima dos homens” (Jenifer, 31, 2023).

Ao ser perguntada se havia sentido alguma dificuldade em ser mulher negra, Tatiana relata que não sentia dificuldade, mas “[...] medo por querer tomar alguns posicionamentos e, de repente, dentro de mim, tinha aquele problema “do que a sociedade vai pensar e se a minha voz, ela teria capacidade para ser ouvida como mulher negra” (Tatiana, 27, 2023). O interessante é que essa percepção sobre as dificuldades que as mulheres negras enfrentam, na maioria dos relatos, está relacionada mais ao reconhecimento do machismo que do racismo, em relação a nomear as opressões.

Machismo é... porque a mulher sempre tinha que ser submissa ao homem, a última palavra era sempre do homem e coitada da mulher que quisesse falar mais alto. E isso eu vivi inclusive até dentro de casa, porque a minha mãe ela podia muitas vezes está certa, mas a razão tinha que ser do meu pai. Então, eu sempre criava em mim, desde pequena é... quando eu crescer vai ser assim, eu não vou poder falar, eu não posso opinar, porque sempre quem está com a razão são eles (Tatiana, 27, 2023).

Uma explicação para o racismo ser menos reconhecido é o mascaramento desse por meio das teorias da miscigenação: “somos uma só nação”, e da ideologia da democracia racial, logo, não há problema na convivência de diferentes raças. Isso mascara a identificação de práticas racistas.

Segundo o último censo do IBGE de 2010, as mulheres representam 51% da população total do Brasil, a maior parte residindo em áreas urbanas. A população preta ou parda é maioria, representando mais de 50% da população. Em relação ao rendimento mensal, em todas as faixas de renda, desde a faixa de 1 a 2 salários-mínimos até a maior, de mais de 30 salários-mínimos, a população preta ou parda, no total, sempre recebe menos que a população branca. No entanto, entre os que recebem abaixo de um salário-mínimo ou até 1/4 disso, a população preta ou parda é maioria: 49,6% em relação a 38,90% dos brancos. A mesma situação ocorre entre as mulheres brancas (40,64%) em relação às negras ou pardas (57,80%).

Sobre as condições dos domicílios urbanos em relação ao saneamento inadequado, do total de mulheres de 18 a 59 anos, 62% das mulheres pretas ou pardas são atingidas por essa situação. Já em relação à proporção de famílias, com cônjuges e filhos, em que as mulheres são responsáveis, não varia tanto, pois 38,7% são chefiadas por mulheres pretas ou pardas e 35,6% por mulheres brancas. Por outro lado, com ausência dos cônjuges, mas com filhos, essa proporção se iguala, indicando que as mulheres, em sua maioria, são as responsáveis pelos filhos e pelo lar (IBGE, 2010).

De 2010 até 2021, em dados mais recentes, o Boletim das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho, fundamentado na PNAD contínua do IBGE, indica que essa situação não se alterou; ao contrário, devido à crise sanitária da Covid-19, somada à crise econômica e política de 2020, a condição de vida das mulheres negras piorou. Elas são maioria na desocupação ou ocupação de formas precárias de trabalho e 61,6% das trabalhadoras domésticas são negras.

No 1º trimestre de 2021, a taxa [de trabalhadoras ativas] das mulheres negras chegou em 42,1%, aproximando-se, de forma dramática, da metade da FT [força de trabalho] dessas mulheres. Vale salientar que, ainda no 1º trimestre de 2021, a taxa de subutilização das mulheres negras foi 12,4 pontos percentuais superior à taxa média do Brasil, enquanto a dos homens brancos foi 10,5 p. p. inferior à média. Para os homens negros e as mulheres brancas, em situação similar, a taxa ficou 1,6 p. p. e 0,9 p. p., respectivamente, abaixo da do Brasil. Como na taxa de desocupação e subocupação, a taxa de subutilização das mulheres negras foi a que mais se ampliou no período de um ano, ampliando, portanto, a diferença delas com a de outros grupos sociais (FILLETI; GORAYEB; CARDOSO DE MELO, 2021, p. 17).

Esses dados indicam que as mulheres negras sem-teto estão submetidas a condições precárias de trabalho. Mas não é somente esse o problema: a questão urbana impõe o problema da segregação: grande parte dos sem-teto não possui moradia ou vive em condições precárias de habitação. Portanto, o racismo e a opressão de gênero estão presentes na vida das mulheres negras sem-teto mesmo após a tomada de consciência das consequências dessas ações.

Chegar no mercado e o segurança ficar me seguindo, eu briguei com ele. Eu perguntei se estava cagada (risadas) você está me seguindo desde a entrada. Ele deu risada e falou: não, moça é que a Senhora está com a mochila e não pode entrar com a mochila. Eu disse, simplesmente: você tinha que ter me abordado e pedido para aguardar, porque eu cheguei do serviço com mochila. E o segurança falou: “pensei até onde você ia”, aí aquilo, eu mandei ele naquele palavrão (Elke, 46, 2023).

Até pouco tempo, nós sofreu no mercado [...] a gente foi fazer compra eu, meu esposo, minha filha e meu filho, ele estava aqui cheio de barro, entendeu? E nós foi do mesmo jeito, que nós estava, tudo cheio de barro, nós foi fazer compra, comprar umas coisinhas. Chegou lá, com tantas pessoas, os seguranças nem foi atrás de nenhum, eles veio atrás de nós, eram vários segurança atrás de nós. Nós chegou no balcão para fazer a compra, aí eles olhou pro outro segurança que estava na porta e falou “ai pagou!” (Mirela, 28, 2023).

A violência doméstica apareceu em todos os relatos. São situações que marcam a trajetória dessas mulheres. Vanda relata que foi estuprada duas vezes, mas não se sentiu à vontade para aprofundar sobre a violência que sofreu. Neiva, por sua vez, conta como a opressão de gênero quase tirou sua vida:

No meu segundo casamento, quando me casei, como toda mulher, me casei apaixonada, eu achava que ia ser uma coisa boa, que ia começar de novo, que eu me senti feliz. Durante um período, de uns dois anos da minha vida foi bom, mas aí eu comecei a sofrer o descaso, né? Eu era chamada de passarinho, meu passarinho tem que ficar na gaiola, né? Então eu tinha que ficar dentro da minha casa lavando, passando, cozinhando, transando quando ele achava que eu estava precisando de uma caridade, cuidando das minhas filhas e sem reclamar. Eu não podia reclamar que tava faltando algo, eu não podia reclamar que eu queria sair, eu não podia ter ideias, eu não podia falar o que eu sentia. Deixei o meu emprego, parei meus estudos e vivia trancada e cada vez que eu reivindicava algo, eu apanhava e... eu já apanhei tanto, tanto que tinha dia que eu apanhava ficava caída no chão aí... eu olhava pro céu [...] eu não estou conseguindo quase nem respirar, né? Então, eu acho que eu vou amanhecer morta e eu não vou mais sentir dor, né? Não vou apanhar mais e aí no outro dia, quando eu acordava, eu perguntava Deus: eu não entendo você, sou uma boa mulher, vivo dentro da minha casa, cuido bem dos meus filhos, lavo bem, passo bem, cozinho bem, minha casa é muito bem limpa e por que é isso? Por que que você não tira minha vida e leva embora? Porque amanhã eu não vou passar mais isso. Aí eu acordava no outro dia, apesar de toda dor, apesar de tudo, eu acordava mais rebelde ainda, eu acordava com mais garra ainda e por 10 anos da minha vida foi assim. Eu tinha uma casa, podia comprar o que eu quisesse, eu podia entrar na loja e comprar a roupa que eu queria, o sapato que eu queria, mas eu não podia ter a coisa assim maior da vida do ser humano que é ser livre, voar (Neiva, 58, 2023).

Neiva relata que esse episódio marca sua vida até hoje; as lembranças não a deixam esquecer dos chutes. Apesar de toda violência sofrida, ela relata que ainda sofreu após conseguir sair do casamento, com acusações, por parte do ex-marido, de ser prostituta, alcoólatra e drogada. Isso fez com que perdesse a guarda dos filhos e os bens materiais, inclusive a casa que era dos dois. Ela relata que ficou sem nada e sem os filhos. Em sua fala, é explícita a indignação de não conseguir proteção da justiça, sendo que ela era a vítima.

Com relato semelhante, Elke relembra momentos de sofrimento no seu primeiro casamento:

Quando eu me casei pela primeira vez eu tinha 15 anos. Conhecia esse rapaz, que estudava junto comigo à noite nessa escola [...] eu passo isso para minhas filhas para elas não passar o que eu passei [...] ele me violentava, eu falava que não queria, aí se eu não fizesse, ele me cortava de caco de vidro, quebrava espelho, ele tinha um guarda-roupa enorme, a primeira vez que ele me bateu, a minha filha mais velha estava com um ano e oito meses e eu estava grávida de dois meses da segunda e ele entrou dentro de casa e torceu meu dedo porque eu não quis pegar o chinelo, aí do jeito que eu estava sentada na cama ele puxou minha mão e torceu meu dedo. Ali eu não entendia que já era uma agressão. Então, essa agressão chegou até me desmaiar, deu caída no chão e ele fica chutando, dez anos [...] E muita gente falava que eu não saia dessa vida porque não queria e eu falava não é porque eu não quero, é porque eu não tenho pra onde ir, eu tinha vergonha de ir na delegacia, porque as duas vezes que eu fui, eu fui humilhada na delegacia. O próprio delegado falou “a partir da hora que você sair daqui você vai dar o rabo pra ele” [...] Esse meu ex-marido me espancava da hora que acordava a hora que eu ia dormir (Elke, 46, 2023).

Grande parte das mulheres vive nessa situação por não ter condições financeiras de deixar o lar. Geralmente, o homem trabalha e provê o sustento. Quando as mulheres conseguem fazer bicos e começam a ganhar dinheiro, isso fortalece a tomada de decisão de sair do ambiente de violência. Assim, de acordo com a coordenadora Denise,

[...] para as mães que têm filhos na maioria das vezes ter um teto é tudo, sai de um ciclo de violência, onde a gente vive numa sociedade que é machista, uma sociedade aonde o homem pelo fato de trabalhar, de pagar o aluguel, ele acha que é dono da mulher, muitas vezes, as mulheres procura as nossas ocupações do movimento pra sair desses ciclos de violência machista (Denise, 35, 2023).

Nota-se também como o processo da solidão da mulher negra dificulta ainda mais a vida dessas mulheres. Muitas vezes, são vistas apenas como um corpo sexualizado. Muitas não são vistas como companheiras e fazem uma caminhada sozinha na luta, como Vanda, ao relatar as poucas oportunidades que teve na vida, mas que ainda assim não possibilitaram acabar com as dificuldades enfrentadas ainda hoje.

É difícil, né? Por já ser negra já passa muito preconceito, né... e sem-teto, pior ainda. A gente tem que lutar muito, né? [...] tem gente que olha com o olho torto pra gente, tem muitas pessoas que não quer nem conversa [...] (Mirela, 28, 2023).

Eu estou com 61 anos e... não tenho uma casa pra morar, desempregada no momento, vivo de fazer alguns bicos e eu fico meu Deus e... como está a situação do nosso país. Não fiz uma faculdade, mas consegui concluir o Ensino Médio, mas tem muitas pessoas que nem isso conseguiram e... quando a gente passa assim na rua, a gente vê um monte de pessoas morando, em situação de rua aí... eu fico me perguntando: “será que quando esse pessoal era jovem, será que eles não tiveram condição de estudo ou não fizeram nada?”. Hoje, eu fico pensando, eu volto pra mim, as oportunidades que não que eu não tive ou que talvez aconteceram e eu não soube abraçar (Vanda, 61, 2023).

Muito difícil, porque, tipo assim, além de eu ser mulher, a gente se virar, porque eu sempre me virei com meus filhos, meu filho de 15 anos eu criei sozinha, não teve pai, nem nada. Mas assim, eu sempre tive o meu cantinho, na verdade o cantinho da minha mãe, ela sempre me deu abrigo. Agora estou correndo atrás pra ter o meu aqui (Jenifer, 31, 2023).

Dessa forma, as relações de trabalho e as relações afetivas das mulheres negras do MTST entrevistadas são determinadas pelas marcas de raça, gênero e classe. Compartilham histórias de vida parecidas, embora os contextos sejam diversos. Nesse sentido, por viverem em condições materiais semelhantes, é possível realizar uma análise do processo de engajamento na luta política. O próximo tópico evidencia o caminho que elas percorreram até gritarem “Mulheres do MTST, a luta é pra valer”, conforme mostra o manifesto organizado por elas.

2.3.4 O engajamento na luta e na ocupação Maria da Penha

De acordo com Hamilton (2018), o engajamento na luta política e coletiva é motivado por questões objetivas, na maioria dos casos, extrema precariedade das condições de sobrevivência e, no caso dos sem-teto, a falta de acesso a bens públicos e a moradia. Além disso, a conjuntura política, com o avanço de políticas neoliberais, piora esse quadro e faz com que a luta pelo movimento seja a única alternativa.

Conforme já mencionamos, as mulheres negras sem-teto sofreram perdas no governo Bolsonaro. Em relação à moradia, o valor do aluguel aumentou acima da inflação, aliado ao fim do MCMV e a implementação do programa Casa Verde-Amarela, com a diminuição do acesso ao financiamento habitacional aos mais pobres, além do aumento em 393% no número de famílias despejadas.³⁴

³⁴ Informações disponíveis em: <https://ibdu.org.br/opiniao/mulheres-negras-na-luta-por-moradia-e-sustento-em-salvador-ba/>; <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/22/programa-de-moradia-de-bolsonaro-a-gente-nao-ve-a-entrega-das-casas-aponta-militante>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64455893>. Acesso em: 06 fev. 2023.

Nesse cenário, o MTST realiza reuniões antes da ocupação do terreno, para chamar os sem-teto a se juntar à luta. No entanto, como aconteceu com a Vanda, uma de nossas entrevistadas, no início ela desconfiou da ideia de “invadir” um terreno, mas, nas condições em que se encontrava, decidiu que era a melhor opção.

Eu estava desempregada, dividindo aluguel, eu estava só recebendo esse auxílio... ajudando na despesa de aluguel, eu tenho uma pessoa também que vez em quando ela me ajuda, que é o que eu costumo chamar de meu boy magia e... então, eu vou tentar vou lá e quando aconteceu a ocupação, eu tô aqui desde o início (Vanda, 61, 2023).

Assim como Vanda, a maioria das mulheres negras sem-teto se encontrava em situações de extrema vulnerabilidade e sem ter onde morar. Na ocupação, encontram uma fonte de esperança.

Ele (esposo) veio, só ele veio e ficou dois dias seguidos, no primeiro dia que fundou...aí com 8 dias ele pediu pra eu ir ver como que é. Eu nunca tinha visto cozinhas comunitárias... na hora de pegar a comida, falei “tem que pegar essa fila todinha” [...] a gente pegou o almoço e aquilo ali foi interessante, foi chegando gente, chegando gente e gente [...] (Elke, 46, 2023).

Eu entrei no movimento numa fase muito ruim, eu falo que foi a fase que salvou a minha vida. Eu passei uma determinada situação, de ficar desempregada (ano 2020), eu morava com a minha cunhada... trouxe ela para morar comigo, quando meu irmão faleceu, pra gente criar o meu sobrinho. Ela não arrumava emprego, eu também não arrumava, desempregada. E a dona (da casa) em cima porque queria a casa e aí ela falou, um belo dia, para mim “eu vou ter paciência para esperar você me pagar, só que eu quero que você me paga atrasado e desocupe a casa”. E aí ela começou a pirraçar, ela teve paciência, mas ao mesmo tempo ela não teve. Então, numa semana ela desligava a água, a gente ficava sem água, na outra semana ela falava pro filho dela cortar a energia, a gente ficava sem energia. Até que foi piorando a situação...e aí eu conheci um rapaz, que hoje é meu marido e aí ele, a gente só na amizade, ele falou para mim “cara, vem pra minha casa, fica aqui porque o Miguel precisa tomar leite, o Miguel precisa ter uma alimentação e vocês mal conseguem entrar dentro de casa. E eu informei ela (proprietária da casa) que eu iria arrumar alguém para tirar as minhas coisas... resumindo ela não teve paciência de esperar, catou as minhas coisas e doou, assim como se fosse dela, trocou as fechaduras da casa, trocou o cadeado, eu não tinha mais acesso a nada, eu não tinha mais o que buscar...eu perdi tudo. Eu comecei a me imaginar do zero, como uma outra mulher, com uma criança e sem saber o que fazer (Tatiana, 27, 2023).

Tatiana relata que, depois de duas semanas desse episódio, ficou sabendo de uma “invasão” em Taipas, São Paulo. Na ocupação Nova Canudos do MTST, ela iniciou sua luta por moradia. Há três anos no movimento, o início não foi fácil, pois os preconceitos eram fortes.

Mas logo se engajou na coordenação e foi um passo de que não se arrepende. Fez parte da frente de ocupação e conheceu toda a dinâmica. Em 2022, realizou a experiência de abrir uma ocupação em Curitiba, no Paraná, o que, para ela, foi um desafio “tenebroso” por causa da forte repressão por parte do governo estadual.

Foi muito tenso lá, tanto milícia, como GCM, como paralelo tem uma atuação muito forte. Então, nas primeiras semanas, a gente sofreu uma semana sem comida, sem água, sem remédio, sem terminar barraco, sem nada porque os polícias de lá foram muito sacanas. Violência demais, a gente teve um companheiro nosso, que chegou a ser preso porque os polícias acharam que ele estava violando um direito, que na verdade era de ir e vir, ele não estava infringindo nenhuma lei, mas mesmo assim, o policial simplesmente, em um momento vulnerável da nossa parte, ele pegou o companheiro, levou pra delegacia, falou que ele iria responder um processo por desacato, quando na verdade, nada disso havia acontecido (Tatiana, 27, 2023).

A maior parte das entrevistadas relata dificuldades de sustentar os filhos sozinhas:

Eu vinha de vários conflitos e... foi quando eu conheci o movimento, o MTST. Foi justamente nesse período de transição que eu estava numa batalha, mãe solo, o cara me engravidou, me deixou sozinha, lutando contra o que a sociedade queria me jogar, que era o subemprego, trabalho escravo. Trabalhando para conseguir pagar minha faculdade, foi nesse período que eu conheci o MTST [...] eu conheci o movimento, em 2007, na época o MTST não era muito conhecido, eu fui numa ocupação chamada João Candido, só que aí eu acabei desistindo [...] nessa luta que a gente como mulher preta da sociedade tem que viver ... era isso, eu tava lutando pra tentar ter um salário melhor, então, por isso me sacrificava no serviço, engolia esse sapo para conseguir pagar minha faculdade de professora [...] (Denise, 35, 2023).

Souza (2013), ao analisar a presença acentuada de mulheres se organizando, participando e liderando movimentos populares que reivindicam moradia, afirma que o principal fator dessa inserção feminina é a imposição, proveniente da divisão sexual do trabalho, ao trabalho doméstico e às atividades de cuidado (criação dos filhos) no espaço privado do lar. Dessa maneira, a casa/moradia se torna um bem indispensável para elas.

O engajamento na luta ocorre de forma gradual. As mulheres negras sem-teto, quando iniciam na ocupação, não possuem a dimensão do alcance da luta do MTST. Mas rapidamente assumem funções importante na organização do movimento.

[...] eu cheguei aqui eu cheguei aqui como acampada, aí fui fazer uma atividade na cozinha e aí [...] tava fazendo uma fala com os companheiros para uma arrecadação de alimento, a outra coordenadora antiga daqui do G6 me convidou junto com o Zito, se eu não gostaria de fazer parte da coordenação [...] e aceitei e estou aqui até hoje no Maria da Penha. Tô no MTST, apesar do tempo que eu fiquei afastada, há mais já tem mais de 20 anos (Neiva, 58, 2023).

Eu sou coordenadora [...] antigamente quando eu não era da coordenação, que eu ficava lá no meu barraco no Anita Garibaldi, eu achava a coisa mais linda quando passava as meninas, naquele tempo elas gostava de usar prancheta, uniformizada. E naquela época a polícia entrava e já ia atrás dos líderes. Hoje não, hoje a camiseta do MTST é uma roupa comum [...] (Neiva, 58, 2023).

As mulheres negras sem-teto do MTST, então, constroem o que elas chamam de feminismo popular: “o feminismo que praticamos não é o que anula nossas qualidades femininas, mas o que reconhece nossas diferenças para com os homens e carrega para o mundo da política qualidades, instintos e aprendizagens femininas” (MULHERES DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MTST, 2017, p. 11). Assim, buscam dialogar com mulheres e homens para a construção da luta coletiva.

É difícil falar de feminismo na ocupação porque a maioria das mulheres que vem não tem um estudo e a sociedade demoniza o feminismo, fala que as mulheres querem dominar. A gente vem de um feminismo mais popular, conversando com essas mulheres, pra elas se empoderarem. Assim, [...] uma das coisas que a gente identifica é que a maioria das mulheres procuram a ocupação, e isso é um norte pra gente de entendimento porque tem mais mulheres, porque para as mulheres ter uma casa é... ela sair de um cenário de violência, onde em sua maioria, o homem, por ser o cara que trabalha, o homem que paga o aluguel. Ele se acha no direito de ser machista mesmo, de cometer várias atrocidades contra as mulheres. Então, a ocupação cumpre um papel muito importante, assim, até de libertar as mulheres, delas entenderem que os relacionamentos que a sociedade acaba dizendo o que é comum, não é e a gente consegue certa forma isso, que é gratificante tirar muitas mulheres em cenários de violência (Denise, 35, 2023).

Eu sempre fui um pouco explosiva, hoje em dia estou tentando equilibrar o meu *yin-yang*, porque é meio difícil, tem muitas vezes que você tem vontade de xingar alguém, você tem vontade de bater, daí você para pensa: “o que que será que ele está passando para ele estar fazendo isso aí?” Eu respiro fundo... eu falo companheiro, me ajuda, eu peço a Deus me dar paciência, porque se ele me der força, não vai ser legal (Daniele, 35, 2023).

Na luta pela moradia, o ensinamento mais importante no processo de ocupação, para os sem-teto, é a noção do senso coletivo:

Eu acho que a questão de ensinar pro pessoal que não é eu, somos nós, entendeu? Porque aqui o que um come todos comem, não tem aquela questão “ah meu filho vai comer Danone”, não! Nossos filhos vão comer Danone, porque hoje tem para todo mundo. Então, é aquela questão de tirar do individual e colocar no coletivo (Daniele, 35, 2023).

[...] sempre temos que parar uma, duas, três vezes para compreender os problemas dos acampados, porque o acampado, ele, tem deles que tá sempre junto com você, já tem aquele que já faz um ano e cinco meses, que está grávida, então, você tem que saber sabe lidar com isso, porque na mesma hora que você quer pegar ele jogar no G15 [os grupos que são formados dentro da ocupação], você sabe que ele se torna muito importante e eu acredito que essa é a melhor parte da coordenação do movimento, é quando na mesma hora que a gente fica bravo, sabe?, a gente respira, tá bom, companheiro, faz assim companheiro, vai lá arruma seu barquinho e vamos começar tudo de novo [...] (Neiva, 58, 2023).

Além disso, a relação com o bairro é boa, respeitosa, de acordo com os relatos:

A gente quando chegamos aqui, a gente precisamos muito de água, tanto que a maioria da vizinhança aqui chega a doar água para a gente, quando a gente está sem (água). Então, eu acho que ficou uma forma de carinho e de respeito, porque eles sabem que as pessoas que estão aqui não vão mexer nas coisas dele e eles também não vem pra cá pra bagunçar. Tanto que a horta é... eles passam, eles pedem: “ai eu tenho uma plantaçãozinha no meu quintal, você pode me dar uma mudinha de couve ou de alface para me plantar lá”, eles também trazem pra cá, eles “olha minha alface deu bastante, vocês não querem algumas mudas?”. Então, a gente sempre tem essas trocas de afinidade com o pessoal hoje (Daniele, 35, 2023).

O interessante desse relato é perceber que, conforme a luta do MTST se consolidou e se expandiu, mudou a relação das instituições com o movimento. Se, antes, a violência era a única forma de resolver o conflito, hoje os símbolos do MTST já são reconhecidos e não houve, até o momento de desenvolvimento desta tese, conflito direto com a polícia na ocupação Maria da Penha.

Ao assumirem funções de lideranças e realizarem tarefas importantes, é possível perceber o processo de transformação pessoal nas mulheres negras sem-teto entrevistadas:

A ocupação Pinheirinho, em Embu das Artes, na época foi turbulento porque tinha o meu filho para cuidar, trabalhava de cozinheira e fazia faculdade. Então, eu tive que morar na ocupação, eu chegava na ocupação por volta de meia-noite e saía de manhã pra trabalhar. Só que teve algo que me chamou atenção, não só a luta por moradia, mas o período como acampada e algo que o movimento acaba chamando atenção [...] a ocupação do MTST é um espaço muito acolhedor, então assim, uma das coisas que como acampada me chamou a atenção foi ver mulheres coordenando grupos, na maioria das ocupações do movimento 70% é mulher, na maioria das ocupações são mulheres que coordena os grupos e é isso pra mim foi encantador... mulher dando orientação, dando ordem nos homens, isso me chamam atenção. A segunda coisa foi mulher pegando o microfone, ocupando espaço de fala e isso foi me encantando. O movimento fazia roda de mulheres pra falar sobre machismo (Denise, 35, 2023).

Sobre o dia a dia de uma coordenadora na ocupação, as lideranças relatam ser corrido devido às tarefas que precisam ser realizadas.

Se chega um companheiro e ele tá mexendo no barraquinho, ele precisa de uma inchada, eu vou emprestar uma enxada pra ele, se alguém está precisando de algum alimento e a gente está com o alimento guardado, aí a gente já manda para outras cozinhas, porque querendo ou não somos em nove (cozinhas), então, a gente sabe que alguma cozinha acaba tendo mais mantimento do que a outra e tem a questão da horta que a gente manda os legumes para as cozinhas na hora do almoço, da janta. Aí tem que verificar a questão da água, se tem água para estar fazendo (os alimentos) (Daniele, 35, 2023).

Em 2013, terminei a faculdade aí... pedi as contas e tentei entender o movimento mais a fundo. E fui pra outra ocupação do movimento e me tornei coordenadora, já organizei várias ocupações na zona sul de São Paulo: ocupação Dona Deda, ocupação Povo Sem Medo, ocupação Paulo Freire e hoje, estou na zona norte, na ocupação Marielle e ocupação Nova Canudos. Uma vez que a gente é liberta, tiram as algemas que nos prende, o movimento tem esse papel importante e não só isso é... dar dignidade para as pessoas conseguir ter sua moradia de uma forma acessível. E você não quer guardar isso só para você, então, por isso que você se torna militante (Denise, 35, 2023).

Isaías (2017) destaca o papel que as mulheres exercem nas organizações políticas, tornam-se referências ao participar ativamente das atividades coletivas e constroem certo tipo de solidariedade mediante a identificação de gênero.

[...] as mulheres são a maioria da população das ocupações, a maioria das lideranças comunitárias, fazem todo o trabalho de coordenação do território, das atividades de mobilização, das tarefas de resolução de demandas corriqueiras, como a organização da coleta de lixo diante da falta de coleta do poder público, o cuidado com as hortas coletivas. São referências e exercem o papel de cuidadoras da coletividade, sendo acionadas para mediar as dificuldades e conflitos internos. Movimentam a construção dos espaços coletivos, orientam as pessoas das ocupações, são as representantes da luta em espaços de discussão, são as articuladoras das redes de apoio, são as pessoas que denunciam, que fazem os enfrentamentos aos poderes públicos e privados, as que sofrem frequentemente e de maneira muito direta as mais variadas violências, seja as estatais ou as privadas. São também as principais a dar suporte cotidiano umas às outras (ISAÍAS, 2017, p. 3).

A questão racial não é encarada como problema dentro da ocupação porque a maioria é negra, no entanto, o machismo ainda é uma questão frequente. Inclusive, no último dia de nossa pesquisa, a coordenadora geral teve de acolher uma acampada em seu barraco para que o marido não a agredisse com seu filho. A forma como o movimento busca resolver esses conflitos é à base do diálogo e da conscientização dos acampados.

Eu vejo que muitos companheiros aqui, que são machistas, eles ainda tá na era da pedra... ele acha que mulher é para ficar no fogão, que a mulher ela não pode ser áspera, que a mulher não pode ter voz de liderança... ele ainda não acordou pra parte da história onde a mulher sim ela pode coordenar, sim a mulher pode mandar, a mulher que pode ter pulso firme, porque afinal nós somos mulheres é... e a mulher ela tem que aprender isso, eu aprendi da forma mais triste, a ser guerreira [...] (Neiva, 58, 2023).

A gente não fala que a mulher ela é santa, mas a gente é um movimento que tentar preservar ao máximo os valores das mulheres. Então, quando tem essas tretas de casal, a gente aconselha um ir pra casa mãe ou ir pra casa do pai, mas que eles, no momento, se distanciem, para acalmar a situação e no dia seguinte a gente conseguir sentar para ter um diálogo. Se acontece, por diversas vezes, aí infelizmente a gente não permite como morador, porque isso, em algum momento, vai acarretar um problema maior para nós, principalmente, quando vem da parte do marido, muito agressão (Tatiana, 27, 2023).

As formações sobre essas práticas acontecem na ocupação pelo menos uma vez por mês, mas é mais comum acontecerem com os coordenadores.

Já teve umas oito formações [...] pra mim ajudou porque eu tinha outra mente, se a pessoa falasse alguma coisa, eu já queria socar [...] muita gente vinha aqui e falavam: “mulher pra está tomando a frente, por que não põe um homem”. Então, já que você acha que você tem capacidade para isso, para estar aqui aguentando desaforo, que eu estou aguentando do senhor, você fique no meu lugar. Acusa a gente de ganhar dinheiro, não ganhamos um real (Elke, 56, 2023).

A gente teve uma recente, que a gente falou “O que é o racismo”. E aí eles aprenderam no que se enquadra o racismo, em qual situações, que o racismo também não é, o mais pesado é cor, é raça, mas não é necessariamente também só isso (Tatiana, 27, 2023).

Daniele lembrou do papel importante dos coletivos dos MTST, que fazem oficinas nas ocupações para desconstruir estereótipos de raça e gênero.

Tem até o movimento (coletivo) chamado as Mulheres e tem o Raiz da Liberdade, que vem (traz) muita aquela questão do pessoal que sofreu preconceito, a gente sempre tenta trazer o acolhimento melhor possível para essas pessoas (Daniele, 35, 2023).

Tanto palestra, quanto eles tentam ajudar também, porque aquela questão tem muitas pessoas que não tem aquela questão de se falar abertamente, entendeu? Então, prefere mais um reservado, consegue associar um ao outro como um companheiro e... fala “não com aquele dali eu consigo falar, eu consigo me abrir”. Então, eles fazem mais esse trabalho (Daniele, 35, 2023).

Dessa forma, é unânime, nos relatos, que o motivo de entrarem no movimento eram as diversas dificuldades financeiras por que passavam para viverem uma vida digna. Evidenciou-se ainda o papel importante que o engajamento na ocupação tem na vida delas, de como a socialização, a divisão de tarefas, as formações políticas transformaram a visão de mundo sobre as desigualdades sociais. Um exemplo são as entrevistas com os relatos sobre os problemas que viveram. A tomada de consciência é fruto desse processo de organização política. Então, para elas, a luta está só começando, e o melhor lugar para fazer seus direitos serem garantidos é no MTST, conforme vamos observar nos relatos do próximo tópico.

2.3.5 O significado da luta do MTST para as mulheres negras sem-teto

Neiva se sente protegida quando está usando a camiseta do MTST. Sua percepção evidencia que a relação estabelecida com o movimento foi de segurança, pois foi ali que ela encontrou a proteção de uma moradia, de alimentação e de solidariedade. E o preço para participar, como ela mesmo diz: “é a luta e a participação”. Para ela, o MTST significa “liberdade, compromisso”.

Olha, antes quando eu não conhecia, eu achava, como algumas pessoas: “são invasores, vagabundos, não tem o que fazer”. Hoje, eu conhecendo o MTST, eu sei que é um movimento de respeito, mundialmente conhecido e organizado. Então, hoje eu posso lhe falar, com toda a sinceridade, eu tiro o chapéu porque ele (o movimento) se preocupa com toda a situação, eles nos dá atenção... é uma luta que eles estão ali o tempo todo... buscando e nos defendendo e lutando em prol da nossa causa. Então, eu digo que eles, esse movimento para mim é um movimento que tem o meu respeito... e mundialmente conhecido e é respeitado [...] (Vanda, 61, 2023).

Para Daniele, o MTST significa união de vários povos, várias religiões, várias cores. Em todos os relatos, é unânime a decisão de continuar na luta, mesmo após a conquista da moradia definitiva: “Eu tô aqui um mês e eu vou te falar, daqui eu saio só depois da luta acabar” (Mirela, 28, 2023).

Pelo menos quando eu tô aqui, eu me sinto livre para conversar, porque se conversa comigo, eu converso. Eu gosto de conversar, mesmo que eu não conheço, falou comigo já estou conversando, eu gosto de conversar. Eles acaba falando o que acontece, o que não acontece, o que pode, o que não pode. A gente tem que entender... porque aqui é um começo, que tomara que vá bastante tempo para frente (Jenifer, 31, 2023).

Minha vida! Minha vida em todos os sentidos. Hoje, eu posso falar que eu sou... eu sou uma mulher imponderada. Hoje, eu posso gritar sem medo, eu posso falar sem medo, eu sei até onde eu posso ir e eu sei o meu lugar, eu sei que eu posso chegar onde eu quiser, porque hoje eu consigo entender os meus valores tanto como mulher, como uma pessoa que organiza uma ocupação e entende o sentido de que você não está lutando só para você, mas que assim como você, tem pessoas que passaram pelas mesmas dificuldades ou até mesmo piores e não desistiram, está aqui. O movimento, eu falo, que independente da gente saber se uma ocupação dá certo ou não, a gente pode morrer feliz sabendo que a gente tentou alguma coisa para tentar mudar o cenário que a gente viveu, a gente tentou fazer. Então, hoje, é a minha vida e eu não abro mão (Tatiana, 27, 2023).

Uma coisa que é muito gostosa assim no movimento, que me encanta é a igualdade mesmo, é um movimento que te respeita como mulher, como negra. A gente respeita também quem é branco e que se dá o respeito. Então, não é o grau de escolaridade e nem a cor da pessoa, que faz a pessoa ser mais ou menos (Denise, 35, 2023).

Quando perguntadas se as mulheres negras sem-teto têm voz no MTST, a resposta foi rápida e coerente com as práticas de luta observadas na pesquisa de campo: “Sim, sem sombra de dúvida e é o que a gente mais briga pra ter” (Denise, 35, 2023).

Quando uma mulher negra ela vai, ela dá uma entrevista, ela fala, ela não fala só por ela, não só pela cor dela, mas por todo o povo. E esse povo ele não quer nada de graça, a gente quer pagar, mas a gente quer ir para um lugar, onde eu posso pagar e também eu quero ir para um lugar que seja digno, por que que eu tenho que morar lá perto do córrego? Por que que eu tenho que morar lá em cima do morro, que desbarranca tudo? E por que esses governantes, eu cito o Maria da Penha, com um tanto de terra desse, há mais de 70 anos sem imposto pago, passou prefeitos e prefeitos e nunca se fez nada. (Neiva, 58, 2023).

Para mim, são várias sensações, assim, a primeira sensação é de igualdade, né?... dentro do MTST eu vivo um mundo que eu desejo que a sociedade viva, onde independente da sua cor, da sua raça, da sua opção sexual, somos iguais. Então, o movimento tem todo um cuidado de fazer, até mesmo quando alguns se perdem no caminho, a gente isentiva mão pra cima companheiro, tá errado. Então, eu tenho muito orgulho, muito orgulho de entender que as minhas inquietações e angústias, antes de conhecer o movimento, elas eram legítimas. Dentro do movimento de moradia eu consigo me encontrar e dizer que nós mulheres negras, podemos ocupar os espaços que a gente quiser, nós mulheres negras podemos ocupar os espaços de fala [...] a gente tem que ser respeitada, a gente tem que ter igualdade (Denise, 35, 2023).

Barbosa (2015), em sua análise sobre a militância das mulheres negras na cidade de São Paulo, detectou que a consciência política desses sujeitos é determinada a partir do contexto histórico da opressão interseccional.

A matrifocalidade das famílias negras se torna, aqui, elemento central na resistência à opressão. O protagonismo feminino negro se constitui, assim, como uma prática de resistência que tanto articulou dimensões originárias da matriz africana que são mobilizadas como resposta necessária de sobrevivência a um mecanismo de opressão constituído historicamente (BARBOSA, 2015, p. 14).

Segundo Barbosa (2015), a luta das mulheres negras é entendida como minorias ativas, a partir da reflexão de Moscovici. Para ela, dentro do universo da luta das mulheres, do movimento negro e dos movimentos populares aos quais se filiam, as mulheres negras buscam alterar as normas estabelecidas dos padrões de gênero dentro das organizações políticas ou até mesmo repensar as práticas racistas. Elas, então, exercem influência nessas organizações com pautas específicas de raça, gênero e classe.

Dessa forma, a participação das mulheres negras entrevistadas no MTST ocorre porque elas carregam no corpo as marcas de raça e gênero. Sofrem a intersecção de classe, raça e gênero e, em suas histórias de vida, evidencia-se o papel que lhes foi reservado ao começar a trabalhar, muito novas, como empregadas domésticas ou babás, ao sofrerem violência doméstica e não

serem atendidas por direitos sociais básicos. Assim, as histórias particulares não estão dissociadas de processos estruturais.

2.3.6 Posicionamento político-ideológico

Essa temática tem como objetivo identificar a postura das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha, diante da vitória do Lula na eleição de 2022. O posicionamento político-ideológico corresponde às ações e ao discurso desses sujeitos para identificar a correspondência entre a determinação de classe e o posicionamento na luta de classe. Nas respostas, há uma unanimidade sobre a importância do retorno do governo do PT e o reconhecimento dos benefícios alcançados no governo Lula, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família.

Desde que eu me entendo por gente, sempre votei, eu nunca votei contra o PT, nem eu nem minha família. Então, pra mim é... eu já não suportava esse homem aí que estava, esse Bolsonaro, nunca fui com os cornos dele, desde quando ele foi eleito e meu voto nunca viu é... sempre nós votamos no PT. Minha mãe é... tu queria pegar uma pé de briga com ela se falasse do PT, é Lula sempre, que ela disse. Porque ela teve o benefício dela, foi na época do partido de Lula... ela ia votar, ela não precisava mais votar, mas ela ia, fazia questão de votar para poder votar no Lula, sempre que ele era candidato (Vanda, 61, 2023).

Daniele relata que, desde muito nova, já votava no Lula. Ela não se ilude com a promessa de mudança radical de um governo para outro, mas tem esperança de melhoras em relação à política de moradia.

Maravilhosa (a vitória do Lula), eu já era petista é... sempre votei no PT. Aqui em Guarulhos sempre é o Elói Pietá (ex-prefeito petista) e a Janete Pietá (vereadora petista). E depois que eu conheci a Ediane (candidata pelo Psol do MTST) e Guilherme Boulos (candidato pelo Psol do MTST). Então, me filiei ao PSOL, mas eu sempre votei no PT. Para mim o Lula está lá em cima, foi uma grande vitória (Elke, 46, 2023).

Eu sempre fui Lula, sempre! Porque ele sim, eu acho pela minha opinião, que ele ajuda muito os pobres, ele ajuda muito, por isso que eu sempre fui Lula. (Mirela, 28, 2023).

Eu gostei! Porque quando eu tava com meus 16 anos, eu tirei o título só pra poder votar no Lula, então, pra mim foi uma festa, porque eu tava em casa. Tinham me chamado para ir (na posse do presidente Lula) só que a minha família ficou com medo, com receio de eu ir e o pessoal da esquerda querer bater e ter briga [...] os próximos quatro anos em relação à moradia com o governo que melhore, não 100% porque a gente sabe que isso em quatro anos não vai acontecer, num passe de mágica, mas que a cada degrau comece a melhorar um pouco mais (Daniele, 35, 2023).

Olha, eu particularmente, votei no Lula porque o meu motivo era muito besta, mas para mim era o óbvio, sabe? é... em nenhum momento a gente fala no MTST que Lula não roubou, isso aconteceu, mas ele pagou. E eu falo que existe uma grande diferença, ele roubou e ele pagou e se ele morrer hoje, ele vai levar nas costas dele o peso de ter roubado e de ter enganado uma nação inteira. E o Bolsonaro não, além de ele levar o peso de ter roubado uma nação inteira, ele vai carregar muitas vidas nas costas porque ele teve a oportunidade de fazer uma coisa diferente e ele não fez. Ele preferiu deixar as coisas, empurrando com a barriga, para chegar na estimativa que chegou, milhares de morte e aconteceu o que aconteceu. Então, assim, não posso afirmar que vai ser bom, mas a gente está torcendo para que seja não 100%, mas que ele dê o melhor dele para que seja diferente dessa vez (Tatiana, 27, 2023).

Uma vitória importante, tendo em vista a conjuntura atual que a gente estava vivendo, de retrocesso, de o cenário de horrores sendo legitimado na boca de um presidente. A gente viu que Bolsonaro foi a foi a vitrine para aquelas pessoas que estavam enrustidas, que sempre tiveram suas opiniões conservadora machistas, racistas, LGBTfóbicos e Bolsonaro conseguiu aglutinar esse povo. Então, o governo do Bolsonaro foi um governo muito duro, principalmente, para nós que moramos na periferia, para nós mulheres negras. Conquistas de toda uma comunidade tanto de nós como mulheres como dos negros, da população LGBT, conquistas arrancadas na unha por décadas e políticas públicas foram desmontadas pelo governo Bolsonaro. A vitória do Lula foi muito importante pra, não porque ele foi, a política que a gente aposta, o cenário que estávamos vivenciando foi o melhor, pra que a gente pudesse sonhar de novo (Denise, 35, 2023).

Tatiana comparou a vitória do Lula com a da companheira do MTST Ediane Maria, que concorreu à eleição como Deputada Estadual pelo Psol no Estado de São Paulo, conseguindo a vitória e tornando-se a primeira empregada doméstica a assumir uma cadeira na ALESP.

[...] a mesma coisa da companheira Ediane, quem diria que uma doméstica conseguiria chegar, na primeira vez é... então, eu tenho como exemplo isso, só me alimenta, de que independente de cor, de raça, de religião eu vou conseguir chegar onde eu quero. Pode demorar o tempo que for, mas eu sei que eu vou chegar. Então, independente da cor, do racismo a gente ainda vence (Tatiana, 27, 2023).

Em relação ao posicionamento sobre o processo de luta por moradia, a visão que possuem sobre a ocupação, na maioria dos relatos, é frequente a noção de indignação pela falta

de moradia e ausência de políticas voltadas à resolução desse problema. Neiva e Daniele resumem, em suas falas, a posição que as mulheres negras sem-teto assumem diante da luta pela moradia.

Tantas terras, tantos loteamentos aí vazios, que só serve para desmanche de carro, para tráfico, para esconderijo de sequestro, para desova de cadáver, desova de peças de carros usados e... não acontece nada, os nossos senhores governantes não providenciam nada, para dar um respaldo, para nós, não só as mulheres, mas o povo [...] (Neiva, 58, 2023).

Dentro de São Paulo tem muita gente, mas querendo ou não, a gente tem muito prédio abandonado, muitas terras abandonadas e... eles deveriam verificar quem realmente são os donos, o que que eles estão fazendo com aquilo para estar repassando para o pessoal de baixa renda [...] (Daniele, 35, 2023).

O governo ele tem que decretar uma lei, mas uma lei mesmo, uma lei de valente, uma lei de guerreiro que essas terras ociosas, essas terras, esses grandes loteamentos, que só serve para especulação imobiliária, esses loteamento teria sim que ser transformado em conjuntos habitacionais para baixa renda, mas o baixa renda que eu falo é uma condição que eu possa pagar, porque não adianta, o prefeito fala “mas ali tem um conjunto habitacional”, mas eu tenho que levar de 8 a 12 mil reais do fundo de garantia, que eu não tenho, do empréstimo que eu não posso fazer e pagar 700 ou 800 real mensal, então [...] eu quero morar num lugar digno [...] (Neiva, 58, 2023).

Por fim, com a análise das entrevistas, fruto da pesquisa de campo, foi possível identificar, na trajetória de vida das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha, marcadores de classe, raça e gênero que estruturam a forma como se posicionam política e ideologicamente. Embora a diversidade social, cultural e ideológica esteja presente, elas compartilham situações sociais, políticas e econômicas em relação à pobreza, ao desemprego, à opressão de raça e gênero, que as unificam numa luta comum pela moradia.

2.4 A REVOLUÇÃO DAS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS

Como propor uma análise da situação das mulheres negras a partir das questões levantadas até aqui? Como não separar questões de classe, raça e gênero? Em que medida a luta das mulheres negras sem-teto do MTST abarca essas questões sem hierarquizá-las ou secundarizá-las, em certo ponto? Como a reflexão feminista e racial, comprometida com a mudança social, contribui nesse sentido?

O primeiro pressuposto necessário para uma possível análise das mulheres negras sem-teto do MTST é defini-las como sujeitos políticos que colocam suas demandas particulares, a

princípio, na construção da luta coletiva. Como sujeitos políticos, constroem um projeto político de mudança social contra um poder político hegemônico, antagônico a diversas lutas populares.

Foi possível identificar alguns problemas enfrentados pelo MTST na mobilização para a luta pela moradia, por exemplo: 1) a política da diversidade - reconhecer a heterogeneidade das mulheres sem cair em fragmentações; 2) a questão da contradição entre narrativas e prática política - que leva à naturalização do lugar que as mulheres negras ocupam (cozinhas comunitárias); 3) a oposição entre exploração e opressão – ser sem-teto *versus* ser mulher negra sem-teto.

O primeiro problema, na realidade, foi facilmente incorporado às pautas e à política de organização do movimento. A única questão que ainda pode existir é em relação à diversidade nas funções de liderança no movimento. Como a pesquisa de campo se restringiu a uma ocupação e nela a base do movimento é de fato heterogênea, isso se refletiu também nas funções de liderança daquela ocupação. No entanto, ainda resta uma dúvida se isso ocorre nos espaços de coordenação estadual e nacional.

O segundo problema é até óbvio aparecer porque é um mero reflexo das estruturas da sociedade. A coerência entre discurso e prática política ainda é um objetivo a ser alcançado em relação aos avanços sobre as desigualdades raciais e de gênero. O fato de ainda serem as mulheres negras a maioria nas cozinhas comunitárias reflete a ideia de que somente elas sabem cozinhar e fazem melhor que os homens, além da própria recusa de os homens se oferecerem para tal tarefa. No entanto, no dia em que almocei na ocupação, quem preparou a comida foi a Jenifer, uma das entrevistadas, e seu companheiro.

A terceira questão se apresenta na própria identificação e representação que os sem-teto fazem de si. Ser sem-teto é muito mais evidente do que ser mulher negra no MTST. O que isso quer dizer? A qualquer momento, é possível deixar de ser sem-teto. Todos os dias em que fiquei na ocupação, escutei que em breve a “casinha” sairia. Mas, durante a entrevista, quando pergunto qual sua cor/raça autodeclarada, ocorre sempre um silêncio. Quando pergunto sobre as dificuldades de ser mulher negra, respondem que são várias, sem nenhum sorriso, afinal, o peso desses marcadores para esses sujeitos, na sociedade capitalista, é de intensa exploração econômica e dominação social e política, pois, quando conseguirem a casa, não deixarão de ser mulheres negras.

Esses problemas decorrem, segundo Barbosa (2015), da forma como o movimento negro ou movimento feminista trata a questão das mulheres negras: este tende a dissolver a questão da raça na questão “maior” de gênero e aquele tende a dissolver a categoria gênero na questão racial. Nisso, incluímos também o problema de que os movimentos de esquerda tendem

a dissolver a questão de raça e de gênero na categoria classe. Por isso, as contribuições das feministas negras e a articulação desses marcadores representam um avanço no entendimento da problemática.

Analisando a reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais brasileiras, evidencia-se o aprofundamento da discussão em relação à forma como a população negra enfrenta a situação da exploração e da dominação. A ordem cronológica da reflexão de Florestan Fernandes sobre a questão racial tem como ponto de partida os estudos realizados para a Unesco junto com Roger Bastide. Esse estudo tinha o objetivo de demonstrar como negros e brancos conviviam “democraticamente”, embora ainda fosse necessário pensar políticas para melhorar a vida da população negra. No entanto, o que Fernandes e Bastide desvendaram era que isso, de fato, não acontecia; a população negra era atingida por todo o passado colonialista que ainda persistia, mas com outra roupagem.

Em *A integração do negro na sociedade de classe*, de 1964, Florestan desmascara o mito da democracia racial e expõe que os negros não vivem em harmonia na sociedade brasileira. Para ele, porém, a discriminação racial poderia desaparecer com a consolidação do capitalismo. Já em *O negro no mundo dos brancos*, de 1972, há uma tentativa do combate à imagem depreciativa dos negros e a possibilidade de o capitalismo brasileiro incorporar a discriminação racial como instrumento político e ideológico para superexploração do trabalho.

Por seu turno, em *O significado do protesto negro*, de 1989, o destaque é para o potencial revolucionário da combinação da luta de classes e raças, o amadurecimento intelectual e político por meio do método dialético, o que possibilitou a incorporação, por Florestan, de outros atributos sociais, na forma de intersecção de classe e raça, como elementos cruciais na posição revolucionária. Florestan questiona o papel do negro nesse processo e isso corresponde à nossa análise no sentido de compreender o papel das mulheres negras sem-teto do MTST no processo de transformação social. Nesse sentido: “Por que o negro? Porque ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando nas cidades e tentando ser gente, isso é, cidadão comum” (FERNANDES, 2017, p. 23).

Assim, os negros seriam os representantes da persistente lógica da opressão por conta de todo o histórico da colonização e da recente superexploração do seu trabalho nas cidades.

Na sociedade capitalista e como trabalhador assalariado, ele desfruta de uma posição social e pode associar-se livremente para alterar o *status quo*. A classe não o expulsa, integra-o ao sistema de trabalho e à estrutura social do modo de produção capitalista. Ele pode ser, assim, duplamente revolucionário – como proletário e como negro (FERNANDES, 2017, p. 26).

A defesa do protesto negro é no sentido de construir uma contraideologia racial, na luta contra o “mito da democracia racial”. Segundo Fernandes (2017, p. 35-36), “para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual fusão de ‘raça’ e ‘classe’ regule a eclosão do Povo na história”.

Dessa maneira, isolar classe, raça e, neste caso, gênero na análise da sociedade brasileira é não se atentar para a realidade empírica dos sujeitos que são atravessados por esses marcadores. Nem tudo é interseccional, mas, em determinados contextos sociais, é necessária a análise da intersecção de classe, raça e gênero.

Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe, que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. [...] E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil como um país no qual reina a harmonia e igualdade entre as raças. Armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos “seus fracassos” (FERNANDES, 2017, p. 40).

Gonçalves (2018), em sua reflexão sobre a questão racial no pós-abolição, destaca elementos históricos que nos ajudam a pensar a dinâmica de classe da época, o papel das forças de resistências negras e o tratamento dado à população negra. Afastando-se de análises que condenam a comemoração do dia 13 de maio (quando foi assinada a Lei Áurea, que determinava o fim da escravidão), ela adota a ideia de que a extinção das relações de produção escravistas foi revolucionária, pois não mais deixava os negros e negras em cativeiro. Por isso, comemorar essa data é legítimo e coloca em destaque o papel da participação popular nesse processo (GONÇALVES, 2018, p. 515).

No entanto, essa defesa não quer dizer que Gonçalves feche os olhos para os acontecimentos posteriores ao fim da escravidão. O fato de as correntes serem quebradas significava apenas uma condição formal, porque a população negra até hoje luta por

reconhecimento para fazer parte da nação brasileira. Sua primeira luta, como destaca a autora, foi o reconhecimento como “classes laboriosas”:

O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente *libertos(as)* e *aptos(as)* a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Florestan Fernandes (2008), como *escória da escória* do operariado em formação (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Além disso, como já mencionamos na análise das entrevistas, os estudos científicos da época ajudaram na consolidação do discurso dominante sobre “o defeito de cor” da nação brasileira. A depreciação dos ex-escravizados foi o elemento-chave para compreendermos as ideias racistas e o racismo que permanecem nas entranhas da sociedade brasileira. A ideia de que a população recém-liberta não era qualificada para a moderna nação que estava se desenvolvendo foi utilizada como justificativa para a implementação da política migratória (o incentivo à vinda de mão de obra europeia, mas que atendesse ao padrão ariano de pureza da raça) e para a consolidação da ideologia do embranquecimento da nação.

Gonçalves (2018) ainda destaca o papel de intelectuais, como Celso Furtado, na adesão a esses ideários e na satisfação de diversos interesses das classes dominantes em jogo, favorecidas com a possibilidade de explorar os imigrantes e superexplorar os ex-escravizados:

Num País cujo destino era ser branco e capitalista, os(as) trabalhadores(as) negros(as) foram exorcizados(as) da comunidade nacional e viram-se às margens de direitos sociais básicos. E não faltaram homens de ciência a responsabilizarem os(as) próprios(as) negros(as) por este destino miserável (GONÇALVES, 2018, p. 517).

De acordo com Moura (2014), contrariamente à ideia da passividade das massas escravizadas no processo abolicionista e da degeneração desse povo no pós-abolição, a luta dos escravizados é central nesse período e, podemos dizer, até hoje, como evidenciamos na luta das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST. Moura refuta o apagamento das lutas negras, pois o período da escravidão é essencial para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mas destacamos, aqui, sua reflexão sobre os processos de insurgências e rebeliões para a libertação dos escravizados, revelando as contradições de classe desse período.

As diversas formas de lutas, como movimentos políticos, quilombos, guerrilhas, insurreições e as revoltas, fazem parte do repertório de práticas de contestação dos escravizados. Isso demonstra, conforme Moura (2014), que essas lutas contribuíram para o fim do regime econômico, dando lugar à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, além de evidenciarem as assimetrias sociais. Assim, os escravizados se colocavam como elemento dinâmico, por meio dos quilombos, de transformação social.

A posição crítica (embora inconsciente, fazemos questão de insistir) do quilombola, por seu turno, ao onerar o trabalho escravo no seu conjunto e ao desinstitucionalizá-lo, mostrava de um lado, as falhas intrínsecas do escravismo e, ao mesmo tempo, mostrava aos outros escravos a possibilidade de um tipo de organização na qual tal forma de trabalho não existia (o trabalho escravo) (MOURA, 2014, p. 248).

O protagonismo das lutas negras também é lembrado por Gonzalez (2020). A resistência remonta aos primeiros quilombos, em 1959, como forma de organizar o povo negro fora da lógica da escravidão. Durante um século (1595-1695), existiu a República Negra Palmares na Capitania de Pernambuco, como primeira tentativa de um Estado livre democrático e igualitário. Os movimentos urbanos armados, a partir de 1800, eram um meio de tomar o poder.

Nesse período, destaca-se Luísa Mahin, da Revolta dos Malês, que participou ativamente da luta armada. Os movimentos de libertação nacional, a Sabinada, a Balaiada, a Revolta dos Alfaiates etc. também tiveram a participação dos negros. Assim, conhecemos hoje a luta de Dandara, Aqualtune, Tereza de Benguela, mas muitas outras foram apagadas desse histórico de lutas.

Além da participação dos movimentos políticos organizados, na historiografia, Ariza (2018) destaca o processo de resistência da luta pela alforria de seus filhos e Gonzalez (2020) nos lembra dos terreiros de Candomblé como territórios de luta.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes médias e altas da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (GONZALEZ, 2020, p. 58).

O conhecimento sobre o protagonismo das mulheres negras é possível por intermédio do esforço das feministas negras em resgatar esse passado e recontar a história sob o ponto de vista das mulheres negras. Para Collins (2016), “A autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana” (COLLINS, 2016, p. 102). Isso nos leva a refletir sobre essa relação entre opressão e ativismo, pois o que se destaca é o apagamento das lutas históricas das mulheres negras. Elas nunca foram pacíficas; sempre resistiram, mesmo que isso não seja aclamado.

Nesse sentido, essa reflexão nos leva a pensar sobre a luta das mulheres negras sem-teto do MTST. Ao se organizarem na ocupação Maria da Penha, mostram que existem outras possibilidades de existência com base na solidariedade, diferentes das relações individualistas e predatórias comuns fora do movimento. Não queremos, aqui, romantizar e apagar as contradições que existem na própria organização. No entanto, a possibilidade de mudança estrutural é mais viável dentro do que fora do MTST; como elas mesmas relataram nas entrevistas, “a luta é pra valer”.

Gonzalez (2020), já em 1980, realizava um debate sobre um feminismo afrolatinoamericano, ou seja, o resgate das lutas de mulheres negras e indígenas contra o patriarcado, o racismo e o colonialismo. A autora propôs a categoria amefricanidade, que se refere ao ponto de vista epistêmico que recupera a história e as lutas dos povos colonizados. Por uma influência maior de elementos ameríndios e africanos na cultura das Américas, ela defende a mudança de termos linguísticos para América Ladina, porque, por conta do racismo, a utilização do termo anterior apaga essa influência. O objetivo da autora, portanto, foi se afastar do conhecimento europeu dominante nas Ciências Humanas e contribuir com a descolonização do conhecimento, elaborando sua reflexão a partir de elementos da cultura negra (GONZALEZ, 2020).

Em sua reflexão, evidencia-se a articulação do racismo e do sexismo sobre as mulheres negras, ou seja, os efeitos violentos sobre suas vidas. Nesse sentido, a forma como mulheres negras e brancas sofrem o sexismo é diferente, assim como a forma que homens e mulheres negras sofrem o racismo é diferente. Além disso, a questão de classe determina as condições materiais com base nesses marcadores. Desse modo, as mulheres negras, submetidas ao racismo e ao sexismo ao mesmo tempo, são estereotipadas negativamente como: mulatas, domésticas e mães pretas (GONZALEZ, 2020). Essas três categorias representam elementos do período de escravidão: subserviência, exploração sexual e passividade.

No entanto, Gonzalez realiza uma representação positiva para pensar o papel das mulheres negras. Por exemplo, a mãe preta, na realidade, estabeleceu a formação de valores e crenças para a luta antirracista.

Enquanto escravo, ela foi dirigida para diferentes tipos de trabalho, que iam desde aquele no campo (plantação de cana, de café etc.) até o trabalho doméstico. No primeiro caso, enquanto escrava do eito, ela estimulou os companheiros para a revolta, a fuga e a formação de quilombos. Enquanto habitantes destes últimos, ela participou, como em Palmares, das lutas contra as expedições militares destinados à sua destruição, nunca deixando de educar seus filhos dentro do espírito antiescravagista, anticolonialista e antirracista (GONZALEZ, 2020, p. 198).

E por que ainda é preciso lutar? Como já discutido, o período pós-abolição, para a população negra, é caracterizado pela falta de políticas públicas que integrassem o negro na sociedade, com o apoio do Estado e das classes dominantes. Ademais, os estereótipos sobre as mulheres negras servem como uma forma de controle e dominação, objetificando e desumanizando esses sujeitos para o controle desses grupos.

Voltando ao feminismo afrolatinoamericano, Gonzalez (2020) propõe um feminismo centrado nos efeitos do racismo, o desenvolvimento de uma epistemologia descolonizada, a partir do Sul, voltada para as mulheres à margem, na construção de sociedades alternativas. São mulheres as quais partilham experiências comuns e potencialmente podem transformar a sociedade.

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar sustento dos seus filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar (GONZALEZ, 2020, p. 199).

Toda essa discussão aqui proposta tem o objetivo de justificar que o engajamento político das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST representa uma dimensão ideológica, política e econômica, mediante o processo educativo da luta, capaz de transformar seu posicionamento político-ideológico, sua visão de mundo, as relações que estabelecem com os sem-teto e não sem-teto e a ampliação da noção sobre seus direitos. Nesse

sentido, a luta política permite a construção da identidade política militante, comprometida com o coletivo e pertencente a este para a transformação social.

[...] na militância, qual seja, das múltiplas aprendizagens vivenciadas no momento de aproximação, engajamento e consolidação da militância das mulheres do MTST. A prática militante em si produz aprendizagens diversificadas na própria interação entre os indivíduos, nos contatos com militantes mais velhos ou experientes, no alongamento das redes de apoio mútuo e afetividade, contribuindo para aquisição de vocabulário específico, comportamentos, modos de agir e pensar, táticas e estratégias de participação e atuação política, além da aquisição de categorias de percepção do mundo social no contexto da luta coletiva (CARVALHO-SILVA, 2018, p. 20).

Dessa forma, a luta por moradia interessa às mulheres negras sem-teto porque elas estão submetidas a condições precárias de trabalho e de moradia. Isso se torna uma condição objetiva que as leva a se organizarem nos movimentos populares de moradia. Também acreditamos que essa presença esteja atrelada a uma mudança no posicionamento político-ideológico dos movimentos populares, pois a luta do movimento feminista e do movimento negro impulsionou o protagonismo das mulheres negras nos espaços políticos.

Concluimos este capítulo, enfim, destacando que a trajetória de um dos principais movimentos populares de moradia, o MTST, é marcada por conflitos contra o Estado e governos, denunciando a falta de moradia e exigindo solução imediata. Nesse sentido, estratégias importantes foram adotadas para expandir a luta. Além disso, a força da participação feminina, principalmente das mulheres negras sem-teto, no MTST, não é somente uma questão numérica. Embora a casa seja um item de primeira necessidade para sua sobrevivência, o que leva essas mulheres a se encontrarem nos movimentos tem relação com a necessidade de superação de questões ligadas à sua condição de classe, raça e gênero. Evidenciou-se, então, que os sem-teto não são um bloco homogêneo que se organiza apenas por um bem material comum.

Assim, elas se organizam, no MTST, a fim de alterar a lógica da espoliação urbana das cidades. De modo geral, de acordo com Kowarick (1979), a espoliação urbana seria:

[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.” (KOWARICK, 1979, p. 59).

No entanto, em *Escritos urbanos* (2000), ele revisa o conceito: “não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetado”, ou seja, as condições de vida precárias não impulsionam a luta por melhoria (KOWARICK, 2000, p. 69). Para o desenvolvimento de nossa tese, a primeira definição é pertinente na medida em que a espoliação urbana atinge, em grande parte, as mulheres negras sem-teto e, somada às péssimas condições de trabalho, exemplifica as contradições urbanas.

Da mesma forma, Pinheiro (2006), crítico da segunda definição de Kowarick (2000), ressalta:

[...] para inserir a esfera da produção – isto é, da construção – da cidade no debate não é necessário inventar um novo tipo de relação entre as lutas e as contradições urbanas, basta tomar a política como um embate entre forças sociais entendidas como forças materiais, no sentido marxiano, porque se organizam a partir dos lugares que ocupam nas relações sociais de produção, incluídos os recursos materiais e intelectuais à disposição nesses lugares (PINHEIRO, 2010, s/p).

No próximo capítulo, vamos aprofundar essas questões, de modo a dar outras explicações, além da necessidade imediata de um bem/direito social básico, a moradia, e destacar duas condições que foram impostas para as mulheres negras sem-teto: a ocupação do trabalho informal e a segregação territorial.

3 CLASSE, RAÇA E GÊNERO: A DIALÉTICA DA EXPLORAÇÃO E DAS OPRESSÕES

Neste capítulo, refletimos sobre as determinações de classe, raça e gênero das mulheres negras sem-teto. Tratamos do debate sobre raça e racismo, assim como as questões de gênero e do trabalho no capitalismo contemporâneo, para analisar a composição social do MTST. Além disso, expomos as discussões sobre as relações de trabalho a que os sem-teto estão submetidos e, dessa forma, destacamos a situação das mulheres negras sem-teto na divisão sexual do trabalho, o lugar que ocupam nas relações sociais de produção. Assim, de antemão, os movimentos populares de moradia e, especificamente, o MTST são formados por sujeitos que sofrem os efeitos das transformações do mundo do trabalho.

3.1 RAÇA, GÊNERO E FEMINISMO NEGRO

O primeiro pressuposto deste tópico é o de que a sociedade contemporânea não pode ser analisada sem o aprofundamento dos conceitos de raça e racismo. Esse debate, porém, não é de todo consolidado na teoria social e, muitas vezes, apresenta-se de modo generalizado.

De acordo com Almeida (2021b), o racismo, além de um problema ético e jurídico, é uma “relação social que se estrutura política e economicamente [...] dotada de materialidade e historicidade” (p. 5), ou seja, não é apenas um fenômeno patológico ou intrínseco à sociedade. Com isso, segundo o autor, é necessário inserir o debate racial no interior do pensamento marxista, para repensar os efeitos do racismo na sociedade.

Os eventos sociais da sociedade moderna são marcados pela questão racial e, por isso, exigiriam uma ampliação do arcabouço teórico para pensar a questão da subjetividade, da ideologia, do Estado, das lutas sociais e das demandas simbólicas. Esse esforço se tornou mais evidente com as contribuições de, entre outros, Angela Davis nos EUA e Clóvis Moura no Brasil. Nesse sentido, baseado na teoria marxista, foi possível desenvolver uma análise científica da questão racial:

[...] a análise do fenômeno racial abre as portas para que o marxismo cumpra a sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas [...] é importante dizer quão essencial o estudo das relações raciais é para a compreensão das especificidades de cada formação social capitalista (ALMEIDA, 2021b, p. 6).

O ponto de partida é a noção do racismo estrutural. De acordo com Almeida (2021a, p. 20), “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Isso significa que o racismo é uma manifestação social normal, e não um fenômeno excepcional. Ele está no cotidiano, nas relações interpessoais e na dinâmica das instituições; manifesta-se, de modo mais profundo, na estrutura social, na ideologia, na política e na economia.

Dessa forma, a definição e a manipulação política da raça possibilitam a análise da manifestação do racismo. O termo raça surge na modernidade, em meados do século XVI, alinhado ao desenvolvimento político e econômico das sociedades contemporâneas, e se refere a diversas categorias dos seres humanos. É um conceito relacional e histórico, porque envolve decisões de poder e conflito em sua utilização, baseado na definição de homem como sujeito histórico. O projeto iluminista do século XVIII é a primeira corrente teórica a elaborar distinções entre grupos humanos para fundamentar a expansão do colonialismo, conforme já indicamos na Introdução desta tese.

Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam impossível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófica antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o discurso civilizado e primitivo (ALMEIDA, 2021a, p. 26).

No entanto, por trás do projeto iluminista de liberdade e igualdade universais, o que a história registrou foi um projeto intenso de exploração política e econômica e destruição de diferentes culturas por meio da dominação dos povos ditos “primitivos”, com a escravidão. Portanto, o termo raça serviu de classificação dos seres humanos pelo colonialismo para a submissão das populações fora do continente europeu, na América, África, Ásia e Oceania.

Na ciência e nas artes, a comparação entre os civilizados europeus e os “sem história”, “degenerados”, “animais irracionais”, “selvagens” etc. resultou no processo de desumanização e de práticas discriminatórias da população negra. Já no século XIX, o determinismo biológico empreendeu estudos que justificavam as diferenças raciais. O racismo científico, dessa maneira, ganhou os meios acadêmicos e políticos da época.

No Brasil, esse período é fruto do debate em torno do “problema nacional”: a mestiçagem – a mistura entre as raças –, de um lado, foi vista como um atraso ao desenvolvimento do país por cientistas defensores da “pureza” da raça ariana e, por outro lado, era considerada a saída para embranquecer a população e eliminar os negros. Acreditava-se que fosse possível estabelecer prazos para isso. O médico e cientista João Batista de Lacerda

defendia a tese do branqueamento racial: “em uma comunicação proferida no Congresso Universal das Raças, ocorrido em 1911, em Londres, defendeu que, em um século, após três gerações, o Brasil, enfim, seria branco e civilizado devido ao processo de cruzamento das raças” (PANTA, 2018, p. 81).

A consequência desses estudos foi a consolidação do discurso da inferioridade racial dos povos colonizados e sua manifestação no racismo moderno, de acordo com Almeida (2021a). Dessa forma, raça opera como elemento definidor de características biológicas (traços físicos e cor da pele) e de características étnico-culturais (geográfica, religiosa, cultural).

Somente com as consequências da Segunda Guerra Mundial é que se começa a questionar os determinismos biológicos como elemento definidor de moral e costumes. Ainda que se comprove cientificamente que não há diferenças biológicas e culturais que justifiquem a hierarquização humana, a noção de raça ainda é um instrumento ideológico, político e econômico, “utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2021a, p. 30).

Oliveira (2021), por sua vez, completa e aprofunda a noção do racismo estrutural, defendendo que o elemento estruturante nessa questão recai no processo de transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, ocorrido sem rupturas, conforme já indicamos. Por isso, “O racismo aparece como uma ideologia que faz parte dessas matrizes de opressão, estruturantes do autoritarismo social que permeia as relações sociais” (OLIVEIRA, 2021, p. 22).

No âmbito das relações sociais, existem vários tipos de preconceitos e discriminações. O preconceito racial, no Brasil, ocorre a partir da determinação de características fenotípicas consideradas da população negra, como marcadores de ex-escravizados, inferiorizando esses grupos e caracterizando um preconceito de marca, que classifica os indivíduos com base em suas características físicas (NOGUEIRA, 1985). Como o preconceito racial ocorre também no âmbito das relações individuais, pela crença da inferioridade da população negra, acredita-se que a sua ocorrência esteja apenas no nível individual. Assim, os indivíduos que carregam sinais diacríticos³⁵ da população negra vão sofrer com o preconceito racial.

³⁵ Os sinais diacríticos são características do corpo eleito mediante discurso, por meio de uma relação de poder. Em nossa pesquisa, isso se refere à hierarquia racial segundo a qual os indivíduos determinam características físicas que seriam específicas do seu grupo populacional, por exemplo, cabelo crespo. Essa noção se relaciona com o conceito de identidade, entendido aqui como uma construção social no nível do discurso, que possibilita a criação do “nós coletivo (nós índios, nós mulheres, nós negros, nós homossexuais)” que corresponde ao sistema de representação social de um grupo em uma dada formação social (NOVAES, 1993, p. 24).

Já a discriminação racial, em decorrência do preconceito racial, estrutura as desigualdades sociais entre brancos e negros na sociedade brasileira. Contudo, a dificuldade e a recusa em discutir a questão racial motivam a desconexão em relação à estrutura das desigualdades no Brasil, mesmo o racismo se manifestando na falta de oportunidades na educação, no trabalho, de renda.

Isso geralmente foi explicado como um problema exclusivamente da condição de classe, o que representa apenas mais um tipo de máscara, que contribui para não se atingir a raiz do problema – o racismo como promotor de desigualdades (GUIMARÃES, 2004a). No entanto, não podemos generalizar, partindo da ideia de que classe, raça e gênero, em relação às desigualdades sociais, estão numa condição de causa e efeito.

Por mais necessária em termos imediatos que parece estar a conquista de direitos no cenário atual das lutas emancipatórias, a luta política não pode encerrar-se no âmbito da legalização, pois o direito civil que confere status de sujeito de direito à mulher e ao negro é o que mantém os privilégios daqueles que gozam dos benefícios de acumulação do capital e de seu entesouramento individual (DEVULSKY, 2021, p. 13).

Nesse sentido, o objetivo foi mostrar que há uma falsa oposição entre luta antirracista e luta anticapitalista, assim, o racismo e o sexismo excluídos da análise marxista impedem a luta política por emancipação. A eliminação do racismo e do patriarcado fazem parte da luta de classes na medida em que a exploração do trabalho é balizada pela racialização e generificação das relações sociais. Conforme já indicamos no segundo capítulo, o processo histórico é composto por sujeitos com identidades específicas que, a partir do critério de raça e gênero, são submetidos a condições precárias de sobrevivência. Aprofundar o recorte de gênero a partir da questão racial, portanto, foi essencial para a consolidação do feminismo negro.

Um dos argumentos para a defesa desta tese é que as mulheres negras sem-teto do MTST, por ocuparem lugar de maior exploração e opressão na sociedade capitalista brasileira, vivem em condições comuns à população mobilizada pelo movimento. Em outros termos, a articulação de elementos de classe, raça e gênero na formação/configuração desses sujeitos sem-teto condiciona sua organização política em um duplo sentido: por um lado, precisa dar respostas aos problemas ligados à sua inserção no mercado de trabalho para assumirem o engajamento; por outro lado, no mesmo movimento, ressignificam positivamente a identidade de mulheres negras trabalhadoras.

O primeiro pressuposto, então, é o de que as experiências das mulheres negras sem-teto do MTST são marcadas por determinantes de classe, raça e gênero que moldam a exploração e

as opressões sofridas por elas e, a partir dessa condição, compartilham situações que as levam a se organizar politicamente. O segundo pressuposto é o de que são mulheres diversas, o que pode parecer paradoxal, já que elas compartilham situações de exploração e opressões, no entanto, admitir a diversidade nos afasta da tendência a generalizar suas experiências.

Partindo desses pressupostos, a análise das teorias e dos debates sobre a articulação entre classe, raça e gênero necessariamente tem como base o método interseccional para desenvolver a nossa tese. Dessa forma, a reflexão feminista para pensar a categoria gênero importa nesse momento. Não pretendemos resgatar historicamente o surgimento do movimento feminista, pois temos ótimas referências que fizeram isso detalhadamente. O foco aqui é destacar as principais reflexões que afetam significativamente a construção da tese proposta. Ao longo do tópico, destacaremos a definição de gênero adotada e como essa perspectiva se relaciona com o feminismo negro.

Os estudos feministas são bastante abrangentes. Para não escapar do nosso objetivo e nos perdermos na reflexão epistemológica, optamos por iniciar o debate com Simone de Beauvoir, por entender que sua contribuição, embora não utilize o termo gênero, demarca a noção da construção de gênero que posteriormente será desenvolvida pelas feministas, após 1960. A partir do momento em que ela diz “não se nasce mulher, torna-se mulher”, inaugura-se a perspectiva da diferenciação entre natureza e cultura nos estudos feministas. Em outras palavras, o determinismo biológico (características físicas masculinas ou femininas) não implica um comportamento social ou “identidade de gênero” (a representação sobre si e do outro em relação à binaridade de ser homem ou mulher).

Nesse sentido, Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, de 1949, buscou responder à pergunta: o que é uma mulher e todas as questões que a envolvem? Para a autora, essa pergunta não tem uma resposta tão óbvia quanto a definição, em si, de ser uma mulher pelo fator biológico. A complexidade dessa definição está na representação que se faz da mulher e sua consequente subordinação. Assim, a questão inicial é um problema a ser investigado para entender o porquê isso ocorre.

Beauvoir (2000) examina como as religiões, grandes filósofos como Aristóteles e pensadores como Santo Agostinho forjaram essa representação da submissão das mulheres e das fraquezas femininas. Mesmo no século XIX, com o impacto da ciência e das transformações no mundo do trabalho, as mulheres não perderam o *status* do “outro” que as designa. A comparação da relação entre escravo e senhor e entre homem e mulher auxilia nesse entendimento. Na primeira relação, ambos estariam unidos por uma necessidade econômica, na qual o senhor detém o poder da relação enquanto o escravo interioriza essa necessidade. Já na

segunda, a mulher sempre foi colocada como “escrava” do homem; os dois sexos nunca compartilharam o mundo em igualdade de condições, mesmo com o advento dos direitos iguais. Portanto, a partir da postulação da inferioridade das mulheres, ocorre a naturalização dessa relação de dominação.

Consequências disso são a divisão sexual do trabalho, segundo a qual as mulheres são destinadas à realização de tarefas do setor de serviço e do cuidado, a construção da cultura a partir de características de ser “homem” e “mulher”, além do controle das relações sexuais (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outros).

Isso ocorre por meio dos símbolos e metáforas culturais que constroem estereótipos sobre o feminino, por exemplo, a ideia de pureza, delicadeza e fragilidade, mas também as instituições (Estado, família, educação, trabalho) cumprem um importante papel no controle da socialização mediante normas que criam expectativas socialmente compartilhadas sobre o comportamento baseado na diferença entre os sexos. Por exemplo, no âmbito econômico, os homens possuem mais vantagens, assim como na política. Assim, a história oficial é representada pela noção da superioridade dos homens por meio da educação, ao reproduzir a noção da inferioridade das mulheres.

Gayle Rubin, em seu texto *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, de 1975, explicou que a opressão das mulheres tem seu fundamento no desenvolvimento do sistema de sexo/gênero, que constitui “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2).

A explicação do funcionamento desse sistema se baseou na reflexão crítica de Freud e Lévi-Strauss, pois, na obra desses autores, há elementos que indicam como a “domesticação das mulheres”, nos termos de Rubin, aconteceu sob um aparato sistemático em que as mulheres são as matérias-primas, moldadas para tal situação. Portanto, o ponto de partida de sua reflexão é compreender o sistema de transformação da sexualidade biológica dos indivíduos em atividade humana cultural, em que a dominação, materializada em diversas opressões, recai sobre as mulheres.

Rubin (1993) faz uma crítica ao marxismo clássico, que, em sua teoria, não se ocupou em analisar a condição da mulher no capitalismo. Resumidamente, o capitalismo é composto por inúmeras relações para efetivar sua reprodução. O trabalho doméstico, nesse sentido, é fundamental para a reprodução do trabalho para que seja possível a extorsão da mais-valia. No entanto, a constatação desse fato não explica por que são as mulheres, e não os homens, que realizam o trabalho doméstico. Por isso, as tentativas de associar o marxismo com a questão

das mulheres ajudou a entender a dinâmica do capitalismo em relação a elas, mas não equaciona a causa da opressão sobre as mulheres. A dificuldade está no fato de as mulheres serem oprimidas antes do desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, ao tratar do trabalho produtivo e da reprodução da força de trabalho, ela afirma que Marx não explicou o trabalho doméstico realizado por mulheres, por exemplo.

A autora destaca, na reflexão de Marx, o “elemento histórico e moral” como determinante para o valor da força de trabalho. Entretanto, isso não o levou a incluir, na análise, a mulher e a opressão sexual. Com isso, conclui-se que o capitalismo herdou a herança cultural de opressão sexual. Da mesma maneira, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra de Engels, de 1884, embora o esforço tenha sido maior ao identificar a opressão sexual no capitalismo, a compreensão de como operam sexo e sexualidade ficou em segundo plano em função das relações de produção.

Para Rubin (1993), a noção de sistema sexo/gênero se contrapõe ao de modo de produção, pois o primeiro se limita às relações sociais específicas de opressão sexual e o segundo corresponde a uma forma geral de organização social, assim, seria uma categoria mais abrangente. No entanto, a nosso ver, ambos se referem a diferentes relações, então um não pode substituir o outro.

A partir dessa crítica, a autora analisou os sistemas de parentescos como exemplos de sistemas de sexo/gênero. A reflexão de Lévi-Strauss demonstrou que a “troca de mulheres”, no sistema de parentesco, é um dos traços das sociedades “primitivas” em relação à interação social, a organização econômica, política e social. Assim, a estrutura organizacional do parentesco define as responsabilidades e o *status* social, que podem variar de uma cultura para outra. Segundo Rubin (1993), então, o que faltou na reflexão de Engels se encontra em *Estruturas Elementares do Parentesco*:

É um livro no qual o parentesco é entendido claramente como uma imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. Toda a obra é permeada pela consciência da importância da sexualidade na sociedade humana. É uma descrição da sociedade que não pressupõe um sujeito humano abstrato e destituído de gênero. Ao contrário, o sujeito humano, na obra de Lévi-Strauss, é sempre homem ou mulher, e por isso é possível investigar as origens dos destinos sociais divergentes dos dois sexos. Dado que Lévi-Strauss entende que a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens, ele constrói uma teoria implícita da opressão sexual (RUBIN, 1993, p. 9).

A partir da noção de “troca de mulheres”, embora ainda de forma limitada, é possível a compreensão das relações de sexo e de gênero.

[...] a subordinação das mulheres pode ser vista como um produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos. A opressão econômica das mulheres é um fenômeno secundário. Mas existe uma “economia” de sexo e de gênero, e o que se nos faz preciso é uma economia política de sistemas sexuais. Precisamos estudar cada sociedade para identificar com precisão os mecanismos pelos quais convenções particulares de sexualidade são produzidas e mantidas. A “troca de mulheres” é um primeiro passo na construção de um conjunto de conceitos com os quais se poderão descrever os sistemas sexuais (RUBIN, 1993, p. 13).

Nesse sentido, a contribuição da autora detecta a associação entre opressão das mulheres a um sistema sexo/gênero numa determinada cultura que estabelece normas sociais e a um modo de produção. Defendemos, então, que, na formação social capitalista, o sistema sexo/gênero se configura em função do modo de produção capitalista, por isso, a necessidade dessa reflexão de forma articulada.

Mas, por si só, o sistema de parentesco, de acordo com Rubin (1993), não explica a maneira como essas regras são introjetadas pelas gerações. A fim de cobrir essa lacuna, a psicanálise seria a teoria que explicaria a reprodução dos sistemas de parentescos ao mostrar os mecanismos da divisão de sexos.

Qual é o objeto da psicanálise... senão os *‘efeitos’*, ainda presentes no adulto sobrevivente, da extraordinária aventura que, do nascimento ao encerramento da fase edipiana, transforma um pequeno animal gerado por um homem e uma mulher numa pequena criança humana... os *‘efeitos’* ainda presentes nos sobreviventes da *‘humanização’* forçada do pequeno animal humano, transformando-o em um *homem* ou uma *mulher*... (ALTHUSSER, 1969, p. 57-59 *apud* RUBIN, 1993, p. 17).

Resumidamente, a psicanálise de Freud considera a condição das mulheres um reflexo do complexo de Édipo: “O menino amava sua mãe, mas abdicava dela por medo da ameaça de castração representada pelo pai. Imaginava-se que a menina amava o pai, e abdicava dele por medo da vingança da mãe” (RUBIN, 1993, p. 17). Rubin critica essa teoria, propondo uma reformulação com base em Lacan. A questão é que a crise edipiana não se inscreve na noção da castração, mas nas regras sexuais impostas pelo sistema de parentesco da cultura em que se insere. Cada pessoa exerce uma determinada função a partir da noção do “falo” – a ideia simbólica da presença ou ausência do pênis –, do tabu do incesto e do controle das relações heterossexuais.

[...] o falo é mais que um traço que distingue os sexos: ele é a encarnação do status masculino, a que os homens acedem, e que implica determinados direitos – entre os quais o direito a uma mulher. É uma expressão da transmissão do domínio masculino. Ele é transmitido através das mulheres e se estabelece entre os homens (RUBIN, 1993, p. 21).

Nessa perspectiva, Rosaldo (1995) realizou uma revisão de literatura dos estudos feministas se afastando do determinismo biológico para considerar os papéis sociais nos contextos históricos. A pesquisa sobre as mulheres na Antropologia, em particular, preocupou-se em descrever a situação das mulheres e em dar voz a elas. No entanto, esses estudos se mostraram genéricos e não fizeram avançar na problemática das causas dessa situação. Esse problema ocorre porque os estudos feministas partem de uma concepção de origem para compreender a situação: explicar o presente buscando a origem dos acontecimentos. Há uma tendência a se pensar como o gênero opõe homens e mulheres, em vez de pensar que isso é fruto das relações sociais. Assim, a autora propõe colocar mais questões do que trazer respostas para suas reflexões.

De acordo com Rosaldo (1995), o exemplo da mulher coletora como um ser passivo diante da opressão faz parte dessa relação, colaborando para tal. Em grande parte, a explicação dessa condição ocorre com base na origem e em verdades universais. No entanto, ela refuta esse tipo de argumentação, pois a questão se coloca nos termos da divisão sexual do trabalho, ao estabelecer uma hierarquia social definindo papéis sociais, as assimetrias sexuais. Assim, esse enfoque alternativo adotado por ela propõe o entendimento do contexto social, de como esses processos sociais se tornam um consenso na coletividade, afastando-se de um determinismo biológico de origem.

Até aqui, nosso esforço foi de demarcar o enfoque da definição de gênero que se afasta do aspecto biológico e estabelece a distinção entre aspecto da natureza e da cultura. A partir dessa delimitação, a questão ainda permanece: como esse novo enfoque teórico permite o entendimento entre hierarquia social e dominação do corpo da mulher? Mesmo que, em cada contexto social, as relações ocorram de formas diferentes, como explicar a exploração do corpo da mulher de forma abrangente?

O capítulo *A Dialética do Sexo*, do livro de Shulamith Firestone, de 1970, utilizando o método dialético, instiga-nos a pensar a revolução feminista e as razões da sua necessidade. A autora formula termos e noções que aprofundam o debate sobre as condições das mulheres na sociedade capitalista. Para Firestone (1976), algumas mulheres estão conseguindo perceber essa mudança a fim de “ressensibilizar uma consciência partida”. Essa consciência partida seria fruto da divisão sexual, cultural, econômica, histórica e até da própria natureza, que

impossibilita a compreensão da condição das mulheres. Em outros termos, a autora diz que é necessário questionar toda a cultura ocidental e isso não é tarefa fácil.

Sobre esse questionamento, parafraseando Engels, ela afirma que precisamos conhecer as bases nas quais os fatos ocorreram e foram criados para saber quais seriam os meios para destruí-los. O método analítico marxista seria o melhor caminho, pois foi capaz de superar as análises anteriores da História que caíam no idealismo, na concepção da espontaneidade dos fatos históricos, por vezes, sem inter-relação, por isso, a superação seria pela compreensão dialética e material da história. Assim, a proposta é “desenvolver uma visão materialista da História, baseada no próprio sexo” (FIRESTONE, 1976, p. 16).

De acordo com Firestone (1976), os pensadores socialistas utópicos pensaram um mundo ideal, uma interpretação moralista que acreditava na “boa vontade”, para imprimir uma mudança. Ela associa essa ideia às primeiras pensadoras feministas. Entretanto, a autora esclarece que, embora o método marxista tenha significado um avanço na análise histórica, os resultados apresentados por Marx e Engels correspondem somente a uma “realidade parcial”, pois o enfoque é estritamente econômico³⁶.

Seria um erro tentar explicar a opressão das mulheres, a partir desta interpretação estritamente econômica. A análise de classes é um belo instrumento de trabalho, mas é limitada. Apesar de correta num sentido linear, ela não se aprofunda o suficiente. Há todo um substrato sexual da dialética histórica que Engels algumas vezes percebe obscuramente. Mas, por ver a sexualidade somente através de um filtro econômico, reduzindo tudo a isto, não é capaz de avaliá-la por si mesma (FIRESTONE, 1976, p. 14).

Um exemplo desse obscurantismo apontado pela autora é a análise de Engels sobre a família: o homem seria o proprietário; a mulher, os meios de produção que produz o filho e este, um trabalhador, e essas relações fariam parte do sistema econômico. Por isso, a autora acha perigoso o feminismo se apoiar no marxismo ortodoxo porque, para ela, nem toda realidade deriva da economia. Segundo Firestone (1976), as primeiras feministas só conseguiram examinar a superfície; Simone de Beauvoir foi a única que chegou próximo de uma análise certa. No entanto, há problemas em suas análises em relação à linguagem culta e sua aproximação com o existencialismo de Sartre. Um exemplo é a visão de dualidade sobre o outro, que recai em um dualismo sexual (FIRESTONE, 1976).

³⁶ Defendemos que não há um único foco de análise nas obras de Karl Marx. Há uma divisão das obras de Marx entre as obras de juventude, de 1843-1844, e posteriormente as obras históricas. Essa distinção estabelece que há diferenças nas concepções de determinadas categorias como Estado, classes sociais, modo de produção etc. ao longo do desenvolvimento reflexivo de Marx (SAES, 1998).

A distinção sexual é “natural”, biologicamente falando. A família se caracteriza pela condição da mulher de parir, menstruar, amamentar e de cuidar dos filhos. Os filhos são dependentes dos adultos, e a interdependência entre mães e filhos gerou uma psicologia específica que determina à mulher essa condição. Essa divisão da reprodução e cuidado com os filhos levou à divisão de trabalho baseada no sexo.

Essas características, entretanto, não são essencialmente naturais. O problema é político, ultrapassando a análise histórica. Por mais que o homem tenha consciência da tirania que exerce sobre a mulher, pouco interesse teria em acabar com essa dominação. Por isso, “para assegurar a eliminação das classes sexuais, são necessárias a revolução da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como o controle feminino da fertilidade humana” (FIRESTONE, 1976, p. 20-21).

Para Firestone (1976), a meta da revolução feminista é “não apenas a eliminação do *privilegio* do homem, mas também da própria *distinção* sexual” (p. 21). Acabar com a distinção social das genitais na cultura, exercer uma pansexualidade livre, nos termos de Freud, e acabar com a reprodução artificial. A revolução precisa transformar a família tradicional, por isso a necessidade da revolução sexual. Firestone, desse modo, contribuiu para o desenvolvimento do feminismo radical, que se refere ao posicionamento de eliminação do patriarcado.

No entanto, há limitações nessa concepção de revolução sexual. Por exemplo, questionamos como o controle da reprodução levaria à conscientização da dominação da mulher? Em que momento a sexualização dos corpos das mulheres negras é incluída nessa reflexão? Na medida em que há uma distinção genital determinada pela biologia, ela necessariamente se refletirá na cultura, então propugnar uma pansexualidade não é simplesmente inverter os sinais da heteronormatividade?

A reflexão de Firestone representa um passo adiante da crítica da dicotomia sexo e gênero, uma vez que a busca pela igualdade de gênero sob a forma como a organização social está estruturada não altera a lógica da opressão. O problema para as mulheres é em relação ao sexo, pela forma como o patriarcado organiza o sistema reprodutivo e a sexualidade subordina as mulheres à dominação masculina. Ela, como representante do feminismo marxista, vai adotar as categorias marxistas, principalmente para reinterpretar a subordinação das mulheres. O marxismo precisa ser melhorado, segundo ela, pois dá conta da dominação de classe proletária, mas não da dominação sexual. A autora questiona: como se organizam as condições materiais da sexualidade? A dificuldade é que o sexo é dado como algo da natureza, e não como problema social. Propõe, então, o fim da divisão sexual de classe e o controle da reprodução.

A reflexão feminista tem como característica a diferenciação entre sexo e gênero. O desenvolvimento da categoria gênero ajudou no entendimento da construção social do se tornar mulher, reconhecida socialmente no papel de mulher. O gênero seria fundamental no mecanismo de exclusão e subordinação. Por isso, os desdobramentos dos estudos e das lutas feministas seriam pelo fim dos papéis de gênero.

Por outro viés, Mackinnon (2016) propôs a reflexão sobre a relação entre feminismo, marxismo e direitos. Para o marxismo, a sociedade se funda nas relações entre as pessoas para produzir sua existência material. Tais relações moldam o ser social das pessoas a partir da divisão de classes sociais. Paralelamente a essa teoria, a autora diz que, no feminismo, há o argumento de que a sociedade se divide em dois sexos (homem e mulher) e essa divisão é a base das relações sociais.

Isso corresponde à forma como as relações se estabelecem na sociedade. Desse modo, assim como a luta de classes está para o marxismo, a sexualidade está para o feminismo. A divisão de trabalho traz benefícios para alguns e a divisão sexual também. A heteronormatividade seria a estrutura dessas relações de gênero e a família, suas formas concretas. Os papéis sociais, por sua vez, são qualidades genéricas atribuídas às pessoas e a reprodução, uma consequência dessas relações.

Segundo Mackinnon (2016), o marxismo e o feminismo são teorias sobre o poder e desigualdade. Ela questiona os limites dessas teorias, a importância de suas descobertas e como podem caminhar juntas. Uma dessas questões merece destaque: “seria a dominação masculina uma criação do capitalismo ou seria o capitalismo uma expressão da dominação masculina?” (MACKINNON, 2016, p. 803). Para a autora, em vez de marxistas e feministas buscarem explicar essa questão e tantas outras, acabam por desconsiderar ou não considerar um ou outro igualmente.

Conforme Mackinnon (2016), de um lado, estão as marxistas criticando as feministas, classificando feminismo como teoria burguesa, que atende aos interesses da classe dominante e divide a sociedade em sexo, ignorando a divisão de classe. Suas bandeiras poderiam ser satisfeitas no capitalismo, o que prejudica a revolução e o fim das classes. A luta por acesso a oportunidades são argumentos liberais e individualistas; o que as mulheres têm em comum é algo dado pela natureza, e não um dado social. A teoria feminista seria a-histórica, idealista e desprovida de especificidade cultural e, por fim, o feminismo é composto, em sua maioria, por mulheres de classe média.

Por outro lado, o feminismo diz que o marxismo parte do ponto de vista masculino, favorecendo os interesses dos homens. A análise, a partir das classes, ignora as experiências

sociais distintivas dos sexos. Enfim, a teoria marxista se desenvolveu sem levar em consideração a desigualdade entre homens e mulheres e não valorizou o trabalho realizado pelas mulheres.

Mackinnon (2016) destaca que essas acusações têm certo fundamento. A categoria sexo faz parte da divisão de classes, por isso existem grupos de mulheres que defendem privilégios de classes, pois são beneficiadas por eles. Com essa crítica, a autora ressalta que, se essa é a base de algumas teorias feministas, então o engajamento político, por meio do sufrágio, bastaria para pôr fim às desigualdades entre homens e mulheres. A autora afirma que utilizar essa lógica (meritocracia ou iniciativas pessoais) em análises marxistas é problemático porque foge da análise de classe.

Segundo Mackinnon (2016), o que o marxismo tem tentado fazer é abranger todas as variantes que envolvem a questão da classe. Por outro lado, o feminismo se pergunta: o que é a classe diante da condição de subordinação da mulher? Por mais que se tenha noção da divisão de classes em relação aos privilégios, isso não explica a dominação do homem sobre a mulher.

Desse modo, o feminismo socialista busca a fusão do marxismo e do feminismo. Mas, para a autora, isso é um problema, principalmente com relação ao método. O método é importante, pois é a leitura por meio da qual a teoria vê a realidade. Assim, para ela, o marxismo possui um método, e qual seria o método do feminismo? Com essa distinção, a autora fará uma longa explicação sobre como o feminismo busca desmascarar a realidade, tornando-se uma teoria que busca conscientizar (*consciousness raising*) sobre a condição da mulher na sociedade.

O feminismo de Mackinnon (2016), dessa maneira, mostra que existe uma expropriação da sexualidade que organiza e estrutura a sociedade, de modo a resultar nos papéis de gênero. O gênero são os papéis sociais projetados no sexo que são aprendidos e ensinados para definir a mulher feminina e o homem, o macho. Cada sociedade cria expectativas relativas ao sexo.

A explicação do porquê as mulheres ocupam um lugar subordinado se refere a como o sexo serve de suporte para a construção do gênero. As mulheres são objetificadas nas relações sociais devido aos papéis de gênero, assim como o proletariado é alienado das condições de exploração do trabalho. A socialização ensina que esta é a regra: ser feminina, satisfazer o homem. Então, de acordo com a autora, a tomada de consciência é o caminho para enxergar essas relações, para rejeitar a expropriação organizada da sexualidade, para repensar a si mesma (MACKINNON, 2016).

Mackinnon (2016) concluiu que rejeitar essas narrativas, estruturadas a partir da organização da exploração da sexualidade, possibilitaria um avanço para o feminismo. Se pegarmos o método pronto e incorporar o método dialético, a análise da subordinação da mulher

nada será alterada, pois isso é operacionalizado do ponto de vista masculino. Desse modo, precisamos reinventar o método que tenha como eixo a mulher, represente o ponto de vista das mulheres e perceber que a ciência é masculina, uma vez que são estruturas criadas do ponto de vista masculino.

Elizabeth Grosz e Monica Mansour, no texto “Que é a teoria feminista?”, de 1995, destacam as mudanças do debate feminista após 1960, ao questionar a representação de tudo que envolve a mulher e o feminino nas teorias tradicionais. Houve, então, a necessidade da construção de uma teoria que considerasse as mulheres iguais aos homens. No entanto, essa renovação ainda dependia das estruturas de explicações tradicionais, principalmente da esquerda, para explicar a opressão sobre as mulheres.

Grosz e Mansour (1995) destacam as principais características das teorias feministas dessa época: 1) as mulheres e o feminino passam a ser objeto de investigação; 2) as mulheres passaram a definir que elas eram iguais aos homens; 3) mesmo criticando os discursos tradicionais e patriarcais, elas não questionavam as estruturas ontológicas, epistemológicas e políticas; 4) as teorias feministas focavam questões particulares das mulheres, e não questões mais amplas do âmbito público; 5) ajustes foram feitos para incluir a mulher nos discursos tradicionais e patriarcais. Para elas, isso acarretou vários problemas que não poderiam ser previstos.

Por exemplo, não era possível incluir as mulheres nas teorias das quais haviam sido excluídas, pois a exclusão é um princípio estruturante dessas teorias patriarcais. Além disso, o fato de incluir a mulher nesses discursos não as coloca na posição de sujeitos do conhecimento, mas de objeto de conhecimento. Como sujeitos de conhecimento, há um dilema: permanecer desligadas dos objetos de conhecimento ou se manterem próximas de seus objetos? O problema é que muitas mulheres não conseguiram o distanciamento necessário em suas investigações científicas.

O projeto crítico antissexista é contrário à ideia de que as mulheres são dependentes dos homens e da misoginia, que alimenta um discurso do ponto de vista masculino. Se a teoria feminista se coloca como mera crítica, ela acaba reforçando o que busca combater, já que não propõe alternativas aos sistemas teóricos dominantes. A teoria feminista deve manter uma certa relação com as teorias clássicas, mas também manter um distanciamento para que as feministas definam seus próprios caminhos teóricos. Não há necessidade de criar uma rivalidade com os modelos teóricos clássicos, mas de superá-los (GROSZ; MANSOUR, 1995).

Essa reflexão faz um balanço do que foi a política da igualdade de gênero e o quanto a categoria sexo deveria ser mais problematizada. A crítica ao postulado da racionalidade, as

categorias binárias, exclusão das emoções, questionar a universalidade também contribuíram nesse sentido. O feminismo conseguiu construir um programa de pesquisa próprio. Além disso, as lutas das mulheres, desde o século XIX, deu condições para que fosse possível a criação de ferramentas próprias/autônomas de análises. Ao colocar caminhos necessários à construção da teoria feminista, as novas reflexões se aproximam mais da ação política.

Incluir as mulheres como iguais não teria êxito, pois existe uma gama de mulheres, em termos de cultura. O problema é que a igualdade iguala dois termos que estão preestabelecidos; quando se aceita a ideia de igualdade, aceita-se que os termos são iguais. Equiparar dois termos exige uma medida, e essa medida sempre tomará um termo como norma e o outro como espelho da norma. E lutar por igualdade cai nisso, nos termos masculinos. É preciso sair de uma política de igualdade para a de autonomia: o direito de aceitar ou recusar os termos. Só a política da autonomia quebrará a política de dominação.

A relação entre feminismo e marxismo pode ser dividida em quatro fases, de acordo com Marcelino (2019): 1) no final do século XIX, o feminismo socialista; 2) após 1960, o feminismo marxista contemporâneo; 3) 1980 e 1990, a ascensão da política de identidade e a crise do marxismo e 4) após 2008, o “feminismo para os 99%”.

Após 2008, conforme Marcelino (2019), o cenário de crises econômicas e políticas acirrou os conflitos políticos, aproximando os debates feministas das mobilizações do marxismo. Essa renovação denominada “feminismo para os 99%”, representado por Arruza; Bhattacharya e Fraser, é uma tentativa de consolidar, no interior do movimento feminista, uma vertente que resgate a tradição marxista, socialista e a perspectiva da revolução.

A tendência, entre as várias vertentes feministas, é a crítica ao que Marx não se propôs a fazer: elaborar uma teoria sobre a opressão das mulheres, embora reconheçam a contribuição do método desenvolvido e das categorias elaboradas para a análise das relações da exploração do trabalho. O caminho, então, foi se apropriar da teoria marxista com o foco na questão das mulheres.

Assim, a cada movimento, o feminismo dá um passo. O feminismo da diferença, com as feministas de fora do eixo central, propõe um debate no qual não só a razão deveria ser relativizada (em termos de reflexão), mas a própria condição da origem dessas reflexões. Mulheres de fora ‘do centro do mundo’, oriundas das periferias, produzindo estudos dizendo quem são as mulheres de lá, pois não são um conjunto homogêneo e coeso, foi uma tentativa de enxergar a realidade múltipla das mulheres. Representantes como Gayatri Chakravorty Spivak e Chandra Talpade Mohanty, autoras nativas de países não-centrais, associam-se aos chamados ‘*cultural studies*’ e aos estudos pós-coloniais.

Em *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak responde não a essa questão. Na sociedade em que os marginalizados não detêm o poder, não é permitida a fala, no sentido de ter voz, tornar-se “sujeito”. Spivak (2010) coloca a discussão nos termos de violência epistêmica, que seria o projeto de construir o sujeito colonizado como “outro”. Não se trata de dizer que as narrativas imperialistas engendradas formaram a melhor visão da história, mas que essas narrativas se tornaram normativas.

Mohanty (2008) contribui para a crítica da construção teórica feminista, principalmente do que ela denomina ‘feminismos del tecer mundo’. Trata-se de projetos distintos, o feminismo hegemônico do ocidente e o feminismo do terceiro mundo. O primeiro possui interesses e estratégias que colocam em risco a construção do feminismo do terceiro mundo, visto como marginalizado ou *gettizado*.

A primeira crítica dela é à construção de mulher do terceiro mundo como sujeito monolítico nas teorias feministas ocidentais. O discurso colonizador produziu um conhecimento acerca das mulheres do terceiro mundo a partir de categorias analíticas do ocidente, da mesma forma como foi feito nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. A autora não cai no erro de achar que o feminismo do ocidente é um bloco monolítico teórico. Seu objetivo é identificar os efeitos dessas análises e suas contradições. Um exemplo são os estudos das intelectuais de classe média urbana da África ou Ásia sobre as mulheres rurais ou trabalhadoras urbanas de seus países, que tomam como norma suas culturas para representar os sujeitos fora do eixo.

Nesse cenário de mudança epistemológica, defendemos a necessidade de uma análise crítica da diferença ao mesmo tempo, respeitar as diferenças culturais e destacar a condição das mulheres que não querem viver numa determinada situação. Sem reconhecer a questão da diferença, não há como avançar. Por isso, não olhar para o outro nos termos do outro é opressivo.

O sexo de nascimento não define a identidade de gênero; este é moldado pela construção social do que é ser homem e mulher. Essa delimitação é importante para demarcar que o feminismo negro inclui a pauta das mulheres trans em suas lutas. No entanto, vale lembrar que o feminismo negro não é homogêneo em seu posicionamento político-ideológico. Por isso, é preciso entender a luta das mulheres negras a partir desses recortes dentro do universo do movimento feminista. Pensar o feminismo no plural, para não cair no erro de achar que todas as mulheres passam pelas mesmas experiências e sofrem igualmente as opressões. Defendemos que o feminismo negro introduz a interseccionalidade como método de análise da articulação entre classe, raça e gênero.

O feminismo negro surge, então, como uma corrente teórica e de prática política com a intenção de questionar o lugar das mulheres negras no movimento feminista. Dessa forma, a proposta da interseccionalidade como o método de análise possível ampliou a discussão, destacando a diversidade da categoria “mulheres”. A interseccionalidade de classe, raça e gênero indica elementos do discurso e da prática política que marginalizam determinados grupos sociais. Assim como destaca Akotirene (2019), a interseccionalidade como método de análise não se refere a um tipo de organização política das mulheres, por exemplo, o feminismo interseccional (que não existe). No entanto, foi por esse “olhar” que se desenvolveu o feminismo negro, denunciando a condição das mulheres negras na sociedade.

Crenshaw (1989) desenvolveu a noção de “intersection” como se fossem avenidas entrecruzadas (raça e gênero) em relação às experiências das mulheres negras, pois o modo como elas sofrem a discriminação de raça e gênero é particular em relação às mulheres brancas. Esses marcadores sociais se cruzam e estruturam formas de representações sociais. Posteriormente, ela alterou essa noção para desenvolver o conceito de interseccionalidade, que se refere às “várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de empregaç o das mulheres negras” (CRENSHAW, 2017, p. 2).

Dessa forma, a autora enfatiza a constru o da identidade sobre esse mecanismo. Para nós, ao lançar mão dessa perspectiva,   possível identificar as formas como classe, raça e gênero incidem sobre as estruturas econômica, política e ideológica. Assim, classe, raça e gênero estruturam as relações sociais dos sujeitos atravessados por esses marcadores sociais.

É importante destacar que a interseccionalidade não é uma teoria sobre identidade nem determina que a causa das múltiplas violências sofridas pelas mulheres negras só possa ser explicada por essa combinação. A maior contribuição da análise interseccional   em relação   confrontação da universalidade da explicação da condição das mulheres e o destaque para as distinções das experiências entre elas.

Por exemplo, a tendência   se falar do feminismo, do movimento feminista e da luta das mulheres no geral, porque esse é um movimento social que representa a luta de todas as mulheres contra a opressão machista e sexista. Mas essa generalização oculta as lutas e organizações específicas dentro do movimento feminista, porque existem as feministas liberais, as feministas socialistas, as feministas negras, as feministas quilombolas, entre tantas outras. Por esse motivo, fazemos o recorte de classe, raça e gênero para analisar a luta das mulheres negras sem-teto do MTST.

Crenshaw (2017), em sua pesquisa sobre mulheres que sofreram violência doméstica e se encontram em situação de abrigo, pelo método da interseccionalidade, destaca a forma como

os marcadores de raça e gênero se manifestam. Por exemplo, a agressão física é a manifestação mais visível e o motivo que as leva a procurar os abrigos. No entanto, grande parte dessas mulheres está desempregada, são pobres, mulheres com histórico familiar desestruturado, não possuem moradia próprias, são dependentes financeiramente dos maridos e sofrem discriminações étnico-raciais. Assim, a interseccionalidade revela a tendência (não por acaso) de que as mulheres negras serão mais atingidas por situações de violências. A vantagem econômica, por mínima que seja, de um grupo sobre outro já limita uma condição de total desfavorecimento para sair de um contexto de pobreza e violências.

Da mesma maneira, poderíamos analisar os sem-teto do MTST, pois a falta de moradia é a violência mais imediata que vivenciam e o motivo pelo qual se organizam no movimento. Mas essa não é a única violência, pois a maioria também compõe a massa marginal e está na informalidade das relações de trabalho. A grande questão é que essas duas condições materiais têm maior probabilidade de atingir as mulheres negras sem-teto, o que foi constatado na pesquisa porque a presença delas no movimento é significativa. Portanto, o interessante é perceber as contradições dos efeitos da interseccionalidade.

O fracasso do feminismo interrogar a raça significa que as estratégias de resistência do feminismo muitas vezes replicam e reforçam a subordinação de pessoas não-brancas e o fracasso do antirracismo interrogar o patriarcado significa que o racismo frequentemente reproduz a subordinação das mulheres. Essas elisões mútuas apresentam um dilema político particularmente difícil para as mulheres não-brancas (CRENSHAW, 2017, p. 5).

Complementando a reflexão sobre interseccionalidade, Collins (2019) elabora a noção de “matriz de dominação”, a forma como as opressões de raça, classe e gênero são, de fato, organizadas na sociedade capitalista, com estruturas específicas. As intersecções de classe, raça e gênero são processos distintos que se combinam. Assim, as instituições regulam o padrão de opressão de acordo com esses marcadores, ou seja, essas matrizes distintas, em um sistema opressor, articulam-se e determinam a forma como as mulheres negras trabalhadoras sofrem as opressões.

De acordo com Bairros (1995), pela reformulação do ponto de vista da experiência, uma crítica às formulações generalizantes da análise feminista hegemônica, é possível diferenciar os efeitos das opressões sem negar as experiências particulares. Por exemplo, homens também vivenciam experiências por causa do gênero, mas de forma contrária às mulheres, e os efeitos

disso ocorrem num ordenamento material, ou seja, estruturalmente essas diferenças se mostram mais evidentes em uns do que em outros. No entanto, todos sofrem com as opressões.

[...] a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é a triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca, na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista [...] Considero essa formulação particularmente importante, não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérflua discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou luta contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra (BAIRROS, 1995, p. 461).

Diante desse contexto teórico, perguntamo-nos: qual é a origem do feminismo negro? Em 1851, em uma convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, no contexto da luta pelos direitos civis das mulheres e da população negra, Sojourner Truth, ex-escrava e abolicionista, fez um discurso que marcou a divergência entre a luta do movimento feminista branco e a luta das mulheres negras. Ela questionou, nesse discurso: “E eu não sou uma mulher?”.

Esse discurso revelou uma situação que até hoje as mulheres negras sofrem: a invisibilidade, o não poder falar, a exclusão, a solidão da mulher negra. Truth denunciou que os homens e as mulheres brancas não estavam levando em consideração a experiência da opressão que as mulheres negras estavam sofrendo. Vale lembrar que, nessa época, ainda não existia o termo feminismo negro nem uma organização somente de mulheres negras. As mulheres negras estavam inseridas no movimento negro, mas não tinham protagonismo como os homens negros.

Esse discurso significou o início dessa ruptura porque, de um lado, estavam as mulheres brancas reivindicando trabalho e, do outro, as mulheres negras reivindicando melhores condições de trabalho de um modo geral. Mas só a partir de 1960 e 1970, a luta das mulheres negras brasileiras e estadunidenses começou a se consolidar, no contexto de efervescência de lutas sociais e de movimentos sociais organizados.

Refletindo sobre as consequências do desenvolvimento do feminismo negro para a luta das mulheres negras, Collins (2016) destaca o papel de *outsiders within* das feministas negras, que significa o lugar que as mulheres negras ocupam nos espaços dominantes. No feminismo

hegemônico, as feministas negras estão à margem nesses espaços de poder, ocupam um lugar fronteiro.

O caminho para sair dessa condição, de acordo com Collins (2016), perpassa três elementos: 1) a necessidade de autoavaliação e autodefinição pelas próprias mulheres negras; 2) o foco na interconexão das opressões e 3) a valorização da cultura das mulheres negras. Os efeitos disso são as diversas análises elaboradas pelas feministas negras sobre as questões de classe, raça e gênero. Embora destaque o aspecto positivo dessa exclusão, a autora não nega o aspecto problemático desse *status* marginal na produção acadêmica. Portanto, esse é o papel de forasteiras de dentro que as feministas negras assumem e é esse caminho, em certa medida, que esta tese segue.

bell hooks³⁷, escritora antirracista estadunidense, apresenta vários pontos para pensar o feminismo negro. De acordo com ela, é um movimento de mulheres para adquirirem direitos iguais; para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão e não tem nada a ver com ser anti-homem. A principal defesa é que o feminismo é para todos. Nessa lógica, a luta é contra uma estrutura de opressão, representada pelo patriarcado, e não uma luta contra os homens, porque eles também sofrem as consequências dessa condição.

Desse modo, bell hooks (2019) diz que o feminismo negro luta contra o patriarcado capitalista de supremacia branca heteronormativa. Há uma dificuldade de mostrar o que, de fato, é o feminismo, pois há uma intensa organização política e ideológica para acabar com o feminismo e manter o *status quo*.

Mulheres também poderiam ser sexistas (porque as mulheres foram educadas no patriarcado, então, mulheres podem reproduzir práticas sexistas então por isso a importância do feminismo e de outra prática educativa) - atitudes anti-homem já não definiam a consciência do movimento. O foco passou a ser um grande esforço para criar justiça de gênero (hooks, 2019, p. 19).

Nessa perspectiva, sororidade é um paradoxo do feminismo. Na sociedade de classe, é uma utopia porque não permite a equidade de fato, então, a sororidade fica apenas no plano das ideias: “o pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras”, no entanto, enquanto as “[...] mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo” (hooks, 2019, p. 36). Assim, a educação feminista é necessária para a transformação social e o fim do sexismo, na medida

³⁷ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, uma homenagem a sua avó. A autora fez a opção de grafá-lo em letras minúsculos para retirar o foco de sua persona.

em que simplesmente ser vítima de violências não significa que entendemos profundamente seus pressupostos ou, muito menos, compreendemos a necessidade de mudá-lo.

Por isso, ela elenca pautas necessárias para a luta das mulheres negras: 1) o corpo, defender a pauta dos direitos reprodutivos aliado à educação sexual, medicina preventiva e aborto legal; 2) beleza, lutar contra o padrão de beleza sexista, principalmente contra a indústria da moda que reproduz o sexismo; 3) a luta de classe, um desafio para as feministas revolucionárias diante do feminismo reformista que enfraquece a luta de classe; 4) as condições de trabalho, a precariedade do trabalho não liberta a mulher de sua condição, mesmo a autossuficiência financeira sendo necessária; 5) violência, a necessidade de criar relações não violentas para as crianças. A autora destaca que as próprias mães são violentas com seus filhos, por toda a criação patriarcal que receberam e isso influencia a maneira como educarão seus filhos.

Nesse sentido, o debate entre raça e gênero é necessário para reconhecer a realidade da raça e do racismo, uma vez que, por muito tempo, o feminismo priorizou o gênero: “Sabíamos que não poderia haver verdadeira sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas se as brancas não fossem capazes de abrir mão da supremacia branca, se o movimento feminista não fosse fundamentalmente antirracista” (hooks, 2019, p. 92).

Seguindo o mesmo caminho, Davis (2016) destacou, em sua análise, as contradições das lutas das mulheres. Ela identificou diferenças da luta antiescravidão, das mulheres trabalhadoras brancas, em relação à luta das mulheres escravizadas, o que, por consequência, dificultou a organização de um movimento de mulheres integrado. A partir das experiências das mulheres negras estadunidenses, que vivem simultaneamente as opressões de classe, raça e gênero, ela destacou o protagonismo das mulheres negras na luta pela emancipação.

Por mais que Davis (2016) tenha como ponto de partida o racismo na dinâmica sexista e da exploração de classe, não existe uma hierarquia de opressão; pode-se inverter esse ponto de partida, como fez ao longo de suas reflexões. A maior contribuição, então, foi colocar as mulheres negras no centro de suas análises para pensar a complexidade das relações sociais e raciais. Esse reposicionamento tem como base a crítica ao feminismo hegemônico, principalmente à categoria mulher.

Embora o movimento feminista tenha como discurso a luta pela emancipação das mulheres como um todo, o racismo endógeno impediu que isso fosse colocado em prática, pois o que se evidenciava, nas organizações, eram as demandas das mulheres brancas e de classe média. Além disso, a categoria mulher, para ela, era um modelo excludente, principalmente quando se enfatizava o ideal de feminilidade.

Na escravidão, as mulheres negras eram desprovidas de gênero, já que eram tratadas como escravas assim como os homens, vistas como unidades de trabalho.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era rígida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Essa diferença no tratamento dado às mulheres negras não foi levada em conta pelo movimento da libertação negra, na medida em que a figura do homem negro ganhou destaque na representação pela emancipação do povo negro. Da mesma forma, segundo Davis (2016), o movimento de mulheres, assim como o movimento de mulheres trabalhadoras, não considerou as experiências interseccionais das mulheres negras.

O grande problema foi a postura adotada por esses movimentos de hierarquizar as opressões, defendendo a emancipação por uma via apenas. Assim, “O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média” (DAVIS, 2016, p. 73).

Nesse processo, o racismo sofrido pelas mulheres negras deixou como marca o seu apagamento nas organizações políticas e na academia, e na forma como são superexploradas nas relações de trabalho. Nesse sentido, a partir das experiências das mulheres negras, foi possível perceber o modo como as opressões operam. Com isso, a mudança epistemológica foi necessária para identificar a potencialidade da transformação social organizada pelas mulheres negras em luta. Assim, “o combate pela igualdade das mulheres – poderia ter sido travado de modo mais eficiente em associação com o combate pela libertação negra” (DAVIS, 2016, p. 78).

De acordo com Caldwell (2000), o feminismo brasileiro branco e hegemônico não reconheceu, em seu início, a importância de raça na constituição do gênero e da identidade das mulheres. Embora os estudos feministas no Brasil tenham uma cronologia mais recente, ocasionando a tradução tardia da produção teórica das feministas negras, assim como as feministas negras estadunidenses denunciaram, as feministas daqui, com o enfoque exclusivo no gênero como única fonte das opressões das mulheres, não conseguiram identificar outras fontes de dominação.

No movimento político de mulheres, um marco foi o “Manifesto das Mulheres Negras”, de 1975, apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras:

(...) marcou o primeiro reconhecimento formal de divisão racial dentro do movimento feminista brasileiro [...]. O manifesto chamou a atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual (CALDWELL, 2000, p. 97-98).

O manifesto evidenciou o papel do racismo na estruturação das práticas materiais. Ao delimitar as diferenças nas experiências, a autora avança na problemática para além da questão identitária. Na prática política do feminismo brasileiro, na década de 1980, esse período ganha novas roupagens com a luta das mulheres negras periféricas, em seus bairros, reivindicando creche, direito à tratamento de saúde, acesso à educação e moradia digna. Surgem, então, os primeiros movimentos por moradia. No capítulo quatro vamos aprofundar a discussão sobre os movimentos populares.

Destacamos, de acordo com Barbosa (2015), que as mulheres negras participam de três vertentes de movimentos sociais: movimento feminista, movimento negro e movimentos populares. Nesse último, estão inseridas as mulheres negras sem-teto da nossa pesquisa. Além disso, a autora indica que há uma presença significativa delas nos movimentos populares, por serem alvo das intersecções de classe, raça e gênero. São mulheres em situações de alta vulnerabilidade:

- 63% das famílias cadastradas no Cadastro Único são famílias chefiadas por mulheres negras, das que recebem o Bolsa Família, 60%;
- 57% dos jovens que abandonam os estudos no ensino médio são oriundos de famílias chefiadas por mulheres negras;
- A renda per capita da mulher negra é equivalente a 30% do homem branco, 55% da mulher branca e 65% de homem negro (BARBOSA, 2015, p. 53).

Como se confirmou na pesquisa de campo, com base no perfil das mulheres negras sem-teto entrevistadas, elas compartilham condições materiais semelhantes. Totalizando pouco mais de 21 milhões da população ocupada³⁸, elas são, em grande parte, trabalhadoras domésticas ou estão em ocupações mal remuneradas, não concluíram a escolaridade em tempo regular, são,

³⁸ Dados disponíveis em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1>. Acesso em: 10 fev. 2023.

em sua maioria, chefes de famílias e, em alguns casos, mães solo. No geral, estão em situação de pobreza e necessitam dos serviços públicos. Portanto, a situação em que se encontram na luta por moradia no MTST demonstra que os direitos básicos previstos na Constituição não foram assegurados a elas, como vamos demonstrar nos próximos tópicos. Por isso, são importantes as reflexões que façam esse recorte de classe, raça e gênero.

O pensamento feminista negro seria, então, um conjunto de experiências e ideias compartilhados por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de divisão do eu, da comunidade e da sociedade. Ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem (BAIRROS, 1995, p. 463).

Assim, o feminismo negro, como fonte analítica, propõe-se a analisar a realidade social a partir das experiências das mulheres negras. Para tanto, tem como base metodológica a interseccionalidade de raça, gênero, classe, sexualidade, território, faixa etária etc. Dessa maneira, os diversos contextos e práticas de luta das experiências das mulheres negras requerem um recorte, conforme aqui proposto, para não as homogeneizar. Portanto, o principal objetivo desta análise foi destacar o protagonismo das mulheres negras nas lutas sociais, como forma de combater a dominação racista e sexista, pois raça e gênero são estruturas em uma base material, a sociedade capitalista.

3.2 SUPEREXPLORAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

Nos países latino-americanos, a partir de 1930, em relação às transformações sobre as condições de trabalho, a tendência era a superexploração da força de trabalho³⁹ como particularidade, tanto que a industrialização brasileira, em seu início, foi marcada pela exclusão do trabalho dos negros e a incorporação dos imigrantes europeus brancos como os primeiros assalariados das indústrias surgidas no pós-abolição.

Esse contexto marca o início de um ciclo da economia brasileira com uma estrutura produtiva de base urbano-industrial e a substituição da economia agrário-exportadora. Para isso, foi necessária a reformulação do aparelho estatal e a regulamentação de leis trabalhistas que deu condições institucionais para a expansão do novo modelo de acumulação. A reprodução do capital, nesse novo modelo, teve como base a conversão da população urbana em “exército industrial de reserva”. Então, foi um processo que teve o Estado como suporte, a conciliação da

³⁹ Por superexploração do trabalho entende-se a maior exploração da força física do trabalhador, e não o seu resultado, que é o aumento da sua produtividade (MARINI, 2017, p. 350).

produção agrícola com a industrial, o aumento da taxa de exploração e o desenvolvimento de um conjunto heterogêneo de atividades (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Antunes (2020), “o assalariamento desde cedo conviveu com altas doses de precarização, informalidade, inexistência e posteriormente a burla da legislação protetora do trabalho, todos traços marcantes do capitalismo no Brasil e na América Latina” (ANTUNES, 2020, p. 1). Nesse processo, o trabalho informal⁴⁰ é histórico e estrutural. Por um lado, o mercado de trabalho brasileiro possuía um excedente de força de trabalho com a exclusão de mulheres e pessoas negras na informalidade e, por outro, a concorrência entre os imigrantes e a população brasileira masculina branca por empregos com baixos salários e condições precárias de trabalho.

Após um longo processo de expansão da industrialização, a Europa e os Estados Unidos passaram pela transição do fordismo para a acumulação flexível. De acordo com Harvey (1992), após longo período de acumulação de capitais, expansão da produção industrial e o aumento do setor de serviços, a rigidez do modelo fordista impedia o crescimento dos mercados (comércio internacional), dos investimentos e de melhores condições de trabalho. Então, nesse contexto de crise do fordismo com a concentração acentuada do capital, queda na taxa de lucro e baixo consumo devido ao aumento do desemprego, a resposta foi um novo sistema de acumulação:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (HARVEY, 1992, p. 140).

Em entrevista à *New Left Review*, Harvey adverte que não houve uma mera substituição do fordismo pela acumulação flexível. O fordismo subsiste em alguns setores industriais, mas não permaneceu estático e convive com outros tipos de produção. Assim, não seria possível falar de uma transformação sistêmica nesse período, mas de uma tendência para a acumulação

⁴⁰ Condição de trabalho que não tem as mesmas proteções legais que o trabalho formal (CLT) garante. Embora tenha ocorrido muitas perdas nos direitos trabalhistas nos últimos anos, ainda há mais proteção ao trabalhador nesse tipo de vínculo que no trabalho informal.

flexível, na medida em que sua incorporação total impõe limites à reprodução do capital (HARVEY, 2005, p. 29).

No Brasil, isso se refletiu de uma maneira particular com o “milagre econômico”, como uma economia dependente com industrialização tardia. Por economia dependente, entendemos uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2017, p. 13).

O “milagre econômico” ocorreu entre 1968 e 1973, no regime militar do presidente Médici, com Delfim Neto no Ministério da Fazenda. O milagre foi o incentivo de capitais internacionais na economia brasileira, o que consequentemente aumentaria a dependência econômica do país. O país viveu um período de expansão econômica com incentivo às exportações, aumento do setor industrial com intensa produção e abertura de crédito para consumo. No entanto, esse cenário não se sustentou. Paralelamente à crise do petróleo de 1973 e ao aumento da concentração de renda, as consequências foram a alta da dívida externa, da inflação e do desemprego. Os trabalhadores foram os mais atingidos e, nesse contexto, surgiram os primeiros movimentos por moradia⁴¹.

[...] a classe trabalhadora foi submetida também ao chamado “arrocho salarial”, no qual o salário-mínimo não acompanhava o reajuste da inflação. Com isso, as empresas estrangeiras e as empresas privadas nacionais se sentiam atraídas pelo baixo preço da força de trabalho, logo a desigualdade social se tornou ainda maior” (PAULINO, 2020, p. 564).

Já em 1990, no contexto do neoliberalismo, iniciou-se um longo processo de alterações das relações de trabalho no Brasil. A reestruturação produtiva, aliada ao avanço das tecnologias, possibilitou a criação de novas formas de precarização do trabalho. As principais mudanças são a flexibilização dos contratos de trabalho, terceirização do processo produtivo e a intensificação do trabalho com uso de tecnologia.

Essas transformações, atreladas à desregulação dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais, impactaram o sistema produtivo e as relações de trabalho em definitivo, afetando sobretudo os trabalhadores sem-teto, que mais tarde se organizariam no MTST. De acordo com Antunes (2006), essa “processualidade contraditória”, ao mesmo tempo em que reduziu o operariado industrial, aumentou o subproletariado:

⁴¹ Em nossa pesquisa de mestrado, destacamos que as principais lutas urbanas desse período foram os movimentos de favelas, loteamentos clandestinos, movimentos populares periféricos com ocupações e movimento operário com greves pelo país (SOUZA, 2016).

Verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços, verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” [...] (ANTUNES, 2006, p. 47).

Na contramão dos debates sobre o fim da centralidade do trabalho⁴², defendemos, com base na reflexão de Cavalcante (2014), que o capitalismo contemporâneo, mesmo com a reestruturação produtiva e as novas formas de exploração do trabalho, tem como característica a expansão da produção de mercadorias tangíveis e bens e serviços intangíveis (segmentados pelo uso de novas tecnologias).

Nessa lógica, o autor defende, apoiado na teoria valor-trabalho de Marx, a tese de “que há cada vez mais, no capitalismo atual, a produção de mercadorias ‘sem valor’.” (CAVALCANTE, 2014, p. 115). Em outras palavras, há simultaneamente a produção de bens materiais e a produção de bens “imateriais”, tanto que ocorre uma adequação do capitalismo, prevalecendo um rentismo e autonomização, de modo a conviver com “velhas” e novas formas de trabalho para intensificar sua reprodução⁴³.

De acordo com Amorim (2017), o cenário atual das relações de trabalho mostra outra realidade daquela defendida pelos teóricos do “fim do trabalho”. Na prática, o número de trabalhadores aumentou, nas fábricas e fora dela, no entanto, o tipo de trabalho realizado é distinto daquele realizado no fordismo. Nesse sentido, a divisão entre trabalho material e trabalho imaterial e trabalho manual e trabalho intelectual não seria o caminho para explicar como ocorre o processo produtivo.

Embora sejam tipos diversos de trabalho, nenhuma forma de trabalho é somente material; o operário usa de suas capacidades mentais para executar uma ação, na medida em

⁴² Autores como Gorz (1982), Offe (1986) e Tourraine (1987) defenderam a tese do fim da centralidade do trabalho devido às mudanças do sistema produtivo e a emergência do trabalho imaterial, associado às novas tecnologias, colocavam em xeque a teoria do valor-trabalho no contexto pós-fordismo ou pós-industrialismo e questionaram o potencial explicativo da centralidade do trabalho sobre os fenômenos sociais.

⁴³ Em outra perspectiva, para Dal Rosso (2008), o capitalismo contemporâneo se caracteriza pelo aumento da intensificação do trabalho, que significa um aumento de trabalho quantitativa e qualitativamente com consequências para o trabalhador, além do aumento da produtividade sob o efeito das transformações tecnológicas. Para ele, a divisão social do trabalho, aliada a essas transformações, fez com que houvesse a transição do trabalho material para o trabalho imaterial, utilizado muito mais hoje que em outras épocas. Assim, ele define que a Revolução Informacional contemporânea deu origem aos trabalhadores imateriais intensificados.

que todo trabalho intelectual exige certa capacidade física. Por essa razão, o capital opera pela combinação de múltiplas formas de trabalho para sua valorização, então a produção de mercadorias físicas e não-físicas operam na mesma lógica capitalista. Portanto, os trabalhadores de diversos setores sofrem, de diferentes formas, com a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo (AMORIM, 2017).

Atualizando o debate, no Brasil, em 2017, aconteceu uma reforma trabalhista que impactou as relações e o mercado de trabalho: alterou as formas de contratação, as jornadas de trabalho e diminuiu a estabilidade no emprego. A justificativa dessa reforma tem sua origem com o Golpe de 2016. Com o país afundado numa crise econômica e política, a promessa era superar a estagnação econômica, gerar mais empregos, desburocratizar os contratos de trabalho e, com isso, dar mais segurança jurídica para diminuir as ações trabalhistas e, principalmente, melhorar a qualidade do trabalho. No entanto, a reforma aumentou as desigualdades nesse âmbito ⁴⁴.

As transformações do mundo do trabalho ⁴⁵ tiveram como resultado o parcelamento do trabalhador no processo de produção e novas formas de trabalho, fora do chão das fábricas, que evidenciou a divisão da classe dos trabalhadores em diversas camadas: o campesinato, as classes médias, o proletariado/operário e a massa marginal. O conceito de massa marginal, na teoria marxista, atualizou o debate sobre a configuração das classes sociais no capitalismo latino-americano, nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo o argentino Nun (1972), em sua vertente histórico-estrutural, em relação à esfera da produção e não do consumo, a massa marginal seria a população que não foi absorvida pelo setor hegemônico da economia, mas, de alguma forma, estabelece relações de trabalho. Nessa lógica, é uma camada da classe trabalhadora. São setores não funcionais ao processo de produção, mas, ao estabelecerem essas relações, amenizam a situação de miséria em que se encontram. Assim, para o autor, há a marginalidade funcional (o exército industrial de reserva) e a massa marginal não funcional.

Conforme Kowarick (1975), o capitalismo depende dos países latino-americanos, o que intensifica a questão da marginalidade, de modo que o aumento populacional nesses países não conseguiu acompanhar a disponibilidade de empregos no sistema produtivo. No entanto, isso é

⁴⁴ As promessas da reforma não se concretizaram e ainda resultaram no aprofundamento da precarização do trabalho com o aumento da terceirização e do trabalho temporário. A hipótese a que se chegou é a de que a reforma aprofundou o processo de flexibilização das relações de trabalho no Brasil (TEIXEIRA; KREIN, 2021).

⁴⁵ A precarização do trabalho, oriundo desse novo modelo de acumulação capitalista (descentralização produtiva), que teve como base a fragmentação dos trabalhadores, levou ao enfraquecimento das lutas sociais via sindicatos (GALVÃO *et al.*, 2021). Outra consequência desse modelo predatório é o impacto ambiental (BENSAID, 1999).

funcional ao capital na medida em que o capital se beneficia dessa condição ao tornar uma massa disponível para ocupar postos de trabalho. Dessa forma, tanto os trabalhadores assalariados quanto os grupos marginais são funcionais ao capitalismo, o que diferencia é a forma de exploração: para estes, uma exploração extensiva; para aqueles, uma exploração intensiva.

Atualizando o debate, Boito Jr. (2002) afirma que a política neoliberal e a reestruturação produtiva estabeleceram um cenário desfavorável aos trabalhadores, ao passo que fez aumentar a massa marginal. Além disso, ocorreu o aumento substantivo do desemprego, do trabalho informal (emprego instável ou temporário) e, conseqüentemente, o aumento da fragmentação das classes trabalhadoras. Esse período ficou marcado pela intensa redução dos gastos públicos destinados a saúde, educação, transporte público, habitação, segurança etc.

A diferença de interpretação entre os autores é que, para Nun, a industrialização periférica foi incapaz de absorver o excedente de trabalhadores disponíveis por não serem funcionais a esse segmento. Já segundo Kowarick e Boito Jr., essa marginalização do excedente de mão de obra é funcional ao desenvolvimento do capitalismo porque estabelece novas formas de exploração. Tomando como base os dois últimos autores, complementamos que a reorganização produtiva que resulta na fragmentação dos trabalhadores determina uma nova condição, a massa marginal funcional ao capital⁴⁶. Além disso, existe a diferença na localização desses trabalhadores no mercado formal ou informal:

Os grupos marginais seriam os desempregados, trabalhador intermitente e trabalhador de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços. Os trabalhadores marginais não possuem uma posição estável, ora estão desempregados, ora fazem “bicos”, ora são subcontratados (FIGUEIREDO FILHO; OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Diante dessas transformações das relações de trabalho, concluímos que os trabalhadores sem-teto fazem parte da massa marginal e são funcionais ao capital. Embora o termo possa remeter à formação de um bloco homogêneo, na realidade, a principal característica da massa marginal é a sua heterogeneidade. Analisando, então, a base social do MTST, a maioria ocupa

⁴⁶ Antunes (2020), em entrevista, evidencia que mais de 40% da classe trabalhadora vive na informalidade. Defende a tese do trabalho uberizado no capitalismo de plataforma (orientado pelas plataformas digitais globais), nos países periféricos. Com a expansão das plataformas digitais, a uberização do trabalho causa: “individualização, invisibilização, na prática de jornadas extenuantes, tudo isso sob impulsão e comando dos ‘algoritmos’ que são programados para rigorosamente controlar e intensificar os tempos, ritmos e movimentos da força de trabalho”. (ANTUNES, 2020, s/p).

o lugar, nas relações sociais de produção, do trabalho precário (estabelecendo diversos tipos de empregabilidade, estáveis ou instáveis) ou estão em situação de desocupação. De acordo com uma pesquisa feita pelo próprio MTST, em 2007:

A situação de emprego dessas famílias era a seguinte: 26% eram trabalhadores formais, com registro em carteira; outros 27% eram trabalhadores informais, sem registro; e 47% estavam desempregados, sobrevivendo de bicos que apareciam de vez em quando. A renda mensal dessas famílias trabalhadoras era a seguinte: 65% sobreviviam com até 1 salário mínimo; 32% recebiam entre um e dois salários mínimos; 2% recebiam entre dois e três salários mínimos; e apenas 1% mais do que três salários mínimos (BOULOS, 2014, p. 54).

Diante disso, como a maioria dos sem-teto do MTST são mulheres negras, percebe-se que grande parte ocupa um lugar de massa marginal nas relações sociais de produção, no entanto, elas ocupam um “não lugar” na sociedade, na esfera da representação (ou seja, da ideologia), pois são impedidas de disputar, em igualdade, certos direitos sociais e alguns espaços. Isso é fruto do preconceito e da discriminação racial⁴⁷ que sofrem.

O preconceito racial se dá com a suposta ideia de que características físicas/biológicas determinam a condição social do indivíduo. O negro por ser “forte”, por exemplo, deve ocupar lugares que necessitam de maior força física: carregador ou entregador. O capital, aliado a essas noções, incrementa seus ganhos com os negros nessa condição. Desse modo, a raça como um “critério independente” determina que os negros ocupem determinados lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Assim, a população negra faz parte da estrutura de classe ocupando um lugar marginal na relação capital-trabalho. Por meio de um conjunto de práticas de discriminação racial, de cunho ideológico, essa condição se mantém (GONZALEZ, 2020).

Na sociedade capitalista, esses mecanismos mantêm os negros em condições precárias de trabalho, de acordo com os interesses de exploração e dominação do capital. Isso se confirma porque, mesmo após a abolição da escravidão, a marginalização dos negros ainda ocorre, na medida em que possibilita maior exploração do trabalho pelo capital. Nesse sentido, Hasenbalg (2005) destaca a necessidade de se pensar a articulação entre classe e raça.

⁴⁷ Por preconceito entendemos “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo social que pertença a uma etnia, raça, religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo” e a discriminação seria a relação de diferenciar, sendo uma prática que efetiva o preconceito (GOMES, 2005, p. 54-55).

Desde a abolição, a população negra nas antigas sociedades escravistas das Américas tem estado na retaguarda do capitalismo industrial. Durante várias décadas após a abolição, os negros ficaram concentrados nas regiões agrícolas mais atrasadas como parceiros, pequenos arrendatários, camponeses e moradores. Durante esse período, no Brasil e nos EUA, ondas sucessivas de imigrantes europeus ocupam as posições abertas pela expansão dos setores e regiões capitalistas. Como o movimento das áreas de plantação eram favelas e guetos citadinos, os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora industrial, aglomeravam-se em torno de suas camadas inferiores em mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificados (HASENBALG, 2005, p. 116).

A conclusão a que chegamos é a de que o trabalho precário assalariado, em sua maioria, é exercido pelas mulheres negras sem-teto do MTST, que compõem a massa marginal da classe trabalhadora, ou seja, altamente desvalorizada e mal remunerada. Portanto, torna-se evidente o imbricamento entre classe, raça e gênero em relação à função que exercem na reprodução social⁴⁸ do modo de produção capitalista, na periferia urbana brasileira.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2007, p. 104).

De acordo com Oliveira (2010), as novas relações de trabalho no contexto neoliberal resultaram na queda da qualidade do emprego e no aumento desses trabalhadores nos setores de serviços. Além disso, esse contexto, para as mulheres, piorou a condição de vida por conta das relações de trabalho precárias, sem contar a falta de moradia. Dessa forma, as mulheres negras sem-teto realizam uma tripla jornada: a primeira em casa, a segunda no trabalho e a

⁴⁸ A teoria da reprodução social contribui para o entendimento do trabalho “invisível” necessário para a reprodução social da força de trabalho. São atividades realizadas no âmbito privado do lar, como cuidados que exigem responsabilidades diárias, por exemplo, cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos, lavar roupa, fazer compra, relação sexual etc. Desse modo, são essenciais para os trabalhadores estarem disponíveis para trabalhar e condição de ser remunerado ou sem remuneração não altera o fato de ser desvalorizado na sociedade (FEDERICI, 2019). Assim, essa situação evidencia questões de gênero e raça por ser exercida, em grande parte, por mulheres negras.

terceira com as atividades no movimento, pois, historicamente, as atividades do lar e do cuidado foram sendo realizadas, em grande parte, por mulheres negras. Assim, entendemos que, além do gênero, a raça também determina o lugar dessas mulheres nas relações sociais de produção.

Nesse ponto, as feministas marxistas Danièle Kergoat, Helena Hirata e Heleieth Saffioti contribuem para o entendimento do papel das mulheres nas relações de trabalho. Segundo Kergoat e Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho, a partir dessa noção masculino e feminino, determina funções que serão destinadas às mulheres. Isso, na prática, limitou o trabalho feminino à esfera doméstica e à realização de atividades que necessitam de maior atenção e cuidado, por exemplo, nas fábricas. Posteriormente, essa lógica determinou às mulheres os serviços de cuidado, como educação, enfermagem, cuidadoras e áreas correlatas.

Para as autoras, essa condição está além da distinção das funções que cada trabalhador realiza na produção ou prestação de serviços. A determinação principal da divisão sexual do trabalho é resultado da dominação dos homens sobre as mulheres. Por isso, naturalizou-se que essa seria uma condição natural/biológica, ou seja, o destino natural dos sujeitos.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Nessa perspectiva da divisão sexual do trabalho, segundo Saffioti (2011), o patriarcado é a base da dominação que delimita às mulheres determinadas funções. Antes mesmo do capitalismo, as sociedades patriarcais subordinavam as mulheres ao âmbito doméstico e à função de reprodução da espécie. Todavia, a produção capitalista, aliada à cultura patriarcal, intensificou a exploração da força de trabalho feminino, conforme mostram as entrevistas das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST.

A partir disso, a autora se coloca contrária à ideia do destino natural da espécie condicionada ao sexo, pois o gênero, como um produto social que determina os papéis sociais, é a base que estrutura as desigualdades entre homens e mulheres, e não o sexo (nascer homem ou mulher). Desse modo, a cultura do patriarcado sustenta a dominação sobre as mulheres, determinando que a posição das mulheres trabalhadoras na sociedade de classes seja de submissão e exploração. Assim, todas as mulheres estão sob os domínios do patriarcado e todas

as trabalhadoras são exploradas, porque, na sociedade de classes, a sua inserção no processo produtivo não fez com que elas fossem desvinculadas das atividades do lar e dos cuidados com os filhos. Uma das consequências dessa condição é a dupla jornada que realizam, visto que, ao mesmo tempo em que estão inseridas no mercado de trabalho, elas são responsáveis pelas tarefas da casa (SAFFIOTI, 2011).

É importante abrir um parêntese, nesse ponto, uma vez que há uma diferença entre trabalho e geração de valor em relação ao modo de produção capitalista. Existe um amplo debate sobre o trabalho produtivo que gera a mais-valia, valorizando o capital, e trabalho improdutivo, que não gera mais-valia, mas faz parte do processo de reprodução do capital.

Para responder à questão se o trabalho doméstico é produtivo ou improdutivo, no texto “Emprego Doméstico e Capitalismo”, Saffioti (1979) esmiúça algumas análises que consideram improdutivo o trabalho doméstico, seja porque somente produz valores de uso (produzidos e utilizados na esfera doméstica), seja porque seria um trabalho invisível necessário para o proletário produzir mais-valia. A conclusão apresentada é a de que não se trata de trabalho produtivo, pois não produz mercadorias, e não seria trabalho improdutivo, já que não se realiza no interior da esfera produtiva, mesmo quando é uma atividade remunerada.

Em outros termos, Saffioti (1979): o trabalho doméstico contribui para a criação da mercadoria força de trabalho, está ligado ao modo de produção capitalista, mas o faz fora da lógica de produção de valor por ser incapaz de extrair mais-valia. Assim, esse trabalho cria condições necessárias para a produção e reprodução do sistema capitalista.

Com efeito, têm lugar no seio da família atividades que concorrem para a produção diária e a reprodução de força de trabalho já empregada no setor capitalista da economia ou disponível para tal. Nesta medida, as atividades domésticas, sejam elas desempenhadas gratuitamente ou mediante o pagamento de um salário, contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – absolutamente indispensável à reprodução do capital. Esta produção, contudo, não se faz em moldes capitalistas, quer se a encare como tarefa da dona-de-casa, quer se a considere como atividade assalariada de empregadas domésticas (SAFFIOTI, 1979, p. 41).

Desse modo, o trabalho doméstico é uma forma não capitalista de trabalho que coexiste no modo de produção capitalista, sendo uma relação dinâmica e funcional ao capital. Outras formas não capitalistas de trabalho, que não acontecem mediante a extração da mais-valia, no entanto, dentro dos limites da exploração capitalista, não deixam de ser trabalho “superexplorado”, pois ele depende das condições estabelecidas pelo empregador, que escapam à lógica da produção de mercadorias (SAFFIOTI, 1979).

Fechando o parêntese, concluímos que o capitalismo se reproduz e coexiste com várias formas de relações de trabalho, pois há o trabalho que produz valor, aumentando o capital, e o trabalho que é necessário para manter a vida do trabalhador e, de modo indireto, valoriza o capital. Buscando aliar a teoria valor-trabalho de Marx e a questão de gênero, Huws (2014) propõe o seguinte entendimento:

Trata-se de uma diferenciação entre trabalho que é diretamente produtivo para o capitalismo como um todo (que pode ser chamado de reprodutivo) e trabalho que é diretamente produtivo para capitalistas individuais (que, pela falta de um termo melhor, chamei de “diretamente produtivo”) (HUWS, 2014, p. 15).

Seguindo esse entendimento e fazendo uma correção, o reprodutivo em Marx é o que repõe as condições de produção, enquanto o produtivo é o que as amplia, por isso, a referência não é o sistema como um todo e os capitalistas particulares, mas a relações sociais de produção determinadas pelas estruturas. Desse modo, para Huws, as transformações dos séculos XIX e XX, com a consolidação do capitalismo e o surgimento de diversas outras formas de trabalhos, dificultaram o entendimento baseado na simples divisão do trabalho entre produtivo e improdutivo, posto que isso não dá mais conta da complexidade da produção e dos trabalhos que surgem (HUWS, 2014).

O trabalho doméstico⁴⁹, por exemplo, pode ser não remunerado (quando o próprio trabalhador realiza essa atividade, gerando uma dupla jornada, ou quando o sujeito somente exerce a função de “dona de casa”); ou remunerado (quando se paga a outro trabalhador para fazer as tarefas do lar). Desse modo, os trabalhadores desempenham funções específicas no processo de produção e distribuição de mercadorias, sejam materiais ou imateriais. A conclusão a que chega é que as diferentes formas de trabalhos causam impactos na formação da classe trabalhadora (HUWS, 2014).

Como, historicamente, o trabalho doméstico foi delegado às mulheres e, especificamente no Brasil, às mulheres negras, essa atividade se desenha como um marcador de desigualdade racial. A escravidão, que durou mais de 300 anos, estruturou a sociedade brasileira sobre os pilares do capitalismo, do patriarcalismo e do racismo. Por isso, na escravidão, o trabalho doméstico na casa grande era feito pelas mulheres escravizadas, que realizavam diversas tarefas: limpar, cozinhar, fazer as compras, ser ama de leite para os filhos

⁴⁹ Há o trabalho doméstico direto ou familiar, aquele em que os próprios sujeitos da família realizam o serviço, e o trabalho doméstico terceirizado, em que se contrata alguém para realizá-lo. Esse último é produtivo no sentido em que Marx emprega o termo.

dos senhores. A base dessa dominação foi a violência (castigos, violência sexual e assassinatos) (REZENDE, 2019).

Mesmo com a abolição do trabalho escravo, com a população negra disponível para o trabalho, paralelamente ao crescimento urbano da época e o aumento do trabalho assalariado com a expansão industrial, a indústria não absorveu a mão de obra negra, mas os trabalhadores imigrantes. Por outro lado, ocorreu a consolidação do trabalho doméstico, em grande parte, realizado por mulheres negras recém-libertas. Desse modo, as lutas feministas começam a ganhar voz, reivindicando maior participação nos espaços públicos e inserção no mercado de trabalho (SCHÜTZ, 2019).

O efeito simultâneo da opressão racial e de gênero determina a experiência do racismo de modo único pelas mulheres racializadas, por isso, é necessário o debate dessas categorias mediante a intersecção. Consequência disso foi que as lutas feministas se dividiram: de um lado, as feministas brancas reivindicando maior participação no mercado de trabalho, sem pautar a questão das mulheres negras, já inseridas no mercado de trabalho como domésticas, e de outro, as mulheres negras se organizando em torno da necessidade da regulamentação do trabalho doméstico (SCHÜTZ, 2019).

Desse modo, o trabalho doméstico socialmente desvalorizado resulta em sua má remuneração. Geralmente, recebem por diária, ganham por dia (o que equivale a limpar uma ou mais casas por dia e esse valor da diária varia). As implicações disso são a intensificação do trabalho (limpar mais casas para receber mais) e a competição entre elas para conseguir mais diárias, o que precariza ainda mais a condição de trabalho.

O contexto da pandemia⁵⁰ evidenciou a precariedade do trabalho para as mulheres negras. As relações de trabalho foram afetadas à medida que o contágio do vírus se intensificava e, conseqüentemente, os casos de morte aumentavam. Nesse cenário, o mercado de trabalho foi dividido entre os setores essenciais e os setores não essenciais. Os trabalhadores considerados essenciais, principalmente da área da saúde, mas também de farmácias, mercados e serviços de limpeza, ficaram ativos durante todo o período pandêmico. Destacam-se os trabalhadores da limpeza, em sua maioria, mulheres negras e os entregadores que, além do risco de contraírem

⁵⁰ Não por acaso, a primeira vítima da Covid-19, na cidade do Rio de Janeiro, foi uma empregada doméstica, 63 anos de idade. Segundo notícia do Jornal UOL, a patroa testou positivo para o vírus e, dias depois, a empregada faleceu vítima da infecção (Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2022). Em junho de 2021, o Ministério da Saúde, atualizou a informação de que a primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma mulher de 57 anos, em São Paulo. (Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/ministerio-da-saude-corrige-data-da-primeira-morte-por-covid-no-brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2022.)

o vírus, também sofreram com a intensificação do trabalho com jornadas ampliadas (GALVÃO *et. al.*, 2021).

Como vimos, o trabalho doméstico é necessário à reprodução do capital. O legado da escravidão deixou sua marca, tanto na subordinação quanto na desvalorização dos sujeitos que realizam esse tipo de trabalho. Desse modo, as classes dominantes contratam domésticas mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras de idosos, cozinheiras. Uma das contradições que essa condição revela, porém, é que as trabalhadoras domésticas também requerem o trabalho de reprodução social; muitas vezes, dependem dos serviços públicos, como creches e escolas para trabalharem.

Federici (2020) revelou que as mulheres foram as que mais sofreram na pandemia, pois muitas estavam na linha de frente no combate à Covid-19, como enfermeiras, ou em serviços de limpeza, expondo-se ao vírus porque não podiam parar de trabalhar. Assim, a questão da reprodução da vida deve ser repensada, uma vez que trabalho e vida estão interligados. Nos moldes do modo de produção capitalista, porém, a separação dessas duas esferas não se sustenta mais.

A reprodução é o terreno estratégico fundamental para a construção de um futuro, de uma sociedade. Reprodução significa vida, futuro. Vivemos em um sistema capitalista cujo problema fundamental, que o torna insustentável, é que ele se baseia sistematicamente na subordinação da reprodução da vida, do futuro, uma vez que se pauta pelo lucro individual e no das corporações, a partir da exploração do trabalho humano. Pode-se observar que todas as medidas políticas e econômicas colocadas em ação [para combater a pandemia] são moldadas por esse objetivo (FEDERICI, 2020, p. 1).

Com isso, tornou-se mais difícil para as trabalhadoras domésticas, no período da pandemia, conseguir fazer o isolamento social, sobretudo para as trabalhadoras sem registro, que não têm garantias legais. Ficaram à mercê da própria sorte, não restando outra opção senão correr o risco de perder a própria vida. Os mais atingidos pela pandemia, portanto, foram as trabalhadoras negras periféricas⁵¹.

Outro ponto é que, embora as trabalhadoras domésticas estabeleçam relações instáveis de emprego, a questão da remuneração como marcador da precariedade do trabalho é limitadora, pois há o trabalho doméstico sem remuneração (aquele que o próprio trabalhador

⁵¹ Segundo boletim epidemiológico especial (30/08 a 05/09) do Ministério da Saúde, a população branca foi a mais infectada, com 117.499 mil casos. Porém, ao analisar os dados, percebemos que a soma do total de pretos (16.842 mil) e pardos (117.419 mil) é maior. Portanto, a população negra foi a mais infectada, com 134.261 mil casos. Da mesma forma, o número de óbitos: 38.421 mil pessoas brancas e 51.784 mil pessoas negras. Disponíveis em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/09/Boletim-epidemiologico-COVID-30.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

realiza), que resulta na dupla jornada do trabalho feminino. Dessa forma, optamos por pensar, de modo ampliado, a precariedade do trabalho porque, apesar da inserção de mulheres brancas no mercado de trabalho, as mulheres negras, em sua maioria, foram ou são trabalhadoras domésticas ou prestadoras de serviços. Assim, fazem parte da classe trabalhadora de um modo geral, porém, dependendo da relação que estabelecem, compõem a massa marginal.

Desse modo, os trabalhadores sem-teto, em suas diversas relações sociais de produção, compõem a base social do MTST. Em sua heterogeneidade, eles se aglutinam, como classe social, numa força política e se organizam, politicamente, contra a falta de moradia imposta pelo capital. Portanto, o debate sobre classes sociais é fundamental para nossa análise.

De antemão, para entender a organização política das mulheres negras sem-teto do MTST, o ponto de partida é a superação da ideia, simplificada e dual, de classe social como a separação entre burguesia *versus* classe operária/proletária. Essa noção se vincula a uma base economicista que prima pelo lugar ocupado pelos sujeitos nas relações de produção. No entanto, isso não explica, por exemplo, porque não são todos os trabalhadores sem-teto que se organizam em movimentos populares de moradia nem a inserção de militantes oriundos das classes médias nesses movimentos. Assim, o objetivo da análise das classes sociais é situar a determinação estrutural e o posicionamento político-ideológico de classe das mulheres negras sem-teto do MTST, além da questão da moradia.

De acordo com Poulantzas (1986), as classes sociais são o efeito do conjunto das estruturas numa dada formação social, num modo de produção específico. As esferas do econômico⁵², do político e do ideológico, no domínio das relações sociais, distribuem os sujeitos (agentes-suportes) em classes sociais: “e isto na medida em que as classes sociais determinam o lugar dos agentes-suportes relativamente às estruturas de um modo de produção e de uma formação social” (POULANTZAS, 1986, p. 62).

Assim, para entender como esses elementos operam juntos, é importante não confundir o que são relações de produção e relações sociais de produção: a primeira são relações entre os agentes de produção e os meios de produção, estabelecidas na produção em si, enquanto a segunda são as relações nas quais os agentes de produção representam as classes sociais.

Além das determinações econômicas das classes sociais, no modo de produção capitalista, a instância do econômico, mesmo sendo dominante na formação social capitalista, requer a combinação de outras instâncias – os níveis político e ideológico – para ocorrerem as relações sociais de produção e, conseqüentemente, as determinações de classes sociais.

⁵² Compõe a esfera econômica: “processo de produção, e o lugar dos agentes, sua distribuição em classes sociais pelas relações de produção [...] trata-se do ciclo global de reprodução do capital” (POULANTZAS, 1975, p. 18).

De fato, podemos constatar que as análises de Marx relativas às classes sociais reportam-se sempre não apenas à estrutura econômica — relações de produção —, mas ao conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e às relações que neles mantêm os diversos níveis. Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações, no caso concreto 1.º) do nível econômico, 2.º) do nível político, e 3.º) do nível ideológico. Uma classe social pode ser identificada quer ao nível econômico, quer a nível político, quer ao nível ideológico, e pode, pois, ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e sua conceitualização reporta-se ao conjunto dos níveis das quais ela constitui o efeito (POULANTZAS, 1986, p. 61).

Essa definição supera o seguinte problema: como abarcar a complexidade dos conflitos e processos políticos sem conceber a burguesia ou a classe trabalhadora como bloco homogêneo? Nesse sentido, consideramos, seguindo Poulantzas (1986), o fracionamento das classes sociais e a diversidade dos trabalhadores, por isso, o conceito é complexo. Então, tomar como único critério o lugar ocupado pelos agentes em relação à propriedade dos meios de produção é limitador, embora necessário.

Poulantzas (1975), pensando a reprodução fundamental e a reprodução ampliada das classes sociais, coloca alguns pontos que são essenciais para o debate. O fato de evidenciar a determinação dos níveis político e ideológico não nega o papel determinante do econômico, pois os agentes sociais são determinados “principalmente, mas não exclusivamente” pelo lugar que ocupam no processo de produção, e o conjunto desses agentes são as classes sociais. O que ocorre é que as classes não existem por si só, isoladas; elas existem numa relação de oposição, portanto, na luta de classe. Assim, as práticas de classe abrangem as relações políticas e ideológicas, resultando nos lugares que ocupam na divisão social do trabalho.

A classe social, como um conceito, refere-se ao efeito da estrutura na divisão social do trabalho, definido por Poulantzas como “determinação estrutural” que designa lugares de subordinação, dominação e exploração. Nesse ponto, é importante distinguir a “determinação estrutural” da “posição de classe na conjuntura”; o último se refere à luta concreta entre as classes, a tomada de posição a partir das relações políticas e ideológicas.

Assim, nas análises das lutas sociais, é possível perceber, em alguns casos, uma distância entre a “determinação estrutural” e a “posição de classe na conjuntura”. Por exemplo, não são todos os trabalhadores sem-teto que, diante do agravamento do custo de vida com a implementação das políticas neoliberais, organizaram-se no MTST ou participam quando o movimento realiza um ato político e trava uma rodovia, para denunciar casos de corrupção que atingem diretamente a todos. No entanto, isso não quer dizer que a sua determinação de classe

deixa de existir pela posição que assume num dado momento. Portanto, a “determinação de classe não se reduz à sua posição de classe”, ou seja, à tomada de posição na conjuntura (POULANTZAS, 1975).

A questão, então, não é somente definir a que classe pertencem determinados indivíduos; importa, também, a direção que tomam em suas relações políticas e ideológicas. Além disso, é preciso fugir da distinção das classes sociais em termos de renda/salário, dividindo entre ricos e pobres, pois isso é efeito da distinção das relações de produção. Conforme Poulantzas (1975, p. 19), “em toda sociedade dividida em classes, a primeira relação (proprietários/meios de produção) destaca sempre o primeiro aspecto: são os proprietários que detêm o controle real dos meios de produção e, assim, exploram os trabalhadores diretos, extorquindo-lhes o sobretrabalho”.

Dessa forma, particularmente no modo de produção capitalista, os trabalhadores são desprovidos dos meios de trabalho, que não pertencem a eles. Embora todos os não proprietários estejam submetidos à exploração nas relações sociais de produção, os mecanismos de exploração diferem conforme o lugar no processo produtivo.

Em seguida, é preciso sublinhar que estas barreiras de classe e sua reprodução ampliada têm como efeito desigualdades sociais específicas e concentradas em certos conjuntos de agentes, segundo as diversas classes em cujo seio estão distribuídos: em especial aos jovens e velhos, para não nos estendermos ainda mais sobre o caso, de uma outra natureza é muito mais complexa, as mulheres. É porque, no caso das mulheres, não se trata simplesmente de efeitos supradeterminados sobre elas da divisão da sociedade em classes, porém, mais precisamente, de uma articulação particular, do seio da divisão social do trabalho, da divisão em classes e da divisão geral (POULANTZAS, 1975, p. 22).

Essa articulação particular sobre as mulheres, a nosso ver, corresponde aos poderes de classe ligados às relações políticas e ideológicas que legitimam a dominação sobre as mulheres negras, nas relações de produção no processo de trabalho, colocando-as em lugares de maior exploração e dominação, por exemplo, a valorização de trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, como o trabalho doméstico. Isso é possível porque toda formação social comporta vários modos e formas de produção, consequentemente, causa um efeito de fragmentação e polarização das classes fundamentais entre frações e camadas. Esse assunto será aprofundado no próximo tópico.

Assim, em relação ao pertencimento de classe dos sem-teto, principalmente das mulheres negras sem-teto, a determinação estrutural as coloca na classe dos explorados, no entanto, não são todas que tomam a mesma posição política:

[...] a diversidade entre eles é muito grande e, embora se coloquem genericamente no campo das classes trabalhadoras, nem todos se definem como socialistas e, os que assim se definem, o fazem à sua maneira, indicando que há um longo caminho a percorrer até a unidade de programa de luta e de objetivos estratégicos; e também porque em ambos os casos eles se movimentam no terreno das possibilidades históricas (PINHEIRO, 2007, p. 138).

As classes sociais, então, podem se organizar em torno de diversos condicionantes, como raça, gênero, condição étnico-racial, religiosa, ambiental, territorial, regional, deficiências, que extrapolam questões econômicas. Esses elementos, entretanto, também são atravessados e determinados pelo nível econômico, em última instância.

No contexto brasileiro, com o legado da escravidão e a cultura de dominação patriarcal, raça e gênero podem ser determinantes na constituição da prática política e ideológica das classes sociais. No entanto, é necessário, junto a esses elementos, a “determinação estrutural” do nível econômico para entender a luta política dos dominados, pois esses elementos operam como atributos sociais de identidade.

Na análise das classes sociais, o marxismo clássico, de acordo com Miliband (1999)⁵³, tem a pretensão de colocar as classes como o princípio organizador da vida social e política, portanto, seria o melhor método para explicar a totalidade da vida social. Mesmo não sendo um consenso no marxismo, essa pretensão é justificável, porém, o autor propõe uma modificação nesse modelo clássico de análise, já que até o próprio Marx, segundo ele, numa carta de 1877, advertiu contra o uso de uma teoria histórico-filosófica geral como uma chave-mestra.

Para Miliband (1999), Marx descobriu a grande lei da história: todas as lutas históricas são expressão das lutas entre as classes sociais. Essa lei geral levou a dois entendimentos: por um lado, isso seria uma arrogância doutrinária que resultaria em autoritarismos e, por outro, alguns marxistas questionam se esse seria um instrumento de análise válido ou se cairia num reducionismo de classe, pois não conseguiria explicar questões como patriarcado e racismo.

⁵³ É de nosso conhecimento o debate travado entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, principalmente sobre a Teoria do Estado Capitalista, resultado de duas importantes obras dos autores: *Poder Político e Classes Sociais*, de 1968, e *O Estado na Sociedade Capitalista*, de 1969. De acordo com Martuscelli e Galastrì (2008), o debate surge no contexto em que as pesquisas sobre Estado e poder político se afastavam dos conflitos de classes, exploração e dominação. Entre as inúmeras lacunas que o debate revela, destacamos que há uma divergência epistemológica na qual suas análises se sustentam. A crítica de Miliband a Poulantzas é sobre o alto grau de abstração (teoricista) em sua análise, influenciada pelo determinismo estrutural (pensar as estruturas do econômico, político e ideológico). Já a crítica de Poulantzas a Miliband é em relação à análise empiricista que faz, buscando elaborar uma teoria instrumentalista da realidade social. Para não fugir do nosso debate principal, nesta tese, acreditamos que a reflexão de Miliband sobre a questão da dominação (nível político) complementa nossa análise das classes sociais. Portanto, apesar das diferenças entre esses dois autores, entendemos que ambos contribuem para uma definição de classe além do economicismo e da análise mecânica.

Esses questionamentos não se fundamentam porque a análise de classes é, em sua essência, a análise da luta de classes, que constitui a base da vida social. Isso envolve identificar os protagonistas (os proprietários dos meios de produção e os produtores), as formas de luta e as razões e ideologias por trás dos processos sociais. Em outros termos, todas as sociedades precisam se apropriar de uma parte do produto dos produtores para manter e reproduzir o capital. Por isso, “a análise de classes, adequadamente entendida, constitui efetivamente um construto teórico de valor incomparável” (MILIBAND, 1999, p. 472).

Miliband (1999) ainda adverte que a ênfase na extração da mais-valia é totalmente justificada, porém deixa em segundo plano a questão da dominação. Isso não significa que a exploração não tem importância, apenas que a dominação a torna possível. Ademais, esse foco vai ao encontro da perspectiva de Marx, visto que, segundo Miliband, *O Capital* poderia ser chamado de um tratado acerca da dominação sob o modo de produção capitalista.

[...] esse foco abarca vários aspectos que o foco exclusivo na exploração tende a obscurecer ou a não levar em conta. Ademais, esse foco ampliado relaciona os fenômenos de exploração com o seu contexto social e político mais amplo e remove dele uma certa estreiteza “econômica” que a ênfase exclusiva na exploração encoraja (MILIBAND, 1999, p. 475).

Essa ênfase na dominação pode resultar numa ideia de múltiplas opressões, tendo a classe, mais uma vez, perdido sua centralidade. No entanto, isso não ocorre, uma vez que a dominação tem o objetivo de realizar a exploração em relação ao trabalho. No caso da dominação de gênero e étnico-racial, ela pode servir à exploração, mas a exploração não é necessariamente seu objetivo. Em certa medida, tenta resolver o seguinte problema: se o objetivo do capital é se valorizar e, para isso, utiliza-se da exploração, como investigar processos sociais que não têm a extração de mais-valia como fim precípua, embora a ela sirva, como o patriarcado?

Sobre a questão das mulheres e dos grupos étnico-raciais na análise das classes sociais, o problema seria que o foco na teoria das classes sociais não explicaria o machismo, racismo e outros fenômenos, e a análise de classe seria irrelevante ou mesmo um obstáculo para entender os temas pertinentes a esses grupos. Entretanto, essas são críticas equivocadas, já que esses grupos sociais, inevitavelmente, ocupam um lugar de subordinação nas relações sociais de produção e são determinados por ela e, no caso das mulheres negras sem-teto, assumem uma posição de classe que corresponde a essa determinação estrutural.

Nesse sentido, é legítima a identificação que fazem: ser mulher, negro, índio, LGBTQIAP+, pois isso também os define como sujeitos. Essa representação, porém, não

determina a posição de classe que ocupam a partir das condições materiais que vivenciam. No entanto, a classe é parte intrínseca ou decisiva da sua condição social. Por essa razão, a categoria de sujeito é uma entidade complexa e contraditória, dado que muitas identidades diferentes coexistem nela. Assim, a posição dos sujeitos na estrutura social é importante, uma vez que experienciam as discriminações, as opressões e a exploração de formas diferentes.

As mulheres burguesas, e os negros burgueses, vivenciam efetivamente a discriminação e podem ser oprimidos e explorados de maneiras variadas. Mas eles vivenciam a discriminação, a opressão e a exploração diferentemente das mulheres proletárias ou dos negros proletários, e uma negra proletária vivencia-as como negra, como mulher e como proletária. No entanto é a classe que influi e afeta mais profundamente todos os outros elementos (MILIBAND, 1999, p. 497-498).

Esses fenômenos estão estritamente relacionados às sociedades de classes, então, é possível a análise de classe sobre eles. O machismo e o racismo são expressões ideológicas das classes sociais, não sendo exclusivo de uma classe, de modo que tanto homens burgueses quanto os das classes trabalhadoras exercem dominação contra as mulheres, por exemplo. De modo geral, o machismo e racismo são determinados por elementos econômicos que condicionam o lugar dos sujeitos na estrutura social. Portanto,

(...) não seria reducionista dizer que se trata de expressões patológicas dos profundos ressentimentos de classes, das alienações múltiplas e das deformações psicológicas que são produzidas pelas sociedades de classes, com todas as crueldades, brutalidades, repressões e traumas por ela gerados (MILIBAND, 1999, p. 500).

Isso não quer dizer que, numa sociedade em que não existam classes, esses problemas estariam resolvidos⁵⁴. No entanto, “há razões para se pensar que a criação de uma sociedade sem classes, democrática, igualitária e cooperativa iria atenuar grandemente esses males, num processo acumulativo que levaria finalmente à sua completa erradicação” (MILIBAND, 1999, p. 500).

Desses elementos, nesta tese, o conceito de classe social é central na análise da organização das mulheres negras sem-teto do MTST, no entanto, essa centralidade não restringe a complexidade das relações sociais estabelecidas na luta política. Primeiramente, ela não diz respeito somente ao lugar que os sujeitos ocupam nas relações de produção, desse modo, não

⁵⁴ Miliband, em sua reflexão, não deixa claro como a articulação entre exploração e dominação ocorrerá no processo de transformação social. Embora advirta sobre a necessidade de tomar em consideração as opressões, ele não oferece uma forma teórica de articular exploração e opressão, como procuramos fazer nesta tese.

se circunscreve à renda e/ou à dimensão ocupacional que estabelece. Ademais, esses sujeitos sofrem os efeitos da exploração e dominação de diferentes formas.

Assim, as mulheres negras sem-teto não são simples reflexos do lugar que ocupam na estrutura econômica nem um todo homogêneo, pois um fator é a situação objetiva de classe, determinada pelo nível econômico, político e ideológico por meio das relações sociais de produção. Isso causa o efeito da separação do trabalhador dos meios de produção e de sua fragmentação no seu isolamento nas relações de produção, no nível político e ideológico, na sua representação na categoria de cidadão, como sujeito livre de direitos, na ideologia do mérito e do branqueamento. Outro fator é a posição de classe que elas assumem na conjuntura política diante desses efeitos.

Nessa perspectiva, é possível reconhecer, nas lutas recentes do MTST, a articulação em torno da melhoria da qualidade de vida, no nível econômico, e as reivindicações no âmbito das identidades, no nível cultural/ideológico, por exemplo, os atos realizados no dia 8 de março – Dia da Mulher e no 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. Nas Ciências Sociais, há um amplo debate sobre as recentes lutas sociais que se inscrevem nos temas redistribuição e reconhecimento. A análise crítica dessa divisão contribui para o entendimento dessas questões tão complexas.

Desse modo, não conseguimos determinar o comportamento político dos sujeitos somente a partir da sua localização na estrutura produtiva, mesmo isso sendo base para a possibilidade das lutas políticas. Por isso, nossa base teórica das classes sociais é relacional (POULANTZAS, 1975). Assim, amparamo-nos na noção da possibilidade da ação coletiva, com base na determinação estrutural de classe:

[...] a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalista (GALVÃO, 2011, p. 110).

De acordo com Machado (2017), há uma intersecção entre classes sociais e movimentos sociais. Na formação social capitalista, estruturada em classes sociais, os conflitos derivados delas terão um caráter de classe, logo, os movimentos sociais se originam na luta de classe. Embora existam exemplos de movimentos sociais⁵⁵ que não evidenciam esse elemento, em

⁵⁵ Alguns movimentos ambientalistas, movimentos feministas, algumas vertentes do movimento negro, movimento dos indígenas, entre outros.

última instância, são determinados pela estrutura do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o autor coloca a diferença entre pertencimento de classe e posição de classe, visto que, na luta política, a posição de classe pode ser favorável à dominação burguesa, mesmo se os sujeitos da luta pertencerem à classe dos “explorados”.

Em outras palavras, “enquanto uma estrutura (relações de produção) os agentes ocupam ‘uma situação de classe’ (proprietários e não proprietários dos meios de produção), na superestrutura assumem uma posição de classe (representação em partidos, sindicatos, movimentos sociais) nem sempre correspondente à situação de classe na conjuntura” (MACHADO, 2017, p. 28). Portanto, a análise sobre os movimentos sociais aponta que nem sempre suas reivindicações terão sua origem na classe trabalhadora, designando também interesses das classes médias e/ou das frações burguesas (MACHADO, 2017).

O caráter classista da luta dos trabalhadores não a isenta de contradições. Segundo Pinheiro (2017), conforme o posicionamento que assumem em dada conjuntura, as formas da luta política podem se camuflar na prática política das classes dominantes, por exemplo, a participação em espaços institucionalizados, o que acaba por aderir, em certa medida, ao jogo dominante. Assim, ocorre uma série de defasagens na “cena política” entre os interesses e as práticas de classe (MACHADO, 2017). Esse tema será aprofundado no capítulo quatro desta tese.

Um ponto importante, nesse debate, para pensar as determinações de classe no espaço urbano é que, por mais que o contexto apresente novas formas de relações sociais, isso não elimina sua importância teórica: em “uma sociedade cindida em classes, a luta de classes não vai embora nem volta, apenas adquire diferentes formas de acordo com as diferentes estratégias e posições assumidas pelas classes em luta e os resultados por elas alcançados em tais lutas” (PINHEIRO, 2017, p. 287).

Nesse sentido, essas mudanças orientam o debate para diversos caminhos. Uma das críticas que Pinheiro (2017) faz é o declínio do debate de classe, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, a partir de 1980, devido à queda do Muro de Berlim e das transformações nas relações de trabalho. Isso repercutiu no Brasil e gerou, por um lado, análises sobre mobilizações populares baseadas no contexto de transição da ditadura cívico-militar para a abertura política e, por outro, a valorização da experiência popular dos sujeitos autônomos. Ambas as perspectivas buscavam novos sentidos para a abordagem marxista de classe, não refletindo sobre as determinações de classe.

Conforme Pinheiro (2017), o problema é a redução da classe à determinação econômica ou sua eliminação diante de outras clivagens nas esferas da cultura, política, religião, raça. Por

isso, é importante a definição do conceito de estrutura para a análise de classe. A noção de estrutura (nível ou instância) que aparece em *PPCS* de Poulantzas, por exemplo, não é exatamente definida por ele, mas baseada na reflexão de Saes sobre esse termo.

Pinheiro define como um “conjunto particular de valores” e suplementa que os valores inscritos no pensamento correspondem às práticas de classe em determinados espaços políticos. Complementa, ainda, com o conceito de *habitus* elaborado por Pierre Bourdieu⁵⁶ como “disposição adquirida por efeito dos esquemas perceptivos inscritos nas condições materiais de existência das classes sociais” (PINHEIRO, 2017, p. 289).

Desse modo, a estrutura possui um aspecto valorativo, que decorre das condições sociais inscritas nas condições materiais de existência das classes sociais. A pergunta é: como as estruturas se relacionam com as práticas de classe e com a ação política de classe? Por prática de classe, entende-se “procedimentos regulares segundo a adequação entre homens, meios e métodos técnicos de utilização dos meios” (PINHEIRO, 2017, p. 293). Então, a prática de classe tem como limite as estruturas, ou seja, as estruturas do econômico, político e ideológico circunscrevem as práticas de classes (PINHEIRO, 2017). Assim, as práticas de classe, a partir da determinação das estruturas, vão agir conforme a percepção dos seus interesses de classe.

Ainda assim, como explicar os conflitos de classe, a luta de classes? O conceito de ação ajuda nesse sentido, pois “mobiliza os esquemas de percepção inscritos nas condições materiais de existência (portanto, nas estruturas), torna manifesta a contradição (não necessariamente como contradição) de modo específico no âmbito de cada uma das três estruturas” (PINHEIRO, 2017, p. 296). A ação política, por exemplo, corresponde à determinação de classe na medida em que evidencia a contradição das estruturas.

Todo esse debate mais amplo sobre as classes sociais esbarra nas particularidades da formação social brasileira. A singularidade do desenvolvimento capitalista por aqui estruturou uma sociedade desigual em extremos, e a marca da raça e do gênero aprofunda ainda mais essa situação. O desafio, na ação/luta política, é como articular essas questões sem perder de vista a base da transformação.

Em relação às mulheres negras sem-teto do MTST, se “a classe social é um conceito que indica os efeitos das estruturas” (POULANTZAS, 1976) e se as estruturas do modo de produção capitalista correspondem ao nível econômico, político e ideológico, a questão de

⁵⁶ A incorporação desse conceito é feita com duas ressalvas: para Bourdieu, as condições materiais de existência seriam a combinação do capital cultural e capital econômico, distintamente de Poulantzas, para quem as relações sociais de produção determinam as condições materiais de existência. Além disso, em decorrência dessa definição de Bourdieu, existem inúmeras possibilidades resultantes da combinação do capital cultural e capital econômico, assim, a classe acabaria sendo definida pelo sistema de estratificação social.

gênero e raça também pode ser entendida nesses parâmetros, na medida em que é determinada pelas estruturas, na forma de discriminação e preconceito racial/de gênero.

Na teoria, elas são portadoras das estruturas: “Esta estrutura das relações de produção ‘determina lugares e funções que são ocupados e assumidos pelos agentes de produção, que não são senão ocupantes destes lugares na medida em que são os ‘portadores’ [Träger] destas funções’” (ALTHUSSER, p. 157 *apud* POULANTZAS, 1986, p. 63-64). Na prática, a condição material das mulheres negras sem-teto é determinada pelas relações de exploração e dominação da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Assim, a dimensão de classe ocupa um papel central na nossa tese, pois permite compreender a unidade política das mulheres negras sem-teto do MTST em relação às diferenças de raça e de gênero que mobilizam os sujeitos na luta de classe. Por mais que a classe trabalhadora seja diversa, em relação aos lugares que ocupam na estrutura produtiva, no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, novas formas de trabalho convivem com a forma clássica dos operários; as ausências materiais se intensificaram. Por isso, a condição de classe, raça e gênero leva esses sujeitos à ação política. Portanto, as mulheres negras sem-teto representam uma unidade de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação.

3.3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO CAPITAL E O ESTADO BURGUEÊS

A questão urbana e o Estado burguês mantêm uma relação estreita, tendo em vista atender aos interesses das classes dominantes e, ao mesmo tempo, impõe um padrão urbano que afeta as mulheres negras sem-teto. O ponto de partida é ultrapassar a noção do urbano somente como um espaço onde se desenvolvem deliberadamente os meios para sobreviver e, a partir disso, refletir sobre o desenvolvimento urbano das cidades no capitalismo contemporâneo. Além disso, o propósito é perceber de que forma essa lógica atende às necessidades do modo de produção capitalista e, assim, mostrar quais são os efeitos desse processo sobre as condições de vida dos trabalhadores, principalmente das mulheres negras sem-teto do MTST.

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), Friedrich Engels descreveu as condições precárias em que viviam os trabalhadores das cidades inglesas. Com isso, revelou como o processo de industrialização (a grande indústria) causou essa situação. É interessante destacar que a descrição das condições de existência feita por ele baseou-se em observação *in loco*, junto aos trabalhadores. No capítulo “As grandes cidades”, a descrição da realidade urbana

do proletariado inglês, que vivia na mais pura miséria, evidencia o horror, a precariedade, a insalubridade do local onde viviam:

Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais. Sem esgotos ou canais de escoamentos, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (ENGELS, 2008, p. 70).

O pioneirismo da obra está em destacar o processo de urbanização e segregação (segundo o autor, bairros de má fama) causado pela indústria. A descrição da concentração da classe operária em determinados bairros facilmente nos remete à segregação urbana e às condições de habitação atuais na Inglaterra: “as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular” (ENGLES, 2008, p. 70).

A classe dominante (burguesia) seria a responsável pela classe trabalhadora viver naquelas condições. Para Engels, a sociedade atomizada e indiferente pouco se importa com isso, atribuindo aos trabalhadores a culpa por suas mazelas: “ao burguês da Inglaterra [de todas as cidades] não lhe causa perda que seus operários morram ou não de fome, desde que ganhe dinheiro” (ENGELS, 2008, p. 308).

A sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como assassinato social; que ela põe os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente (ENGELS, 2008, p. 136).

O primeiro pressuposto, ao analisar a situação da classe trabalhadora no espaço urbano, é pensar as cidades contemporâneas como fruto do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a cidade, como promessa de um “paraíso de oportunidades”, na verdade, reflete as contradições que são características do capitalismo. Assim, para pensar o urbano, é necessário colocar as contradições oriundas dessas relações de exploração e dominação.

Entre as diversas contribuições para se compreender as determinações das cidades do capital, destaca-se Henri Lefebvre. A partir da reflexão de Marx e Engels, ele evidencia ambiguidades ao pensar a formação das cidades: *citê* grega, cidade medieval, megalópoles, cidade oriental, como se todas fizessem parte do mesmo processo. A transição do feudalismo

para o capitalismo, com a divisão do trabalho (e consequente divisão de classes) e a separação do campo e da cidade, foi um fator determinante no desenvolvimento das cidades do capital.

Dessa forma, antes predominava o valor de uso das cidades; após as transformações, dentro da lógica da mercantilização, o valor de troca, em relação ao desenvolvimento da cidade, predominou. Por isso, a base econômica tornou-se dominante nesse contexto. Ao destacar a relação entre o modo de produção capitalista e a utilização do espaço, Lefebvre mostra que, por essência, o urbano capitalista necessariamente remete à industrialização. Logo, a cidade (o teatro dos dramas da burguesia) é o espaço do desenvolvimento do capital, da luta de classes (LEFEBVRE, 2001).

Nos termos de Poulantzas (1986), implica pensar a cidade como efeito do modo de produção, entendido como uma unidade complexa das estruturas do econômico, político e ideológico, com dominância do econômico no modo de produção capitalista. O planejamento urbano das cidades capitalistas, como atividade realizada no âmbito da política, segue a lógica do capital. Assim, o debate sobre o espaço urbano com autores como Harvey (1989), Molotch (1976), Hall (2005), cada um em sua perspectiva, buscou relacionar o capital ao desenvolvimento das cidades.

Harvey (2005) tomou como base a teoria da acumulação de Marx para pensar a estrutura espacial, em outras palavras, a organização espacial e a expansão geográfica, que são elementos essenciais no processo de acumulação. Uma das condições para sua efetivação é a integração dos espaços pelo desenvolvimento do transporte: “embora a indústria do transporte seja, potencialmente, uma fonte de mais-valia, há boas razões para que o capital não se engaje em sua produção, exceto sob certas circunstâncias favoráveis. Desse modo, o Estado é, muitas vezes, bastante ativo nessa esfera da produção” (HARVEY, 2005, p. 49). Logo, a otimização do espaço pelo tempo reduz os custos de circulação das mercadorias.

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção (HARVEY, 2005, p. 43).

As consequências disso foram o acesso a outros mercados, busca de novas fontes de matérias-primas e possibilidades para o emprego da mão de obra. Por conseguinte, aumentou-se o tempo de giro do capital⁵⁷, que o capital busca sempre diminuir. Assim, ocorre um processo

⁵⁷ O tempo de giro do capital é o tempo de produção mais o tempo de circulação (MARX, 1985).

de racionalização geográfica da produção, pois depende da estrutura do transporte, das matérias-primas, demanda de mercado, além da concentração de uma parte do capital (HARVEY, 2005)⁵⁸.

Essa interpretação evidencia dois elementos que compõem o espaço urbano: o processo de acumulação e a luta de classe. Como o caráter de classe da sociedade capitalista é a dominação para o lucro, a utilização do espaço urbano é pensada de acordo com os interesses do capital. Por isso, não tem como dissociar esses dois fatores, já que a cidade do capital nasce da relação de dominação do trabalho pelo capital, que visa à reprodução do capital.

Por seu turno, Harvey Molotch, em seu texto *The city as a growth machine: toward a political economy of place* de 1976, afirma que a cidade é pensada como uma máquina; seu desenvolvimento está atrelado aos mecanismos criados para ajustar a produção, visando ao lucro. Então, a ideia do crescimento remete à noção de uma cidade em progresso, em permanente desenvolvimento e que sempre criará condições físicas para melhor atender à acumulação de capital. Isso é possível na medida em que as decisões dos governos sobre impostos, proteção da propriedade, segurança jurídica, promoção do crescimento e minimização dos possíveis conflitos sociais determinam o desenvolvimento urbano para o lucro (MOLOTCH, 1976).

Nesse sentido, a produção do espaço é determinada pela acumulação, por isso, é importante destacar os diversos interesses nesse processo. Por trás de uma política de crescimento urbano, há uma lógica da acumulação capitalista ao atrair investimento/transferência de capital. Dessa forma, Molotch estabelece uma ligação entre desenvolvimento urbano e as instituições políticas.

A consequência dessa relação é a forma como o planejamento urbano foi apropriado: em primeiro lugar, para o desenvolvimento e funcionalidade do capital e, em segundo, para melhorar a qualidade de vida de quem habita a cidade. Assim, mesmo evidenciando que o processo urbano é moldado pela acumulação capitalista, há limites na medida em que esbarra em diferentes interesses, culturas e territórios, já que a realidade social é dinâmica.

Hall (2005), por fim, chama a atenção para a mudança de sentido de planejamento urbano, que deixou de significar a harmonia homem/natureza para uma qualidade de vida e passou a incentivar o crescimento no mesmo sentido abordado por Molotch (1976). A partir de então, a ideia de crescimento passou a reger políticas urbanas, inclusive com recomendação das

⁵⁸ Esse debate também se relaciona com a questão do Imperialismo devido à tendência de expansão da acumulação de capital, mas não vamos aprofundar esses elementos para não fugir da hipótese central desta tese.

agências multilaterais, posto que colabora com a retirada do Estado desse campo, em favor do mercado.

Desse modo, fortalece-se a ideia de que os “agentes sociais” atuam segundo suas competências e liberdades de escolha, e o que obtêm no mercado é a justa medida de sua competência. Como consequência, as políticas habitacionais sofrem grande redução da participação do Estado. O planejamento urbano é pensado de modo a limitar os problemas estruturais, ou seja, significa criar condições para que os entraves urbanos que existiam antes não atrapalhem o movimento do capital. Dessa reflexão, evidencia-se a contradição de que “a organização espacial é necessária para superar o espaço” (HARVEY, 2005, p. 145).

Nessa perspectiva, é na cidade do capital que o desenvolvimento urbano engloba processos de industrialização, migrações, comércio, vias de transportes e habitação. Por exemplo, o excedente gerado pela agricultura possibilitou a troca de mercadorias entre as pessoas, estabelecendo uma nova relação mercantil que se desenvolveria, mais especificamente, nos burgos, que resultariam nas cidades contemporâneas.

Assim, entende-se a cidade a partir do modo de produção capitalista, que transforma a terra e o espaço urbano em mercadoria para que seja funcional a sua reprodução. Então, nesse novo espaço, dividido em classe sociais, estabelece-se também uma nova organização político-administrativa para a gestão da cidade, o Estado.

Nosso esforço sobre a análise é examinar a relação entre Estado e o espaço urbano. Para não cair em simplificações, descartando o Estado em oposição aos sujeitos que reivindicam moradia, como instituição ausente que não promove políticas públicas, ou neutro, que atende aos interesses de todos, é preciso entender sua função na dinâmica da luta de classes. Dessa forma, um dos pressupostos, para nossa análise, é compreender que, na sociedade capitalista, o Estado burguês cria as condições necessárias para a manutenção da dominação de classe.

De acordo com as reflexões de Poulantzas, em *PPCS*, de 1986, e Saes, em *Estado e Democracia*, de 1998, de antemão, entendemos que há uma teoria geral e uma teoria particular do Estado. A teoria geral, no campo do marxismo, assevera que o Estado possui uma função geral, que pode ser identificada em todas as sociedades divididas em classes sociais: reproduzir as condições de dominação de uma classe sobre outra.

Em qualquer modo de produção, o Estado cumpre a função geral de manter a dominação de classe, ou seja, a sua existência só faz sentido para que seja possível a manutenção da exploração e da dominação de classe. Já seu aspecto particular refere-se à forma como isso se torna possível; trata dos tipos de Estado correspondentes aos diversos modos de produção, ou seja, suas particularidades.

Nesse sentido, de acordo com Poulantzas (1986), o Estado capitalista representa e organiza os interesses políticos das classes dominantes de um modo geral, mas, para isso ser possível, por meio das estruturas, estabeleceu-se uma ideologia política para camuflar a função geral do Estado e se apresentar como uma forma de poder que atende aos interesses de todos. Cria-se, assim, uma espécie de “consentimento”. Por essa razão, o Estado Capitalista, pela sua própria estrutura, permite a garantia de certos interesses econômicos para as classes dominadas, eventualmente contrárias aos interesses econômicos, a curto prazo, das classes dominantes.

Por essa característica de neutralizar os conflitos de classe, o Estado não é um utensílio da classe dominante. Nesse sentido, uma das particularidades do Estado capitalista é a autonomia relativa da superestrutura política e ideológica da esfera econômica, ou seja, a separação do poder político e do poder econômico. É por causa dessa autonomia que se permite a satisfação de interesses econômicos de certas classes, sem que se altere o poder político das classes dominantes. Estado adota políticas sociais por pressão das classes dominadas, o que corresponde ao interesse geral do “povo”. Então, em certa medida, as classes dominadas conquistam certos interesses que não abalam a dominação política burguesa, embora altere a forma.

Este estado de classe apresenta de específico o fato da dominação política de classe estar constantemente ausente das instituições. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. As suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos “indivíduos” ou “pessoas políticas”. A legitimidade deste Estado está agora baseada, não vontade divina implicada do princípio monárquico, mas no conjunto de indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo (POULANTZAS, 1986, p. 119).

A estrutura jurídico-política do Estado Capitalista possui duas realidades distintas: as estruturas jurídicas e as estruturas políticas que são relativamente autônomas. O sistema jurídico moderno se diferencia de outros tipos por sistematizar leis a partir dos princípios de liberdade e igualdade. Dessa forma, a representação política e ideológica de “cidadãos” causa o efeito de isolamento dos sujeitos, que resulta no ocultamento aos agentes da produção da divisão das classes sociais e a luta de classe. Assim, essa estrutura possui um duplo efeito: causar o isolamento dos agentes nas relações de produção e, ao mesmo tempo, representá-los em uma unidade do corpo político, “povo-nação”.

Saes (1998), por seu turno, define o conceito de Estado burguês com base nas obras de Marx, Engels, Lenin e do próprio Poulantzas (*PPCS*). Ele também considera a relação do conceito geral de Estado com a tese da correspondência dos tipos de Estado com tipos diversos

de relações de produção. Isto é, há uma relação necessária entre o Estado burguês e as relações sociais de produção capitalistas. Assim, o Estado burguês possui as seguintes características:

[...] a dominância de relações de produção capitalistas, numa formação social particular, determina a transformação burguesa do Estado [...] a transformação da base econômica da sociedade determina, numa relação causal simples, a transformação da sua superestrutura (a estrutura jurídico-política) (SAES, 1998, p. 21).

A natureza dessa correspondência se verifica na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas, ou seja, só o Estado burguês torna possível a sua reprodução: “o Estado pode ser qualificado como burguês quando cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1998, p. 30).

Uma dessas condições ideológicas é a transformação do produtor direto em sujeito individual com vontades próprias e direitos. Desse modo, o Estado burguês neutraliza a tendência dos produtores diretos de se unirem em coletivo contra os proprietários (neutraliza a classe social) mediante a representação do “povo-nação”, conjunto constituído de sujeitos (abstratos) de direito e cidadãos.

A estrutura jurídico-política particular do Estado burguês, por outro lado, é formada pelo direito e o burocratismo; ambos criam as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. O burocratismo é a estrutura do aparato de Estado que organiza e administra os recursos materiais e humanos, como forças armadas e forças coletoras (impostos) do Estado Burguês, para a conservação da dominação. Há duas formas de o burocratismo funcionar: 1) não monopolizando as tarefas administrativas, tornando possível aos membros das classes exploradas, por meio de concurso, ingressar no quadro de funcionários da administração pública; 2) hierarquizar as tarefas administrativas pelo critério da competência.

Já o direito burguês, como um conjunto de regras que disciplinam e regulam as relações entre os agentes da produção no capitalismo, toma uma forma específica ao tratar igualmente os desiguais, por exemplo, na relação de troca entre o uso da força de trabalho por donos dos meios de produção pelo salário, mediante um contrato. Dessa forma, estabelece-se uma troca de equivalentes como se a relação estabelecida fosse de igualdade por conta da vontade subjetiva e do direito (SAES, 1998).

Dessa característica, surge, então, a noção do Estado de direito, que, no senso comum, parece uma relação natural de igualdade, no entanto, oculta a luta de classes. De acordo com Pinheiro (2014), a ideia de Estado Democrático de Direito impõe uma contradição sobre o papel da democracia: não há disposição/interesse para ampliar os espaços democráticos de atuação, pois isso poderia abalar as estruturas da dominação de classe. Entretanto, o acesso a determinados espaços, pelo ordenamento jurídico e político, com a conquista de alguns direitos, causa a sensação de ampliação do acesso à democracia. A atuação dos movimentos sociais em espaços institucionalizados fortalece, também, essa noção, embora tenham que atuar sob a ameaça de repressão do Estado em vários momentos.

Pinheiro (2014) refuta a abordagem institucionalista que defende o Estado democrático de direito como um campo no qual seria possível a conciliação de interesses diversos, por meio de categorias formais extraídas da ideologia jurídica. Nesse sentido, aprofunda, pela abordagem materialista histórica, a noção segundo a qual o Estado é uma estrutura jurídico-política sustentada pelo direito e por uma organização administrativa, ambos efeitos das relações sociais de produção dominante em uma formação social.

Desse modo, é um equívoco pensar o Estado burguês como um todo sem fissuras; ao contrário, ele é fruto de uma relação estruturada que condensa as contradições do modo de produção capitalista. Por essa razão, o direito igualitário e o burocratismo estão a serviço da manutenção das relações sociais de produção capitalista. Portanto, o conceito de Estado democrático de direito é ideológico porque é um aparato técnico-administrativo com um sistema jurídico que impõe regras, protocolos, leis, ordenamentos a partir da dominação de classe, cujo efeito é a limitação do acesso a determinados direitos. Além disso, por meio do burocratismo, há uma institucionalização da relação desigual entre os agentes da produção como relação igualitária entre cidadãos (PINHEIRO, 2014).

Logo, o entendimento de ideologia como um sistema que engendra normas, crenças e valores causa o efeito de abstrair as diferenças entre os sujeitos, principalmente das relações de produção (diferença que indica uma relação de dominação/subordinação no conjunto das estruturas sociais) e tratar todos como se fossem iguais. Assim, os agentes da produção se tornam sujeitos jurídicos: eles aparecem como “indivíduos” nas relações sociais e o resultado dessa condição é o ocultamento da luta de classe (PINHEIRO, 2014).

Voltando ao Estado capitalista, a sua função geral diz respeito ao uso da “força” de repressão e da violência, pois a repressão física organizada tem um caráter propriamente político (poder político) e legitimado como violência institucionalizada. Então, o Estado capitalista possui a legitimidade do monopólio da força repressiva e o uso da força repressiva

se apresenta, aparentemente, como uma característica necessária para a organização/harmonia da sociedade, de forma que isso não vincularia o uso da violência de forma institucionalizada à defesa dos interesses das classes dominantes.

No entanto, isso não quer dizer que o Estado Capitalista seja um mero aparelho ou um instrumento de força repressiva das classes dominantes. O uso da violência indica que o funcionamento de certas instituições de repressão, tais como exército, a polícia ou o sistema penitenciário, de um modo geral, é um dos elementos necessários para a manutenção do poder das classes dominantes. Portanto, a noção do uso da força repressiva como função geral do Estado capitalista não pode estar separada da dimensão da luta de classe nem ser entendida de modo genérico (POULANTZAS, 1986).

Nesse sentido, a luta política por dentro do Estado Capitalista, em relação às classes dominantes e suas frações, configura-se uma representação específica do poder político, o bloco no poder. Antes de aprofundar essa relação, é preciso destacar que não podemos enveredar pela concepção instrumentalista e historicista sob a perspectiva dualista das classes (burguesia *versus* proletários, conforme já debatemos) e da relação estreita entre Estado e classe dominante. De acordo com Poulantzas (1986, p. 224), “uma formação social é constituída por uma superposição de vários modos de produção, implicando assim a coexistência, no campo da luta de classe, de várias classes e frações de classe, portanto, eventualmente, de várias classe e frações dominantes”.

Se em toda formação social há uma coexistência de várias classes, nas formações capitalistas, essa coexistência assume formas específicas: por um lado, há um jogo institucional particular criando uma unidade política do poder do Estado capitalista; por outro, há uma configuração própria das relações entre as classes dominantes e na relação com o Estado, configurando uma unidade política específica, o bloco no poder, que se refere às práticas políticas das classes dominantes em uma formação capitalista. As determinações político-ideológicas, por conseguinte, são decisivas para entender o comportamento das classes.

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 1986, p. 234).

É importante destacar a diferença do interesse geral das classes dominantes em relação à exploração do trabalho no processo de produção, do interesse particular da fração hegemônica

do bloco no poder numa dada conjuntura. Nesse sentido, a hegemonia polariza os interesses do conjunto das classes dominantes, ou seja, uma relação de subordinação dos diversos interesses da burguesia à fração hegemônica.

[...] as possibilidades de defasagem, de dissociação e de deslocamento dessas funções da hegemonia em classes ou frações diferentes — uma, representando a fração hegemônica do conjunto da sociedade; outra, a fração hegemônica, específica, do bloco no poder —, que tem consequências capitais ao nível político (POULANTZAS, 1986, p. 235).

Poulantzas (1986) também distingue as funções políticas, pois a fração hegemônica não necessariamente é a fração reinante, além de cumprir a função ideológica (pode ser pela fração reinante) de dominação em relação às classes dominadas.

Em outro momento, Poulantzas (1975), na análise sobre a fase atual do capitalismo monopolista-imperialista, destacou o papel das classes intermediárias como a pequena-burguesia tradicional (artesãos, comerciantes e pequenos patrões de indústrias) e da nova pequena-burguesia (técnicos e empregados assalariados). Além das frações da classe dominante, que compõe o bloco no poder, temos as classes que fazem alianças e representam uma unidade de interesses diversos dos das classes dominantes; o que vai diferenciar é a natureza das contradições entre os membros do bloco e da aliança.

De acordo com Boito Jr. (2002), em análise sobre classes e frações nas instituições do Estado brasileiro, há conflitos no interior da burguesia, de modo que ela não possui uma atuação homogênea. Por isso, a articulação dessas frações por dentro do aparelho do Estado é difusa e representa as contradições da própria organização da classe dominante. No entanto, isso não quer dizer que não há uma unidade burguesa.

O modelo capitalista neoliberal provocou mudanças nas relações de classe e de poder: houve um aumento da burguesia ligada ao setor de serviços (nova burguesia de serviços), enquanto a burguesia industrial perdeu sua dimensão devido à política de privatizações, porém, ela não rompeu com a burguesia hegemônica financeira: “o neoliberalismo representa a hegemonia política do grande capital nacional e estrangeiro associados ao capital financeiro internacional e que, mesmo no interior desse clube restrito, há uma hierarquia” (BOITO JR., 2002, p. 25). Assim, mesmo com perdas e ganhos, as frações burguesas no bloco no poder se unem na política de redução dos gastos sociais do Estado brasileiro.

Ademais, existe a dinamicidade do fracionamento e realinhamento político das frações do Estado, em relação à organização e à gestão. Saes (1998) divide as frações entre as forças repressoras (forças armadas) e forças coletoras (agentes arrecadadores). Já Pinheiro (2014)

identifica mais frações do Estado: a gestora, de planejamento e assistencial: a primeira tem a função de administrar o aparelho do Estado, distribuir os funcionários pelos setores a partir da noção do burocratismo; a segunda cumpre o papel de orientar a política econômica em função do capital e a terceira tem a função de tratar as questões relacionadas aos trabalhadores.

Manuel Castells, em seu texto *Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas*, afirma que “esta intervenção do Estado não é um mecanismo de regulação automática das contradições, pois a ação do Estado é resultado de um processo político, expressão das lutas de classe” (CASTELLS, 1977, p. 167). Afastando-se de uma visão economicista, defende que “a intervenção do Estado no consumo coletivo politiza o conjunto das contradições urbanas, transforma o Estado naquele que ordena os equipamentos da vida quotidiana, globaliza e politiza os conflitos que surgem nesta esfera” (CASTELLS, 1977, p. 167).

O Estado, então, apresenta-se como um representante da vontade geral de todos os cidadãos, no entanto, quais são os verdadeiros mecanismos que operam para manter a ordem e neutralizar as ações que causariam a desestabilização do poder político da classe dominante? Essa questão torna-se importante porque, independentemente de quem ocupa os cargos no executivo, legislativo ou judiciário, o Estado burguês assegura a função invariante de criar as condições da dominação de classe. Assim, a repressão/criminalização dos movimentos sociais é uma forma de dominação de classe e a falta de políticas públicas é um efeito da dominação.

Na análise do Estado brasileiro, nesta tese, utilizaremos as contribuições de Osorio (2020) para mostrar as particularidades desse tipo de Estado em relação a sua dependência com os Estados do centro. O autor define o Estado “como a condensação de relações de poder político e de domínio, as quais possuem uma dimensão que produz sentido de comunidade” (OSORIO, 2020, p. 38), a partir da noção de Estado capitalista já mencionada.

Ele destaca também que essas relações são “fundamentalmente classe, mas que não são alheias às relações de raça e de gênero” (OSORIO, 2020, p. 38), pois são relações que, sob diversas formas e direções, compõem a organização social. Não são, porém, relações da mesma natureza, então possuem núcleos particulares de condensação.

A primeira particularidade é que o Estado dependente é um Estado subsoberano. Contraditoriamente, significa que possui um poder subordinado a outros poderes estatais, um tipo de poder descentrado, que utiliza modalidades de mercados exteriores. Essa característica não significa que o Estado dependente não possui poder político próprio, apenas demarca a heterogeneidade dos interesses nos níveis econômico e político em âmbito mundial.

No plano econômico mundial, ocorre a transferência de valor entre economias desenvolvidas e economias dependentes. No capitalismo dependente, o capital se “apropria de

parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores para transferi-lo ao fundo de acumulação do capital” (OSORIO, 2020, p. 57). O autor chama isso de superexploração da força de trabalho da população excedente no mercado de trabalho.

Segundo Osorio (2020), esse é um dos motivos que explicam o predomínio de formas autoritárias nos Estados latino-americanos. Em outras palavras, essa forma particular de reprodução do capitalismo dependente, com base na superexploração, implica formas autoritárias de Estado.

Devido a essa particularidade, o Estado dependente é um elo frágil diante da dominação mundial do capital. Conforme se intensificam, os conflitos sociais e a superexploração afetam o Estado de direito e o peso das leis fragiliza as instituições. Dessa forma, abre brecha para as classes “reinantes” terem mais espaço de ação e decisão. Paralelamente, a monopolização da economia interna pelo capital internacional fragilizou o desenvolvimento autônomo do capital interno e, consequentemente, afetou as relações do bloco no poder com o predomínio da fração hegemônica (capital internacional) e a subordinação das frações burguesas do capital interno.

Assim, com essa configuração da monopolização do capital interno, ocorre a “esquizofrenia social” das classes dominantes nos países latino-americanos, definida pelo autor como a defesa do livre mercado nos negócios, mesmo que resulte em uma subordinação ao capital internacional. Entretanto, em relação a pautas nos âmbitos político e cultural, vão defender o conservadorismo nos costumes: “operam defendendo posições liberais no âmbito econômico, sustentando, no entanto, posições conservadoras no terreno político e social” (OSORIO, 2020, p. 59), como as ditaduras civil-militares ocorridas na América Latina. Os governos populares progressistas no século XXI apenas amenizaram essa tendência.

Essa abordagem explica os governos de Lula e de Dilma que, mesmo fazendo parte de um partido oriundo, historicamente, dos movimentos populares e sindicais, com uma agenda progressista, não alteraram a estrutura de dominação de classe. O Estado burguês continuou desempenhando a função geral de dominação de classe, sem alterar as relações capitalistas de produção, embora esses governos tenham desenvolvido políticas que favoreceram as classes trabalhadoras.

Sobre a relação entre MTST e o Estado burguês, o movimento assume uma posição de confronto: em primeiro lugar, o movimento identifica a correspondência de classe de sua base com o problema da falta de moradia e, em segundo, enxerga que as instituições políticas atendem aos interesses capitalistas (PINHEIRO, 2008, p. 43). Por essa razão, o movimento não busca conciliação, pois os interesses não são compatíveis. Por outro lado, a luta institucional é um calo na organização do movimento na medida em que a necessidade objetiva impõe a busca

de certos ganhos aos sem-teto, mas os limites dessa atuação fortalecem o caráter de neutralizar a luta de classe. Essa contradição será aprofundada no capítulo quatro desta tese.

Levando-se em conta o que expomos até o momento, a produção do espaço urbano depende, então, do movimento do capital na cidade e do Estado burguês como gestor desse processo. Em relação ao Brasil, a história do planejamento urbano está associada ao tipo de capitalismo periférico desenvolvido aqui e das políticas públicas promovidas, que atenderam aos interesses de classes de forma diferenciada. A contradição dessas políticas está em desenvolver o espaço urbano para a produção do capital e atender à demanda da reprodução social. Como destacamos em Engels (2008), no modo capitalista de produzir, a cidade não se preocupa com as condições de vida das classes trabalhadoras, mas condiciona uma certa lógica para eles.

Segundo Maricato (1982), a periferia urbana é

[...] o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo (MARICATO, 1982, p. 82-83).

A autora define esse processo como proletarianização do espaço. Já Bonduki e Rolnik (1982, p. 147) o definem como: “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”.

As periferias urbanas são efeitos do processo de urbanização capitalista brasileiro. Desse modo, o problema central da urbanização capitalista brasileira é a segregação espacial (VILLAÇA, 1998), fruto, principalmente, da mercantilização da terra e da moradia. Um dos efeitos desse processo é a determinação, de modo particular, dos espaços para a população negra frequentar e habitar.

Desse modo, algumas questões nos guiam para pensar os efeitos disso para os trabalhadores no geral: como eles, principalmente os que compõem a massa marginal, resolvem o problema de habitação? Qual é o papel do Estado burguês brasileiro frente aos interesses das classes dominantes? Quais são as condições da ocupação do espaço urbano?

Nossa hipótese é a de que a segregação urbana brasileira constitui elemento base na manutenção das péssimas condições de moradia e lazer para os trabalhadores sem-teto, principalmente as mulheres negras sem-teto, porque isso é funcional à manutenção da

exploração e dominação da força de trabalho, condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

A industrialização brasileira, em seu início, alocou os trabalhadores perto das fábricas, das empresas. Para solucionar o problema de alojamento dos seus funcionários, incentivaram a construção das vilas operárias. Essas moradias eram destinadas aos trabalhadores mais qualificados e os demais habitavam os cortiços (ROLNIK, 1989). Isso foi viável devido ao baixo número de trabalhadores e baixo custo dos terrenos nesse período. No entanto, com a expansão industrial e o aumento da massa de trabalhadores mais o fluxo migratório, com o excedente de força de trabalho, tornou-se desnecessária a fixação do trabalhador perto das fábricas. Além disso, a valorização dos terrenos limitou esse tipo de oferta de moradia pelas empresas.

Essa valorização é fruto da especulação imobiliária. O setor imobiliário deixa áreas urbanas para a especulação, não fazendo cumprir a função social da propriedade. Esse setor, diretamente ligado a empresários, concentra uma parte das áreas urbanas para sua valorização. Essa é a relação que determina as transformações na cidade. A lógica de deixar o centro como espaço predominante do comércio não aconteceu apenas por uma necessidade de logística de escoamento da produção industrial, mas também visando aumentar a rentabilidade da riqueza dos capitalistas.

Nessa lógica, sob o recorte racial, historicamente a população negra foi e é afetada pela segregação socioespacial, enquanto busca alterar essa condição. Ao mesmo tempo em que lhe foi imposto ocupar determinado espaço urbano, a população negra sempre buscou ressignificar essa condição, construindo seus territórios a partir de sua história, trajetória, cultura e religião: os terreiros de samba, candomblé, capoeira, quilombos etc.

As favelas não fogem a essa regra; de um modo geral, são espaços estruturados nas cidades capitalistas, no entanto, são ambientes construídos socialmente, ou seja, também são ressignificados pelos sujeitos que habitam. Assim, a contradição de ser determinado e transformado é característica do espaço urbano socialmente construído (HARVEY, 1982).

De forma diversa dos guetos norte-americanos (WACQUANT, 1996), no Brasil, trabalhadores brancos e negros compartilham da miséria e da falta de infraestrutura das favelas e bairros periféricos, no entanto, a população negra ainda é maioria nesses territórios. Portanto, importa, nesta tese, compreender como as relações raciais se estabelecem no espaço urbano.

Segundo Rolnik (1989), a hipótese é a de que existem “territórios negros” nas cidades. Esse conceito define que esses espaços possuem histórias e tradições do grupo residente, ao mesmo tempo em que são estigmatizados pela sociedade. Já Vargas (2005) propõe a noção de

“espaços racializados”, a associação entre espaço e raça, quando associam as favelas a negros. Santos (2012), por sua vez, diferencia “espaços negros” de “espaços brancos”, de modo geral:

[...] o espaço urbano, numa sociedade que tem a dimensão racial como um princípio regulador de relações, fundamental no desenho estrutural de alocação de riquezas e poder, é pleno de grafagens das relações raciais [...] as dimensões espaciais são fundamentais na organização das hierarquias raciais, e, ao mesmo tempo, dão suporte fundamental para a constituição da luta antirracismo (SANTOS, 2012, p. 66).

O debate entre relações raciais e espacialidade é amplo e complexo. Nesta tese, optamos por refletir sobre os efeitos da ação econômica e política-ideológica, em relação à moradia, sobre a determinação do espaço urbano para a população negra.

Para Rolnik (1989), estabelece-se uma geografia com linhas divisórias, o que significa que a estigmatização desses territórios pela discriminação e dominação branca em certos espaços resultou na marginalização dessa população. Segundo ela, São Paulo e Rio de Janeiro ilustram bem essa situação. O legado da escravidão fez com que ambas passassem por um processo de branqueamento com a imigração estrangeira e a política de “limpeza” das cidades.

Rolnik (1989) revela que, em 1890, iniciou-se um processo de deslocamento forçado dos pretos e pardos para os territórios de pobreza. Os imigrantes construíram os bairros proletários como Brás, Mooca; os ricos foram para zonas como Campos Elíseos e Higienópolis e os pobres, no “Centro Velho” em cortiços, prédios abandonados pela burguesia. Assim, o processo de segregação, nesse início, estava atrelado ao de zoneamento das cidades.

Na São Paulo de 1890 aparecem, portanto, territórios negros específicos. Qualquer um desses quilombos urbanos paulistanos da Primeira República tinha fama de ser lugar de desqualificados. Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à ideia de desorganização uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado (ROLNIK, 1989, p. 81).

Os quilombos urbanos paulistanos, como a autora definiu, eram vistos como desqualificados e marginalizados. Por conta disso, a população negra foi desalojada desses espaços com a política de renovação urbana: “alargamento de ruas, transferência e demolição de mercados, construção de praças e *boulevards*” (ROLNIK, 1989, p. 81). Dessa forma, a fim de “limpar” o Centro e preservar o espaço para o comércio, num processo de “organizar” a cidade, a população trabalhadora pobre e negra foi expulsa do Centro de São Paulo.

Esse mesmo processo ocorreu no Rio de Janeiro, porém mais violento, segundo Rolnik (1989). Por meio da operação conhecida como “bota-abaixo”, houve uma transformação profunda da região central, área portuária da Saúde e Gamboa, com a retirada dos cortiços. Além de servirem de moradia, esses espaços eram fonte de trabalho para os ambulantes, quituteiras, pedintes, prostitutas, vendedoras, que, em sua maioria, eram negros.

As obras, além de provocarem uma das maiores crises de habitação que a cidade viveu, acabaram por detonar uma espécie de guerra civil. Durante quatro dias (12 a 16 de novembro) alastrou-se a insurreição pelos espaços plebeus da cidade: bondes foram virados e utilizados como trincheiras, combustores de iluminação foram quebrados, o comércio foi depredado e saqueado, os insurretos enfrentaram os policiais. O exército acabou intervindo, e “Porto Arthur, zona comandada por Prata Preta, um capoeira do bairro da Saúde, foi o último bastão dos revoltosos a cair (ROLNIK, 1989, p. 82).

Essa grande operação de expulsão da população negra do Centro da cidade resultou na migração e ocupação dos morros, formando as favelas e os subúrbios/periferias, ambas regiões afastadas do Centro comercial. A consequência desse processo, com a moradia se afastando cada vez mais do emprego do trabalhador, foi a piora na qualidade de vida desses sujeitos, pois o Estado, além de não fornecer casas, não construiu a infraestrutura necessária, como transporte, saneamento básico, escola, postos de saúde, nas áreas onde os trabalhadores foram habitar.

O operário é constrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las (ENGELS, 2008, p. 101).

A periferia urbana, como espaço de reprodução da força de trabalho (ROLNIK; MARICATO, 1982), constitui-se pela ocupação dos loteamentos clandestinos e das favelas. A proliferação dos loteamentos periféricos está relacionada com a alta taxa de acumulação do capital em relação à redução dos salários dos trabalhadores. Por um lado, estão os loteamentos que se tornam empreendimentos privados e, por outro, os loteamentos clandestinos que são ocupados devido à má remuneração dos trabalhadores. Nesses espaços, eles constroem suas casas. Assim, há um intenso processo de mercantilização da habitação, uma vez que, mesmo ocupando um terreno clandestino, o trabalhador arca com os custos da construção, paga aluguel ou realiza um financiamento (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

A autoconstrução⁵⁹, o fenômeno de construção de casas (próprias ou não) pelos trabalhadores, é uma das características das periferias urbanas. A questão que se coloca é: de que forma esses sujeitos resolveram o problema habitacional, agravado pela migração do campo para a cidade e pela falta de políticas públicas destinadas à construção de moradia popular? Isso ocorre porque não há outra forma possível de resolver o problema da moradia a não ser por meio da autoconstrução:

Os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção de habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982, p. 73).

No desenvolvimento do capitalismo, nos países dependentes, a autoconstrução⁶⁰ tem papel importante na reprodução da força de trabalho e no desenho do meio urbano. A hipótese da autora é a de que, dentro dos limites do desenvolvimento do capitalismo periférico, não há alternativa aos trabalhadores. Então, a prática da autoconstrução é o meio para sobreviver, porque o salário não cobre os custos da aquisição de uma casa e o Estado não se encarrega de prover moradias populares para os mais pobres.

Dessa forma, a periferia urbana é o espaço que aglutina todas essas contradições, local onde o trabalhador reproduz sua força de trabalho necessária à manutenção do capital. No entanto, habita casas autoconstruídas, geralmente inacabadas, em loteamentos irregulares como as favelas ou comunidades periféricas. Em grande parte, são as mulheres negras sem-teto que vivem nessas condições. São elas as mais atingidas nesse processo.

Atualmente, observa-se um novo padrão de segregação espacial e discriminação social. Se, no início da industrialização, tinha-se uma cidade concentrada, hoje, configura-se uma cidade dispersa, caracterizada por deslocamentos populacionais e ocupação de territórios afastados, processo totalmente diferente das periferias urbanas distantes. Um exemplo são os “enclaves fortificados” (*shopping centers*, conjunto comerciais ou condomínios residenciais) que se expandiram nas cidades brasileiras nos últimos anos.

⁵⁹ A autora prefere adotar o termo autoconstrução em vez de mutirão devido ao aspecto ideológico que carrega, devido a sua origem, por ser um processo de trabalho realizado pela cooperação entre as pessoas como troca de favores (aspecto de solidariedade). Essa prática era muito comum na zona rural e, em meio urbano, tomou outro significado, tornando-se a arquitetura possível dentro dos limites do capitalismo brasileiro (MARICATO, 1982).

⁶⁰ A autoconstrução não se restringe à casa; abrange, também, espaços coletivos como igrejas, centros comunitários, creches, escolas, praças etc. (MARICATO, 1982).

Nesse sentido, ocorre um tipo de autosegregação das classes burguesas e classes médias, e a principal justificativa para esse fenômeno é o aumento da violência urbana, mas também o crescimento do setor imobiliário, com a construção desses empreendimentos, o que contribuiu significativamente com esse processo. Essa nova configuração urbana, na realidade, reforça discriminações de classe e raça, delimitando e separando, ainda mais, os espaços dos pobres, marginais e favelados (CALDEIRA, 2000).

A urbanização segregadora e seu efeito sobre a população negra, principalmente as trabalhadoras negras, impôs a migração desses sujeitos para espaços estigmatizados pelas classes dominantes como de marginalidade, violência e pobreza. Dos cortiços à favela, das casas autoconstruídas para os apartamentos de COHAB, dos loteamentos populares a ruas, por mais que essa população ressignifique os “territórios negros”, a lógica do capital reserva para eles “territórios segregados”.

Dessa forma, segundo França (2010), a segregação urbana evidencia que as áreas mais pobres são habitadas, em grande parte, pela população negra. A segregação, entendida como o grau de aglomeração/separação de determinados grupos sociais em certos espaços da cidade, corresponde a um fenômeno relacional, pois “só existe segregação de um grupo quando outro se segrega ou é segregado” (TORRES, 2004 *apud* FRANÇA, 2010, p. 48). Logo, isso afeta as mulheres negras sem-teto na medida em que classe, raça e gênero coincidem como marcadores da segregação.

Como exemplifica Adão (2017), a ocupação dos territórios na cidade de São Paulo afeta, de maneira particular, a população negra. O extermínio da juventude negra é um fenômeno social que revela a concentração de homicídios no espaço urbano, em territórios negros de extrema vulnerabilidade social, e o racismo estrutural das instituições do Estado brasileiro.

De acordo com o Mapa da Violência de 2016, de 2003 a 2014, os homicídios por arma de fogo aumentaram em 46,9% entre a população negra. E, conforme já mencionamos, a incidência dessas mortes ocorre nas periferias das grandes cidades. Assim, as mulheres negras sem-teto são atingidas por esse processo sistemático de violência direta ou indiretamente, com a morte de seus companheiros e filhos.⁶¹

Sobre planejamento urbano, Villaça (1999) faz uma distinção crítica entre zoneamento e planejamento. No Brasil, o zoneamento está separado do planejamento (plano diretor). Nesse sentido, em vez de se pensar o zoneamento junto a um planejamento urbano para atender a

⁶¹ Achille Mbembe (2014) cunhou o termo necropolítica para tratar do extermínio da população negra como mecanismo de controle e reprodução da desigualdade.

todos, aquele buscou privilegiar os interesses das elites brasileiras (termo utilizado pelo autor), o que ocorre até hoje.

A história do zoneamento é totalmente distinta da história do planejamento urbano stricto sensu, e até hoje predomina o zoneamento separado do plano diretor (embora no discurso se afirme que o zoneamento é parte integrante de um plano diretor). Esta é a razão pela qual o zoneamento é a prática de planejamento urbano lato sensu mais difundida no Brasil. Nos seus quase cem anos de existência entre nós, quase que exclusivamente serviu para atender a interesses claros e específicos, particularmente os dos bairros da população de mais alta renda (VILLAÇA, 1999, p. 178).

É importante destacar que isso não quer dizer que o planejamento não tenha essa função de camuflar a dominação da classe dominante. As várias fases do planejamento urbano passam de uma cidade mais bela para uma mais funcional e eficiente ao capital, pois a cidade é o local para os negócios, transações comerciais e financeirização. Nesse ponto, então, é importante pensar o espaço urbano como objeto de disputa e especulação das frações burguesas.

Inúmeros são os efeitos sociais desse modelo de urbanização e planejamento. Um exemplo é a ausência de políticas de habitação, o que resulta em ocupações de loteamento clandestinas, expansão das favelas, forma de autoconstrução das casas e pessoas em situação de rua. O Estado e as classes burguesas intervêm no espaço urbano a critério da acumulação capitalista. Na fase contemporânea, a dominância do sistema financeiro e o caráter rentista dessa acumulação alteram os interesses sobre o espaço urbano. Por isso, é importante saber como se articula, em relação ao espaço urbano, o sistema financeiro e o rentismo, posto que a renda fundiária e o valor da terra são elementos essenciais para a dinâmica do capitalismo.

Segundo Harvey (1996), na fase atual do capitalismo, ocorreu uma reorientação em relação à administração urbana, passando do gerenciamento para o empresariamento, o que impactou as estratégias de crescimento urbano. Para o autor, isso se realizou pela parceria público-privada, que estabeleceu investimentos locais em empreendimentos nos quais o Estado entraria com o recurso e as empresas fariam a administração, ficando com os benefícios da parceria.

Nos conflitos ligados à posse da terra/habitação no espaço urbano brasileiro, de acordo com Souza (1994), existe a relação entre o capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo. Em sua pesquisa sobre o papel dos agentes que intervêm na produção fundiária e imobiliária, como os proprietários fundiários e imobiliários urbanos, os produtores de materiais de construção, os incorporadores, os investidores, os usuários finais (compradores, ocupantes, locatários) e poder público junto com as instituições transnacionais,

destacou os incorporadores como agentes da produção do espaço urbano: “esse agente é responsável pela aceleração ou desaceleração de um mercado – o de edifícios – que implica uma geografia, até bem pouco tempo, específica dos espaços metropolitanos” (SOUZA, 1994, p. 186).

Os incorporadores são agentes produtores imobiliários, uma vez que “desenvolve(m) uma cadeia de ações: compra de terreno, aprovação da planta do edifício na Prefeitura e registro da incorporação no registro de imóveis” (SOUZA, 1994, p. 191). O objetivo do capital incorporador, simplificadaamente, é desmembrar o terreno ou não para a promoção da construção (edifícios, condomínios, prédios comerciais). Geralmente, não exercem o papel de construtoras, mas pode acontecer.

[...] processo que vai desde a compra do terreno até a venda, para o consumidor final, da mercadoria produzida. O incorporador é o que desmembra o terreno em “frações ideais”; portanto, é quem cria o solo. É o incorporador, como já foi visto, quem compra o terreno, quem contrata o arquiteto para a elaboração do projeto, quem paga os emolumentos à Prefeitura e ao cartório e quem, quando vai fazer uma venda, deverá pagar a campanha de venda. Ele arca, portanto, com o maior número de custos do processo de produção do edifício, mas também realiza o maior lucro, exatamente na transação da venda do terreno embutida no preço do imóvel (tendo como base a fração ideal) (SOUZA, 1994, p. 192).

A grande questão, com base nessa delimitação do agente incorporador e do capital incorporador, é localizá-los no jogo de interesses entre os representantes do capital, já que não possuem os mesmos interesses sobre o espaço urbano, e na sua relação com o Estado. O principal conflito é em relação à propriedade fundiária para o uso do solo, com o objetivo da verticalização.

Nesse impasse, entra o Estado liberando o projeto (lei de zoneamento) e auxiliando na valorização do empreendimento por meio de políticas públicas de melhorias da região, tornando-se o principal agente promotor do processo. Essas estratégias resultaram na valorização do mercado imobiliário e na verticalização, por exemplo, da cidade de São Paulo (SOUZA, 1994).

Harvey (1998) complementa o debate ao destacar os proprietários de terras e as empresas imobiliárias; a fração financeira e rentista ligada aos processos de renda via especulação e, por último, a fração industrial que se beneficia de alguma forma desse processo mediante a produção e circulação de mercadorias. No entanto, Pinheiro (2017) adverte que há uma hierarquia entre esses interesses, de acordo com a política econômica urbana:

[...] no topo está a fração burguesa hegemônica do bloco do poder, cujos interesses definem as coordenadas gerais do sistema urbano através, por um lado, da política econômica para a reprodução ampliada dos três circuitos do capital em âmbito nacional [...], em posições intermediárias estão os interesses do setor econômico dominante na cidade, em seguida os demais setores do capital e no fim da linha os da pequena burguesia (PINHEIRO, 2017, p. 315).

Sobre a questão da habitação, os interesses das incorporadoras são manter e aumentar seus lucros, a fim de valorizar seus imóveis. Há uma tendência à valorização imobiliária, embora ela nem sempre ocorra da mesma forma. Alguns fatores a impulsionam: “1) a pressão da demanda; 2) a própria valorização, ou seja, o valor cristalizado e o preço de mercado atingido pelos imóveis tornam-se o patamar de referência para os próximos negócios imobiliários, levando a valorização a alimentar-se de si mesma; 3) a financeirização do solo urbano etc.” (PINHEIRO, 2005, p. 165).

A financeirização do solo urbano no início do século XXI (FIX, 2011) é responsável pela forma como o setor imobiliário se comportou diante da oferta de habitação. Em seu início, a criação de fluxos contínuos com o FGTS e SBPE deu bases financeiras para o mercado imobiliário se desenvolver. Com isso, o sistema de crédito uniu diversos setores do capital: capital incorporador, que obtém ganhos com a renda da terra (especulação) e com a construção de casas; capital industrial e os bancos, capital financeiro. O capital incorporador, sob a expansão do capital financeiro, se beneficia por meio do:

[...] certificado de propriedade da terra é potencialmente uma forma de capital fictício, um título jurídico que dá direito a seu detentor de se apropriar de uma parte da riqueza social. A diferença entre o preço de um lote ou imóvel antes ou depois da realização de uma obra pública, custeada socialmente, é capturada pelo proprietário na forma de renda da terra, por exemplo. O aluguel, por sua vez, propicia um fluxo de rendimentos a quem detém o título de propriedade” (FIX, 2011, p. 3).

Nesse início, é importante destacar que os fluxos do capital estavam reservados aos pequenos grupos desse setor que detinham essa fatia e o capital internacional se expandia na indústria. Além disso, esse mercado não era destinado aos trabalhadores de baixa renda. Desse modo, historicamente, o Estado brasileiro, seguindo os preceitos da lógica da acumulação, ao promover políticas de habitação, opta por incentivar o capital privado nos programas habitacionais mediante financiamento.

No governo Lula, duas políticas foram importantes na área da habitação: a criação do Ministério das Cidades e a elaboração do Plano Nacional Habitacional (PLANHAB), aprovado em 2008. Em 2003, com o objetivo de pensar políticas nacionais de Habitação de Interesse

Social (HIS), saneamento e transporte urbano, o Ministério das Cidades ficou responsável por coordenar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), além de desenvolver o PMCMV. No entanto, essas políticas mais incentivaram os setores imobiliários e da construção civil, alavancando seus lucros exponencialmente, do que, de fato, facilitaram o acesso a moradias pelos trabalhadores mais pobres, devido ao seu critério de renda (SHIMBO, 2010, p. 93).

A questão da moradia no Brasil, hoje, apresenta o seguinte quadro: o déficit habitacional, isto é, a quantidade de moradia que falta para atender essa demanda nas cidades chegou a mais de 5 milhões de casas em 2019 (Fundação João Pinheiro, 2021). Esse é um dado quantitativo, porém há também famílias que moram em casas em péssimas condições de habitação por conta da falta de infraestrutura. Além disso, a especulação imobiliária faz aumentar o valor dos aluguéis, e o desemprego, em torno de 11 milhões (IBGE, 2022), agrava ainda mais essa situação, o que pode causar o aumento do número de sem-teto.

Há solução para a questão da moradia? Para Engels, já no século XIX, esse problema não se resolveria no modo de produção capitalista, pois essa situação é efeito necessário da reprodução ampliada do capitalismo: “para pôr fim a essa escassez de moradia só existe um meio: eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (ENGELS, 2015, p. 38).

Os problemas estruturais da urbanização capitalista, apontados por Engels, continuam ainda hoje. Uma das consequências da chamada acumulação primitiva é a retirada do trabalhador dos meios de produção, dos meios de subsistência, incluindo-se a terra/habitação (MARX, 1985). Já Castells (1983) destaca que a crise habitacional é permanente para que se viabilize o mercado imobiliário.

Se a habitação, a chamada infraestrutura urbana, e os equipamentos constituem mercadorias, se a política habitacional é centralizadora e elitista, e se por outro lado o salário é mantido a um nível abaixo daquele que permitiria a compra desses bens, as necessidades são em grande parte supridas pela prática da autoconstrução ou não são supridas (MARICATO, 1982, p. 82).

Desse modo, a urbanização como fruto do processo industrial deve ser entendida a partir da noção de espaços produzidos (HARVEY, 2005), uma vez que as cidades e metrópoles, em uma formação social específica, “são expressões das relações materiais e simbólicas de uma sociedade”. Nesse sentido, a questão urbana e habitacional, na sociedade capitalista, segue a lógica do capital, enquanto espaço que reproduz as relações sociais de produção e um bem necessário para a reprodução da força de trabalho. Assim, a segregação urbana faz parte desse

processo com a expansão das periferias marcadas pela falta de infraestrutura, violência, moradias precárias e sem acesso a serviços básicos.

Diante disso, em nossa pesquisa, evidenciou-se a segregação urbana como um modelo para os trabalhadores que compõem a massa marginal, principalmente as mulheres negras sem-teto. Ademais, as políticas da União, dos governos estaduais e dos municípios, apesar de apresentadas como de caráter social, elas cumprem a função principal de atender à lógica da mercantilização, do espaço, contribuindo para a especulação imobiliária e mantendo o padrão periférico. Assim, as transformações advindas da fase atual do capitalismo fizeram surgir novas formas de trabalho, ampliando a quantidade dos trabalhadores da massa marginal, atreladas à expansão da produção do espaço urbano, que se tornou palco das contradições da relação capital x trabalho.

Portanto, com essa reflexão, procuramos mostrar os elementos estruturais que fazem as mulheres negras sem-teto serem maioria no MTST, os marcadores de classe, raça e gênero que atravessam esses sujeitos, na medida em que nelas se concentram as piores formas de exploração e dominação. No entanto, o debate não se encerra nessas evidências, pois, além da questão objetiva de classe, raça e gênero, elas estão de um lado da trincheira que busca alterar as estruturas que insistem em manter as diferenças sociais. Por isso, o foco são as lutas travadas pelas mulheres negras sem-teto do MTST para pôr fim à exploração de classe, o racismo estrutural e a cultura da dominação patriarcal.

4 RESISTIR E EXISTIR: A LUTA CONTRA O CAPITALISMO, O RACISMO E O PATRIARCADO DO MTST

A partir da delimitação empírica e teórica dos capítulos anteriores, este capítulo tem como objetivo refletir sobre as teorias dos movimentos sociais e examinar em que medida se pode dizer que o MTST luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro tópicos. No primeiro, realizamos um mapeamento das principais teorias sobre os movimentos sociais. No segundo, aproximamos o debate para o campo do marxismo e refletimos sobre as principais categorias que contribuem para o debate. No terceiro tópico, a intenção foi refletir sobre os aspectos políticos e culturais, a fim de compreender o dilema dos “novos” movimentos sociais classistas e dos movimentos sociais “identitários”. Por último, a partir das redes sociais e dos documentos oficiais do movimento, analisamos a política cultural da luta do MTST.

Algumas questões nos mobilizaram na análise deste capítulo: por que o MTST surge? Como ele organiza os sem-teto? Como as mudanças estruturais e conjunturais afetam o seu projeto político e a sua organização? Quais aspectos culturais o movimento enfatiza no posicionamento político? O que motiva as mulheres negras sem-teto a entrarem no MTST? Baseado em suas identidades, como elas se comportam coletivamente? Há conflitos? Quais objetivos o MTST quer atingir na sua organização? Ao responder essas questões, buscamos fundamentar nossa tese com o debate teórico.

4.1 A MULTIPLICIDADE DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

As transformações econômicas, políticas e culturais, nos termos do modo de produção capitalista nos séculos XIX, XX e XXI, causaram, por um lado, o desenvolvimento capitalista em escala mundial, a expansão para outros territórios, aumento das trocas financeiras comerciais, a consolidação de formas precárias de trabalho, o aumento das desigualdades e, conseqüentemente, a insatisfação de alguns explorados junto à organização coletiva reivindicando certos interesses. Seja no campo ou nas cidades, essas lutas tomaram diversas formas e dimensões, constituindo uma tarefa complexa à sua apreensão. Assim, os movimentos sociais como objeto empírico se expandiram e, como objeto de pesquisa, tornaram-se uma categoria de difícil conceituação nas Ciências Sociais.

Por essa razão, não ocorreu a construção de uma teoria única sobre movimentos sociais. Na prática, a multiplicidade de explicações, muitas vezes divergentes, tornou-se efêmera. Nesse sentido, concordamos com Machado (2017) quando afirma que o conceito de movimento social

é controverso, na medida em que não consegue abranger a totalidade dos eventos reais-concretos. Por outro lado, mesmo apreendendo os objetos reais-concretos específicos, dizem pouco sobre os sujeitos que deles participam. Assim, a tentativa de conceituá-lo, quase sempre, é em relação aos acontecimentos empíricos, e não em relação a uma base analítica, por isso, é um conceito em constante mudança, como vamos observar a seguir.

Acreditamos que essa profusão na produção acadêmica sobre os movimentos sociais está associada à incorporação acrítica de teorias “de fora”, ou seja, utilizam-se conceitos elaborados em outras realidades sociais sem fazer a reelaboração para a análise de realidades empíricas específicas, pois os movimentos sociais são dinâmicos, estando em constante processo de avanços e retrocessos.

Antes de fundamentar nossa análise sobre o MTST, vale dizer que nossa filiação teórica se encontra no campo do marxismo. No entanto, julgamos necessária a reflexão do debate fora desse campo sobre a temática e suas diversas ramificações, para identificar conceitos que ajudam na análise dos movimentos sociais. Para isso, optamos por seguir a divisão, feita por Gohn (1997), em paradigmas e o recurso geográfico-espacial, no qual predominou o debate. Nesse sentido, temos: o paradigma norte-americano, o paradigma europeu e o paradigma latino-americano.

Dentro dessa divisão, há ramificações que se desdobraram: de 1930 a 1960, as teorias clássicas norte-americanas; a partir de 1970, a teoria da Mobilização de Recursos, a teoria do Processo Político, a teoria dos Novos Movimentos Sociais, a teoria da Justiça Social, Reconhecimento e Redistribuição e, por fim, as teorias da emancipação (marxistas). Então, como não será possível realizar uma reflexão sobre todas as referências de cada teoria, a alternativa foi destacar as principais referências e os conceitos trabalhados em relação às motivações do surgimento dos movimentos sociais.

De acordo com Gohn (1997), de 1930 a 1960, identificam-se as teorias clássicas dos movimentos sociais, fundamentadas, em grande parte, pelo paradigma funcionalista, que compreende os comportamentos coletivos a partir da sua racionalidade ou irracionalidade. Esses estudos surgiram em um contexto de consolidação da sociedade industrial associada ao crescimento das desigualdades sociais. Desse último fenômeno, surgiram ações coletivas com reivindicações contrárias às mudanças sociais que não favoreciam os trabalhadores.

Dessa forma, o ponto de partida das teorias clássicas, para a análise das ações coletivas, foi a compreensão da insatisfação individual devido às mudanças sociais. A base da análise era sociopsicológica, que diferenciava as ações coletivas em institucional e não-institucional em relação à racionalidade da ação (racional/irracional). Portanto, percebe-se a influência da

abordagem funcionalista, uma vez que a sociedade é analisada como se fosse um organismo, em que suas partes possuem determinadas funções e, se algo não funciona conforme o esperado pela normatividade, esse tipo de comportamento é considerado desviante ou desestruturado.

A partir da análise psicológica das ações coletivas, definiu-se o comportamento coletivo como não-institucional e irracional. Desse modo, as ações coletivas atuavam fora da normalidade social, em resposta às privações econômicas e sociais. Além disso, a forte crença no sistema político e na democracia reforçava o caráter desviante e anormal das ações coletivas desse período. Portanto, a conclusão desses estudos foi a de que a adesão às ações coletivas ocorria por causa da insatisfação social devido às rápidas mudanças sociais, nas quais os problemas não haviam sido resolvidos pelas instituições (GOHN, 1997).

Essa breve explicação apresenta, de modo geral, a base das teorias clássicas, no entanto, é possível identificar cinco correntes teóricas desse campo: 1) Escola de Chicago e a teoria do interacionismo simbólico com Blumer (1949); 2) teoria da sociedade de massas com Fromm (1941), Hoffer (1951), Kornhauser (1959); 3) teoria sociopolítica com Lipset (1950) e Heberle (1951); 4) Escola de Chicago e a teoria da ação social de Parsons e Goffman (1959), Turner e Killian (1957), Smelser (1962) e Aberle (1966); 5) teoria organizacional-institucional com Gusfield (1955) e Selznick (1952) (GOHN, 1997).

Em nossa reflexão, observamos que, nas teorias clássicas, a causa das ações coletivas estaria nos “indivíduos”, pela sua insatisfação com as mudanças sociais. Essa abordagem não enfatizou a relação dessas mobilizações com a determinação estrutural do modo de produção capitalista e seus efeitos para a formação social capitalista, por isso, não identifica contradições de classes. Portanto, a solução dos conflitos sociais, nas teorias clássicas, seria através das instituições, por meio da ampliação da atuação democrática e participativa, com o acesso ao poder político, e da educação, assim, os “indivíduos” teriam condições de formar e seguir um comportamento correto.

Em relação à análise dos movimentos sociais, a teoria clássica avançou no sentido de identificar as motivações psicológicas na formação das ações coletivas. No entanto, simplificou a explicação a partir da dualidade racional e irracional, sem mencionar a relação com as estruturas dos fenômenos sociais, mesmo se essas ações dirigissem suas insatisfações às instituições. Então, para a compreensão de movimentos sociais mais complexos, a análise sociopsicológica torna-se insuficiente, necessitando de outros condicionantes que apareceram nas teorias a seguir.

Após 1960, de acordo com Alonso (2009) e Zald (1992), ressurgem mobilizações que não se enquadravam no quadro interpretativo do funcionalismo. Além disso, a base social das

ações coletivas, nesse período, se diferenciava do movimento operário que predominava antes. Nesse contexto, aparecem movimentos pelos direitos civis, movimento feminista, movimentos pela paz, movimentos ambientais, movimentos étnico-raciais com novas características.

Em grande parte, esses movimentos sociais não pautavam uma revolução política tampouco a tomada do poder político do Estado. Assim, a denominação “movimento sociais” passou a ser utilizada, pois se tratava de ações coletivas autônomas, fora das instituições políticas e com “novos” protagonistas.

Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la (ALONSO, 2009, p. 51).

Desse contexto, surgiu a teoria de Mobilização de Recursos (MR), da qual os principais representantes são McCarthy e Zald (1977). Na análise dos movimentos sociais, o questionamento era muito próximo do das teorias clássicas, ou seja, que motivações levam determinados sujeitos a se engajarem em movimento sociais? No primeiro momento, rejeitaram a ênfase dada às emoções coletivas (sentimentos) da psicologia social, que analisou o comportamento coletivo pela irracionalidade, mediante descontentamento/insatisfação com os problemas sociais.

Nesse sentido, a ênfase dada foi oposta, ou seja, a racionalização da ação coletiva, pois, a partir de determinados objetivos, era necessário organizar o processo da mobilização. Assim, a privação material como insatisfação “individual” estava relacionada aos interesses de classes, por isso ocorreria, na organização dos movimentos sociais, a racionalização do processo de mobilização (ALONSO, 2009).

Para a teoria da MR, os sujeitos se engajam por meio do cálculo racional dos custos e benefícios daquela organização, que só ocorrerá com a mobilização de recursos necessária à ação coletiva, tais como: recursos humanos e financeiros, comunicação e infraestrutura. De forma didática, a teoria faz a analogia entre os movimentos sociais e corporações econômicas (empresas), que se comportam como grupos de interesses e se organizam de forma burocratizada (hierarquia e divisão de tarefas). Assim, a explicação tem como base o âmbito organizacional, tirando o foco dos “indivíduos”, porque o mais necessário nos movimentos sociais eram as condições materiais prévias para promover o engajamento (ALONSO, 2009).

Os movimentos sociais analisados por eles não representavam uma ameaça ao jogo democrático burguês, pois as estratégias de mobilização giravam em torno de recursos

financeiros para a organização. No entanto, dividiam os movimentos entre aqueles que buscavam consenso e os de conflitos. Os de consenso, por não contestar a ordem vigente, teriam maior aceitação da sociedade e conseguiriam obter mais recursos financeiros. Já os que exploram conflitos buscavam mudanças sociais maiores, mas também não escapavam da organização de forma burocrática. Assim, destaca-se a ênfase dada pela teoria da MR na racionalização do processo político das ações coletivas, calculando perdas e ganhos na mobilização de interesses.

Uma das críticas a essa teoria, de acordo com Alonso (2009), está relacionada à visão burocrática dos movimentos sociais, privilegiando os recursos mobilizados para a possibilidade da mobilização coletiva, por meio de estratégias e determinados interesses. Dessa forma, não existiriam diferenças entre os movimentos sociais e outras organizações políticas, por exemplo, partidos, já que ambos disputam interesses no campo político e se organizam burocraticamente.

Além disso, deixou em segundo plano aspectos culturais, crenças, ideologias e as motivações pessoais no processo de engajamento dos sujeitos em movimentos sociais; também ignorou ações coletivas de grupos subordinados. Portanto, a teoria da MR não situou os movimentos sociais na análise macroestrutural, pois deu ênfase à conjuntura da mobilização dos recursos.

Dessa forma, para preencher as lacunas deixadas, surge a teoria do Processo Político (PP) ou Mobilização Política (MP). O enquadramento macro-histórico ganhou espaço na explicação dos movimentos sociais nessa abordagem, assim, a tarefa era combinar aspectos culturais e políticos na mobilização política. Tilly (1975 *apud* ALONSO, 2009) desenvolveu uma chave explicativa que combinou tradições dos grupos e os macroprocessos políticos das mobilizações coletivas. O grau de organização (burocratização) ainda importava na análise, no entanto, não explicava os movimentos sociais, somente os diferenciava.

Dessa forma, a partir do conceito de “estruturas de oportunidades políticas”, foi possível perceber os parâmetros políticos e culturais, ou seja, se havia um momento favorável para expressar/organizar determinados interesses (de classe) na “cena política”. Assim, a combinação entre pertencimento e redes interpessoais por meio da solidariedade e oportunidades políticas possibilitam a organização dos movimentos sociais. Por isso, “a mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (ALONSO, 2009, p. 55).

Desse modo, a oposição gerada pelos movimentos sociais não é em relação a atores sociais insatisfeitos *versus* instituições políticas, mas entre estruturas de poder dentre aqueles que detêm e os que almejam. Nesse sentido, a teoria do PP caracterizou diferentes formas de

ação coletiva na medida em que os movimentos sociais seriam formas históricas que expressam as reivindicações no contexto em que ocorrem, pois variam conforme o local, os sujeitos participantes e o contexto político e cultural. A noção de Repertório como um conjunto de formas de ação política disponível ajuda na reflexão sobre o que é comum nos movimentos sociais e no que se diferenciam. Assim, o aspecto cultural e político adquire relevo na análise dos movimentos sociais baseada na teoria do PP.

Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuíram o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazio, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório da ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito (ALONSO, 2009, p. 58).

Complementando, para Tarrow (1998 *apud* ALONSO 2009), é preciso articular a mobilização de recursos necessários e a visão de mundo dos sujeitos nos processos políticos, que podem favorecer ou não o surgimento dos movimentos sociais. Dessa forma, o processo político influencia a mobilização, que significa a dimensão cultural junto à estrutura de oportunidade política. Com isso, evidencia o aspecto cultural/identidade nos membros das ações coletivas, que remete aos símbolos, posições políticas, as práticas políticas, linguagem.

Conforme Zald (1992), por sua vez, a noção de micromobilização é a maior contribuição da teoria de MR, no sentido de entender o recrutamento de diferentes sujeitos e as condições que levam a se tornar participantes dos movimentos sociais. Um processo de custos/benefícios: “these framing effects might be thought of as “half full” or “half empty” frames in which the manner of presentation leads the actor to focus upon the likelihood of negative versus positive outcomes”⁶² (ZALD, 1992, p. 335). Assim, a teoria contribui para reflexão do papel da racionalização (crenças e ideologias) na mobilização, pois incorpora dados de natureza psíquica na ação coletiva, atrelados ao processo político de disputa por interesses.

Sob outra perspectiva, a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) incorporou elementos da teoria anterior, como a noção do processo político, mas o foco foi o processo de mudança social por meio de novos atores políticos, ou seja, o que mudou e quem realizou. Nesse sentido, a ênfase foi no aspecto cultural dos novos conflitos com novos temas e protagonistas.

⁶² “esses efeitos de enquadramento podem ser pensados como quadros “meio cheios” ou “meio vazios” nos quais a forma de apresentação leva o ator a se concentrar na probabilidade de resultados negativos versus resultados positivos” (Zald, 1992, p. 335, tradução nossa).

De acordo com Melucci (1989), após 1970, surgiram novas formas de ação coletiva que modificaram as análises e a redefinição do conceito de movimentos sociais. As ações coletivas anteriores levaram as teorias a definir os conflitos como efeitos das crises estruturais ou expressão de interesses comuns particulares, o que impedia a percepção desses fenômenos como “sistema de relações”.

A crítica de Melucci é quanto à análise das ações coletivas somente a partir das contradições estruturais, desconsiderando o sistema de oportunidades, que mobiliza recursos. Assim, os movimentos sociais:

[...] são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades de limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e correções sistêmicas (MELUCCI, 1989, p. 52).

Melucci (1989) criticou a teoria da MR porque se preocupava em analisar como os movimentos sociais se organizavam, devido às suas diferentes formas, e não atentavam para as motivações, o porquê de os sujeitos partirem para a ação coletiva. Por isso, para ele, a abordagem dos “sistemas de relações” enfatiza as orientações subjetivas da ação e deixa, em segundo plano, as motivações exteriores que levam a um comportamento de massa.

Dessa forma, as motivações nem sempre são por “causas” econômicas ou necessariamente ocorrem por estarem relacionadas às instituições políticas. Por isso, as motivações podem objetivar a solidariedade e a defesa de identidades no âmbito da cultura e da vida cotidiana. Portanto, os movimentos contemporâneos nem sempre teriam uma orientação de antagonismo ou de conflito estrutural.

A grande questão, para Melucci (1989), é que as recentes transformações econômica, política e cultural consolidaram as sociedades pós-industriais como uma nova esfera de atuação dos movimentos contemporâneos. Então, as relações sociais nesse contexto se deslocam do eixo econômico para os sistemas simbólicos na medida em que os “atores” engajados nos conflitos não lutam mais por bens materiais, mas por mudanças simbólicas e culturais.

Por essa razão, o autor prefere denominar esses fenômenos de “redes de movimento” ou “áreas de movimento” que extrapolam os limites do sistema, pois são novas formas organizacionais diferentes das organizações políticas clássicas e comportam pequenos grupos, associados de diversas formas. Assim, o engajamento pode ser temporário e a solidariedade afetiva, uma base para a ação coletiva.

Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, do tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual. Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental (MELUCCI, 1989, p. 58).

Um exemplo citado por ele é o movimento de mulheres, um tipo de luta que não objetiva somente a igualdade, mas também o “direito de ser diferente”. Mesmo obtendo ganhos econômicos, a luta em si ultrapassa os limites das instituições, ganhando uma proporção mais ampla, para toda a sociedade. Nesse sentido, o resultado político é o fortalecimento da luta pela diferença, que mobiliza outros grupos (MELUCCI, 1989).

A reflexão de Melucci assevera que os “indivíduos” participam dos movimentos sociais estabelecendo um conjunto de práticas sociais significativas e realizam uma relação interativa e compartilhada. Assim, a principal crítica foi ao deslocamento das relações sociais do eixo capital-trabalho para o campo simbólico, ou melhor, de uma realidade industrial para uma pós-industrial.

Essa mesma crítica aparece na reflexão de Touraine (1989), em relação às explicações que insistem em utilizar “tendências supostamente modernas” para definir os conflitos sociais numa sociedade nova. O primeiro aspecto é que a sociedade pós-industrial é um reflexo da sociedade de massa, que tende a generalizar e ampliar os conflitos atingindo a vida privada (família, educação, relações sexuais), que até então não eram pautados nos movimentos sociais clássicos. Outro aspecto foi a ampliação da comunicação de massa, que enfraqueceu a necessidade de intermediários nos movimentos sociais. Essa é uma crítica ao papel dos partidos políticos/sindicatos e a centralização das tomadas de decisão nas organizações políticas.

Além disso, a consequência do aspecto anterior é a tendência à autonomia dos movimentos sociais, que não mais se submetem à “ordem meta-social” e se desenvolvem sob seus próprios termos. Para nós, aqui há um ponto de contradição porque, se a crítica é direcionada aos movimentos anteriores mediados por projetos políticos (metassocial), o mesmo ocorre com os “novos” movimentos sociais que se generalizam, mas sem mediações de partidos. São autônomos, no entanto, também impõem projetos políticos à “sociedade civil”, segundo Touraine.

Não é mais em nome do cidadão ou em nome do trabalhador que podem ser conduzidas grandes lutas reivindicatórias contra um aparelho de dominação que rege cada vez mais o conjunto da sociedade para orientá-la em direção a um certo tipo de desenvolvimento; é em nome das coletividades, definidas pelo seu existir mais do que por sua atividade. A reviravolta em relação às sociedades passadas é evidente (TOURAINÉ, 1989, p. 10).

Touraine (1989) não nega que os problemas oriundos das relações de trabalho permanecem, no entanto, deixam de ser centrais e são incorporados num conjunto mais amplo das relações sociais. Por isso, o movimento operário amplia sua capacidade de negociação e, como consequência, ocorre uma certa institucionalização de suas lutas. Nesse sentido, um ponto importante é o papel das instituições, o poder sistêmico, que ampliou seu controle sobre o conjunto da sociedade, além de aumentar a concentração de riqueza. Por isso, a oposição dos conflitos surge representada pelas “minorias”.

O autor, porém, não se preocupa em questionar as determinações desse poder sobre as minorias, até porque destacou que os conflitos não buscaram romper com essas instituições. Então, se antes era evidente o conflito entre a classe operária e a classe capitalista em confronto direto, na sociedade pós-industrial:

A imagem que se impõe atualmente, ao contrário, é de um aparelho central impessoal e integrador, que mantém sob seu controle, além de uma “classe de serviço”, na maioria silenciosa que projeta à sua volta um certo número de minorias excluídas, fechadas, subprivilegiadas ou até mesmo negadas (TOURAINÉ, 1989, p. 14)

É interessante perceber, na reflexão de Touraine, a dificuldade de reconhecer a centralidade fundamental dos conflitos de classes, porque estão disseminados em todos os domínios da vida. No entanto, ainda permanece a divisão social em dois parâmetros: a normatividade e a marginalidade, os que fogem à regra, formando os grupos minoritários. Nesse sentido, não entram em discussão alterações estruturais (infraestrutura) e quem seriam os sujeitos da mudança. Por conseguinte, “os conflitos de classe não representam mais os instrumentos de mudanças históricas” (TOURAINÉ, 1989, p. 15), mesmo se os conflitos estabelecidos se direcionarem ao Estado.

Os “novos” movimentos sociais se voltam, então, contra a “superestrutura” e suas formas de ações diretamente ligadas ao nível de repressão do Estado. A unidade desses conflitos se dava muito mais por aspectos ideológicos do que por estratégias políticas. Dessa forma, a sociedade pós-industrial, de acordo com Touraine (1989), foi palco de novos movimentos

sociais que se expandiram à medida que o poder do Estado e suas instituições não conseguiram administrar as mudanças sociais.

É fato que o curso da história possibilitou o surgimento de movimentos sociais com características novas pelo reconhecimento de suas diferenças como “minorias”. No entanto, novas formas de luta e “novos” sujeitos não representam uma alteração no desenvolvimento do capitalismo (FRANK; FUENTES, 1989). Dessa forma, o que ocorreu foi a fragmentação das lutas sociais: movimento feminista, movimentos negros, movimentos étnico-raciais, movimento ambiental, movimentos urbanos por bens materiais, movimentos de luta por direitos universais, movimentos LGBTQIAP+, entre outros.

Assim, até aqui, a contribuição das teorias dos movimentos sociais contemporâneos foi a ampliação do seu leque de reflexão para pensar as motivações da ação coletiva de ordem psicossocial e do processo político, além do enfoque de questões relacionadas ao âmbito cultural/simbólico e não só do aspecto material (econômico).

A Teoria da Justiça social e do Reconhecimento, por seu turno, afirma que esses movimentos sociais são uma reação moral ao não reconhecimento de suas diferenças. Honneth (2003), em sua teoria crítica, baseada nas reflexões do jovem Hegel (1967) e de Habermas (1971), desenvolveu um modelo teórico que tem como foco a luta por reconhecimento, com a possibilidade de ser uma base para as análises empíricas dos conflitos sociais. Assim, recorre aos conceitos de reconhecimento, intersubjetividade, direito e ação recíproca na compreensão do alicerce moral desses fenômenos.

De acordo com Honneth (2003), com base no modelo teórico hegeliano e resgatando a psicologia social de Mead (1980), presente na teoria clássica norte-americana sobre movimentos sociais, a autonomia individual não seria mais um “dever-ser” kantiano, mas um processo histórico inscrito na realidade social que se constitui nos termos da dominação política. Para ele, a partir da predominância das reflexões de Hobbes (1966) e Maquiavel (1961) sobre a constituição social e política dos “homens”, chegou-se à noção de que há uma luta permanente por “autoconservação”. Esse seria o sentido da ação social e política.

Por outro caminho, ele diz que Hegel parte da noção de vínculos éticos (relações comunitárias) na constituição dos sujeitos, em que as relações intersubjetivas ocorrem fora do âmbito do Estado. Por essa razão, existe a possibilidade do reconhecimento mútuo entre os sujeitos a partir de semelhanças e diferenças, apreendendo novas dimensões da constituição da sua subjetividade. Por isso, há um processo incessante de conflito e reconhecimento.

[...] se os sujeitos precisam abandonar e superar as relações éticas nas quais eles se encontram originariamente, visto que não veem plenamente reconhecida sua identidade particular, então a luta que procede daí não pode ser um confronto pela pura autoconservação de seu ser físico; antes, o conflito prático que se acende entre os sujeitos é por origem um acontecimento ético, na medida em que objetiva o reconhecimento intersubjetivo das dimensões da individualidade humana (HONNETH, 2003, p. 48).

Resumidamente, em sua teoria do reconhecimento, Honneth (2003) atualiza os conceitos hegelianos sobre reconhecimento e define que a construção social da identidade é um processo pessoal e coletivo. Nas diferentes esferas do “mundo da vida” (família, Estado, sociedade civil), diferentes formas de reconhecimento se estabelecem: amor relacionado aos laços afetivos, direito que envolve o respeito e estima sobre solidariedade.

Nesse sentido, as pessoas estabelecem identificações como forma de autorrealização e, a partir do momento em que ocorre a negação desse processo, há o desrespeito (abuso físico, privação de direitos e degradação) e, conseqüentemente, a resistência: “trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 257).

Como propõe o autor, caso determinadas características de identidades sejam inferiorizadas, estabelece-se a motivação moral por uma luta por reconhecimento, por isso, a explicação para os processos de mudanças perpassa as relações de reconhecimento recíproco. Por essa razão, a gramática do processo dos conflitos sociais é a luta por reconhecimento.

No entanto, uma questão fica em aberto: de que maneira essa teoria auxilia na possibilidade da ação coletiva de transformar as estruturas econômica, política ou ideológica? Ela é compatível com os valores da sociedade capitalista, por isso, não altera suas estruturas? Será que a luta por reconhecimento não suplanta a luta por transformações materiais? Como essas questões não são pertinentes para Honneth, entendemos que seja necessário avançar nessa reflexão. Portanto, a dicotomia classes sociais *versus* indivíduos ou cultura *versus* economia ainda dificulta o avanço na análise dos movimentos sociais, a nosso ver.

Nesse cenário, Nancy Fraser (2006) não defende que a luta por reconhecimento suplantou a injustiça pela exploração; ao contrário, reafirma que a desigualdade material está em alta em todo o mundo, portanto, há também uma luta por redistribuição. Sua reflexão contribui para o debate sobre os movimentos sociais em relação à diferença das lutas por

redistribuição, relacionadas às desigualdades materiais e à luta por reconhecimento, que envolve aspectos culturais.

Por isso, seu objetivo não é rejeitar uma ou outra, mas mostrar a necessidade de unir essas duas pautas. Se o objetivo é transformar a sociedade, a tarefa intelectual e prática é: “desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade” (FRASER, 2006, p. 231).

A defesa é a de que a luta por justiça exige tanto o reconhecimento quanto a distribuição. No entanto, há dilemas quando se tenta juntar essas duas propostas, pois não são iguais. A injustiça econômica se refere à estrutura político-econômica em relação à exploração do trabalho e suas diversas formas (marginalização econômica, privação material). Já a injustiça cultural/simbólica se refere aos padrões culturais e seus efeitos (dominação, invisibilidade, discriminações). De forma didática, o “remédio” para a injustiça econômica é a reestruturação político-econômica, ou melhor, a redistribuição e o “remédio” para a injustiça cultural/simbólica é a mudança cultural, o reconhecimento (FRASER, 2006).

Parece muito simples colocado dessa forma, mas o “remédio” para cada uma dessas injustiças envolve um conjunto de mudanças estruturais no âmbito econômico-político e ideológico-cultural. Pensando num processo de luta para conseguir essas mudanças, a luta por reconhecimento envolve a defesa da diferenciação de um grupo de forma a se afirmar, e a luta por redistribuição objetiva acabar com essa diferenciação. Nesse sentido, ocorre um dilema ao juntar o reconhecimento e a redistribuição na medida em que pessoas atingidas por ambas as injustiças, ao mesmo tempo, precisam negar e reivindicar suas diferenças (FRASER, 2006).

Com isso, os “tipos híbridos”, os atingidos por essas duas injustiças, formam as “coletividades bivalentes”. Por exemplo, raça e gênero são características que constituem essas coletividades, pois são atingidas tanto no âmbito da injustiça econômica quanto cultural. Desse modo, necessariamente precisariam dos dois “remédios” de justiça social para eliminar os problemas que enfrentam. O gênero estabelece formas de exploração e marginalização específicas, diferenciação econômica, desvalorização das mulheres, violência, exploração sexual, inferiorização, assim como raça, que resulta nessas mesmas situações, estabelecendo o racismo estrutural. Portanto, ambos colocam o dilema da redistribuição-reconhecimento, da necessidade de conciliar as duas coisas (FRASER, 2006).

Por todas essas questões, o dilema redistribuição-reconhecimento leva a dois caminhos: a luta por afirmação ou por transformação. De acordo com Fraser (2006), o caminho da afirmação busca corrigir as injustiças, sem alterar as estruturas, muito presente na ideia do

multiculturalismo, que valoriza as identidades grupais sem contestar as causas dos padrões culturais, por exemplo, a identidade negra, as orientações sexuais LGBTQIAP+, o feminino e masculino.

Já o caminho da transformação envolve alterar as estruturas tanto econômica quanto cultural, pois envolve a desconstrução dos padrões, negando identidades e diferenciações, por exemplo, política *queer* para desestabilizar as identidades sexuais fixas (homossexual ou heterossexual). Essa noção não defende uma universalização do sexo, mas sua possibilidade múltipla (não binárias, *queer*, fluidas).

Nessa mesma lógica, o aspecto redistributivo, em relação a uma luta afirmativa, buscará aumentar o consumo dos “menos favorecidos”, elaborar políticas de transferência de renda, o crescimento do salário e a luta por conquistas pontuais. Já uma luta transformativa, pensando na redistribuição, está associada às correntes socialistas:

Eles procuram garantir a todos o acesso ao emprego, enquanto tendem também a desvincular a parte básica de consumo e o emprego. Logo, sua tendência é dissolver a diferenciação de classe. Remédios transformativos reduzem a desigualdade social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial. Eles tendem, portanto, a promover reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento (FRASER, 2006, p. 238).

A partir da reflexão crítica da teoria anterior sobre reconhecimento de Honneth (2003), Fraser (2006) buscou articular a luta por reconhecimento e redistribuição. Em nossa reflexão, defendemos que suas indagações são válidas e retomam, em certa medida, a centralidade do aspecto econômico nos conflitos sociais, unindo questões econômicas e pautas políticas e culturais, ao abordar as diferenças dos “remédios” afirmativos e dos transformativos.

No entanto, ainda fica em aberto como isso aconteceria nos movimentos sociais, que precisam lidar com esses dois aspectos: redistribuição e reconhecimento. Seria uma luta afirmativa ou por transformação? A nosso ver, a luta por redistribuição não exige a superação do capitalismo.

Diante de toda a reflexão desenvolvida até aqui, evidencia-se a polêmica em torno dos aspectos econômicos e culturais na análise dos movimentos sociais. Algumas questões ainda ficam em aberto: será que de fato existe essa diferença que divide as lutas sociais, por um lado, aqueles preocupados somente com a exploração e os interesses de classe e, por outro, os engajados em reafirmar os aspectos simbólicos dos membros de suas organizações? É possível travar uma luta em só um aspecto? Será válido ou possível separar fatores que são de naturezas

distintas, mas com origens iguais? É possível elaborar uma teoria dos movimentos sociais que abarque todas as realidades?

Conforme Gohn (1997), essa é uma tarefa fadada ao fracasso:

[...] nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre isso. Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes (GOHN, 1997, p. 344).

Com isso, nosso esforço é articular essa discussão no campo do marxismo, a partir das questões: a análise das classes sociais ainda importa para os movimentos sociais contemporâneos? De que maneira os marxistas contribuem para relacionar essas questões, acreditando serem inseparáveis? A dificuldade está no caminho que muitas teorias adotam ao analisar os movimentos sociais: as lutas recentes não se originam mais das transformações das relações de trabalho, da luta de classe. No entanto, em grande parte, a apreensão dessas novas formas de manifestação ainda está circunscrita aos interesses de classe.

4.2 CULTURA E POLÍTICA: O DILEMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS “CLASSISTAS” E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS “IDENTITÁRIOS”

O grande dilema enfrentado até aqui pelas teorias dos movimentos sociais abordadas é a relação entre cultura e política. A análise dos aspectos culturais e políticos é complexa sobretudo quando se pretende pensá-los nas práticas políticas dos sujeitos-agentes envolvidos nos movimentos sociais. No Brasil, a atuação de movimentos sociais ora supervaloriza questões de classe secundarizando as identidades envolvidas, ora eleva o aspecto cultural em detrimento das condições materiais, o que impõe um desafio investigativo para encontrar o melhor caminho para analisá-los. Assim, pretende-se, neste tópico, refletir sobre as abordagens que buscam conciliar esses dois aspectos, ao nosso ver, inseparáveis e identificar diferenças, com exemplos empíricos, dessa situação.

O primeiro pressuposto é o de que os movimentos sociais não constituem uma unidade empírica homogênea, como já foi exposto. O segundo é o de que, no contexto brasileiro a partir de 1970, o processo de redemocratização acarretou o reordenamento das lutas sociais: por um lado, o advento de movimentos populares reivindicativos, alçando bandeiras relacionadas a

bens materiais, equipamentos coletivos de consumo ou relacionados à moradia; por outro, movimentos de base simbólico-cultural sem a preocupação com a relação estrutural dos problemas enfrentados.

A América Latina foi palco dessas lutas: movimentos pela terra, movimentos urbanos, movimentos dos povos nativos/originários, movimentos étnico-raciais, movimentos feministas, movimentos estudantis e movimentos das causas ambientais. Além disso, novas formas de associativismo surgiram, como as ONGs ou as redes organizativas (SCHERER-WARREN, 2009; GOHN, 2003), com novas agendas e pautas.

Dentro desse quadro abrangente, o surgimento de movimentos populares, pelo nome, parece indicar uma condição de classe, pois os sujeitos que fazem parte estão à margem da relação de trabalho assalariado. No entanto, ressaltam, muitas vezes, em suas reivindicações, questões políticas e ideológicas como denúncia da causa da condição que enfrentam. Por exemplo, como vamos definir a reivindicação do movimento quilombola relacionado à questão racial e de classe?

Os movimentos populares atuais indicam, em grande parte, a forte tendência da luta por uma transformação social. A grande questão é saber de que maneira pensam alcançar seus objetivos: se por via revolucionária, com a transformação da sociedade, ou por via institucional, para reivindicar melhorias graduais na condição de vida da população, sem alterar as estruturas.

Nesse sentido, as lutas podem ser reformistas, mas ter objetivos revolucionários, na medida em que as reformas são os meios para a transformação social, ou os movimentos podem ser totalmente cooptados pelos ganhos mínimos que a classe dominante admite sob pressão, que permite certo tipo de reforma, se a ordem existente for mantida, cedendo à pressão de baixo para cima, consequentemente. Nesse tipo de luta, por dentro das instituições, os movimentos populares perderam seu aspecto revolucionário.

Para enfrentar essas contradições, existem as explicações ligadas às correntes marxistas ortodoxas, que adotam como fundamento a base econômica como explicação das lutas sociais, que privilegiam o papel da classe operária no processo revolucionário, devido ao lugar que ocupa no processo de produção. Porém, esse tipo de análise gera uma leitura mecanicista e determinista dos movimentos sociais. O objetivo aqui é analisar os efeitos que surgem a partir da determinação capitalista. Portanto, a interpretação sobre a organização dos movimentos sociais atuais abrange outros aspectos: raça, gênero, orientação sexual, terra, moradia, meio ambiente, entre outros.

Se não há mais um tipo de mobilização que parte de uma base social operária homogênea, ou seja, do chão da fábrica, como entender a união de pessoas advindas de locais

diferentes da estrutura social e com ideias e experiências distintas? Grande parte dos movimentos populares reivindicam bandeiras que se relacionam à sobrevivência do trabalhador de forma mais imediata, como moradia, terra e emprego.

Mas há também movimentos com bandeiras de cunho ideológico, construídos historicamente na sociedade, que questionam certos valores e comportamentos sociais, como o preconceito racial, a homossexualidade e a condição da mulher. Assim, nos aproximamos de estudos que buscam articular essas questões, ou seja:

Trata-se de estudos que significaram uma releitura do marxismo ortodoxo. A abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos. (GOHN, 2008, p. 173).

Se antes havia o embate direto dos movimentos operários contra o capital, na forma de greve e de reivindicação direta ao patrão – lembrando que o movimento operário do século XIX também se dirigia ao Estado e era plural –, por melhores condições de trabalho, além da participação direta de partidos e sindicatos nas organizações operárias, era mais “fácil” a identificação de classe dos trabalhadores. Hoje, essa identificação se torna mais “difícil” devido à fragmentação da classe dos trabalhadores, além de questões ideológicas que dificultam a identificação de classe, por exemplo, a ideologia da cidadania. Portanto, se o pertencimento dos sujeitos a uma mesma condição de exploração não os leva a se organizar contra o capital, o que o faz?

As primeiras lutas operárias analisadas por Marx (1985) evidenciam o imediatismo de se lutar somente pela mudança da condição de trabalho. As lutas dos operários ingleses quebrando as máquinas, por considerar que elas teriam intensificado a exploração do trabalho, evidencia, nesse contexto, o tipo de consciência que tinham sobre as relações nas quais estavam inseridos. Assim, o descontentamento ou insatisfação dos sujeitos não determina a mobilização, embora faça parte do processo. A articulação das estruturas (econômica, política e ideológica) também constitui elemento fundante da mobilização social.

Pinheiro (2011) nos ajuda a pensar a relação entre estrutura e a categoria de sujeito. O ponto de partida é que as estruturas não impedem as ações políticas; ao contrário, tornam-nas possíveis e, além disso, modificam as estruturas, conforme defendemos nesta tese. Sua pesquisa sobre os movimentos populares o leva ao seguinte problema: quais seriam as formas de luta das classes trabalhadoras?

Nesse sentido, as características que compõem essa forma de luta são: os movimentos populares se organizam a partir das experiências culturais e políticas de sua base social; o desenrolar de suas lutas dependem das forças políticas dentro e fora do movimento; a direção de suas reivindicações pode seguir o padrão político liberal (luta redistributiva) ou antissistêmico e, por último, na problemática das categorias cidadão e trabalhador, prevalece a primeira e ocultam-se os interesses da segunda.

Esses elementos compõem a luta de classe, ou melhor, impulsiona a luta política: “entendida como processo no qual está envolvida a própria formação das classes, já que o lugar ocupado nas relações de produção no âmbito da estrutura econômica é necessário, mas insuficiente para constituir as classes” (PINHEIRO, 2011, p. 6).

Nessa perspectiva, a heterogeneidade dos movimentos populares se explica pelo vasto campo de atuação a partir das experiências dos sujeitos envolvidos. Consequentemente, o campo de forças políticas (posicionamento político-ideológico) interfere no direcionamento das lutas, por exemplo, partidos, igrejas, ONGs, Estado e suas instituições, até o crime organizado (PINHEIRO, 2011).

Por isso, as estruturas não impedem a ação. Entende-se estrutura de forma relacional e, a partir dessa noção, é possível identificar diferentes orientações da relação sujeito e estrutura.

1) continuidade: toma a relação entre as estruturas como um continuum regido pelos mesmos valores localizados em qualquer esfera da vida social (família, religião, relações comunitárias, esfera pública etc.); 2) descontinuidade: toma a relação entre as estruturas como descontínua regida por valores diferentes e autônomos entre si 3) conflituoso: toma a relação entre as estruturas como conflituosa segundo os mais variados critérios: identidade coletiva (gênero, etnia, religião etc.) e/ou interesses materiais (influência política, produção e/ou distribuição de bens e serviços) e 4) complementar: toma a relação entre as estruturas como funcionalmente complementar, ainda que admitindo o conflito de interesse no plano subjetivo (PINHEIRO, 2011, p. 11).

Dentre as várias contribuições para se pensar as categorias do marxismo na análise dos movimentos sociais, a reflexão de Pinheiro (2011) sobre a ideologia da cidadania é importante porque indica que a dicotomia cidadão/trabalhador está balizada pela contradição; ao mesmo tempo em que se avança no diálogo com o Estado, ao se dirigir como cidadão para reivindicar direitos, esbarra-se na própria natureza de classe do Estado de favorecer o capital.

Sobre o papel da cidadania nas lutas sociais, de acordo com Saes (2003), a noção de cidadania como participação política e os direitos civis, sociais e políticos como processo de evolução institucional (MARSHALL, 1967), limita a percepção do envolvimento das lutas

políticas no avanço qualitativo da cidadania, ou seja, as rupturas político-institucionais e os processos revolucionários que afetam a cidadania.

Com isso, conclui que a postura das classes trabalhadoras diante da cidadania é dinâmica e progressiva: “as classes trabalhadoras têm de usar a conquista de novos direitos universais como instrumento para a satisfação de interesses materiais em processo de permanente redefinição” (SAES, 2003, p. 12), independentemente se a luta for simbólica. Assim, sua definição do processo de implementação da cidadania:

Tal visão pode ser resumida através de uma formulação sintética: já que a perspectiva da maioria social é dinâmica e progressiva, e a perspectiva das classes dominantes é estagnacionista e regressiva, o processo de criação de direitos na sociedade capitalista é necessariamente um processo conflituoso, embora não contraditório (SAES, 2003, p. 18).

Mas a particularidade desse processo, no desenvolvimento do capitalismo, foi a generalização da “forma-sujeito” de direito. Isso significa, que, no processo histórico,

[...] a transformação revolucionária do direito criou as condições institucionais sem as quais seriam impossíveis a formação do mercado de trabalho, o assalariamento em massa dos trabalhadores despossuídos e, conseqüentemente, a instauração de relações sócio-econômicas especificamente capitalistas (SAES, 2003, p. 23).

Nesse sentido, a transformação dos agentes em sujeitos de direitos (forma genérica e abstrata) consolidou a cidadania civil atrelada ao direito à liberdade, que corresponde à reprodução das relações sociais de produção.

Conforme exposto no capítulo 1 sobre o caráter formal e abstrato do direito, Pinheiro (2009) argumenta que há uma tripla determinação da categoria cidadão: ideológica, econômica e política. Nesse sentido, essa categoria representa os indivíduos como sujeitos de direito, que podem ser proprietários e fazem parte coletivamente da “sociedade civil”. Assim, a conclusão é que essas características têm o efeito de ocultar as relações de classe.

[...] aquele processo de libertação, do qual os produtores diretos saem transformados econômica e juridicamente, de servos ou escravos em livres vendedores de força de trabalho e de sujeitos parciais de direito ou objetos de direitos a plenos sujeitos de direito, respectivamente, eles passam a se relacionar com os proprietários dos meios de produção como livres contratantes e, com o Estado, como cidadãos interessados na regulação legal das condições de mercado da sua propriedade – a força de trabalho – e como membros da comunidade do povo-nação (PINHEIRO, 2009, p. 116).

De outra perspectiva, Gohn (2003) explica que a participação do cidadão na política “passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2003, p. 19), no sentido de respeitar as diferenças culturais, embora não explique como uma categoria que busca homogeneizar os sujeitos dará conta da diversidade cultural.

Para Jacobi (1990), por trás da ação coletiva existe a ampla atuação de “atores sociais” que fazem a mediação dos conflitos, o que explica o porquê, numa mesma situação de carência, há diferenças nas mobilizações. A resposta a que Jacobi chega se relaciona com os valores mobilizados pelos sujeitos em relação a cidadania, justiça e identidade.

Nesse sentido, por mais que grande parte dos movimentos urbanos sejam compostos pelas classes populares, somente a condição de classe não determina a construção de uma identidade coletiva para a mobilização social. O autor indica que os movimentos populares surgem pelas carências materiais relacionadas à noção de direitos básicos e pela organização da base que comporá o movimento. Assim, esse trabalho de base acarreta novos padrões que estabelecem a vinculação entre valores (aspecto ideológico) e a prática política.

Nesse ponto, cabe um debate sobre ideologia para tratar os aspectos simbólicos/culturais dos movimentos sociais. Pinheiro (2019), baseado em Gramsci (2001), Löwy (1999), Therborn (1980), Althusser (2006), define ideologia de forma multidimensional: 1) como visão de mundo; 2) “sistema de normas, crenças e valores”; “processo social de interpelação discursiva”. A definição não se assenta na noção de ideologia estrita ao plano das ideias; aproxima-se muito mais à própria organização das ideias em relação à transmissão/aquisição de uma cultura determinada pelo modo de produção material/espiritual, simplificadamente, uma construção social.

A ideologia como prática material possui uma função que causa efeitos, a depender de como é instrumentalizada: “isto significa, que as práticas rituais materiais operam como suporte das ideias, que são objetos e instrumentos do pensamento sem estarmos imersos ou em presença de tais práticas rituais, justamente porque elas são pressupostas das ideias com as quais o pensamento opera” (PINHEIRO, 2019, p. 53). Então, é por meio da interpelação discursiva que se trabalha a ideologia. No cotidiano, por exemplo, a operacionalização da ideologia ocorre a todo momento, pois é interpelada através da comunicação.

Pinheiro (2019) destaca o movimento de “dialética do reconhecimento” nesse processo, que contém a afirmação (identidade que envolve reconhecimento), interpretação (representação do mundo) e o desconhecimento. A partir dessa abstração, o objetivo é identificar, nas práticas rituais (ocupações, assembleias, reuniões, atos) dos movimentos sociais, as interpelações de

reconhecimento mútuo da ação coletiva. Assim, o resultado é a mudança de visão de mundo daqueles que participam dos movimentos sociais, de uma referência burguesa individualizada para uma coletiva junto aos companheiros de luta, e deslocar o objeto de reivindicação à crítica mais ampla, estrutural, da sociedade.

As lutas concretas atuais, a nosso ver, necessitam do conceito mais relacional de autonomia dos movimentos sociais em relação a classe, raça e gênero, que se afaste de um conceito determinista, no qual, de um lado, estão os movimentos classistas e, do outro, os movimentos “identitários”, aqueles que tratam apenas dos aspectos simbólicos em sua organização política⁶³. Os avanços dos dois tipos de organização atingem um amplo espectro da sociedade.

O crescimento da mobilização de pessoas negras em movimentos sociais também está associado aos avanços no debate político sobre racismo, e não ao aumento da exploração dessa população. Dessa forma, a diversidade está presente nos movimentos sociais e nos sujeitos-agentes, que resulta em vários vínculos, várias tensões, avanços e limites que se refletem nas estratégias das ações dos movimentos em conjunturas específicas.

Colocar, de um lado, os movimentos sociais e, do outro, Estado, governos, partidos, ONGs na posição de conflito e definir essa relação apenas como oposição, perde-se na análise os desdobramentos fora desse eixo. A depender da conjuntura, as tensões aparecem mais ou menos de forma amena ou intensa, então, essa relação afeta o jogo político e as decisões para que sejam atendidos os interesses dos próprios movimentos sociais.

Por essa interação, os movimentos buscam acesso ao poder político, de forma a produzir efeitos no plano legislativo, nos processos de decisão política, na elaboração de políticas públicas e, conseqüentemente, na inserção dos aparatos administrativos, mas também transformar a sociedade de maneira mais profunda. Cabe perceber quais são as consequências do envolvimento com o meio político. No próximo tópico, ficarão mais evidentes as estratégias do MTST na “cena política”.

Essa indicação aparece nos movimentos de moradia, pois são exemplos de movimento popular que tem um grande poder de mobilização e articula vários repertórios e ações que vão desde ocupações de prédios à participação em espaços institucionais. Assim, são movimentos que atuam em diversas frentes e têm papel importante na agenda pública e do direito à cidade.

⁶³ Mesmo que o aspecto das identidades seja o foco da organização de alguns movimentos sociais, entendemos que os aspectos simbólicos não estão desvinculados da exploração capitalista. Conforme demonstramos nas entrevistas das mulheres negras sem-teto, esses elementos se tornam barreiras para que elas tenham acesso à moradia e ao emprego formal.

Embora forte na sua atuação, são movimentos bastante fragmentados; há um intenso conflito entre as organizações que compõem esse campo de luta. São frequentes as divergências, os rachas que geram novas organizações dentro de uma organização, por isso, possui uma rede ampla bem heterogênea e complexa (TATAGIBA, 2011).

Além disso, conforme constatamos, os sujeitos que participam desses movimentos não são proletários *stricto sensu*, pois sua composição social não é homogênea; o que vai diferenciá-los será o posicionamento político-ideológico de classe. Então, como se realiza o pertencimento de classe dos sujeitos dos movimentos feministas? Se relacionam essa identificação ao modo de produção capitalista, sua condição é determinada pelas estruturas econômica, política e ideológica, que causam a surpexploração das mulheres?

Salvo as exceções, os movimentos sociais comprometidos com o pertencimento de classe de sua base social lutarão pela transformação da sociedade ou, pelo menos, colocarão essa luta em perspectiva. Do contrário, orientarão suas lutas conforme a noção de somente conquistar direitos ou buscar ascensão social de seus participantes, mesmo que essas conquistas fiquem restritas a poucos. Logo, sem identificar a determinação de classe da base social, não há avanço na organização política e, possivelmente, a mudança será mínima.

Os movimentos sociais “classistas”, então, são formados pelos trabalhadores que assumem um compromisso coletivo de classe, a partir das demandas que não são atendidas pelas instituições do Estado. Por isso, a sua razão de ser é sempre determinada pela contradição estrutural do modo de produção capitalista; por mais que, em certos casos, sua bandeira de luta não evidencie isso, a sua base social e o posicionamento político o fazem. Do contrário, seria possível resolver problemas pontuais, que não demandam a luta pelo movimento social. Por essa razão, os movimentos sociais sempre reivindicam um direito, identidades, fim da dominação, da exploração. Resta saber se sua forma de luta obterá sucesso ou ficará restrita ao *status quo*.

Por exemplo, os movimentos sociais reformistas que tendem a hegemonizar as lutas, geralmente, buscam atenuar a dominação e exploração por via de conquistas de direitos: serviços coletivos, direitos sociais, civis e políticos, sem mexer na propriedade, nos privilégios e no poder das classes dominantes. Assim, a pressão de baixo para cima não tem uma intensidade tão forte.

Em relação à cultura e à política no processo de organização dos movimentos sociais, de acordo com Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), o debate dessa articulação ainda é pouco explorado. Primeiramente, pela essencialização do papel da política, que estaria acima das outras esferas sociais, da mesma forma com a cultura; em segundo lugar, pela forma como o

conceito de cultura foi instrumentalizado, de maneira estática, contribuindo para a separação dessas duas esferas e para a não identificação de práticas culturais e políticas imbricadas.

Dessa forma, apreendendo cultura como prática material, amplia-se o leque dos efeitos que essa relação pode causar. Assim, a proposta desses autores é indicar os movimentos sociais como lócus de produção cultural para a mudança social, o que contempla a análise que realizaremos no próximo tópico.

[...] utilizamos “política cultural” para chamar atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17).

Com essas considerações, defendemos que os movimentos sociais representam forças culturais e políticas, pois a mobilização coletiva engloba uma diversidade de repertórios e sujeitos carregados de identidades/ideologias para produzir sua própria identidade coletiva e práticas culturais. Dessa forma, confrontam a cultura política hegemônica ao atribuir novos significados aos processos políticos e culturais. Assim, a autonomia dos movimentos sociais não indica isolamento do mundo, por isso, há necessidade de articular cultura e política para identificar a política cultural dos movimentos sociais na efetivação das transformações sociais.

Portanto, a conclusão deste tópico nos leva à necessidade de investigar: de que maneira o MTST mobiliza as mulheres negras sem-teto numa política cultural que estabelece a possibilidade da luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado? O não reconhecimento da questão racial e de gênero resulta em prejuízos na organização coletiva? Pretendemos responder essas questões no próximo tópico.

4.3 A POLÍTICA CULTURAL DO MTST

Diante de todas as questões levantadas sobre a análise dos movimentos sociais, o objetivo deste tópico é realizar uma análise documental, fundamentada pelo debate teórico acima, sobre a organização do MTST. Os materiais utilizados foram as redes sociais: a página oficial do movimento (MTST.org) no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*; o *Podcast* e a rádio Sem Teto; documentos oficiais, como os livros *MTST 20 anos de história: luta, organização e*

esperança nas periferias do Brasil, e *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto, de Guilherme Boulos, e a cartilha de princípios do MTST. A delimitação temporal da análise das redes sociais se restringiu ao período de 2016 a 2022 e teve como critério temático os marcadores de raça e gênero.

As questões que nos mobilizam, neste tópico, giram em torno de identificar de que maneira o debate relacionado às opressões está presente no projeto político do MTST. Quais são as principais demandas que surgem no processo de uma ocupação relacionadas às opressões? Como essas questões impõem limites à luta por moradia e ao projeto político do movimento?

O ponto de partida é compreender o MTST pelo seu caráter policlassista, sua heterogeneidade, pois é composto, em sua maioria, pela massa marginal que representa a base do movimento e por militantes, à frente e na liderança da organização, oriundos das classes médias universitárias. Nesse sentido, são famílias e sujeitos (homens, mulheres, crianças, idosos, LGBTQIAP+, jovens) com histórias de vida, necessidades e identidades próprias que se unem coletivamente em torno de uma causa comum.

A respeito da composição social e do surgimento do MTST, em nível macroestrutural, foi apontado, no capítulo 1, que ele é fruto da alteração das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, políticas neoliberais que impuseram a redução de políticas públicas, e da expansão da urbanização pela lógica do capital. Já em nível microestrutural, a falta de moradia para os sem-teto é o elemento que une esses sujeitos.

Há ainda outros elementos que podem representar a união dos sem-teto? Defendemos que a unidade entre eles não se reduz à falta de um bem material, embora necessário à sobrevivência de todos; perpassa também o posicionamento político-ideológico e sua organização política contra o Estado burguês e as classes burguesas.

Conforme definimos anteriormente, são desempregados urbanos, trabalhadores formais e informais precarizados que estabelecem relações frágeis de emprego e são superexplorados. Na diversidade social do movimento, as mulheres negras sem-teto se destacam pela presença significativa; elas se encontram na combinação entre classe, raça e gênero. Nem todos, porém, que vivenciam essa mesma realidade se organizam em movimentos populares.

Por isso, o objetivo é identificar as evidências que fundamentam nossa tese: as mulheres negras sem-teto do MTST representam uma possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Nesse sentido, elas estabelecem as mesmas relações de trabalho precário. Por estarem no mesmo lugar no processo produtivo, também sofrem as consequências da dominação patriarcal por serem mulheres.

Geralmente, são mães solo, além de, em grande parte, sofrerem discriminação racial que impõe “não lugares” onde possam frequentar por serem negras. Reconhecem, ainda, interesses e problemas comuns de classe, raça e gênero que, para serem atendidos/solucionados, é necessária a ação coletiva. Nesse cenário, de que maneira o MTST trata as questões da exploração de classe e dos aspectos de dominação culturais/simbólicos? Contra quem ou o que os sem-teto lutam?

Em sua *Cartilha de Princípio*, o MTST se define como um movimento que organiza trabalhadores urbanos em bairros periféricos. A partir da noção de cidade capitalista, compreende que há um padrão urbano segregador, que atinge os trabalhadores. Por isso, identificam reivindicações e problemas comuns aos sem-teto. Nesse sentido, o ponto de partida da organização política do MTST é a construção da identidade coletiva como sem-teto.

O movimento destaca que as transformações nas relações de trabalho dificultam a organização desses trabalhadores via sindicato; por essa “brecha”, o movimento mobiliza os sem-teto. Assim, define a sua organização como um movimento territorial: “O MTST atua nas periferias para fazer a luta por nossos direitos” (MTST, s/d, p. 2).

Em relação ao alvo de sua luta, em suas próprias palavras, deixam claro que, nos termos da forma social capitalista, em que a lógica mercantil predomina, apenas uma parte (a minoria) possui condições dignas de vida, pois o Estado atende essa parcela da população, enquanto a maioria, os trabalhadores de “baixa renda”, fica fora dessas condições. Por isso, o principal objetivo do MTST é “a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas”, uma luta muito mais ampla que apenas conseguir uma casa.

Dessa forma, para conseguir atingir isso, preconiza a organização e a construção do “poder popular”, que significa a ampliação da luta em termos territoriais, numéricos e de mobilização dos trabalhadores periféricos. Isso representa, efetivamente, construir uma luta autônoma com formas e decisões coletivas. Portanto, o inimigo declarado do MTST é o capitalismo:

Quer dizer que as leis, o governo, a justiça foram organizados para beneficiar um pequeno grupo de gente muito rica, que é a classe capitalista. Os patrões, proprietários de terra e banqueiros têm o poder por terem dinheiro. E têm dinheiro por explorarem nosso trabalho. No capitalismo é assim: muitos trabalham e poucos tem dinheiro. Por isso lutamos contra ele (MTST, s/d, p. 3).

A principal reivindicação do MTST é a luta por moradia. Mas a centralidade da luta pelo direito à moradia digna não inviabiliza a conquista de outros direitos: educação, saúde,

transporte público, infraestrutura nos bairros etc. Nesse sentido, sua bandeira de luta é a defesa da Reforma Urbana, a transformação radical da organização das cidades capitalistas, que favorece o lucro de empresas em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores, segregando os espaços e os serviços básicos. Assim, entende que a defesa da Reforma Urbana vai contra os interesses do capital.

Para atingir seu objetivo, o MTST opta por realizar sua luta por meio de ações diretas, como uma forma de denunciar e resistir a toda a situação enfrentada pelos sem-teto. A realização das ocupações é fruto da própria condição que lhes é imposta: “as ocupações são o grito de um povo que não suporta mais viver calado em seus buracos. Que não suporta mais ter que escolher entre comer e pagar aluguel, nem continuar sofrendo humilhações por viver de favor na casa de alguém” (MTST, s/d, p. 5). Por isso, realizam as ações diretas como o melhor instrumento de luta contra as violências que vivem e como forma de alcançar seu objetivo.

Além das ocupações, outras estratégias são utilizadas, como o travamento de rodovias e avenidas importantes, que causaria o efeito de dar prejuízos aos empresários, atingindo o capital. As ocupações de terras urbanas periféricas, além de pressionar o Estado e denunciar a condição de vida dos sem-teto, são formas de construir o “poder popular” pela organização autônoma dos sem-teto e também amplia a luta do MTST com o trabalho comunitário dos bairros no entorno das ocupações.

Dessa maneira, a organização do MTST se diferencia de outros movimentos de moradia, pois se recusa a direcionar suas ações para a atuação em instituições políticas tradicionais. O movimento opta por realizar ações diretas com ocupações de terrenos urbanos periféricos. Embora, em certo momento, estabeleça relações para negociar com o poder institucional, isso ocorre em função da radicalização de suas ações. Nesse sentido, a organização do MTST ocorre na contramão de outros movimentos populares de moradia⁶⁴, que geralmente preferem focar a participação institucional, negociando com o Estado e Conselhos Participativos institucionais suas bandeiras de luta.

Complementando o debate, Jacobi (1990), na análise sobre os movimentos reivindicatórios urbanos no Brasil, aborda a cultura política em relação à ação coletiva e seus efeitos nos processos políticos institucionais. O contexto de sua pesquisa é o da reabertura política, no final de 1970, quando emergem movimentos urbanos na luta pelo direito à “cidadania”. Destaca a diversidade dos atores políticos em relação a suas origens e práticas

⁶⁴ Por exemplo, o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia do Centro (MMC) realizam uma luta mais pragmática ao reivindicar moradia, não trabalhando o processo de construção coletiva contra o capitalismo e divergindo sobre a radicalização de suas ações (OLIVEIRA, 2011).

políticas, além da mudança do local de atuação desses movimentos, que passou a ser nos bairros, devido à limitação de atuar em espaços tradicionais por conta da repressão e por representar o espaço relativo à sobrevivência dos “setores mais excluídos” das cidades.

Dessa forma, surgem da relação conflituosa com o Estado de responder às demandas das lutas anteriores e pela falta de representação no período anterior, com o discurso “anti-Estado”, que resultou em diversas formas de resistência. Após o processo de redemocratização, os movimentos se dividiram entre aqueles com caráter de resistência e os que se institucionalizaram.

A reposição do coletivo como um grupo de pressão cujo alvo é o Estado, do qual se espera uma resposta, provoca uma interpretação difusa, onde o personagem Estado entre no cenário definido apenas como o “inimigo” autoritário ou a mira contra a qual se move uma sociedade civil; que é descrita como diversificada, politizada, dinâmica e espontânea (JACOBI, 1990, p. 221).

Desse modo, na alteração da relação entre movimentos sociais e Estado, prevaleceu o enquadramento institucional pelo aumento da participação política nas instituições, movimentos urbanos que se destacavam pela grande diversidade de sua base social. Ao mesmo tempo, a postura do Estado também se altera, conforme cede, em alguns momentos, aos interesses dos movimentos urbanos. Os agentes do Estado passam a ouvir as demandas e formular políticas públicas a partir dessa interação. Portanto, é notória a alteração da relação conflitiva entre movimentos populares urbanos e Estado, que coloca o segundo como alvo do primeiro.

Nesse contexto, a forma de pressão ocorre no sentido de conseguir uma solução imediata para o problema colocado. No entanto, a resposta dada “está totalmente impregnada pelas contradições preexistentes entre a lógica da ação do Estado e a pressão da população” (JACOBI, 1990, p. 222). Assim, o Estado passa a reconhecer os movimentos reivindicatórios, no entanto, estabelece-se uma contradição com o discurso anti-Estado desses movimentos, que oculta a possibilidade de intervenção das instituições em suas demandas.

O Estado, a partir de meados da década de 70, passa a responder às demandas de movimentos através da implementação de políticas sociais que se consubstanciam em melhorias no plano de serviços de saneamento básico, saúde, sistemas de transportes, procurando garantir uma certa legitimação pelo consenso passivo, o que por sua vez cria um potencial de ampliação das demandas (JACOBI, 1990, p. 223).

Os movimentos sociais posteriores seriam influenciados por essa relação estreita com o Estado e suas instituições, alterando o caráter revolucionário de sua organização e proposta política.

Um exame dos movimentos reivindicatórios indica que estes não têm agido no sentido de transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas atuam, principalmente, como grupos de pressão sobre o Estado, no sentido de obter respostas concretas às suas demandas, através de dinâmicas diferenciadas, porém pautados por um maior ou menor enquadramento institucional. Nesse sentido, o ciclo de vida e o alcance dos movimentos torna-se um indicador de sua dimensão institucionalizada (JACOBI, 1990, p. 224).

Nesse sentido, o melhor caminho para analisar essa relação conflituosa, no caso do MTST, contrário a uma atuação institucionalizada, é pensar os movimentos sociais urbanos saindo da dicotomia de que ou seriam essencialmente revolucionários, pois vão transformar a sociedade, ou seriam meramente passivos, visando somente a obter ganhos do Estado. Portanto, optamos por situar a análise das ações do movimento de acordo com o contexto, sua orientação ideológica e a conjuntura do processo político.

Ainda sobre esse debate, as mudanças no cenário político, devido à ascensão de forças políticas de esquerda ou centro-esquerda na América Latina, como no Brasil com Lula (2003), na Argentina com Néstor Kirchner (2003), na Bolívia com Evo Morales (2006) e na Venezuela com Chávez (1998), estreitaram ainda mais a relação entre movimentos sociais e os atores político-institucionais. Com isso, por um lado, aumentou a participação política das classes populares no âmbito institucional; por outro, alguns movimentos radicalizaram sua luta com ações diretas, por exemplo, os movimentos de moradia com as ocupações de terrenos urbanos periféricos ou prédios abandonados.

Nesse contexto, de acordo com Tatagiba (2011), influenciada pela teoria do processo político de Tarrow (1997), desenvolveu-se um projeto político democrático-participativo ou democrático-popular. No entanto, mesmo que isso tivesse como base as lutas dos movimentos populares, as contradições da construção da democracia, nos países subdesenvolvidos, não cessaram com esse projeto.

No contexto da redemocratização, o debate girava em torno da problemática do tipo de democracia a ser constituída, se seria uma democracia para todos, que ampliaria a participação popular nas instituições, aumentando o poder dessas classes. Após esse processo, a aposta era a de que os movimentos sociais realizariam uma luta por dentro do Estado, como um meio possível de transformação social.

Tatagiba (2011) exemplifica com o próprio PT, que seria o instrumento da luta dentro do Estado. Para a autora, essa atuação resultou na criação de projetos políticos com o reconhecimento de novos direitos para o acesso à “cidadania”, como o Sistema Único de Saúde (SUS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS). Nesse sentido, as conquistas, por essa via, lograram avanços na agenda da esquerda, apesar das contradições, consolidando a ampliação da participação das classes populares na democracia brasileira, por meio dos Conselhos Participativos, Conselhos Gestores, de Representantes Municipais, Orçamento Participativo, entre outros. Por isso, a forma como os governos dialogam com os movimentos populares e vice-versa importa na análise dos movimentos sociais.

Essa perspectiva da mudança de posicionamento organizativo e político dos movimentos populares facilita a identificação dos avanços e limites da estratégia da luta por meio das instituições do Estado. Fazendo um balanço crítico, o resultado dessas experiências concretas está muito aquém das expectativas lançadas no início da implementação desse projeto político participativo. Uma das consequências foi a limitação da autonomia dos movimentos sociais pela instrumentalização dos governos de esquerda.

Outro aspecto importante destacado por Tatagiba (2011) é a divergência em relação à forma de luta, por exemplo, a utilização ou não da estratégia de ocupar prédios ou terrenos vazios ou as vantagens e os limites do diálogo com o Estado. A autora detectou que uma parte dos movimentos defende o trabalho no campo institucional, atuação no legislativo para a formulação de políticas públicas, participação nos conselhos de habitação e no orçamento participativo, combinando com ações diretas (ocupações), para que se garanta alguma conquista na participação institucional, como as organizações filiadas à União do Movimento de Moradia. Já as organizações mais combativas e críticas a essa estratégia de aproximação com o Estado optam por outro tipo de luta, com foco nas ocupações. Nesse grupo, encontramos organizações filiadas ao Fórum de Luta por Moradia, que se dizem mais autônomas e defendem a ação direta, como o MTST.

Por outro caminho, Pinheiro (2014) entende que é preciso definir de que tipo de ação coletiva estamos tratando para entender a natureza da relação entre movimentos sociais e Estado. Os movimentos sociais são ações coletivas duradouras e são críticos (progressistas, conservadores ou regressistas) ao *status quo*. Essa definição evita englobar outros tipos de ações coletivas que não possuem essas características, por exemplo, as ONGs.

Nesse sentido, é preciso detectar o alvo das reivindicações, já que muitas vezes generalizamos e colocamos o Estado, mas também é comum os movimentos se dirigirem à

fração assistencial e/ou à fração planejadora do Estado. Por outro lado, há movimentos sociais que são performáticos e não se dirigem a nenhuma fração específica do Estado, pois buscam atingir o Executivo e Legislativo como um todo, como os movimentos ambientalistas.

De acordo com Pinheiro (2014), os movimentos populares que lutam por bens de consumo quase sempre se dirigem à fração assistencial: realizam ocupações, mas também reivindicam ações imediatas diante da situação em que se encontram. Em segundo plano, dirigem-se a outros atores (setor imobiliário e capital incorporador), por meio de atos e manifestações, para denunciar os problemas que enfrentam e reafirmar sua luta. Podemos enquadrar, em certa medida, o MTST nessa situação.

Nesse sentido, o autor faz uma crítica às abordagens institucionalistas que ora colocam os movimentos sociais apenas na posição de confronto, ora de parceiros; ora fora, ora dentro das instituições. Nessa perspectiva, o MTST se coloca de frente para o Estado, numa relação sempre conflituosa, para reivindicar seus direitos, uma condição permanente de contradição.

Desse modo, conforme expôs Machado (2017), ao mesmo tempo em que a autonomia específica do Estado burguês possibilita um maior diálogo com os movimentos sociais, por outro lado, na “cena política”, há defasagens da representação dos interesses das classes trabalhadoras, por isso, a possibilidade da organização em movimentos sociais. Dessa forma, a organização política dos sem-teto no MTST atende a essa defasagem.

Com isso, o regime democrático-burguês brasileiro permite que o MTST coloque na “mesa” os interesses de classe dos sem-teto e os reivindique ao Estado burguês. Como nem sempre seus interesses são atendidos, a luta do MTST permanece. Ao analisar os desafios das ações travadas pelo MTST, percebemos, assim, que essa relação contraditória impõe limites ao objetivo do movimento, a transformação social a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Fora dessa relação conflituosa, o movimento não sobrevive sozinho na luta política e estabelece alianças com outros movimentos sociais, da cidade e do campo⁶⁵. Compõem a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos, que reúne vários movimentos populares do país, além de manter relações com sindicatos, partidos, igrejas, grupos culturais, alinhados em alguma medida com o projeto político do MTST.

⁶⁵ Periferia Ativa, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento Passe Livre, Uneafro, Círculo Palmarino, Movimento dos Sem-Teto da Bahia – MSTB, Terra Livre – Movimento popular do campo e da cidade, Quilombo Urbano – Movimento de Hip Hop organizado do Maranhão, Brigadas Populares, Pastoral Operária, Fábricas Ocupadas, Tribunal Popular, Observatório das Violências Policiais, Centro de Mídia Independente, Agência Carta Maior, Revista Caros Amigos, Brasil de Fato, Correio da Cidadania, Rojo y negro, CGT Espanha, FENASPS, Blog da Raquel Rolnik, Sindicatos de trabalhadores do Judiciário Federal no estado de São Paulo, Rádio Cirandeira, Fogoneros, Fórum Popular de Saúde do estado de São Paulo, Movimento Popular por Moradia – Curitiba, RUA Juventude anticapitalista e Juntos (MTST, s/d, s/p).

De acordo com Galvão (2011), o MTST redireciona sua atuação a partir da conjuntura política, que ora impõe a luta por demandas pontuais ao Estado, ora necessita de lutas por mudanças das práticas e valores sociais, ou condiciona sua luta em práticas antissistêmicas, como as ocupações.

Voltando à análise dos documentos, o MTST destaca alguns princípios direcionados aos militantes que são necessários, inegociáveis para a organização e manutenção do movimento: 1) unidade na ação e liberdade na discussão; 2) decisão coletiva e responsabilidade individual; 3) só decide quem atua; 4) disciplina militante e valores socialistas; 5) transparência nas relações; 6) construção do poder popular. Resumidamente, esses princípios determinam a forma de agir e se organizar no movimento.

A organização interna ocorre da seguinte forma: coletivos políticos com coordenações estaduais e nacional têm a função de tomar as decisões gerais do movimento; coletivos organizativos com os setores que executam tarefas e os coletivos territoriais com coordenações de acampamento, de núcleos e regionais para realizar o trabalho de base do movimento. Embora o princípio básico de organização do MTST seja a construção coletiva, existe uma hierarquia na divisão de tarefas e tomada de decisões. Outra delimitação importante é a representação mínima de militantes em cada coletivos.

Cada militante que está em um coletivo representa determinada tarefa, seja esta territorial ou organizativa-setorial. E o cumprimento da tarefa deve ser submetido à avaliação coletiva de tempos em tempos (1 ano ou 4 meses, conforme o coletivo), podendo modificar o militante responsável. Assim, garantimos uma avaliação constante e a possibilidade de rotatividade dos militantes nos coletivos (CARTILHA DE PRINCÍPIOS, s/d, p. 10).

Os setores são fundamentais, como se fossem o motor do movimento, pois garantem o funcionamento do MTST. Eles são divididos em: formação política, articulação, organização, segurança, autossustentação, finanças, comunicação e simbolismo. Além disso, em cada desmembramento do movimento nos estados, é feito um documento de normas de funcionamento a partir das especificidades do local. Dessa forma, em cada ocupação, eles realizam a formação de novos militantes, qualificando sua base para assumir tarefas organizativas. Ocorre também a territorialização do local onde será a ocupação como ponto estratégico de intervenção política, para construir referências nas comunidades, com os núcleos comunitários, para ampliar a visibilidade do movimento nas periferias.

De modo geral, as ocupações envolvem uma construção muito bem definida com o objetivo de expansão da luta, que pode incluir também marchas de resistência, atos políticos,

ocupações de prédios públicos, intervenções em manifestações. Por isso, a conscientização, nesse tipo de organização que o MTST propõe, nunca é somente pela conquista do direito à moradia, mas também, conforme a cartilha do movimento: “é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com união e organização – temos poder de enfrentar este sistema. Nossas ocupações devem ter sempre este horizonte!” (MTST, s/d, p. 11).

No livro *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto, de Guilherme Boulos, apesar de o foco ser as causas que levam inúmeros sem-teto a estar nessa situação, ele aborda elementos que ajudam na análise da presença significativa das mulheres negras sem-teto no MTST. Ao demonstrar o panorama do problema no Brasil, evidencia que os trabalhadores mais pobres são os mais afetados pela falta de moradia, pela inadequação da habitação com péssima infraestrutura ou a aglomeração em cômodos pequenos. Assim, o déficit habitacional é só mais um elemento no quadro da profunda desigualdade brasileira e, conforme identificamos no capítulo 1, entre os mais atingidos, existem também as marcas de gênero e raça.

Boulos (2014) evidencia as contradições nesse processo em relação à quantidade de imóveis e terrenos abandonados, fruto da aliança do capital imobiliário e o Estado, apagando do horizonte a conquista da moradia como um direito constitucional, sem contar os programas habitacionais que mais favoreceram o mercado e os empresários, em vez de garantir habitação popular aos trabalhadores.

A cidade do capital, descrita por ele, é o local que segrega nas periferias as mulheres negras sem-teto, com ausência de creches, escolas, saneamento básico, transporte coletivo, coleta de lixo. No entanto, não são todos os trabalhadores que apoiam as ocupações do MTST nas periferias, como forma de resistir a essa situação. Os que se somam à luta acreditam ser essa a única alternativa, porque entendem que as ocupações ocorrem em terrenos urbanos que não cumprem a função social da terra. Diante disso, a ocupação torna-se legítima para garantir um direito e denunciar outro (BOULOS, 2014).

A título de exemplificação, destacamos o relato de duas mulheres sem-teto (não indicam a autodeclaração racial) que ilustram sua situação antes de entrarem no MTST. São trabalhadoras sem-teto que vivem nas periferias, Norma e Tia Deda, respectivamente:

Após perderem tudo, conseguiram ainda pagar um aluguel de R\$350 no mesmo bairro. Mas por pouco tempo. Depois de 3 meses de aluguel, Toninho ficou desempregado. Começaram a atrasar o pagamento do aluguel e a ameaça de despejo veio junto com a de tomada das crianças pelo Conselho Tutelar, dadas as condições precárias em que estavam vivendo. Norma entrou em depressão: “Foi o pior período da minha vida”, diz ela.

[...]

Deda estava desempregada. Sem condições de pagar um aluguel, fazia serviço de diarista para uma senhora, em troca da possibilidade de viver em um cômodo no mesmo terreno em que essa senhora morava. Viúva depois de um casamento de mais de 20 anos e sem poder contar com seus parentes, ela não tinha muitas opções. Disposição de trabalho nunca faltou. Além de diarista, já trabalhou como vendedora de salgados e cozinheira profissional, dentre vários outros bicos (BOULOS, 2014, p. 56, 59-60).

Desses relatos, percebemos que o MTST possibilita a união dos sem-teto, que antes estavam espalhados, vivendo as dores de uma vida precária, para se organizarem e tornarem-se protagonistas da luta pela moradia contra o capital. Um ponto importante nesse processo, antes e após entrar no MTST, é que o movimento se torna uma referência para esses sujeitos. Geralmente, a conquista da casa, como almejado pelos sem-teto nas ocupações, não ocorre de imediato. Então, a ideia inicial da luta por moradia toma outro significado através de novas experiências que a organização coletiva proporciona.

O livro da história do MTST (2017) demonstra algumas experiências das ocupações nacionalmente. No tópico “MTST-PE: a auto-organização das mulheres na luta urbana”, a capital Recife foi palco da resistência dos sem-teto diante do crescimento das desigualdades. A primeira ocupação, em abril de 2016, foi a “Nova Canudos”, que resistiu por 24h à repressão policial acabando com a ocupação. Após esse episódio, devido ao trabalho de base do MTST, como demonstramos, em fevereiro de 2017 realizaram a ocupação “Carolina de Jesus”.

Após quatro dias, os sem-teto marcharam para a Companhia Estadual de Habitação de Obras (CEHAB) para reivindicar moradia e sofreram, mais uma vez, com a repressão policial. Pelo grau de violência da ação, ficou conhecido como o “Massacre da CEHAB”. Apesar da extrema violência, o governo do estado cedeu o terreno da ocupação para a construção de um conjunto habitacional.

O destaque dessa ocupação, de acordo com Simões (2017), além de adotar a referência de uma mulher negra, escritora e favelada para o nome da ocupação, foi a auto-organização das mulheres por meio do trabalho coletivo, mutirão de saúde, horta comunitária, chás de bebê, rodas de diálogos, mobilização de mulheres, travamento de rodovias, inserção nos espaços de decisão. Foi a partir dessa organização que se iniciou a construção da setorial nacional de

mulheres do MTST. Detecta-se, então, a necessidade da construção coletiva para conseguir atingir os objetivos que o movimento propõe.

Abrindo um parêntese, na análise dos documentos oficiais do MTST, é importante destacar que, embora o movimento realize a construção coletiva seguindo os princípios e objetivos colocados para luta em favor dos interesses dos sem-teto, isso não quer dizer que não haja contradição em sua organização.

Conforme destacou Oliveira (2011), em sua análise sobre a composição social do MTST, a divisão de tarefas nas ocupações ainda reflete a divisão sexual do trabalho. Por exemplo, as cozinhas coletivas, um forte instrumento de mobilização do MTST, são comandadas pelas mulheres sem-teto e, nas tarefas de segurança e infraestrutura, predomina a presença dos homens. Há diferença numérica entre homens e mulheres na base do movimento, pois elas são maioria, no entanto, isso não se reflete na ocupação dos cargos de lideranças. Por fim, destaca a presença negra, mas não indica que sejam maioria.

Voltando à discussão, a página oficial do MTST na internet é uma ferramenta utilizada para divulgar notícias, ações políticas nas ocupações e fora delas, publicar material audiovisual, pesquisas e colaborações. Já na página inicial, é possível observar o amplo debate que o movimento trava em relação à condição dos trabalhadores brasileiros, sobre pautas como: segurança alimentar, em que o movimento se posiciona contrário à política do governo Bolsonaro, que agravou a crise econômica, deixando milhares de pessoas passando fome. Como solução, o MTST realiza as Cozinhas Solidárias, com almoço gratuito nas periferias de dez estados (AL, CE, GO, MG, PE, RJ, RO, RS, SE, SP) pelo combate à fome.

Também apoia a luta dos entregadores e motoristas de aplicativos, reivindicando melhores condições de trabalho, e a luta dos entregadores antifascistas pelo “Fora Bolsonaro!”. Apoiou a greve dos profissionais da educação, que, no contexto da pandemia da Covid-19, viram-se obrigados ao retorno das aulas presenciais sem as mínimas condições sanitárias. Além disso, nesse mesmo período, foram realizadas ações como entrega de cesta básica e material de limpeza para as famílias mais necessitadas. Na página oficial, o movimento divulga que foram entregues 68 toneladas de alimentos e 280 litros de álcool.

O MTST também realiza o *podcast*⁶⁶ “PodOcupá” do setor de formação, disponível em sua página oficial. Um episódio é lançado a cada mês. Entre os vários episódios, vamos destacar três que se relacionam com a nossa tese. Em 17 de março de 2020, no primeiro episódio “Março:

⁶⁶ Uma ferramenta em áudio, de curta duração, para realizar debates em torno de uma temática.

mês de luta das mulheres”, com a participação de lideranças femininas do MTST, elas explicaram o surgimento do 8 de março como dia de luta das mulheres.

O interessante é o posicionamento de retomar as origens desse dia e enfatizar a organização e a luta das trabalhadoras, e não, como o senso comum coloca, um dia de evidenciar características femininas. Isto é, as mulheres sem-teto do MTST recuperam o significado original desse dia como de luta, e não de comemoração.

O MTST realiza todo ano o ato 8M, em que as mulheres sem-teto participam ativamente, e o *podcast* mostrou essa participação com a fala de várias mulheres contando suas histórias, por que entraram no MTST, e denunciaram o crescimento das violências sofridas pelas mulheres por conta da dominação masculina. Elas pontuam o quanto ainda têm a melhorar, principalmente em relação ao feminicídio, e se posicionam contrárias às políticas do governo Bolsonaro. Por fim, durante o episódio, escuta-se o canto: “companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor” e, no final, “se o povo soubesse o talento que ele tem, não aturava desaforo de ninguém”.

O segundo é o episódio “13 de maio: o que comemorar?”, de 16 de maio de 2020. De acordo com as falas dos sem-teto (não há identificação), nesse dia houve uma falsa abolição, que favoreceu mais a política da época do que os negros “libertos”. Na realidade, eles foram jogados à sua própria sorte, o que se reflete até hoje, pois sofrem violências diversas como o genocídio da juventude negra. Nessa data, alterou-se o regime de trabalho e a população negra não foi inserida; são os primeiros sem-teto brasileiros por conta dessa condição.

Segundo os participantes do *podcast*, o racismo não é só uma questão individual, mas é uma condição muito mais profunda. Eles se posicionam, então, contrários à comemoração do dia 13 de maio e ampliam o debate para a situação da população negra no Brasil: deveria acontecer uma reparação histórica. É importante colocar o relato de Ediane, que demonstra o posicionamento de uma sem-teto frente a essas situações:

(...) eu não canso de falar que a minha libertação, ela veio no dia dois de setembro de 2017, na ocupação Povo Sem Medo-São Bernardo, quando eu, mulher negra mãe de quatro filho, me atrevi, fui ousada, em buscar melhoria e fui atrás de um sonho, de uma moradia digna e que lá eu encontrei mais do que isso, vi que lá eu não estava sozinha, que essa não era apenas uma luta minha, mas sim de milhares de pessoas, que estavam naquela ocupação. A maior ocupação da América Latina e a partir daí eu entendi, que a nossa luta não era somente por uma moradia, mas sim de uma construção de uma classe, onde nós entendemos [...] que nós temos direitos (PodOcupá, 2020).

O terceiro episódio analisado, “O mundo do trabalho e da casa da DIARISTA, quem cuida?”, de 06 de junho de 2020, inicia-se com o relato de uma sem-teto, apontando a contradição da condição das empregadas domésticas e diaristas que prestam o serviço de limpeza da casa de outras pessoas, mas, na maioria das vezes, elas não têm condições de cuidar da própria casa. Em seguida, ocorre a narração de uma reflexão baseada em Karl Marx, que, resumidamente, aponta que o capitalismo, em seus momentos de crise, busca novas formas de exploração para multiplicar seus lucros. Por aqui, ainda temos os laços com a escravidão que particularizam essa situação.

Ao longo do episódio, estabeleceram relação desse tipo de serviço com o contexto da pandemia, quando essas mulheres ficaram numa situação de maior risco, pois não realizaram isolamento social devido à necessidade de trabalhar. Da relação com os patrões, que muitas vezes dizem que elas são “como se fossem da família”, mas, na realidade, não são tratadas dessa maneira. Destacam que esse tipo de serviço é destinado às mulheres, e não aos homens; o trabalho é mal remunerado e não supre todas as necessidades.

Nesse episódio, evidencia-se o posicionamento do MTST ao mostrar as contradições nesse tipo de trabalho e como isso afeta as mulheres. Por ser um legado da escravidão, esse tipo de trabalho estabelece discriminações a quem está submetido a essa situação; em grande parte, são mulheres negras com baixa escolaridade, que enfrentam péssimas condições de deslocamento até o local de trabalho. Além disso, elas se deparam diariamente com a enorme diferença material entre o local em que trabalham e o local em que vivem. Por fim, atribuem esse ciclo de péssimas condições de trabalho ao capitalismo, que estabelece esse tipo de exploração. Assim, o movimento busca se mobilizar para aumentar os direitos às empregadas domésticas e diaristas.

Ainda na página oficial do MTST, na aba “opressões”, destacamos três notícias que se relacionam com o posicionamento do movimento em relação à nossa tese. A primeira é de 19 de junho de 2020, sobre o mês das lutas LGBTQs (conforme escrita do movimento). Os coletivos de Juventude e LGBTQ do movimento são o modo como as pessoas da periferia lidam com o tema, como é o processo de afirmação para essas pessoas. Diante da complexidade do assunto, eles destacam que essas pessoas passam por várias violências no âmbito familiar e da sociedade, com preconceitos e discriminações. O movimento coloca ser urgente construir formas de acolhimento para os sem-teto nessa condição.

O MTST também constrói o Coletivo Mulheres em Movimento. A própria organização em coletivos reflete a preocupação do movimento de tratar questões culturais/simbólicas e abranger a diversidade dos sem-teto. Existe ainda o Coletivo Negro - Movimento Raiz da

Liberdade, que realizou, em 12 de março de 2021, um protesto contra a alta dos alimentos, alertando que os mais atingidos pela fome no Brasil são o povo preto e periférico. Com o slogan “Tem preto passando fome”, realizaram um ato em uma grande rede de supermercados da cidade de São Paulo, o Pão de Açúcar.

Ainda sobre as posições tomadas pelo movimento em relação à questão racial, a primeira experiência que tive com o MTST foi uma vivência na ocupação Zumbi dos Palmares, em 2009, em Sumaré, na região metropolitana de Campinas, no estado de São Paulo. Uma das primeiras perguntas que fiz a um dos militantes que me recebeu foi: por que a escolha do nome Zumbi para a ocupação? Ele prontamente respondeu que, ao perceber que a maioria dos sem-teto da ocupação eram negros, inclusive ele, era importante fazer referência a esse símbolo da resistência da população negra. Então, em assembleia, esse foi o nome escolhido.

Outro acontecimento que considero representativo foi, em 2014, quando o MTST realizou, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de novembro, uma manifestação chamada “A zona sul vai virar Palmares”, para marcar o Dia da Consciência Negra. Hoje, com o olhar mais apurado para essas questões, que antes, para mim, eram secundárias ao refletir sobre a organização do movimento, me dou conta de que são elementos importantes para pensar o projeto de transformação social proposto pelo MTST.

Por sua vez, a rádio sem-teto, disponível na página oficial do MTST, é mais uma ferramenta utilizada pelo movimento para tratar de questões importantes da atualidade e conta com a participação de Guilherme Boulos. No programa 13, de 05 de outubro de 2018, o tema foi eleição. Eles colocam a importância de votar em candidatos comprometidos com os interesses dos sem-teto e da classe trabalhadora e divulgam a campanha do candidato à presidência Guilherme Boulos, que destacou a importância de derrotar o fascismo na eleição que estava próxima. Para os sem-teto, essa eleição é um avanço na luta do MTST por conta da representatividade do candidato e pelas pautas em favor dos trabalhadores e luta contra *fake news*.

O programa 11, sem data de publicação, trata do protagonismo das mulheres na luta contra a eleição do Bolsonaro, com a campanha “Ele Não!”. O movimento se solidariza com essa mobilização, pois defende a luta e os direitos das mulheres. De acordo com Boulos, as mulheres estão presentes nas ocupações em grande quantidade e lá estabelecem vínculos solidários. A coordenadora nacional do MTST, Natalia Szermeta, diz que, tradicionalmente, os espaços políticos são destinados aos homens e, nas ocupações, elas buscam romper com isso.

Há cada vez mais mulheres nas lideranças do MTST. Ana Paula Ribeiro, coordenadora estadual do MTST do RJ, destaca que, no movimento, as mulheres podem realizar qualquer

tarefa e decidir coletivamente, estando à frente nas atividades. Isadora Brito, coordenadora do MTST em Sergipe, também contribuiu com a fala, destacando a importância da solidariedade sem-teto com o lema “nenhuma de nós a menos”.

O *Facebook*, com 143 mil seguidores, pela própria característica da plataforma, é utilizado para divulgar as ações realizadas pelo movimento, de forma mais direta. É frequente a divulgação da Cozinha Solidária e dos atos políticos de que participam. No período de desenvolvimento desta tese, em ano de eleição, uma parte das publicações é das candidaturas para Deputado Estadual do estado de São Paulo, de Guilherme Boulos e de Ediane Maria, ambos do MTST. Da mesma forma, ocorre com a utilização do *Instagram*, com 154 mil seguidores. Além do oficial, cada estado tem sua conta nessa rede social.

Já o *Twitter* é mais um canal de divulgação. As publicações, em geral, denunciam ações repressivas da polícia nas ocupações ou nas manifestações de que participam. Divulgam ações da Cozinha Solidária, as conquistas como a prorrogação da liminar que impede despejos⁶⁷ e se posicionam sobre os acontecimentos da atualidade. Por exemplo, em *tweet* do dia 21 de junho de 2022, sobre o caso de uma criança de 11 anos que foi estuprada e a juíza responsável pelo caso tentou convencê-la a continuar com a gestação, o MTST publicou: “Machismo, suposta defesa da família, campanha fervorosa contra o aborto, passar pano para estuprador. Não são só desvios individuais de caráter da juíza - são parte da ideologia da extrema direita que precisa ser extirpada de vez da nossa sociedade”.

É interessante destacar a identidade visual das redes sociais do MTST, com a presença constante de imagens dos sem-teto, do seu símbolo e de frases de luta como “moradia é um direito”, “direito à cidade”, “despejo é crime”. É notória a presença significativa de pessoas negras e mulheres nas imagens. O movimento é bem ativo nas redes sociais e o debate é atualizado.

Desse modo, na análise das redes sociais do MTST, evidencia-se a forma como eles utilizam essas ferramentas para difundir suas bandeiras de luta para além de suas fronteiras. Em quase todas as notícias, reafirmam seu posicionamento político e ideológico contra as políticas e ações que ferem os interesses dos sem-teto, consequentemente, dos trabalhadores. Por isso, realizam mobilizações com parceiros, além de estudantes universitários para pesquisa no

⁶⁷ Em outubro de 2021, devido ao contexto da pandemia, foi aprovada a Lei 14.216/2021 que suspendeu ordens de remoção e despejo, apenas para imóveis urbanos, até 31 de dezembro daquele ano. No fim do prazo da lei, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, prorrogou o prazo até março de 2022 e incluiu os imóveis rurais, no entanto, em nova liminar, estendeu o prazo até junho de 2022. O PSOL ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 contra o fim da liminar. Realizou-se a campanha Despejo Zero com a articulação de movimentos populares e, após muita pressão, o prazo foi prorrogado para 31 de outubro de 2022.

sentido de melhorar a situação da ocupação. Fazem ações com o objetivo de formação política e fortalecimento do pertencimento coletivo, com seções de cinema ao livre, cirandas e cozinhas coletivas.

Essa proposta de dar voz ao próprio movimento, a partir de sua própria produção material e digital, objetiva mostrar, além do que dizem sobre si mesmo em relação aos seus princípios, valores, objetivos e organização, a política cultural que constroem junto aos sem-teto, que envolve toda uma “mística”⁶⁸ com símbolos, canções, cartilha, cartazes, jornais, revistas, slogans, poemas, hinos, gestos, indumentária e cerimônias⁶⁹.

Nesse sentido, acreditamos que esse seja um processo fundamental à formação da identidade coletiva dos sem-teto, na medida em que ressignificam suas práticas culturais e se reconhecem enquanto classe, raça e gênero. Portanto, o estudo sobre essas práticas culturais do MTST, na formação de valores contra-hegemônicos, ajuda no entendimento da relação entre política e cultura na sua organização.

De acordo com Pinheiro (2019), a cultura, “dimensão constitutiva da vida social, uma esfera simbólica (ideológica) na qual os indivíduos-agentes interpelam-se uns aos outros, mas a partir de lugares distintos e desiguais” (PINHEIRO, 2019, p. 32), e a política compõem a identidade do MTST. A partir dessa delimitação, o autor se afasta da noção de conflito político como conflito de identidade para garantir direitos baseados apenas na identidade ou uma visão que utiliza identidade como instrumento meramente performático.

Nesse sentido, a identidade defendida pelo autor é aquela mediada pela ação prática (autogestão, a distribuição de tarefas em coordenadorias e organização coletiva e solidária), desvinculada das práticas institucionalizadas que englobam aqueles que são possuidores de mercadorias, consumidores e valorizam o individualismo meritocrático.

Desse modo, identificamos, na análise das redes sociais do MTST, o desafio de realizar essa construção identitária por meio da formação política, alternativamente à manipulação midiática. Por isso, o movimento se utiliza dos instrumentos digitais e impressos disponíveis para aproximar os problemas estruturais da realidade dos sem-teto da organização política nas ocupações. Assim, Pinheiro (2019) destaca, como resultado de sua pesquisa empírica, a Ciranda realizada na ocupação Chico Mendes e o Sarau na ocupação João Cândido como atividades que contribuíram na construção da identidade coletiva do MTST.

⁶⁸ “A materialização da mística se dá pela prática individual e coletiva, pois é ali onde buscamos elementos fundamentais que demonstram se de fato estamos trilhando o rumo que definimos” (BOGO, 1998, p. 15-16).

⁶⁹ No anexo I, selecionamos algumas imagens dessas atividades que ilustram a “mística” do MTST.

O estudo teórico, por si só, é incapaz de superar a relação de estranhamento do indivíduo com a realidade social. A construção do reconhecimento requer um conjunto simbólico próprio, que produza uma identificação com o Movimento, principalmente no âmbito afetivo; só então entra o estudo com o esforço de racionalizar a relação criada. As expressões artísticas, com sua característica de despertar sensibilidade, devem exercer um papel de destaque na construção desse conjunto simbólico: as ricas manifestações críticas do teatro, do cinema, da música têm um enorme potencial de construir identidades coletivas. Assim, um redimensionamento do trabalho de formação deve estar profundamente ligado ao trabalho artístico-cultural (MTST, 2004-2010 *apud* PINHEIRO, 2019, p. 34).

Acreditamos que a produção cultural coletiva mediante a construção das Cozinhas Solidárias, os materiais de audiovisual (rádio e *podcast*), os atos simbólicos dentro e fora das ocupações representam um conjunto simbólico eficiente à formação da identidade de classe, raça e gênero dos sem-teto. Dessa forma, o movimento confronta o discurso oficial sobre a situação em que vivem com a sua própria elaboração, por exemplo, a visão sobre serem favelados associada à violência, sujeira, falta de planejamento. Além disso, as atividades culturais ultrapassam as fronteiras do movimento e atingem as comunidades em torno, ressignificando a luta do MTST.

O MTST desenvolve o “espírito coletivo”, que, para eles, é necessário para fortalecer a participação dos sem-teto. Por meio da pertença e identificação com aqueles que fazem parte do movimento, estabelece-se o pertencimento de classe. Dessa forma, essas ferramentas contribuem para a formação de uma concepção do MTST sobre a questão urbana no capitalismo, para reafirmar seu posicionamento político-ideológico com um corpo de princípios inegociáveis que os militantes devem seguir. Assim, o MTST evidencia a correspondência entre determinação de classe e posicionamento político em sua luta, pois se organiza a partir dos interesses de classe dos sem-teto.

A trajetória do MTST aponta para um trabalho conjunto entre a ação cotidiana territorial, a partir das ocupações de luta pela moradia, por meio de experiências diversificadas de organização nos territórios, e também a capacidade de incidir sobre a conjuntura política do país, de acordo com a força social que se movimenta. As necessárias transformações sociais do Brasil não serão resultados de submissão a interesses internacionais e de uma elite conservadora, e tampouco de uma vontade abstrata, alimentada por uma postura pretensamente radical. Não haverá um Brasil livre do neoliberalismo e do vampirismo capitalista sem uma ação social das majorias. Caberá aos movimentos populares a tarefa de atualizar a política nacional, articulando-se com as forças políticas e sociais atuantes, e também em diálogo aberto com os trabalhadores e trabalhadoras que hoje estão “desorganizados”, para oferecer uma alternativa que apresente soluções de um curto prazo e que projete para o futuro um novo modelo de organização econômica, político e social (SIMÕES, 2017, p. 124).

Para Goulart (2011), o anticapitalismo do MTST se desdobra por ser a base social predominante de “subproletários” (diferente da categoria de massa marginal adotada na análise desta tese) e pela construção da identidade coletiva dos sem-teto. Mesmo recebendo a influência dos movimentos sociais de 1980, que postulavam uma luta pela cidadania, o MTST reafirmou seu projeto classista e contra as políticas neoliberais. Então, apresenta-se como movimento autônomo. Mesmo que, em certos momentos, sua luta sofresse influências do contexto dos governos PT, que implementaram políticas sociais compensatórias, não adotou uma luta predominantemente participativa, com estrita relação com as instituições.

Segundo Oliveira (2001), o caráter classista dos movimentos sem-teto está no processo de identificação da situação dos sem-teto na estrutura produtiva e a forma como constroem, partindo dos seus interesses, a luta coletiva, transformando-os em interesses de classe. Um processo de ser e se reconhecer como classe. Nesse sentido, o posicionamento político do movimento nos informa seu caráter de classe, ou seja, a maneira como trabalha a identificação e a consciência política dos sem-teto.

Este movimento sempre se apresenta como parte das classes trabalhadoras, daí a importância da sua nomenclatura: “trabalhadores sem-teto”. Além disso, enfatiza-se a ideia de que os desempregados (lembrando que grande parte dos sem-teto está nesta situação) são trabalhadores desempregados e que por isso devem lutar junto com os outros trabalhadores. Aqui se apresenta ainda com clareza a luta cotidiana dos sem-teto contra os capitalistas, de modo que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto se coloca como um movimento anticapitalista. Essa defesa da identidade de classe é uma diferença importante frente aos outros dois movimentos (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Ao analisar os movimentos de moradia, Oliveira (2011) destaca três níveis de organização dos sem-teto: o primeiro seria um tipo de organização local para resolver um conflito local. Um exemplo são famílias que sofrem com o despejo de terrenos ilegais e se juntam para resolver essa questão. O segundo seria a organização ampliada para pressionar o governo exigindo soluções da falta de moradia, por exemplo, a luta do MSTC. O terceiro nível, enfim, seria o tipo de organização que colocaria sua luta para além da reivindicação institucional, objetivando a transformação da sociedade, como o MTST.

Dessa forma, ao colocar o MTST no terceiro nível de luta, considera que seria mais radical e com forte tendência antissistêmica. Assim, percebe-se que há diferenças na forma de luta dos trabalhadores sem-teto, e essas distinções nos ajudam no entendimento dessas organizações. Não podemos, porém, tomar essa divisão como uma tipologia, pois, mesmo o

MTST ampliando suas posições político-ideológicas visando a uma transformação social, eles também reivindicam aos governos soluções imediatas de moradia.

Para nós, o caráter classista do MTST está na capacidade de organização dos trabalhadores sem-teto em torno dos seus interesses, na perspectiva de classe à qual pertencem os sem-teto, e então, adotar um posicionamento de classe. Desse modo, apresentam um forte potencial organizativo contra o capital e seus representantes, na medida em que sua luta está relacionada com a construção política e ideológica para questionar os interesses do capital, além da conquista da moradia e da garantia de certos direitos.

O MTST se organiza numa luta anticapitalista e, em certa medida, faz ações nesse sentido. Por essa razão, a forma como mobiliza os interesses dos sem-teto, com valores e princípios da classe trabalhadora, reflete seu posicionamento político-ideológico, que corresponde aos objetivos de transformar a sociedade.

Além disso, por conta da atuação do MTST por “fora” das instituições e pela forma como constrói a identidade coletiva, estabelece-se a diferença da prática política das mulheres negras sem-teto do MTST e de mulheres negras sem-teto de outros movimentos populares. Nesse sentido, é pela prática política por meio da organização e do posicionamento político-ideológico do movimento que as mulheres negras sem-teto do MTST representam o potencial estrutural da ação coletiva para a transformação social na luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

Em relação à reflexão deste capítulo, foi possível evidenciar que a análise sobre o surgimento dos “novos” movimentos sociais, nas décadas de 1960 e 1970, destacou questões de raça e gênero que antes não apareciam como elementos significantes nas ações coletivas. Diante disso, a necessidade de novas teorias que abarcassem essas questões levou a um afastamento da centralidade de classe pelas teorias pós-modernas.

Essa perda da centralidade das classes sociais fragmentou as teorias e não fez avançar, principalmente nas teorias marxistas, uma análise que levasse em consideração a totalidade dos aspectos de classe, raça e gênero. Nesse sentido, isso se refletiu na forma de organização e no posicionamento político-ideológico dos movimentos sociais.

O mais relevante, atualmente, é a aproximação no debate sobre a articulação das lutas que se referem à exploração e às opressões. No entanto, “se o movimento trabalhador não é capaz de atingir o centro nevrálgico da forma-valor carregando consigo as estruturas sexistas e racistas, o racismo também não pode ser eliminado sem que haja *pari passo* outra forma de sociabilidade sendo gerada” (DEVULSKY, 2021b, p. 9), ou seja, a questão racial e a de gênero, no nosso caso, são indissociáveis da produção do valor no capitalismo.

Devulsky (2021b) esclarece que a ideia da convergência da luta anticolonialista e antirracista como um fim, ou seja, a de que o fim do racismo está atrelado ao fim da exploração do trabalho, encobre a necessária articulação dessas lutas como meio para se atingir as mudanças estruturais. A articulação vista como fim não leva em consideração que a exploração, nos diversos segmentos sociais, é experimentada de modo diferente, conforme já demonstramos. Se enveredarmos para a noção que generaliza a exploração e as opressões, caímos no erro de aceitar que somente integrando as mulheres negras na sociedade de classes, com cargos de liderança e salários maiores, já resolveria a situação.

Os arranjos sociais que escamoteiam essa amarração de fundo à forma-mercadoria existem justamente para dificultar essa convergência necessária: a de que o fim do racismo passa pela abolição a forma-mercadoria, ao mesmo tempo que a viabilidade de uma nova forma-social que não regresse à forma-valor está atrelada à extinção do racismo e dos arquétipos construídos para a manutenção do trabalho como instância significante do sujeito (DEVULSKY, 2021b, p. 9).

Por isso, a luta das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST representa a possibilidade estrutural da ação coletiva no combate ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo, pois elas articulam essas pautas num objetivo comum contra a branquitude⁷⁰, que estabelece uma rede de afetos baseada na exclusão.

Portanto, após essa reflexão e análise, o que torna possível a articulação do caráter de classe, raça e gênero da luta do MTST é que, enquanto houver opressão e exploração, a luta continua e continuará, a partir das considerações que realizamos neste capítulo. E recairá, nas mulheres negras sem-teto do movimento, a possibilidade estrutural de mobilização contra as diversas formas de dominação e de exploração.

⁷⁰ Esse conceito é utilizado para representar as redes de relações de poder que as pessoas não negras estabelecem, a partir da ideia de superioridade racial. Isso causa o efeito de determinar privilégios simbólicos e materiais a pessoas brancas (SCHUCMAN, 2012).

CONCLUSÕES

“o feminismo visionário radical incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista.”

(hooks, 2019, p. 165)

A partir da análise concreta da organização das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST, levantamos alguns aspectos que incidem na tese sobre a possibilidade estrutural da ação coletiva para a transformação social contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Estabelecemos, então, relações que orientam para a afirmação desta tese, assim como seus limites.

A primeira questão que se apresenta é que a luta das mulheres pesquisadas representa a possibilidade de ruptura com a ordem de exploração e opressão do capital, por elas compartilharem trajetórias de vidas semelhantes e viverem em condições materiais que as colocam em posições de dominação e exploração. Além disso, colocam-se em luta para alterar as condições materiais e ideológico-políticas que as colocam nesse lugar. Por isso, aproximamo-nos da perspectiva estrutural na análise sobre o engajamento na luta política, por jogar luz aos efeitos da prática política no MTST para a transformação social.

Com isso, afastamo-nos de uma leitura apenas identitária, que tende a exaltar somente o significado da representação social em detrimento da mudança estrutural. Assim, foi possível perceber os limites ideológicos da defesa sobre a importância de as mulheres negras ocuparem postos de lideranças, sem o objetivo de alterar a condição social em que vivem. Embora as mulheres negras entrevistadas, em grande parte, ocupem funções de liderança, isso não representa o fim das opressões que vivem. O que se revelou foi o entendimento da importância dessa representação, aliado à constante organização no movimento.

Dessa forma, o engajamento das mulheres negras sem-teto no MTST torna possível dois polos de transformação, interno e externo. A prática política diária tem o potencial educativo de transformar os sem-teto por meio dos espaços de socialização no interior da ocupação com a divisão de tarefas. O efeito dessa militância na organização do movimento é a tomada de consciência das causas e objetivos da luta pela moradia para o posicionamento político-ideológico correspondente à condição de classe dos sem-teto.

A luta pela moradia do MTST, principalmente, envolve a disputa pelo espaço urbano, a denúncia da especulação imobiliária e a reivindicação do uso social da propriedade, mas o movimento não se restringe à questão territorial. Em sua trajetória de mobilizações, questões como raça, gênero, orientação sexual, religião, meio ambiente entram como pautas de luta e ampliam as possibilidades de atuação sobre classes trabalhadoras.

A base social dos movimentos populares tem como características ser policlassista e heterogênea, com uma diversidade social e identitária sobre os sem-teto. Assim, uma das principais características das mulheres negras sem-teto envolve sua diversidade social e cultural com mesma base material, por serem trabalhadoras.

Continuamos, então, a defender o caráter anticapitalista do MTST como já fizeram outros pesquisadores e, além desse posicionamento, o movimento se coloca contra o patriarcado e o racismo. Sobre todas as contradições que uma sociedade estruturada sobre questões de classe, raça e gênero impõe, a organização política dos sem-teto demonstra, a partir da organização coletiva dos espaços na ocupação e do trabalho coletivo para manter a organização do movimento, uma capacidade de romper com a ordem vigente por meio da forma como distribuem as tarefas coletivas. Ao adentrar o espaço da ocupação, outra realidade se impõe, mesmo que os limites sejam vários, principalmente de gênero e classe, conforme relato das mulheres negras sem-teto, por ainda dependerem de trabalhos precários e sofrerem opressões por serem mulheres.

O racismo, de acordo com os relatos, é mais sentido fora que dentro da ocupação. Isso se explica pela maioria ser negra dentro do movimento. Nesse sentido, conforme as mulheres negras vão ocupando os espaços majoritariamente frequentados por brancos, o racismo se apresenta para lembrá-las da sua condição de cor numa sociedade estruturada pelo racismo.

A principal defesa que desenvolvemos na tese é a de que a incidência de classe, raça e gênero nas mulheres negras sem-teto potencializa a organização delas no MTST e representa uma maior chance de transformar a sociedade capitalista. Do ponto de vista marxista, as determinações estruturais (político, ideológico e econômico) do modo de produção capitalista organiza a sociedade de acordo com a necessidade da reprodução do capital. A exploração do trabalho, principalmente, não ocorre de modo aleatório e muito menos por desígnio divino. Assim, pelos motivos já expostos, recai nas mulheres negras, historicamente, a condição de massa marginal das relações de produção.

As mulheres negras sem-teto, como já destacamos, em sua maioria, fazem parte da classe trabalhadora da massa marginal. O recorte racial é no sentido sociológico do termo, de uma construção social que estabelece uma hierarquia racial (brancos *versus* negros), a qual

determina o lugar dos sujeitos na sociedade. Os brancos são privilegiados por essa hierarquia, enquanto os negros desprivilegiados ocupam os lugares marginalizados na esfera de produção por causa da discriminação racial. Ademais, o recorte de gênero revela os efeitos da construção social das relações de gênero de como é ser homem *versus* como é ser mulher. A hierarquia, então, nas relações entre homens e mulheres, resulta nas diversas violências do patriarcado sobre as mulheres negras.

Além disso, a articulação de classe, raça e gênero joga luz na análise da posição social das mulheres negras sem-teto. A contribuição do feminismo negro, aliada à análise marxista, torna-se um importante esquema teórico sobre esses processos e uma ferramenta que pode fundamentar o posicionamento político-ideológico desses sujeitos, por exemplo, nas formações políticas dentro e fora do movimento, com passeatas e atos. A produção teórica deslocada da prática política apenas serve à dominação burguesa, e essa relação foi identificada nos materiais produzidos pelo MTST.

O objetivo, portanto, foi destacar as experiências das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST, conforme propuseram as feministas negras. Com esse recorte, foi possível demonstrar a necessidade da organização dessas mulheres e as possibilidades de mudança. Por isso, pensar a revolução das mulheres negras requer o resgate histórico das lutas das mulheres negras do passado, uma análise que se proponha interseccional e repensar as categorias clássicas de análise.

REFERÊNCIAS

ADÃO, C. R. **Territórios de morte**: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. 65 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Campinas, 2017.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021a.

ALMEIDA, S. L. de. Apresentação. In: ALMEIDA, S. L. de (Org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo, 2021b.

ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

AMORIM, H. Trabalhadores do imaterial precarizados. In: AMORIM, H; SOUZA, D. C. (Org.). **As classes sociais no início do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, R. Trabalho uberizado e capitalismo virótico. [Entrevista concedida ao] **DigiLabour**, 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In: **Estudos Feministas**, UFSC, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2º semestre, 1995.

BARBOSA, E. E. **Na militância para o reconhecimento**: um estudo de mulheres negras ativistas de cidade de São Paulo. 2015. 246 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2015.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 [1949].

BENSAID, D. Os tormentos da Matéria: contribuição à crítica da ecologia política. In: _____. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 431-495.

BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, UFSC, v. 3, n. 2, p. 479-488, 2º semestre, 1995.

BOITO JR., A. Neoliberalismo e as lutas sociais no Brasil. **Revista Idéias**, São Paulo, n. 9, p. 13-14, 2002.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

BOGO, A. Como melhorar nossa mística. In: **Caderno de formação**: Mística – uma necessidade no trabalho popular e organizativo, n. 27, mar. de 1998, p. 15-20. Disponível em: < <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-27-mistica-uma-necessidade-no-trabalho-popular-e-organizativo/>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

BORGES, J. Encarceramento em massa. In: RIBEIRO, D. (Org.) **Feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGHI, E. B. **Os sentidos atribuídos ao corpo e ao cabelo de mulheres negras**: as relações entre estética e politização. 2018. 132 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 2. ed. ampl. rev. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 2002.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, n. 8, v. 2, p. 91-108, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. In: **Geledés**. Tradução: Carol Correia, 2017.

CARMO, C. G. C. “Nossa luta é transversal”: ocupação Tereza de Benguela e a luta das mulheres do MTST. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa: UEPG, v. 21, p. 1-20, 2021. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 04 mar. 2022.

CARVALHO-SILVA, H. H. de. **A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem-teto de São Paulo**. 2018. 219 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. *In*: POULANTZAS, N. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

CAVALCANTE, S. M. Valor, renda e “imaterialidade” no capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 115-130, 2014.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, Jan/Jun. 2017.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Editora Versos, 2015.

DAL ROSSO, S. O conceito de intensidade do trabalho. *In*: DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 17-80.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. *In*: ALMEIDA, S. L. de (Org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo, 2021.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. Sobre a questão da moradia. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. Pandemia, reprodução e comuns. **Outras Palavras**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/pandemia-reproducao-e-comuns/>. Acesso em: 03 maio 2022.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FIGUEIREDO FILHO, C.; OLIVEIRA, N. C. Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. *In: VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais...* Campinas, 2012.

FILLETI, J. de P.; GORAYEB, D. S.; CARDOSO DE MELO, M. F. G. Mulheres Negras no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021. *In: FACAMP. Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho*. Campinas: Editora FACAMP, v. 02, n. 01, jun. 2021.

FIRESTONE, S. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976 [1970], p. 11-24.

FIX, M. de A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FRANÇA, D. S. do N. **Raça, Classe e segregação residencial no município de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. *In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1987. p. 38-65.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, 1989.

GALVÃO, A. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? *In: Encontro Nacional da Anpocs*, 32. Caxambu, 2008.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

GALVÃO, A. *et al.* Ação sindical de trabalhadores em serviços essenciais na pandemia da Covid-19 no Brasil. *In: KREIN, J. D. et al. (Org.) O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. v. 1. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Disponível em: https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1401/wp-content/uploads/2021/07/26183745/Livro-VOL_1_A_reforma_trabalhista_210621.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

GALVÃO, A. *et al.* O impacto da reforma trabalhista no sindicalismo brasileiro: reações e resistências. In: KREIN, José Dari *et. al.* (Org.) **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. v. 1. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Disponível em: https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1401/wp-content/uploads/2021/07/26183745/Livro-VOL_1_A_reforma_trabalhista_210621.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GOHN, M. da G. O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 21, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0102-6909&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2023.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal n.º 10.639/03**. Brasília: MEC-Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, R. R. **O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro/Brasília: Serviço Editorial, 1998.

GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 9-10, 2003.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. In: **Espaço temático: Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade**. Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, F.; LIMA, M. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART, D. **O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem teto – MTST**. 2011. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

GROSZ, E.; MANSOUR, M. ¿Que es la teoria feminista? **Debate feminista**, v. 12, n. 6, p. 85-105, 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Sociologia**, São Paulo: USP, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004a.

GUIMARÃES, A. S. A. Introdução. In: GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação**: queixas e ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; ed. 34, 2004b.

HALL, P. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 135-162.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, 1996, p. 48-64.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 6-35, 1998. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Minas Gerais: UFMG, 2005.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrôpoles**, São Paulo, v. 12, n. 46, p. 951-974, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 04 mar. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 599, set./dez. 2007.

HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**. (1902-1982). 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUWS, U. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, jan./abr. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2010**. IBGE Cidades. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Resultado_s_preliminares_sobre_Rendimentos/tabelas_pdf/tab1_3_5.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 28 jun. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Trabalho, população negra e pandemia:** notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. Org. Tatiana Dias Silva; Sandro Pereira Silva. Nota Técnica. Brasília, n. 46, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/201110_diest_n_46.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no brasil.** Org. Luciana Pinheiro; Carolina Tokarski; Marcia Vasconcelos. Nota Técnica. Brasília, n. 75, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O déficit habitacional brasileiro:** um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar. Org. Robson R. Gonçalves. Rio de Janeiro, 1998.

ISAÍAS, T. L. S. A luta das mulheres pobres e negras por moradia nas ocupações da Izidora e o embate com o direito patriarcal, classista e racista. *In:* Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, **Anais...** Florianópolis, 2017.

JACOBI, P. Movimentos reivindicatórios urbanos, Estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil. *In:* LARANJEIRA, Sônia (org.). **Classes e Movimentos Sociais na América Latina.** São Paulo: Hucitec, 1990.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos – Dossiê Teoria Crítica**, n. 93, 2012.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, E. Classes e movimentos sociais: notas teóricas sobre esta complexa relação. *In:* AMORIM, H.; SOUZA, D. C. (Org.). **As classes sociais no início do século XXI.** São Paulo: Annablume, p. 23-56, 2017.

MACHADO, E. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais.”. **Revista Crítica Marxista**, n. 46, p. 83-101, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_11_04_15_33_51.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

MACKINNON, C. A. Feminismo, marxismo, método e o Estado: uma agenda para teoria. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, set., p. 798-837, 2016 [1982].

MARCELINO, P. R. P. **A logística da precarização**: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004. [Cap. II: p. 47-115].

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTUSCELLI, D. E.; GALASTRI, L. de O. Apresentação do debate Miliband-Poulantzas. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n. 27, p. 87-91, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed, v. 1, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-66, 1989.

MILIBAND, R. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999 [1987].

MOLOTCH, H. The city as a growth machine: toward a political economy of place. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 2, 1976.

MOURIAUX, René.; BEROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 159-173.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. (Org.). **Descolonizando el Feminismo**: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Ed. Cátedra, 2008.

MOURA, C. S. de A. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. **Cartilha de princípios**. São Paulo, s/d. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha. Acesso em: 01 jul. 2022.

MTST. **Parceiros**. Disponível em: <https://mtst.org/parceiros/>. Acesso em: 09 jul. 2022.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, A. (Org.) **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

- NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro**. 1998. 146 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- NOVAES, S. C. Introdução. In: NOVAES, S. C. **Jogo de Espelhos**: imagens da representação de si através dos outros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 19-23.
- NUN, J. Marginalidad y otras cuestiones. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, ELAS-ICIS, Santiago, n. 4, 1972.
- NUN, J. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, L. (Org). **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, D. de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (ORG.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo, 2021.
- OLIVEIRA, N. C. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 144-159, jul./dez. 2012.
- OLIVEIRA, N. C. “Somos sem-teto e é essa privação que nos une”. Análise da base social dos movimentos dos sem-teto de São Paulo. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 9, p. 71-94, ago./dez., 2011.
- OLIVEIRA, N. C. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**. 2010. 323 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHIRE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1972]. p. 95-120.
- OSORIO, J. Sobre o Estado, poder político e o Estado dependente. In: SANTOS, R. S.; PITILLO, J. C. P.; VILLAMAR, M. del C. (Org.). **América Latina na encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 38-68.
- PACHECO, A. C. L. **“Branca para casar, mulata para F..., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 317 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.
- PANTA, M. A. dos S. **Relações raciais e segregação urbana**: trajetórias negras na cidade. 2018. 298 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciência, Marília, 2018.

PAULINO, A. E. L. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **SciELO**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 562-571, set./dez. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PINHEIRO, J. Política e Cultura: uma interpretação da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). In: JOHNSON, G. A.; SILVA, I. G.; SILVA, B. G. da. **Democracias, lutas e movimentos sociais Latino-América entre teorias e práticas**. São Luís: EDUFMA, 2019.

PINHEIRO, J. As classes sociais não flanam na cidade: elas lutam. In: AMORIM, H.; SOUZA, D. C. (Org). **As classes sociais no início do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2017.

PINHEIRO, J. Estado e movimentos sociais: as múltiplas faces de uma relação conflituosa. In: CORSI, F. L. *et al.* (Org.). **Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2014.

PINHEIRO, J. Movimentos populares: um quadro interpretativo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25-26, p. 162-175, 2011.

PINHEIRO, J. Uma análise estrutural dos movimentos populares urbanos. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, **Anais...**Londrina, 2010.

PINHEIRO, J. Direito e Política: uma relação mal-resolvida. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21-22, 2009.

PINHEIRO, J. De frente para o Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 19/20, p. 39-52, 2008.

PINHEIRO, J. Nem teto, nem mãe gentil: a luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 13-14, p.160-171, 2005.

POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

QUIJANO, A. O Que é Essa Tal de Raça? In: SANTOS, R. E. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

REZENDE, B. De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. **Revista Pegada**, v. 20, n. 1, p. 237, jan./abril 2019.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. São Paulo: Autêntica, 1989.

ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 1, p. 1-36, 1995.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Educação SOS Corpo: Recife, 1993 [1975], p. 1-32.

SAES, D. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Revista Crítica Marxista**, n. 16, 2003.

SAES, D. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, D. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 58.

SALLUM JR., B. Classes, cultura e ação. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 65, maio-agosto 2005.

SANTOS, R. E. dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, R. E. dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, v. 2, jul./dez. 1995.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o branco e o “branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, M. N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SILVA, S. da C. **Judicialização da política e movimentos populares**: estudo de caso sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. 2020. 184 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciência, Marília, 2020.

SIMÕES, G. **MTST 20 anos de história**: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SINGER, A. A história e seus ardis: o lulismo posto à prova em 2010. **Folha de São Paulo**, São Paulo, set. 2010. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1909201005.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, M. A. A. de. **A identidade da metrópole**: verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.

SOUZA, A. P. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, v. 5, São Paulo: Edições Loyola, p. 93-108, dez. 2013.

SOUZA, M. L. Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, Anpege, 2008.

SCHÜTZ, N. C. **Trabalho doméstico no Brasil**: uma perspectiva social, racial, de gênero e as conquistas jurídicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito: UFSC, Santa Catarina, 2019.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. **São Paulo**: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34, 2011.

TEIXEIRA, M. O.; KREIN, J. D. O avanço das formas de contratação flexíveis. In: KREIN, D. J. et al. (Org.) **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, v. 1, 2021. Disponível em: https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1401/wp-content/uploads/2021/07/26183745/Livro-VOL_1_A_reforma_trabalhista_210621.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

TRÓPIA, P. V. A inserção de classes dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista. **Cadernos Cemarx**, n. 1, p. 68-74, 2004.

VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 48, n. 1, p. 75-131, 2005.

VAKALOULIS, M. Antagonismo e ação coletiva. *In*: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 126-140.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999, 171-243.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 08-17, 2010.

ZALD, M. N. Looking backward to look forward, reflections on the past and futures of the resource mobilization research program. *In*: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (Org.) **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.

ANEXO A

Roteiro para entrevista semiestruturada

Identificação

Nome:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Identidade de gênero:

Cor/raça autodeclarada:

Nível escolar:

Cidade de origem:

Profissão/Ocupação:

Religião:

Função na ocupação:

1. Questões relativas à experiência com moradia na infância e com a família.

a) Relate como era sua infância e descreva o local em que morava.

2. Questões relativas à classe, raça e gênero.

a) Na sua trajetória, você sentiu alguma influência de gênero e de raça?

b) Ao se identificar como mulher negra trabalhadora, você acha que a vida é mais difícil ou diferente? Se sim, de que forma?

c) As condições de trabalho que enfrentou foram adequadas? Relate as condições de trabalho que vivenciou.

d) Você já sofreu racismo? Se sim, você se sente à vontade de fazer o relato?

e) Você já sofreu violência doméstica? Se sim, você se sente à vontade de fazer o relato?

f) Você percebe diferença no tratamento dedicado aos homens e às mulheres? Relate sua trajetória, apontando as dificuldades ou não, enquanto mulher negra.

g) Como é a experiência de ser mulher negra e sem-teto?

3. Questões relativas à moradia e à cidade.

a) Na vida adulta, quais foram as condições de moradia em que viveu e conte sua experiência no acesso aos serviços básicos como creche, escolas, posto de saúde, transporte público.

4. Questões relativas ao movimento/ocupação.

- a) Relate como você veio para a ocupação. Quais foram os motivos que fizeram você buscar por essa alternativa?
- b) Há quanto tempo está na ocupação?
- c) Como é a relação com os outros sem-teto da ocupação?
- d) Vocês fazem reuniões/assembleias? Relate como ocorre esses momentos e qual seu papel?
- e) Relate como é o dia a dia na ocupação.
- f) Como é a relação com o governo/prefeitura para resolver a situação da moradia?
- g) O que você acha que poderia ser feito para resolver o problema de falta de moradia?
- h) Já presenciou situações de racismo e machismo na ocupação?
- i) O MTST faz formação sobre gênero e raça?
- j) Como você define o MTST?
- k) O que você achou da vitória do Lula?

5. Questões para a coordenadora

- a) Como ocorreu a escolha do terreno?
- b) Como foi o dia da ocupação?
- c) Como os sem-teto ficaram sabendo da ocupação
- d) Relação com a prefeitura
- e) Como ocorrem as formações políticas dos sem-teto
- f) Formação política das lideranças
- g) Organização da ocupação e divisão das tarefas

ANEXO B

Termo de consentimento livre e esclarecido

Estamos realizando uma pesquisa na ocupação Maria da Penha em Guarulhos no Estado de São Paulo, intitulada “A luta das mulheres negras do MTST” e gostaríamos que participasse da mesma. O(s) objetivo(s) desta é analisar a participação das mulheres negras sem-teto no movimento, conhecer as histórias de vida e compreender a dinâmica de organização das mulheres negras. Participar desta pesquisa é uma opção e no caso de não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da pesquisa fica assegurado que não haverá perda de qualquer natureza. Caso aceite participar deste projeto de pesquisa gostaríamos que soubessem que:

A) Para a coleta de dados serão realizadas entrevistas, caderno de anotações e gravador. O pesquisador fornecerá instruções necessárias para a realização das entrevistas. As coletas das informações serão realizadas na ocupação, em horários agendados previamente. Os resultados obtidos no estudo poderão ser apresentados em congressos científicos e em revistas científicas da área;

B) Fica assegurada ao participante a não identificação do mesmo pelo seu nome e a continuidade do tratamento nesta instituição.

Eu, _____ portador do RG _____ participante da ocupação Maria da Penha autorizo a participação da pesquisa intitulada “A luta das mulheres negras do MTST” a ser realizada na ocupação Maria da Penha. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e concordo que minha desistência poderá ocorrer em qualquer momento sem que ocorra quaisquer prejuízos físicos, mentais ou no acompanhamento deste serviço. Declaro ainda estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Autorizo,

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

Certos de poder contar com sua autorização, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos, através do (s) telefone (s) (43) 984211883 falar com Taynara Freitas.

Orientador Dr. Jair Pinheiro
Departamento de Ciências Sociais

Orientanda Taynara Freitas
Discente de Pós-graduação

Marília, 22 de janeiro de 2023.

ANEXO C

Fotos da ocupação Maria da Penha













